



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
MESTRADO ACADÊMICO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

ISABEL SANTOS DO NASCIMENTO FORMIGA

MÃES SOLO?:
AS EXPERIÊNCIAS SUBJETIVAS DE MULHERES NA CRIAÇÃO
MONOPARENTAL DE FILHAS E FILHOS

TAGUATINGA – DISTRITO FEDERAL
2025

ISABEL SANTOS DO NASCIMENTO FORMIGA

**MÃES SOLO?:
AS EXPERIÊNCIAS SUBJETIVAS DE MULHERES NA CRIAÇÃO
MONOPARENTAL DE FILHAS E FILHOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Direitos Humanos e Cidadania, na linha de pesquisa: Educação em e para os Direitos Humanos e Cidadania.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino

Coorientadora: Prof.^a. Dr.^a Elen Cristina Geraldes

TAGUATINGA – DISTRITO FEDERAL
2025

**Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

FF725m Formiga, Isabel Santos do Nascimento
MÃES SOLO?: as experiências subjetivas de mulheres na
criação monoparental de filhas e filhos / Isabel Santos do
Nascimento Formiga; orientador Prof.^a. Dr.^a Lúcia Helena
Cavasin Zabotto Pulino; co-orientador Prof.^a. Dr.^a Elen
Cristina Geraldes. -- Brasília, 2025.
197 p.

Dissertação(Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) --
Universidade de Brasília, 2025.

1. Direitos Humanos. 2. Relações de gênero. 3. Criação
monoparental feminina. 4. Mãe solo?. 5. Vivências
subjetivas. I. Cavasin Zabotto Pulino, Prof.^a. Dr.^a Lúcia
Helena , orient. II. Geraldes, Prof.^a. Dr.^a Elen Cristina ,
co-orient. III. Título.

Esta pesquisa contou com o seguinte apoio institucional:

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, na concessão de Afastamento Remunerado para Estudos (publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 07/02/2023), processo n.º 00080-00290438/2022-03.

Aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais - CEP/CHS da Universidade de Brasília, identificada através do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética - CAAE número 77132223.2.0000.5540.

ISABEL SANTOS DO NASCIMENTO FORMIGA

**MÃES SOLO?:
AS EXPERIÊNCIAS SUBJETIVAS DE MULHERES NA CRIAÇÃO
MONOPARENTAL DE FILHAS E FILHOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Direitos Humanos e Cidadania, na linha de pesquisa: Educação em e para os Direitos Humanos e Cidadania.

Aprovada em: 21 de janeiro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

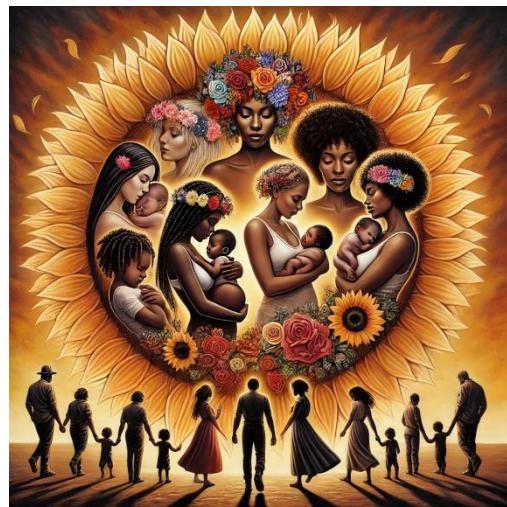
Prof.^a Dr.^a LÚCIA HELENA CAVASIN ZABOTTO PULINO - Orientadora
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares e Programa de Pós-Graduação em
Direitos Humanos e Cidadania/UnB

Prof.^a Dr.^a ELEN CRISTINA GERALDES – Coorientadora
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares e Programa de Pós-Graduação em
Direitos Humanos e Cidadania/UnB

Prof.^a Dr.^a JANARA SOUSA - Membra Interna
Faculdade de Comunicação/UnB

Prof.^a. Dr.^a NATÁLIA OLIVEIRA TELES – Membra Externa
Centro Popular de Formação da Juventude – Vida e Juventude/CPFJ-VJ

Dedico este trabalho à minha família, que é a minha base e o meu alicerce. Às suas palavras de encorajamento, aos gestos de cuidado e ao amor incondicional que sempre me sustentaram nos momentos de dúvida e desafio. Cada conquista é também de vocês, que sempre acreditaram em mim e me impulsionaram a seguir em frente. Sou eternamente grata por tudo o que representam na minha vida.



Fonte: imagem gerada por IA -Dream Lab-Canva (2024).

No dicionário, a definição da palavra “pai” relaciona o seu sentido à aceitação de responsabilidade, sem mencionar palavras como “ternura” e “afeto”, normalmente mencionadas na definição da palavra “mãe”. Ao transferir para a mulher a total responsabilidade pela nutrição – isso significa satisfazer as necessidades materiais e emocionais das crianças -, a sociedade reforça a ideia de que a mãe é mais importante que o pai. Embutida na definição e no uso dos termos “pai” e “mãe” está a ideia de que essas duas palavras se referem a experiências bem distintas. Mulheres e homens precisam definir o trabalho de pai e de mãe como se homens e mulheres tivessem a mesma responsabilidade pela parentalidade. Mesmo as teorias feministas que enfatizam a necessidade materno de os homens

dividirem meio a meio com as mulheres o cuidado parental das crianças reluta em deixar de conferir valor especial ao cuidado materno. Isso ilustra não apenas a propensão feminista a glorificar a experiência psicológica da maternidade, mas também sua dificuldade para admitir que a maternidade constitui um campo social em que as mulheres exercem poder e controle.

(hooks, 2019, p. 200-201)

GRATIDÃO

A realização desta pesquisa foi uma jornada enriquecedora, marcada por desafios, aprendizados, crescimento e descobertas. No entanto, só foi possível graças ao apoio e à colaboração de muitas pessoas queridas e especiais. Cada passo desse percurso, repleto de conquistas e adversidades, foi iluminado por aquelas e aqueles que, de diferentes formas, estiveram ao meu lado, oferecendo incentivo, força e inspiração.

Este momento é, portanto, de reconhecimento e profunda gratidão a todas e todos que contribuíram para que eu chegassem até aqui e tornaram esta trajetória muito mais do que uma etapa acadêmica, mas um processo de transformação pessoal e profissional.

Agradeço também a todas e a todos que acreditaram em mim, que me encorajaram a não desistir e que me ofereceram seu apoio, seja em palavras, gestos ou simples presenças. Este trabalho é reflexo não só do meu esforço, mas do amor, do impulso e do ânimo que recebi ao longo do caminho.

Primeiramente, agradeço a Deus, minha fortaleza nos momentos de incerteza, sabedoria, conforto, equilíbrio e meu refúgio em alguns momentos bem difíceis. Sua presença constante me sustentou, renovando minha coragem e esperança quando eu mais precisei. Sem Ele, como alicerce, nada disso teria sido possível. Que a conclusão deste projeto seja um testemunho de que os sonhos, por mais desafiadores que pareçam, podem ser realizados quando encontramos apoio e fé no caminho.

Aos meus pais, Maria Tomaz dos Santos e Alfredo Santos do Nascimento, sou imensamente grata pela vida, pelo amor incondicional, pela educação e pelos valores éticos que me transmitiram. Obrigada por toda a preocupação com meu bem-estar, pelo cuidado diário e por garantirem minha segurança no trajeto entre a casa e a universidade, enfrentando um trânsito muitas vezes caótico e desafiador.

Às minhas queridas irmãs e amigas, Isa, Izete, Beth, Eliete, Emília, e ao meu irmão Elizeu, minha profunda gratidão por sempre caminharmos juntas e junto, seja presencialmente ou em pensamento. Cada um de vocês, à sua maneira, esteve presente nesta jornada, oferecendo apoio e inspiração.

À minha irmã Izete, agradeço de coração e de forma especial, pelas conversas importantíssimas, indicações e empréstimos de livros, que muitas vezes me ajudaram e orientaram a encontrar um fio condutor para a escrita deste texto. Sua parceria e

apoio foram fundamentais ao longo desta trajetória acadêmica.

À minha irmã Beth, sou grata pelo compartilhamento do néctar de seus pensamentos filosóficos, que enriqueceram e iluminaram minha escrita, e por manter-me com os dois pés no chão em momentos de elevado estresse.

Ao meu sobrinho Felipe, que me acompanhou nas etapas de rodas de conversa e entrevistas, realizando as gravações e fotográficas.

Ao meu amado cunhado, Everaldo, pela torcida e felicidade com a minha aprovação no projeto de pesquisa, mas que não se encontra mais entre nós. Ele foi e será eternamente meu incentivador.

À toda a minha família, cunhada, cunhado, sobrinhos, amigas e amigos que de alguma forma me incentivaram a continuar a trajetória rumo ao conhecimento.

À minha irmã do coração e grande amiga de projetos na escola e na universidade, Luana Nery, minha eterna gratidão por ter me incentivado a ingressar no mestrado e por compartilhar, com generosidade e sem egoísmo, toda a sua experiência no processo de ensino e aprendizagem. Além de ter realizado o trabalho de revisão ortográfica e gramatical desta dissertação. Foi uma parceria interessante!

À minha amiga Gina, sou grata pelas conversas enriquecedoras, em compartilhar o seu conhecimento e indicação de livros que contribuíram para este texto.

Às participantes da pesquisa, identificadas, de maneira subjetiva e por afinidade, pelo nome de uma flor de preferência, Cacto, Girassol (1-2-3-4), Rosa, Tulipa e Violeta. Sem a colaboração e sensibilidade de todas elas, o êxito acadêmico desta investigação não teria sido possível.

Às professoras e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília, agradeço pela troca de experiência e conhecimentos na prática pedagógica, que tanto contribuiu para a minha formação.

Por fim, agradeço imensamente às minhas queridas orientadoras, professoras Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino e Elen Cristina Geraldes, que não apenas indicaram os passos a serem seguidos na escrita deste trabalho, mas também seguraram minhas mãos nos momentos de dúvida, freando os meus impulsos e lidando com as decepções que surgiram ao longo do processo. Em muitos momentos, com sensibilidade e sabedoria, foram verdadeiras psicólogas, aconselhando-me a me afastar ou a me aproximar do texto sempre que necessário.



Fonte: imagem gerada por IA - Dream Lab-Canva (2024).

Padecer sob a tirania sexista é um elo comum entre todas as mulheres, transcendendo as particularidades das diferentes formas que a tirania assume. O *sofrimento não pode ser medido nem comparado quantitativamente*. O que é pior, o ócio forçado e o vazio que levam uma mulher “rica” à loucura e/ou suicídio ou o sofrimento de uma mulher pobre que mal consegue sobreviver, mas que de algum modo preserva seu espírito? Não há como medir essa diferença, mas se elas pudesse enxergar uma à outra sem lentes da classe patriarcal, elas se reconheceriam no fato de serem ambas oprimidas, ambas miseráveis.

(hooks, 2019, p. 31)

RESUMO

Esta pesquisa propôs-se a estudar os processos de subjetivação nas relações afetivas monoparentais, especialmente no contexto familiar, a partir das vivências das mulheres com seus parceiros, ou seja, em relações entre homens e mulheres. O foco central desta investigação foi compreender como as masculinidades hegemônicas, socialmente construídas e impostas, podem influenciar negativamente esses vínculos. O comportamento masculino, frequentemente dominador, expõe mães e filhas/filhos a diversas formas de violência e vulnerabilidade, forçando as genitoras a assumir sozinhas os papéis de cuidadoras e provedoras de sua prole — um comportamento ainda visto como normal nos vínculos familiares no Brasil. Para alcançar o objetivo de compreender as experiências subjetivas de mulheres na criação monoparental de filhas e filhos, o estudo inspirou-se na epistemologia qualitativa, que promove a construção interativa do conhecimento, estabelecendo um diálogo entre pesquisador e pesquisado, no qual ambos são "sujeitos ativos na produção de pensamentos e sentidos" (Santos do Nascimento, 2017, p. 50). Nesse processo dialógico, são considerados os cenários, contextos, bem como a singularidade e as subjetividades dos sujeitos envolvidos. Foram adotados os princípios da pesquisa exploratória, visando obter familiaridade com o problema por meio de um estudo bibliográfico de autoras e autores como Beauvoir (1967); Kehl (2007); Del Priori (2011, 2013 e 2020); Saffioti (2015); Acuña (2017); Bandeira (2017); Collins (2019); hooks (2019); Lerner (2019 e 2022); Almeida (2020); Finamori (2022), entre outros. Como método de construção de informação (dados), foram utilizadas entrevistas semiestruturadas de caracterização, seguidas de rodas de conversa com escuta sensível e cuidadosa com oito mulheres, com idade entre 20 e 50 anos, moradoras da Estrutural e de outras Regiões Administrativas do Distrito Federal. As entrevistas buscaram responder a questões como: qual é a história de vida dessa maternidade sem a participação afetiva do pai? Qual é a composição familiar da mãe e as condições subjetivas de criação sem o genitor? O cenário atual de crescente violência contra mulheres e meninas pode ser compreendido como um impedimento ao acesso aos direitos humanos e à cidadania, assim como aos processos de humanização no mundo? A naturalização das masculinidades hegemônicas culturalmente determinadas pode ser universal nas relações afetivas e familiares? Como as mulheres que criam seus filhos sozinhas se veem como mulheres de direitos em uma sociedade fortemente patriarcal? As participantes interagiramativamente durante a pesquisa. Os resultados revelaram que, embora o termo "mãe solo" seja amplamente utilizado para designar mulheres que criam suas filhas e seus filhos sem a participação do pai, essa concepção não é universal nem plenamente aceita por todas. Algumas partícipes não se identificaram com a nomenclatura, que muitas vezes carrega um romantismo social distante de suas realidades. O contraste entre a idealização da "mãe solo" e suas vivências é evidente: elas enfrentam sobrecarga extrema, acumulando sozinhas a responsabilidade pela criação dos filhos, em meio ao abandono paterno. Longe de qualquer romantização, suas experiências são marcadas por uma subjetividade repleta de dor, sofrimento, cansaço, humilhação e preconceito. E, ainda assim, ao final de seus relatos, todas expressaram uma felicidade resiliente, sustentada pela realização de maternar de forma plena, apesar das adversidades. Essa felicidade, longe de ser uma negação das dificuldades enfrentadas, revela-se como um ato de resistência e superação. Essas mães, com suas trajetórias de luta e conquistas, representam exemplos vivos de força, transformação e capacidade de ressignificar suas experiências, afirmando-se como protagonistas de suas histórias e como pilares essenciais na vida de suas

filhas e de seus filhos.

Palavras-chave: direitos humanos; patriarcado; relações de gênero; criação monoparental; mães solo; vivências subjetivas.

ABSTRACT

This research aimed to study the processes of subjectivation in single-parent relationships, especially in the family context, based on women's experiences with their partners, that is, in relationships between men and women. The central focus of this investigation was to understand how hegemonic masculinities, socially constructed and imposed, can negatively influence these bonds. Male behavior, often domineering, exposes mothers and daughters/sons to various forms of violence and vulnerability, forcing mothers to assume the roles of caregivers and providers for their offspring alone — a behavior still seen as normal in family bonds in Brazil. To achieve the objective of understanding the subjective experiences of women in single-parent raising of daughters and sons, the study was inspired by qualitative epistemology, which promotes the interactive construction of knowledge, establishing a dialogue between researcher and researched, in which both are "active subjects in the production of thoughts and meanings" (Santos do Nascimento, 2017, p. 50). In this dialogical process, the scenarios, contexts, as well as the singularity and subjectivities of the subjects involved are considered. The principles of exploratory research were adopted, aiming to gain familiarity with the problem through a bibliographic study of authors such as Beauvoir (1967); Kehl (2007); Del Priori (2011, 2013 and 2020); Saffioti (2015); Acuña (2017); Bandeira (2017); Collins (2019); hooks (2019); Lerner (2019 and 2022); Almeida (2020); Finamori (2022), among others. As a method of constructing information (data), semi-structured characterization interviews were used, followed by conversation circles with sensitive and careful listening with eight women, aged between 20 and 50, residents of Estrutural and other Administrative Regions of the Federal District. The interviews sought to answer questions such as: what is the life story of this motherhood without the affective participation of the father? What is the family composition of the mother and the subjective conditions of raising a child without a father? Can the current scenario of increasing violence against women and girls be understood as an impediment to access to human rights and citizenship, as well as to the processes of humanization in the world? Can the naturalization of culturally determined hegemonic masculinities be universal in affective and family relationships? How do women who raise their children alone see themselves as women with rights in a strongly patriarchal society? The participants interacted actively during the research. The results revealed that, although the term "single mother" is widely used to designate women who raise their daughters and sons without the participation of the father, this concept is not universal nor fully accepted by all. Some participants did not identify with the nomenclature, which often carries a social romanticism far from their realities. The contrast between the idealization of the "single mother" and their experiences is clear: they face extreme overload, accumulating the responsibility for raising their children alone, amidst paternal abandonment. Far from any romanticization, their experiences are marked by a subjectivity full of pain, suffering, fatigue, humiliation and prejudice. And yet, at the end of their stories, they all expressed a resilient happiness, sustained by the realization of motherhood in a complete way, despite the adversities. This happiness, far from being a denial of the difficulties faced, reveals itself as an act of resistance and overcoming. These mothers, with their trajectories of struggle and achievements, represent living examples of strength, transformation and the ability to resignify their experiences, affirming themselves as protagonists of their stories and as essential pillars in the lives of their daughters and sons.

Keywords: human rights; patriarchy; gender relations; single-parent parenting; single mothers; subjective experiences.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CBPN	Congresso Baiano de Pesquisadores/as Negros/as
CEAM	Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
CEM 12	Centro de Ensino Médio 12
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CEP/CHS	Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CF	Constituição Federal
CPFJ-VJ	Centro Popular de Formação da Juventude – Vida e Juventude
DCP – UFBA	Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DF	Distrito Federal
DODF	Diário Oficial do Distrito Federal
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
FAC/UnB	Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FEL/CNPq	Front End Loading/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FNSP	Fórum Nacional de Segurança Pública
GDF	Governo do Distrito Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESB	Instituto de Educação Superior de Brasília
IPEDF	Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal

Memoh	Significa a palavra homem escrita de trás para a frente.
MIN. MULHERES	Ministério das Mulheres
MPMA	Ministério Público do Maranhão
NEVIRG/Unesp	Núcleo de Estudos Violência e Relações de Gênero/Universidade Estadual Paulista
NIDA	Núcleo de Pesquisas em Inovação, design e Antropologia
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SEEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
PPGDH	Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TPS	Teoria da Percepção Social
TRS	Teoria das Representações Sociais
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UEsPi	Universidade Estadual do Piauí
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
Unifem	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
UnB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
Como começou toda essa história? Te conto.	9
A PESQUISA	15
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I – DIREITOS HUMANOS E SUA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA – BREVES CONSIDERAÇÕES	27
1.1 Caminhos possíveis para as políticas equânimes às mulheres no Brasil	30
1.2 Gênero, cidadania e os direitos das mulheres	32
CAPÍTULO II – O PATRIARCADO – INSTITUCIONALIZAÇÃO E ALCANCE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	37
2.1 Masculinidades hegemônicas	39
2.2 As construções sociais das masculinidades	39
2.3 Homens: discutindo a violência contra a mulher	46
CAPÍTULO III – APORTE HISTÓRICOS, TEÓRICOS E CONCEITUAIS: CRIAÇÃO MONOPARENTAL FEMININA - MÃE SOLO?	52
3.1 Tonar-se humano na construção da identidade do ser humano	58
3.2 Mãe solteira/Mãe solo e o entendimento jurídico: estado civil	63
3.3 Outras condições e configurações para a maternagem monoparental	66
3.4 O lugar histórico da condição da mulher na sociedade	70
3.5 Teorias feministas: breve histórico das lutas das mulheres na história da humanidade	72
3.6. Gênero enquanto categoria e as mulheres	76
CAPÍTULO IV – ABORDAGEM METODOLÓGICA	79
4.1. Epistemologia da pesquisa	79
4.2. Instrumentos de pesquisa	87
4.3. Análise de conteúdo da construção de informações	92
4.4. A ética na pesquisa qualitativa	94
CAPÍTULO V – ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS PERCEPÇÕES, VIVÊNCIAS E SUBJETIVIDADES DA MATERNIDADE MONOPARENTAL.....	96
5.1 A pesquisa de campo: primeiras percepções.....	96
5.2 As condições de vida das mulheres e os elementos de sua vivência	103

5.3 Questões que guiaram as rodas de conversa e as entrevistas semiestruturadas	106
À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS.....	161
ANEXO.....	176
Anexo A – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa	176
APÊNDICES	179
APÊNDICE A - Cronograma estimado	179
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	180
APÊNDICE C - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ PARA FINS DE PESQUISA.....	185
APÊNDICE D – ROTEIRO DA RODA DE CONVERSA.....	187
APÊNDICE E – ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	188
APÊNDICE F – FORMULÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO	189

APRESENTAÇÃO

Como começou toda essa história? Te conto.

Tenho os sentidos perfeitos, sou vida em ebullição. Sou humano, tenho defeitos, como qualquer cidadão. Sinto angústias, tenho medos, sou afeto e emoção.
Deito tarde, acordo cedo, quero ter direito ao pão.
Sou pessoa, estou na luta, no campo e na cidade.
Importante na disputa é não perder a identidade. Sou mutilado de outrora, sem heranças materiais. Que posso fazer agora? Seguir igual aos demais?
Seguir? Como é que se anda de forma desigual?
Ao perguntar me respondo, pois a coragem me manda.
Que trilha vá me pondo. É um caminho sufocante, rodeado de rejeição.
Devo estar sempre atuante, apostando na união.
E na nossa educação. Só os negros de mãos dadas conseguem atravessar os caminhos desta vida com pedras a machucar.
(Silveira,, 1989, p. 23).

A paixão e o encantamento pela leitura começaram na infância pelas mãos de minha mãe, Maria Tomaz dos Santos, que sempre fez questão de montar uma estante de livros de estilos variados para mim e meus irmãos. Venho de uma família de sete irmãos, sendo seis mulheres e um homem. Crescemos ouvindo músicas clássicas tocadas por orquestras, as quais meu pai, Alfredo Santos do Nascimento, ouvia enquanto nos deslocávamos pela cidade. Em casa, crescemos ouvindo histórias infantis em disquinhos. Isso mesmo, tocados em uma vitrola. Ainda temos essas preciosidades: Uma verdadeira princesa, O patinho feio, O gigante egoísta, O músico maravilhoso, A formiguinha e a neve, Cachinhos de ouro, entre outras.

Esses mesmos clássicos foram comprados por minha mãe e passaram a fazer parte não só do nosso imaginário, mas do folhear as enormes, bem desenhadas e coloridas páginas. Esse formato já aguçava toda a nossa curiosidade e leitura. Quando ainda não sabíamos ler (alfabetização), minhas irmãs e eu já líamos as histórias umas para as outras (letramento), por nossa própria criatividade do percorrer as páginas e da leitura de mundo. Passávamos horas nesse exercício de encantamento e inventividade. Esses livros fazem parte atualmente, como relíquias, do nosso acervo bibliotecário. De outro modo, com o meu irmão, a nossa vivência foi toda canalizada para a música. Segundo ele, “cantar é viver e deve-se cantar o que lhe encanta cantando cada vez mais”.

A imagem que trago são dos três beliches em que dormíamos, duas meninas

em cada uma, de cor azul. Ainda me lembro! A hora de dormir era também a hora de contar estórias, isto é, inventar histórias até pegarmos no sono. Quando faltava uma estória era porque o contador já havia dormido. Foi assim por muito tempo: a paixão por narrativas e músicas fazia parte das nossas vivências. Recordo-me também das viagens realizadas em família, que tinham o sabor auditivo de músicas de vários estilos ouvidas e cantadas por nós, uma vez que “cantar é viver e se encantar cantando cada vez mais”. Além da contemplação das paisagens da estrada e as curiosidades inerentes às crianças.

Ao tomar contato com os textos dos povos originários, em uma disciplina no formato de seminário de leituras, no segundo semestre de formação do mestrado, o encantamento continuou a embevecer todo o meu imaginário poético pela presença da oralidade na educação indígena. Em como, através da palavra, a criança aprende a sonhar, a colocar-se de dentro para fora no exercício de se pensar o universo do qual faz parte, isso se torna a sua extensão. Em uma dessas leituras, Daniel Munduruku (2002, p. 71) relata ter aprendido, com o seu povo, o verdadeiro significado da educação quando via o pai e a mãe da menina ou do menino conduzindo-a/o passo a passo no aprendizado cultural.

O aprendizado relatado é o pescar, o caçar, o fazer arcos e flechas, o limpar o peixe, o cozê-lo, o buscar água, o subir na árvore para depois deitar sob a luz das estrelas para contemplá-las, procurando imaginar o universo. Educação que se dava no silêncio. Nessa quietude, a mãe e o pai ensinavam-lhe a sonhar com o que desejava ser. Os pais tinham o poder de educar arrancando os sonhos e a rir do mistério da vida, fazendo brotar de dentro para fora. Todo esse processo acontecia através da oralidade – aprendizado pela palavra e pelo silêncio (Munduruku, 2002, p. 72).

Esse contato do educar pela fala, trouxe-me a reflexão de também ter sido educada pela cultura da oralidade. O contar histórias umas para as outras, de ouvir músicas clássicas, tradição cultural vinda do nosso pai, o colocar as bonecas para cantar, dançar e dar aulas umas para as outras. Essa educação vinda da oralidade no contar histórias, cantar e ouvir a minha tia contar as histórias vividas no seu dia a dia como trabalhadora doméstica, me ajudou a perceber o meu lugar social de fala. São falas que construíram toda a minha identidade de mulher preta que sou, vivendo em uma sociedade patriarcal, ou seja, numa construção social que percebe a mulher como inferior ao homem, levando-a ao não gozo da cidadania plena. Que se desvela,

a cada dia, em racismo, em sexism, em preconceito, em perseguição, em palavras de ódio, em importunação sexual, em desigualdades sociais, ambientais, econômicas e políticas.

Meu curso de formação, no “segundo grau”, foi o de normalista. O desejo de contar estórias a outras pessoas me acompanha por toda a minha vivência. Percebo hoje que, quando comunicamos algo para as pessoas no mundo, estamos, na verdade, contando estórias e histórias. O que há de diferente em cada uma delas é a forma, a tonicidade, a expressividade, a alegria, a musicalidade, o balançar do corpo, o traçar dos gestos, a leveza, a sensibilidade e, por fim, a veracidade. Enquanto escrevo esse texto estou contando histórias.

O contar histórias me levou a cursar Filosofia na graduação. Naquele momento, aprendi a me apaixonar, desapaixar e reapaixonar pelos textos filosóficos e por toda a construção do pensamento exteriorizado em teorias e reflexões críticas. Em função disso, sou professora efetiva da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e trabalho no Ensino Médio em uma escola da Regional de Ensino de Ceilândia. Nessa escola, tive toda a liberdade, o apoio e as parcerias para desenvolver projetos que promovam a construção de uma Escola Pública efetivamente democrática, harmônica e de uma comunidade escolar mais sensível, humana e preocupada com o bem-estar social um do outro, exteriorizado em comportamentos que despertem a afetividade e a vivência da conservação do ambiente escolar.

Vejo como um dever social trabalhar com projetos que tenham por objetivo principal o despertar, bem como o formar nas alunas e nos alunos, no ambiente escolar, habilidades e competências humanas de pertencimento, afetividade e cuidado interpessoal. Além do exercício da cidadania, a compreensão da realidade política, social e ambiental, a cordialidade, o fortalecimento dos laços de amizade, a honestidade, o vínculo social, isto é, reavivar os valores da sensibilidade de uma cultura do não enfrentamento violento de uns para com os outros.

Foi desenvolvendo um desses projetos com a comunidade escolar que me deparei com situações que envolvem o universo feminino e as violências familiares, sociais, econômicas, trabalhistas, misóginas e políticas. As temáticas desenvolvidas foram, por exemplo, a mulher ceilandense operária; o universo feminino inspirador de resistência e união pela igualdade de gênero; o silenciamento da mulher no espaço público; e o papel da mulher, a existência de atos violentos e os tipos de violências

presentes nos séculos XIX, XX e XXI. A partir dessa prática pedagógica, as dificuldades de mães que criam filhas e filhos sozinhas passaram a fazer parte da minha vivência como pesquisadora.

Em um debate ancorado na maneira como a sociedade vê a mulher, seus modos de ser e existir no silenciamento, a agressão, a humilhação e o feminicídio, entre outros temas, as/os demais professoras/es e eu trouxemos para dentro dos muros da escola, a responsabilidade de tornar visível a situação da mulher no Brasil e no mundo. Além de provocar o empoderamento das atrizes e dos atores que compõem o ambiente escolar, ou seja, as mulheres e os homens que, fora dos muros da escola, convivem com as mais diversas formas de violências criadas no contexto social, familiar e político em que estão inseridas/os.

Relatos trazidos pelas e pelos discentes, de uma criação sem a presença do pai, provocaram-me a vontade de pesquisar para poder entender melhor o porquê de as mulheres serem deixadas para trás com as suas filhas e os seus filhos sem o auxílio direto dos genitores - a chamada “síndrome do pai ausente” -, enquanto crescem e descobrem o mundo, ou seja, ab-roga, abre mão de construir laços afetivos com a mãe da criança e de estar presente efetivamente na vida e nas fases de desenvolvimento da criança.

O desafio que essas mães têm que enfrentar para proporcionar a melhor educação e o suprimento das necessidades financeiras, afetivas, religiosas, disciplinares e, acima de tudo, de amor. Muitas dessas mulheres foram humilhadas no local de trabalho por serem as únicas responsáveis por essa criação. Ao ouvir alguns relatos trazidos pelas e pelos estudantes, no decorrer do projeto sobre a Lei de n.º 11.340/2006, intitulado “*Maria da Penha vai à escola: a mulher na luta pela emancipação social e humana*”, o primeiro impacto que tive foi a revolta, para, em seguida, sentir inquietação em entender melhor as circunstâncias da mulher que cria seus rebentos sozinha e que, na sociedade contemporânea, é chamada de mãe solo. Termo que foi investigado, questionado e melhor aprofundado em todas as suas nuances, durante a pesquisa.

A revolta vinda através do relato, acordou-me para a necessidade de ouvir essas mães, conhecer suas subjetividades, representações, urgências, desafios, confrontamentos. Circunstância que aconteceu ao desenvolvermos outra reflexão escolar, no Centro de Ensino Médio 12 de Ceilândia, o Projeto - “*A violência doméstica e familiar contra a mulher e as leis que promovem a sua proteção*”, no âmbito do

Programa Maria da Penha Vai à Escola, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). Na ocasião, uma aluna gravou uma entrevista com uma trabalhadora mãe, denominada mãe solo, a qual expôs sofrer assédios no local do seu trabalho. Segundo ela, para completar a renda, conseguiu um emprego no turno noturno, como faxineira de um lugar onde a grande maioria de trabalhadores era do sexo masculino. Essa funcionária cansou de ouvir que uma mulher, mãe solteira, era presa fácil, estaria sempre à disposição, pois como uma mulher direita iria sujeitar-se a trabalhar à noite em um lugar de machos? Estava em busca de algum tipo de diversão, supunham.

A continuação investigativa para compreender as temáticas que apresentam situações de violência contra a mulher levou-me a desenvolver mais um projeto, desta vez como conclusão de um curso de formação continuada, denominado “*Vivências: mãe solo nas relações monoparentais*”. Este apresentou-se como uma iniciativa para ouvir as vivências desafiadoras de mulheres que educam as/os filhas/os sem o auxílio mantenedor dos seus genitores. A experiência com esse estudo, planejado e posto em prática em duas rodas de conversa, só me fez enxergar o quanto eu ainda tinha para continuar pesquisando sobre essas experiências e a maneira como essas mulheres se veem, se definem e percebem o não gozo pleno dos direitos humanos e da cidadania pela presença dos diversos tipos de violências existentes em suas relações com os homens, as filhas e os filhos em um cenário social altamente patriarcal.

Usamos no referido curso, o termo específico “monoparentalidade”, que, para Estefanía Flores Acuña (2017, p. 21), intérprete, pesquisadora e acadêmica, embora com uma carga valorativa mais neutra que outros utilizados anteriormente, com o tempo, foi mostrando-se insuficiente para a complexidade das famílias nele contidas.

Se por um lado, a monoparentalidade é tradicionalmente associada à pobreza e vulnerabilidade, por outro, o grupo de mulheres que ativamente optou pela maternidade desvinculada de um relacionamento conjugal não se enquadra nesse perfil (Acuña, 2017, p. 21).

Faz-se importante, então, compreender os elementos relacionados à monoparentalidade eletiva enquanto configuração familiar contemporânea. O texto “O que são as rodas de conversa” afirma que as rodas de conversa são encontros em torno de um tema que toca na vida das pessoas envolvidas para que possam

conversar entre si, dizendo cada uma a sua visão, considerando a realidade que vivem, as perguntas que inquietam a todas e, assim, juntas, podem dizer do contexto onde estão e como são afetadas pela temática tratada (Freire, 1980, p. 28).

O planejamento das rodas de conversa sobre a temática mãe solo trouxe a reflexão e o conhecimento da formação e existência estrutural de vários tipos de mães. Enquanto umas escolhem ser mães, outras são deixadas para trás. A que decide ser mãe por opção recorre a um banco de sêmen ou a um homem que não é seu parceiro, prescindindo da figura paterna. Já outras são abandonadas pelo parceiro ou ainda afastadas dele por uma viuvez, doença ou encarceramento, dentre outras possibilidades, e têm de arcar sozinhas com os ônus emocionais, temporais e financeiros da criação de suas filhas e de seus filhos.

Essas mulheres são lançadas ao mundo como mães solo, por terem sido, muitas vezes, deixadas para trás por seus parceiros, por meio do discurso social de homens que não se veem preparados para serem pais. Esses, por sua vez, acham que foram enganados pela mulher que não fez uso de métodos anticonceptivos forçando-os a assumir uma gravidez indesejada. Os mencionados contextos serão aprofundados no decorrer do estudo.

O impacto psicológico dessas mulheres ao revisitarem a carga de preconceito, o julgamento, a angústia de terem sido abandonadas com uma criança para educarem sozinhas e arcarem com todos os custos financeiros, afetivos, disciplinares e escolares relacionados a essa condição, é gigantesco e foi fator primordial para algumas mulheres escolherem não dar continuidade à sua participação na roda de conversa realizada no desenvolvimento do projeto “*Vivências: mãe solo nas relações monoparentais*”.

Uma dessas mulheres relatou não querer reviver uma dor que sangrou por muito tempo. A conclusão chegada é a de que o apoio da família da mãe solo é fundamental, assim como buscar conhecer a realidade histórica de cada mulher mãe solo, enquanto ser histórico, é transformador. Concluímos, no desenrolar do citado projeto, que fica evidente a necessidade de mais pesquisas sobre a temática, com o objetivo de entender a realidade histórica de cada mulher como sujeito participante de uma história, permeada pelos direitos humanos e a cidadania.

A PESQUISA

No Distrito Federal (DF), uma em cada três famílias com filhas/os é formada por mulheres que encaram o desafio da criação de filhas/os sozinhas. De acordo com o IBGE, em 2018, o número era de quase 200 mil mães solo na capital.

Apesar desse quantitativo e de todas as dificuldades que as mães encontram, essas mulheres, muitas vezes, ainda são alvo de preconceito, machismo e exclusão social. Assim, a necessidade de acolher e ouvi-las moveu-me para duas rodas de conversa, com o intuito de conhecer melhor quais as dificuldades enfrentadas por elas, os motivos desse desafio, os gritos e sofrimentos, o que querem e o que existe de políticas públicas de apoio para as chamadas mães solo, que todos os dias se reinventam em busca do sustento de suas filhas e de seus filhos.

Este estudo tem como principal objetivo “compreender as experiências subjetivas de mulheres na criação monoparental de filhas e filhos”. A partir de uma escuta sensível às suas vivências, busca-se investigar as condições de vida dessas mulheres, considerando fatores como idade, escolaridade, composição familiar, renda, identidade de gênero, orientação sexual, apoio, e modos de ser e existir. Além disso, pretende-se conhecer a representatividade dessas mulheres ao longo da história, sobre como se definem (se veem), suas realizações pessoais e seus desejos. As questões centrais da pesquisa incluem: como as masculinidades abusivas, culturalmente construídas, afetam as relações dessas mulheres com os genitores de seus filhos e suas filhas? Até que ponto os processos de subjetivação cultural impactam as relações afetivas familiares entre essas mulheres e os genitores? Por fim, o estudo examina se o cenário atual de crescente violência contra mulheres e meninas pode ser entendido como um obstáculo ao acesso aos direitos humanos e à cidadania, bem como aos processos de humanização no mundo.

Percebi que seria importante continuar pesquisando sobre todo o contexto e as condições que estão envolvidas na vida de mulheres que criam filhas e filhos sozinhas e buscar compreender a complexidade da questão, suas vivências, o impacto psicológico, emocional e social, econômico e financeiro que elas experienciam. Em razão disso, a investigação deveria levar em consideração a cultura e o discurso machista de homens que têm medo/preconceito de se relacionarem com mãe solo e que orientam a outros homens a também não desenvolverem uma relação afetiva com uma mulher “mãe solteira” para não arrumar dor de cabeça para si próprios, pois

entendem que essa mulher nunca terá privacidade em sua vida, conforme vídeo veiculado na rede social TikTok – julho/2021¹, “**Fuja de mãe solteira**”, que compara a mãe e a criança à “bucha de complexidade e/ou saco de cimento” por não trazer nenhum benefício prazeroso ou vantajoso para o homem. Portanto, evidenciou-se uma temática para além de duas rodas de conversa, tornando-se, assim, o meu objeto de pesquisa no mestrado.

¹ TIKTOK: Aplicativo de compartilhamento de vídeos no qual os usuários podem criar e postar vídeos curtos — em média de 15 segundos a três minutos — com conteúdo de música, dança, dublagem e muito mais. Link de acesso:
https://www.tiktok.com/@daniel.outlier/video/7294324844269751558?_r=1&_t=ZM-8tcCTszSoWE.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a existência feminina no mundo tem sido marcada por atravessamentos culturais impostos, em sua grande maioria, por homens, bem como pela luta incansável pelo seu reconhecimento enquanto humano, pela igualdade de oportunidades e pela adoção de direitos que lhe garantam uma participação efetiva na sociedade.

Os dispositivos de dominação contra as mulheres nos processos de coexistência têm sido apontados como sendo um dos principais desafios contra a violência e a obrigatoriedade de servir ao gênero masculino, seja como esposas, mães, mulheres sensíveis, compreensíveis, cuidadoras e reféns dos ideais ou modelos de mulher existentes nas relações sociais, o que tem se refletido no aumento da violência psicológica, patrimonial, moral, física, sexual, da opressão sociopolítica, do racismo e do preconceito cotidianos, entre outras agressões.

Importante destacar que, em nossa sociedade, a violência de gênero tem sido dirigida especialmente às mulheres, como na doutrinação no sistema patriarcal, por meio do qual se desenrolaram outros tipos de violências, advindas do processo de confronto direto, dentro de seus lares, expandindo para a esfera social e de formação do Estado. Além de subjugar seus corpos, o patriarcalismo - expressão cunhada pela professora, e militante dos direitos da população negra e precursora do feminismo negro na Amazônia, Zélia Amador de Deus (2019, informação verbal), a que vamos nos referir em momentos distintos nesse texto - subjugou também seus desejos, suas vontades, seus anseios e sua capacidade cognitiva, numa tentativa de apagar, do lastro histórico-social, suas demandas e contribuições, as quais vieram a existir somente após árdua luta de resistência e denúncia de violação de direitos.

O patriarcado - surgido a partir da visão cultural masculina, passado de geração em geração, naturalizado nas relações sociais até os dias de hoje, as quais envolvem, predominantemente, o convívio entre homens e mulheres - pode ser apontado como uma das grandes normas de gênero, implantadas no imaginário social, e que dificulta, assim, às mulheres o direito à vida, à educação, à saúde, aos direitos sexuais e reprodutivos, à moradia, à autonomia econômica, ao poder político, à diversidade e à cidadania, entre outros.

Por outro lado, é no advento dos instrumentos de defesa dos direitos das mulheres, com vistas, entre outras finalidades, à equidade de gênero, cuja

construção social remete à forma como a sociedade vê as mulheres, para além do sexo biológico, é que esse estudo se insere, com o objetivo de contribuir com o debate acerca de como o patriarcalismo pode invalidar e impedir a consecução da plenitude dos direitos humanos para as mulheres nas sociedades contemporâneas.

Dessa forma, pretende-se refletir brevemente sobre os direitos humanos das e para as mulheres. Assim como objetiva-se também visitar as percepções masculinas acerca de como o patriarcalismo invisibilizou a importância e a contribuição das mulheres no fazer histórico, tornando-as objetos de menor valor nas relações de gênero a partir da implantação do machismo e do patriarcado nas relações de gênero. Tentamos compreender como o patriarcalismo influenciou boa parte dos homens na maneira como assumem efetivamente a paternidade, enquanto outros obrigam as mulheres a assumir a monoparentalidade na criação de filhas e filhos.

Desejamos, dessa forma, colaborar com a educação em e para a equidade de gênero, trazendo à tona a necessidade de combater os dispositivos de violência, preconceito e discriminação aplicados às relações de gênero. Ao mesmo tempo, buscamos ponderar sobre os caminhos possíveis à desconstrução do sistema patriarcal, no qual os homens são considerados superiores às mulheres e, por isso mesmo, dotados de mais inteligência intelectual e razão, as quais se manifestam na capacidade de deter o poder e decidir sobre os rumos da sociedade, negando a elas o direito à coexistência equânime e livre de discriminação e preconceito, pelo simples fato de serem mulheres.

No que se refere aos processos privilegiados de subjetivação existentes nas relações de gênero, o advento do capitalismo foi utilizado como ferramenta de controle social, destinando às mulheres espaços constitutivos da sua função social, qual seja: a família nuclear e o lar burguês. Os papéis femininos e os padrões de feminilidade operam para aprisionar a mulher ao lar. Ademais, além de servir aos desafios domésticos, cabe à mulher a satisfação da virilidade masculina. Nessa relação, não se permite à mulher os papéis sociais fora do lar, o que pode, em certa medida, suscitar da hegemonia masculina, que, ao ser desrespeitada, provoca arroubos autoritários que, por vezes, culminam em casos de violência letal (Kehl, 2007, p. 44).

Com base nos pontos de vista evidenciados, a presente dissertação investigou, a partir da experiência de mães solo, os elementos constitutivos da

subjetivação presentes nas relações sociais e afetivas, que podem ser reestruturados e contribuir para a desconstrução das masculinidades hegemônicas na perspectiva dos direitos humanos e da cidadania.

Em 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou que existem, aproximadamente, 11 milhões de mulheres no Brasil responsáveis pela criação monoparental de filhos e filhas. A pesquisa refere-se a essas mulheres como mães solo, termo que tem sido utilizado para se aludir àquelas mulheres que se tornam as responsáveis pela criação e educação de sua prole, quando os parceiros deixam de contribuir com elas nos campos financeiro, religioso, escolar, afetivo e disciplinar.

Outra pesquisa, essa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), atualizada em 2023, denominada “Mães solo”, relata, entre outros aspectos, que a grande maioria das mães solo são mulheres negras, o que torna a vivência ainda mais desafiadora, pois são as mais afetadas pelo racismo em todas as suas formas e pela exclusão social presentes na sociedade brasileira.

De acordo com o Mapa da violência contra as mulheres, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022), em referência à violência letal e sexual praticada contra meninas e mulheres, relativo ao ano de 2021, com base nos boletins de ocorrência dos 27 estados da Federação, cerca de 1.319 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil, mostrando, assim, uma escalada de violência contra as mulheres, percebida de forma diária, constante e, muitas vezes, fatal. Em todas as dimensões, as mulheres negras são as mais afetadas.

Quando se referem aos estupros, o número de vítimas avançou 3,7% em relação a 2020, indicando 56.098 pessoas do sexo feminino, incluindo vulneráveis². Na leitura dos dados detalhados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a letalidade manifestada nas relações afetivas não revela a incidência das masculinidades hegemônicas que, por vezes, resultam no atentado à existência das

² Etimologicamente a palavra vulnerabilidade é originária do latim, e, na sua acepção original, designa ferida (*vulnus*). Conforme o Dicionário Aurélio, o lado mais fraco de uma questão, ou o ponto pelo qual alguém pode ser atacado ou ferido (2001, p. 1792). Compreensão em que o termo é tomado nesta pesquisa, como um estado visto como um desamparo emocional, afetivo ou social em que uma pessoa, no caso, uma mulher, em sua relação afetiva passa a ser vista como a mais fraca na sociedade, melhor dizendo, atacada, ferida, machucada em sua vivência na criação de filhas e filhos sem a presença do genitor. A vulnerabilidade refere-se aos indivíduos e às suas suscetibilidades ou predisposições a respostas ou consequências negativas. Yunes e Szymanski (2001) referem, ainda, que o conceito de vulnerabilidade foi formulado nos anos 1930 pelo grupo de pesquisa de L. B. Murphy, que acabou por definir o termo como “susceptibilidade à deterioração de funcionamento diante de estresse” (p. 28-29).

mulheres. Como também não constam dados com foco apenas na violência letal e sexual contra mulheres e meninas brasileiras. Não se verifica, no mencionado registro, quais tipos de atitudes e comportamentos do gênero masculino estão mais presentes nos vínculos afetivos que justifiquem a mortalidade do gênero³ feminino.

Em virtude disso, a Organização Mundial de Saúde (OMS) chama a atenção para a necessidade de problematizar e trazer à tona os modelos de masculinidades presentes na sociedade, com vistas ao combate à violência contra as mulheres. Segundo o órgão, a pesquisa realizada entre 2000 e 2013, em 44 países, indica que, em algum momento da vida, uma em cada três mulheres no mundo sofre violência por parte do companheiro, seja ele ficante, namorado, marido, membro da família ou um desconhecido.

Os elementos trazidos, tanto pelo referido Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), quanto pela OMS, além de demonstrar a violência contra as mulheres e meninas, exteriorizam a ausência do alcance dos direitos humanos e da cidadania na sua plenitude, por parte delas, o que nos leva a refletir sobre a necessidade de investigar até que ponto tais brutalidades ocorrem em função do reforço das masculinidades hegemônicas existentes na sociedade, constituídas no fazer humano cultural que reforça a superioridade dos homens em relação às mulheres.

Para Del Priore & Marcia Amantino (2013, p. 09-10), os modelos de masculinidades são comportamentos, representações “de ser homens” construídos historicamente segundo padrões culturais, sociais e políticos. A masculinidade, longe de ser “natural”, é uma variável plural edificada de acordo com as diferentes temporalidades, áreas geográficas, diferenças de classe, religião e orientação sexual de cada um. Masculinidade confrontada com padrões de comportamento e representações do que era, no passado, ou é, no presente, “ser homem”.

Por masculinidades hegemônicas, nesta pesquisa, entende-se como as estruturas históricas da ordem masculina, a modos de pensamento que são eles

³ Segundo Gerda Lerner (2019, p. 289), “gênero é a definição cultural de comportamento definido como apropriado aos sexos em cada sociedade, em determinada época – conjunto de papéis culturais que pode mascarar as relações afetivas entre homens e mulheres”. O termo gênero foi cunhado em 1968 por Robert Jesse Stoller, psicólogo, psicanalista e psiquiatra norte-americano. Para o autor, “gênero” é um termo psicológico e cultural diferente de sexo que é um termo biológico, ou seja, “identidade genérica essencial”. Ainda segundo o autor, existe a ideia de que há uma “feminilidade” e uma “masculinidade” distinta ou que não faz referência à anatomia ou à fisiologia, mas que são construções culturais, sociais e psicológicas. Essas construções podem assinalar, atribuir e rotular os papéis referentes ao gênero, afirma Robert Stoller (1993, p. 29).

próprios produto da dominação (Bourdieu, 2022). Ideia de dominação, autoridade soberana que pode subjugar, inferiorizar, criar discursos de ódio e hierarquia nas relações sociais e afetivas entre homem e mulher. A partir de então, podendo-se dirimir preconceitos e violência diversas. Nas décadas de 1960/1970, no bojo das críticas e reflexões ancoradas da segunda onda do feminismo, começou-se a estudar os comportamentos masculinos (Heilborn e Carrara, 1998). Estes estudos baseavam-se na tese de que havia necessidade de compreender melhor as masculinidades, as especificidades sobre o comportamento masculino, assim como havia sido feito com os estudos sobre as mulheres nas décadas anteriores (Connell, 2000).

Dessa forma, a presente pesquisa buscou conhecer “as experiências subjetivas de mulheres na criação monoparental de filhas e filhos considerando as masculinidades hegemônicas”, e apresentou-se como uma iniciativa de ouvir as vivências desafiadoras de mulheres sobre cria-las/los sem o auxílio mantenedor dos seus genitores. A subjetividade⁴ é vista a partir da compreensão da vivência individual pertencente a cada uma das mulheres que compõem essa pesquisa, ou seja, como a experiência na criação monoparental de filhas e filhos afetou e ainda afeta a sua percepção, impressão pessoal, dessa criação.

Cumpre explicitar de antemão que “mãe solo”, expressão socialmente construída, se aplica, na visão de muitas pessoas, não somente à mulher que é mãe e está solteira, diferente do imaginário social, pois abrange também a multiplicidade de funções de educar, manter financeiramente, prover afeto e criar a criança, ficando, assim, total e unicamente, responsável pelos seus filhos e filhas, amparada, por vezes, por pessoas próximas a ela, tais como, mães, pais, tios, tias e avós.

A expressão mãe solo veio para designar “a mãe solteira”, termo que caiu em desuso, na visão de boa parte da população brasileira, já que estar ou não em um relacionamento com um/a parceiro/a não significa necessariamente compartilhar a missão de ter uma filha ou um filho. Muitas mulheres, embora tenham a presença

⁴ Etimologicamente, a palavra subjetividade é de origem do latim *subjectivus* (*subicere*: “colocar sob” + *iacere*: “atirar, jogar, lançar”). A subjetividade na psicologia foi conceituada a partir das inquietações do sujeito, de modo que pensadores foram levados a sintetizar a questão na contraposição entre características internas e externas (Japiassú & Marcondes, 2006, p.260). São estas inquietações vivenciadas por mulheres que criam as filhas e os filhos sem a presença do genitor que a pesquisa quis ouvir. A subjetividade é tomada, então, como a experiência individual dessas mães como ser histórico lançado no mundo, com seus pontos de vistas, percepções da realidade, julgamentos de valor, sentimentos e emoções. Sem necessariamente ser um convite para o sexismo, o discurso de ódio, o preconceito. Buscando fugir das generalizações e respeitando as complexidades éticas entorno das categorias homem e mulher.

física masculina, nem sempre podem contar com o apoio do parceiro na vida da criança, ou seja, por escolha própria ou circunstâncias diversas, a criação monoparental é desafiadora.

Nesta ambiência, há mulheres que são mães solo porque o relacionamento acabou ao engravidar, posto que, ao contar sobre seu estado para o ex-parceiro, este resolveu não os assumir. E ainda questionou: “Que história é essa de gravidez?”. Também há as mães de produção independente; as mães que engravidaram e sabiam que, a partir do momento em que escolheram ter o filho, optaram por ser mãe solo; as mães que estavam casadas e se separaram; as mães solos que os pais não chegaram nem a assumi-los; e também a mãe solo que, por fatalidade do destino, enivou. Por outro lado, há mulheres, notadamente negras, que não querem ser chamadas de mães solo, pois acreditam ser um termo elitizado e que se aplica às mães brancas. Tal constatação foi percebida logo no início da pesquisa em conversa com mulheres negras.

A relevância desta pesquisa reside na intenção de sondar os elementos subjetivos presentes nas relações sociais e afetivas de um grupo de mães que criam seus filhos sozinhas. Considerando suas experiências pessoais na educação das/os filhas/os sem o apoio dos progenitores, a pesquisa buscou compreender a influência de uma relação de dominação masculina e a frequente falta de consciência sobre o pleno exercício de seus direitos humanos e de sua cidadania.

Cuidou-se de observar atentamente a dimensão ética da pesquisa, no sentido de fugir das generalizações sexistas e dos discursos de ódio que permeiam as categorias homem *versus* mulher. Não foi o objetivo dessa pesquisa o confronto ao apontar erros e acertos sobre a criação monoparental na relação social e do gênero masculino e feminino. Portanto, explico que adoto uma escrita que não segue as regras cultas da escrita androcêntrica voltada para o patriarcal, que utiliza o masculino como genérico. Isto é, o todo plural subjugando o feminino que faz parte da estrutura social, que serve mais para confirmar a cultura de que há uma superioridade entre os性os (Van Dijk, 2009, 2017).

À vista disso, emprego sempre o masculino para aludir ao masculino e o feminino quando remeter ao feminino em conjunto, como por exemplo, os meninos e as meninas, os homens e as mulheres, todos e todas. Também é escrito no texto o nome completo das autoras referenciadas e as suas devidas qualificações, com a finalidade de ressaltar e dar visibilidade à identidade feminina na escrita literária e

acadêmica. Este modo de pensar o texto desmistifica a construção da imagem da mulher sempre em um plano inferior em relação ao homem.

Neste quesito, Constância Lima Duarte (2003, p. 155), docente, pesquisadora de gênero e violência na literatura afro-brasileira, afirma que o feminismo deveria ser compreendido em um sentido bem mais abrangente, em direção a gestos e ações que resultem em protestos contra qualquer tipo de opressão e discriminação da mulher, ou que exija que os direitos civis e políticos dessa mulher sejam ampliados. Desse modo, dar visibilidade literária e acadêmica às pesquisadoras neste estudo tem por finalidade ressaltar todos os movimentos de luta contra os preconceitos em que as meninas e as mulheres foram educadas, dentro do sistema de dominação patriarcal, que, no entender de Lerner (2022, p. 290), surgiu para institucionalizar os direitos de superioridade dos homens de dominação sobre as mulheres. Assim, anuncia Duarte (2003. p. 155) que “somente então será possível valorizar os momentos iniciais desta luta – contra os preconceitos mais primários e arraigados”.

Ademais, este trabalho é de caráter interseccional na medida em que abarca a vivência maternal monoparental de mulheres, na sua maioria pretas, assim como debate sobre o sexismo, o gênero, a raça, a discriminação, o machismo, entre outros contextos. Logo, pretendeu construir informações, percebidas na conjunção entre os conceitos teóricos e as vivências de mulheres quanto à predominância das masculinidades abusivas, capazes de se materializar nas relações sociais e afetivas entre homem e mulher, bem como propor, na perspectiva dos direitos humanos e da cidadania, ferramentas para uma melhor compreensão do viés presente entre mulheres *versus* homens nas relações de gênero em uma sociedade contemporânea patriarcal. De forma que as participantes pudessem ver os impactos das suas reflexões no individual e no coletivo ao serem ouvidas, e comprovar se, a partir dos seus relatos, foram apontadas sugestões de como diminuir a carga de trabalho, o autoconhecimento e o conhecimento do coletivo das mulheres que criam suas crianças sem a participação do genitor.

Este trabalho, *Mães Solo?: as experiências subjetivas de mulheres na criação monoparental de filhas e filhos*, encontra-se estruturado nos seguintes capítulos:

O capítulo I - *Direitos humanos e sua construção histórica – breves considerações* - reporta-se a compreender os direitos humanos como um agrupamento de direitos, através dos quais se concretiza a integridade humana. Em não havendo direitos humanos, inexiste a dignidade humana. Traz a reflexão histórica

de como esses direitos, que são constitucionais, foram conquistados a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), entendendo os direitos fundamentais como ordenamento jurídico de cada povo ou nação e a garantia desses direitos no Brasil por meio da Constituição Federativa (CF) - Carta Magna dos direitos fundamentais em favor da população brasileira. Nesse mesmo capítulo, várias estudiosas analisam o alcance dos direitos humanos na luta por igualdade e a garantia dos direitos das mulheres nas relações de gênero, social e afetiva entre homens e mulheres, bem como os corpos de meninas e mulheres são atravessados historicamente pelo surgimento do patriarcado como manifestação e institucionalização do domínio masculino em vários espaços e domínios da sociedade.

O capítulo II - *O patriarcado – institucionalização e alcance: algumas considerações*, apresenta a questão acerca de como o patriarcalismo, termo assim tratado por Gerda Lerner (2013) e Zélia Amador (2019), como sistema culturalmente criado e institucionalizado na sociedade, com base na colonização da cultura masculina através do machismo, que adotou a suposta fragilidade das mulheres, seja no campo biológico\físico ou social, emocional e afetivo, para justificar a necessidade de subjugar desde o pensamento até as atitudes, os desejos e a inteligência femininos à suas vontades. Por outro lado, buscou-se compreender como se deu a construção histórica das masculinidades hegemônicas, a começar pela educação de meninas e meninos, ou seja, etapa conhecida como desmame, iniciada na sua criação. Perpassando para a educação escolar, espaço onde se começa a diferenciar qual deve ser o comportamento culturalmente entendido como adequado às meninas e aos meninos, como por exemplo, as brincadeiras, a cor de roupas, como assentar, ficar tranquilo ou ser agitado. Características que parecem acompanhar homens e mulheres em suas relações afetivas e na divisão social dos papéis no ambiente doméstico, trabalhista, religioso, afetivo e cultural. Finalizando com a proposta sobre como os homens veem, falam, analisam e compreendem a violência contra a mulher em uma sociedade predominantemente patriarcal.

O capítulo III - *Aportes históricos, teóricos e conceituais: criação monoparental feminina - mãe solo?*, relata as denominações dadas às mulheres que criam sozinhas suas filhas e seus filhos, na perspectiva sociocultural, afetiva e emocional, teórico-conceitual, histórica e antropológica, nos contextos nacionais e internacionais. Sem, no entanto, ensejar exaurir outras possibilidades construídas no fazer histórico contemporâneo. São apresentados a contextualização da temática “mãe solo”, os

conceitos teóricos e judicial e toda a carga de preconceito que mulheres que educam crianças sozinhas enfrentam na sociedade. Há também a exposição da vivência de algumas mulheres “mães solo”, da rotina exaustiva da maternagem monoparental e de como socialmente essas mulheres são vistas ela sociedade.

O capítulo IV - *Abordagem metodológica* - indica o caminho percorrido pelo pesquisador na condução da sua pesquisa, o qual indica todos os processos necessários para se alcançar os objetivos propostos, a saber: os instrumentos e as técnicas que deram base à pesquisa, delineando-se o conhecimento a ser construído, em conjunto com todos os atores e atrizes envolvidos/as no processo (Leão, 2016). No sentido de elucidar os objetivos propostos, a natureza da pesquisa foi inspirada na epistemologia qualitativa, a qual se propõe a construção interativa do conhecimento, ensejando a dialogicidade entre pesquisador e pesquisado, na qual ambos “são sujeitos ativos na produção de pensamentos e sentidos” (Santos do Nascimento, 2017, p. 50). No referido processo, levam-se em consideração os cenários, os contextos, bem como a singularidade dos sujeitos envolvidos. Foram assumidos os princípios da pesquisa exploratória, com vistas à obtenção de familiaridade com o problema evidenciado, por meio do estudo bibliográfico (livros, revistas, artigos de periódicos, entre outros); rodas de conversa e entrevista semiestruturada, nas quais os sujeitos envolvidos interagiramativamente.

A proposta do capítulo V - *Análise e discussão das percepções, vivências e subjetividades da maternidade monoparental* - é discutir os resultados obtidos a partir das informações (dados) evidenciadas através das rodas de conversa com as participantes da pesquisa e aprofundadas na entrevista individual, analisando as suas narrativas à luz da fundamentação teórica utilizada, buscando contribuir com os estudos e as vivências das mulheres que criam seus filhos e filhas sozinhas. Além da contribuição acadêmica sobre a temática, esse capítulo promove uma reflexão sobre como as mulheres se autodenominam, para além da terminologia convencionada socialmente (mãe solo). Também sugere a importância da criação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de um ambiente social mais harmonioso nas relações entre homem e mulher. Este capítulo busca oferecer possíveis respostas às questões levantadas na pesquisa, analisando-as de maneira crítica para responder ao objetivo central de compreender as experiências subjetivas de mulheres na criação monoparental de filhos e filhas, sem a participação efetiva e afetiva do genitor. A apresentação é objetiva e estruturada, facilitando a compreensão da construção das

informações e suas implicações, ao comparar os resultados com estudos anteriores. Além disso, exibem-se teorias e notas de rodapé com descrições textuais para explicar as informações, destacando comparações, tendências, padrões e aspectos importantes que emergem dos resultados, analisando-os com as hipóteses iniciais e respondendo ao que foi proposto. Por último, afiguram-se as considerações finais.

CAPÍTULO I – DIREITOS HUMANOS E SUA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA – BREVES CONSIDERAÇÕES

Neste capítulo, será realizada uma abordagem sucinta sobre a história dos direitos humanos, com o objetivo de contextualizar sua relevância para a presente pesquisa. Os direitos humanos, enquanto marco civilizatório, representam não apenas a consolidação de normas e garantias fundamentais, mas também refletem as lutas históricas de grupos que sofrem discriminação, especialmente as mulheres. Para as mães solo, grupo foco desta dissertação, a relação com esses direitos transcende a esfera jurídica, abrangendo questões subjetivas e estruturais. Dessa forma, a análise do contexto histórico dos direitos humanos permite compreender como esses pilares são reafirmados ou negados nas vivências dessas mulheres, oferecendo uma base teórica para interpretar a sua percepção e o seu protagonismo na luta por igualdade e justiça social.

Ao longo da história, os direitos humanos têm sido analisados sob diferentes lentes teóricas, com destaque para as perspectivas feministas, que desvelam a centralidade do patriarcado na institucionalização de relações desiguais de poder entre homens e mulheres. Essa abordagem é essencial para compreender como os corpos femininos, especialmente os de mães solo, têm sido atravessados pelas dinâmicas de dominação masculina, tanto no âmbito doméstico quanto no social. Tal reflexão sustenta os propósitos desta pesquisa: dar visibilidade às experiências dessas mulheres, explorar suas demandas por reconhecimento e igualdade e evidenciar como as relações de gênero influenciam a garantia (ou negação) de seus direitos humanos.

Os princípios da dignidade da pessoa e da igualdade entre os humanos podem ser apontados como sendo alguns dos pilares do reconhecimento da necessidade de garantir a humanidade na coexistência entre os homens. A própria Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III), da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, traz, já no seu preâmbulo, as considerações que sinalizam acerca do alcance, na sua plenitude, dos direitos humanos “por todos os povos e de todas as nações”, de maneira a garantir “direitos e liberdades”, com medidas que, na verdade, ampliem e não reduzam o gozo dessas prerrogativas.

Com base nessas premissas, podemos compreender os direitos humanos

como um agrupamento de direitos, através dos quais se concretizam a integridade humana. Podemos inferir, portanto, que sem direitos humanos inexiste a dignidade humana, cujos direitos se manifestam de duas maneiras: são direitos humanos aqueles reconhecidos nas doutrinas internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos anteriormente citada; e direitos fundamentais os quais são determinados na ordem jurídica de cada povo ou nação. No caso do Brasil, a Constituição Federal é a Carta Magna dos direitos fundamentais em favor da população, conforme explicitado no Título II - Direitos e Garantias fundamentais.

Nessa direção, os direitos humanos devem abarcar todas as pessoas, sem distinção de espécie alguma, seja em virtude da raça, da cor, do idioma, do sexo, da religião, da opinião política, da nacionalidade, da classe social, do nascimento, ou qualquer outra forma de exclusão. No Brasil, os direitos humanos estão agregados de maneira a garantir os direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e difusos.

Tem-se também diferentes tipos de garantias, compreendidas como instrumentos estabelecidos com vistas à proteção dos direitos, entre as quais podemos dividir em: garantias constitucionais – que protegem a ordem constitucional; as garantias institucionais – que velam pela proteção das prerrogativas das instituições que compõem o Poder Público; e as garantias dos direitos subjetivos – as quais garantem a efetivação dos direitos, protegendo-os das atuações arbitrárias.

Não se pode excetuar, das perspectivas dos direitos humanos, as características que lhes são próprias, quais sejam: a *historicidade*, pois foram construídos ao longo da história, por meio das lutas das pessoas, bem como a partir da constatação de violações contra a dignidade humana; a *universalidade*, que deve alcançar todo e qualquer ser humano, sem nenhum tipo de preconceito ou exclusão; a *relatividade*, pois não são absolutos, podem sofrer limitações; a *irrenunciabilidade*, dado que ninguém pode renunciar à sua dignidade humana; a *imprescritibilidade*, visto que não se esvaem com o tempo, devendo ser cumpridos a qualquer momento; e a *unidade*, indivisibilidade e interdependência, na medida em que devem ser aplicados conjuntamente, ou seja, nenhum direito é superior ao outro, nem pode ser efetivado de maneira compartmentada (Bonavides, 2020, p. 35).

Por fim, e sem exaurir a construção histórica dos direitos humanos, sabe-se que eles foram sendo institucionalizados em um processo evolutivo, o qual

podemos denominar de gerações de direitos humanos, acerca das quais não existe um consenso no que diz respeito ao número delas. Há quem considere três gerações, enquanto outros as estendem em até cinco (aqui encontram-se os dissensos). Dessa forma, a 1^a geração, direitos da liberdade, inclui: os direitos civis e políticos; a 2^a geração, os direitos da igualdade: direitos sociais, econômicos e culturais; e a 3^a geração, que abrange os direitos da fraternidade: direitos difusos, dos povos, da humanidade (consumidor, ambiente, desenvolvimento) (Bonavides, 2020, p. 40).

Paulo Bonavides (2006) defende a 4^a geração dos direitos humanos, acrescentando o direito à democracia. Como também aponta a paz como um direito, entendendo-o como sendo “natural dos povos”, desde que agregue a solidariedade, capaz de harmonizar todas as possibilidades étnicas, culturais, sistemas de crenças e fé e a dignidade propagada pelos humanos.

De todo modo, é ponto pacífico compreender que a adoção e o reconhecimento de novos direitos não inviabilizam ou significam a substituição ou mesmo a supressão daqueles direitos já adquiridos. Pelo contrário, fazem parte da evolução e ampliação deles ou de outros direitos.

Destaca-se, ainda, na compreensão dos direitos humanos, que, para Sousa Junior (2011, 2016), todo ser humano é sujeito de direitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, seja ele, branco, negro, indígena ou mesmo em outras dimensões sociais, e vai mais além, os direitos humanos estão sob o “domínio do agir humano, de modo que possam ser construídos e desconstruídos, reconhecidos e negados, efetivados e violados na dialética histórica” (Sousa Junior, 2016, p. 36).

Postula-se, nesse sentido, a concepção de que os direitos humanos estão no campo do fazer social, estando, assim, condicionados ao ambiente tanto político quanto cultural no qual os sujeitos estão inseridos, pelo que “a base natural é inafastável da condição humana” (Sousa Junior, 2016, p. 36). Isso posto, os sujeitos são os responsáveis pela forma como se portam na dimensão das relações sociais, pois podem, a seu fazer, gerar situações de opressão e limitação dos direitos humanos e fundamentais às mulheres, por exemplo, no processo de criação das sociedades.

Não obstante ao “pleito da igualdade natural de todos”, institucionalizada por meio da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a Declaração dos Direitos do Homem, adotada em 1879, composta por 17 artigos, explicita, já no seu

artigo 1º, que “Os Homens nascem livres e iguais em direitos”. Todavia, às mulheres não se viu o tratamento equânime dedicado aos homens, observa Pedro Demo (2022, p. 1). O que se discute, entretanto, não é o caráter inelutável da aludida Declaração, na tentativa, inclusive, de apaziguar as relações humanas por decreto, e na defesa e proteção dos princípios vistos como preciosos para a sociedade.

Tais desconsiderações, observadas na declaração em epígrafe, parecem não ter sido claras em relação às mulheres, pois o que se viu ao longo dos tempos foi a desumanização da existência feminina, manifestando-se em atos de opressão, exclusão, marginalização, inferiorização, fruto da ausência de entendimento de que “as pessoas não só nascem iguais; nascem também diversas” (Demo, 2022, p. 1). Portanto, não significa que por isso as mulheres devam ser rebaixadas, predestinadas à obediência e dominação impostas pelo patriarcado, como veremos doravante.

1.1 Caminhos possíveis para as políticas equânimes às mulheres no Brasil

Ainda que mediante a adoção de legislações, convenções, normativas e mecanismos de combate à violência de gênero, no tocante ao embotamento da contribuição das mulheres na história da civilização humana e na tentativa de impedir o avanço do poder do macho, sob a alegação da sua superioridade natural, debaixo do ponto de vista da opressão cultural inculcada no imaginário sociocultural, indagamo-nos o que ainda resta ser feito pela “equidade na diferença”, segundo aponta Maria de Fátima Araújo, pesquisadora do Núcleo de Estudos de Violência e Relações de Gênero (NEVIRG/Unesp) (2005, p. 46).

Como demonstrado neste texto, a luta pela igualdade foi priorizada pelos movimentos sociais feministas às questões da alegada diferença, reforçando aqui que a diferença é bem-vinda, é real, é notória. O que se debate é a “diferença cultural, cultura feminina, experiência feminina, reconhecimento da diversidade cultural de gênero e assim por diante” (Araújo, 2005, p.46).

A partir desse entendimento, não cabe mais ao homem definir os papéis sociais atribuídos às mulheres pelo sistema patriarcal, vigente até os dias de hoje em nossa sociedade. Nessa direção, Rosiska Darcy de Oliveira (1993), jornalista, escritora e acadêmica brasileira, citada por Maria de Fátima Araújo, acredita que, no intento de ultrapassar as diversas fronteiras do universo masculino, as mulheres

tropeçaram na diferença. Dessa forma, a diferença não deve ser compreendida como sinônimo de desigualdade, “dentro da hierarquia imposta pela dominação masculina” (Oliveira, 1993 *apud* Araújo, 2005, p. 47).

Da mesma maneira, constata-se um retrocesso considerar que, na luta pelas garantias equânimes nas relações sociais entre homens e mulheres, objeto desse texto, devam elas assumir ou mesmo adotar os comportamentos masculinos notadamente nocivos, seja na maneira de agir, sentir e falar como eles, o que se configuraria num conflito de identidade, o qual superestima as qualidades masculinas em detrimento das femininas, perpetuando, assim, a internalização da inferioridade das mulheres.

Rosiska Oliveira (1993 *apud* Araújo, 2005, p. 47) vai mais além ao chamar a atenção para os possíveis erros na concepção do feminismo reforçado nos estereótipos estabelecidos para homem/mulher, e justifica o porquê: “no centro de sua existência (da mulher, grifo meu), estão outros valores”, quais sejam: “a ênfase no relacionamento interpessoal, a atenção e o cuidado com o outro, a proteção da vida, a valorização da intimidade e do afetivo, a gratuidade das relações”. Nesse sentido, “a identidade feminina provém da interação com os outros”.

Nesse viés padronizado, alerta Rosiska Oliveira (1993, p. 47), as mulheres são “mais intuitivas, sensíveis e empáticas”, o que provocou

o terrível sentimento de divisão em que mergulham, quando, no percurso de acesso ao espaço público, se veem obrigadas a confrontar seu modo de ser com as exigências de sucesso no mundo dos homens, marcado por agressividade, competitividade, objetividade e eficiência (Oliveira, 1993 *apud* Araújo, 2005, p.47).

Os estereótipos e papéis sociais atribuídos a homens e mulheres não foram determinados pela biologia ou pelo contexto social, mas, sim, construídos com base na classe social elevada. Essa classe impôs suas culturas, os modos de educação, as divisões de trabalho, as formas de governo e as características necessárias para a dominação. Características como a agressividade, a objetividade e a autoconfiança, consideradas essenciais pela masculinidade tradicional e pelo sistema patriarcal, foram vistas como inadequadas para as mulheres, consolidando a masculinidade tradicional como universal (Oliveira, 1993 *apud* Araújo, 2005, p. 47).

Repensar, constantemente e em todas as esferas da sociedade, novos

papéis sociais de homens e mulheres, sem desconsiderar nenhum direito às mulheres, postula a revisão dos comportamentos, conceitos, discursos, que, na visão da autora, “têm sido usados para explicar a masculinidade” (Oliveira, 1993 *apud* Araújo, 2005 p. 47). Há que se trabalhar o imaginário de mulher em todos os campos e esfera da sociedade.

Na luta pela adoção de direitos humanos, as mulheres, na sua incansável peleja, buscam também combater o machismo, com suas ideologias de superioridade masculina, bem como as crenças que o apoiam, incentivam e perpetuam, mesmo em países onde se reconheçam, sabidamente, os direitos das mulheres, compreendendo que, onde existe o machismo, renasce e persiste o domínio patriarcal, assim como os arroubos racistas, em oposição aos direitos civis (Araújo, 2005; Melo, 2009; Bandeira, 2014; Saffioti, 2015; Davis, 2016; Hill Collins, 2019; Amador de Deus, 2019; Lerner, 2019; Gonzalez, 2020; Del Priore, 2020; Chakian, 2020).

É também por meio do manto da proteção à mulher - na satisfação das necessidades básicas, tais como alimentação, moradia, bens materiais em geral - que o patriarcalismo se estruturou, se mantém e se propaga até os dias de hoje. Foi assim por ocasião da escravização aplicada à diáspora negra forçada, de cidadãos do continente africano para as américas, a qual lhes impôs obediência, submissão, trabalhos sem remuneração, estupro e apagamento do lastro histórico do povo negro na história da civilização humana, bem como ao sistema de dominação sobre as mulheres, restando a elas o exaustivo trabalho doméstico e a servidão sexual, cujo único objetivo era a procriação.

A visão contemporânea da mulher e os seus papéis sociais deixaram de ser prerrogativas dos homens (sejam eles pais biológicos, maridos e até parentes mais próximos, como irmãos e tios) quando, na ausência da figura paterna ou marital, as mulheres se deram conta de que viviam num sistema histórico, no qual inexistia a justiça social, num tempo e espaço que as mantinham à margem das decisões e definições afetas a elas.

1.2 Gênero, cidadania e os direitos das mulheres

O conceito de gênero, embora amplo, perpassa toda a civilização humana e suas transformações na história humana, integrando temáticas como, segundo a visão

de Maria Izilda Matos (2009, p. 283), historiadora, pesquisadora e professora: “violência sexual, contracepção, aborto, juntamente com as reivindicações concernentes ao trabalho (a dupla jornada de trabalho) e à cidadania das mulheres”.

Nos principais estudos acerca do conceito de gênero, diversos campos de pesquisa teórico-acadêmico, a saber, sociologia, antropologia, filosofia, entre outros, o situam no campo das diferenças sexuais, posto que atinge, de modo predominante, as construções sociais advindas das relações entre homem e mulher e suas desigualdades, como resultado do patriarcado aplicado no sistema histórico de civilização.

Ocorre que, pontua Teresa de Lauretis (1987, p. 206), professora, pesquisadora de estudos feministas, estudos lésbicos e queer, a conceituação de gênero aplicada somente às diferenças sexuais acaba por limitar o “pensamento crítico” de ordem feminista, visto sob a ótica oposicionista, socialmente falando, reforçadamente biológica, que desconsidera as funções cognitivas, culturais, maternas, epistemológicas, acadêmicas e com espaços sociais previamente definidos pelos homens ao longo da história. Tais elementos, segundo Foucault (1980, *apud* Lauretis, 1987, p. 208), produz nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais humanos “uma complexa tecnologia política”.

Gerda Lerner (2019, p. 289) destaca, de forma direta e concisa, que o gênero é a definição cultural mais apropriado aos sexos, no contexto das sociedades, em determinada época, cultura, momento histórico, e se manifesta como um conjunto de papéis culturais, aplicados às mulheres como um padrão no qual devam se encaixar, como uma alternativa para explicar o que é sexo – biológico do que é cultura – gênero.

Durante séculos, o patriarcado, iniciado no terceiro milênio a.C., se estendendo até o século XIX, valeu-se de todos os mecanismos possíveis para a sua sobrevivência, utilizando a dominação masculina, preferencialmente sobre as mulheres e crianças, procurando inculcar, através da doutrinação e negação de direitos, o viés tradicional na família e, por consequência, na sociedade em geral, mesmo diante das demandas das mulheres surgidas com o tempo. Nesse sentido, prossegue a autora:

O grupo dominado troca submissão por proteção, trabalho não remunerado por sustento. Em suas origens históricas, o conceito vem

das relações familiares conforme se desenvolveram sob o patriarcado, nas quais o pai tinha total poder sobre todos os membros da família. Em troca, tinha a obrigação de prover sustento econômico e proteção (Lerner, 2019, p. 290).

Dessa forma, adotamos nesse texto, o conceito de gênero para além das diferenças biológicas, mas compreendido como um sujeito múltiplo, seja por meio de “códigos linguísticos e representações culturais”, considerando aspectos de raça e classe (Lauretis, 1987). Conclui-se, portanto, que “o gênero não é uma propriedade de corpos nem algo existente a priori nos seres humanos” (p. 208). Gênero é, assim, uma representação. Gênero é uma construção e continua a influir em todos os espaços, tais como, nas escolas em geral, na mídia como um todo, nas esferas públicas e privadas, na família, seja ela nuclear, extensa ou monoparental, nas expressões artísticas, no Estado, nas instituições religiosas, na comunidade intelectual e formadoras de opinião, no campo feminista, entre outros. Ademais, pondera Teresa de Lauretis (1987):

O gênero, como o real, é não apenas o efeito da representação, mas também o seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso como trauma em potencial que, se/quando não contido, pode romper ou desestabilizar qualquer representação (Lauretis, 1987, p.209).

Entendido como diferença sexual, historicamente foi dado aos homens uma posição hierárquica social, nas suas relações sociais com as mulheres, o poder decisório, de posse, representando uma classe superior a elas, sociocultural superior, o que talvez seja um dos pilares da violência engendrada contra as mulheres, sem distinção de classe social, gênero e raça. A hierarquia nas relações de gênero, baseadas nas diferenças sexuais, têm sido utilizadas para justificar os preconceitos contra as mulheres, fundamentadas (motivadas) na “aniquilação do outro”, afirma Lourdes Maria Bandeira (2014, p. 450), professora universitária e uma das maiores referências nas pesquisas sobre a violência contra a mulher no Brasil. Esse processo se inicia no âmbito familiar e se estende às relações sociais como um todo.

A violência de gênero, quando dirigida especialmente às mulheres, foi um dos propulsores na luta pela adoção de direitos equânimes entre os sexos, envidada pelos movimentos feministas, que procuram, desde o seu surgimento, desconstruir “a ideia corrente de que o aparato sexual era inerente à natureza das mulheres e dos homens, colocando as concepções acerca dos sexos fora do âmbito biológico

e as reescrevendo na história”, conforme argumenta Bandeira (2014, p. 449).

O feminismo, enquanto movimento social, despontou no contexto da Revolução Francesa, ocorrida entre as décadas de 1789 e 1799, e da Revolução Americana, que se deu entre os anos de 1775 e 1874, cujas principais demandas reivindicavam direitos sociais e políticos. Mulheres da Europa e dos Estados Unidos, bem como da América Latina, posteriormente, lutaram inclusive pelo direito ao sufrágio - vindo, a partir dos anos de 1960, a romper com “o conceito de político”, que limitava o poder social predominantemente aos homens (Costa, 2009, p. 52) -, contra a opressão, vivenciada tanto no âmbito doméstico quanto no campo social. Assim, as mulheres foram capazes de “criar novas condutas, novas práticas, conceitos e novas dinâmicas”, conforme Ana Alice Alcântara Costa (2009, p. 53), incansável guerreira das lutas feministas, à existência e aos direitos das mulheres, professora associada IV do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia (DCP-UFBA).

No que concerne à cidadania, Costa (2009) observa que até 1980 este direito era sequer considerado “no marco das problemáticas das relações de gênero” (p. 53), de maneira que se garantisse às mulheres o acesso à educação, nem mesmo aos direitos civis elementares, como o direito à vida, à integridade física, à proteção contra qualquer tipo de discriminação, inclusive em virtude da raça, do sexo, da orientação sexual, da etnia, da deficiência, entre outros.

Durante os anos da Ditadura Militar no Brasil, ocorrida de abril de 1964 até março de 1985, que afetou tanto o Brasil quanto outros países latino-americanos, os movimentos pelos direitos das mulheres ficaram emudecidos, os quais tiveram apoio de grupos de mulheres adeptas ao golpe militar. Entretanto não foram eliminados, posto que seguiram estudando, refletindo e se organizando, com vistas à conscientização e mobilização, como forma de resistência à dominação e exploração masculina.

Por outro ângulo, a Constituição Federativa (CF) de 1988 é considerada um marco na defesa dos direitos das mulheres. O artigo 5º da Carta Magna preconiza a igualdade jurídica entre homens e mulheres no Brasil, estabelecendo que “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”, retirando delas o estigma de inferioridade e submissão em relação a eles.

Anterior à CF, em 1985, a cidade de São Paulo inaugurava a 1ª Delegacia da Mulher. Em 2006, a Lei Maria da Penha, n.º 11.340, torna-se um dos símbolos

mais emblemáticos no marco jurídico de combate ao preconceito e à violência contra as mulheres no Brasil, com o objetivo de criar (art. 1º):

mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (Brasil, 2006).

Por meio da Lei Maria da Penha, toda mulher, cumpre dizer, sem distinção de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, reconhecimento inverso ao patriarcalismo, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, com a garantia de preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Demandada da mesma Lei, a obrigatoriedade do Estado, o asseguramento às mulheres de condições equânimes para o efetivo exercício dos direitos outrora negados, tais como: “direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”, cabendo, ao Poder Público desenvolver políticas que garantam os direitos humanos de todas as mulheres, no âmbito das relações tanto domésticas quanto familiares, o resguardo de todas as formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e dominação (art. 2.º e 3.º).

Por fim, e sem esgotar nenhuma discussão ou medidas legais vindouras, cabe também à família, à sociedade e ao poder público, criar todas as condições que se fizerem necessárias para o exercício dos direitos enunciados na referida Lei Maria da Penha.

CAPÍTULO II – O PATRIARCADO – INSTITUCIONALIZAÇÃO E ALCANCE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este capítulo, embora breve, traz considerações acerca de como o patriarcalismo foi culturalmente criado e institucionalizado na sociedade, com base na cultura masculina, cuja participação abarcava as pessoas economicamente mais favorecidas e brancas. Para a professora, estudiosa da violência de gênero, Heleith Saffioti (1969 e 2004), o sistema patriarcalista⁵, além de ter sido amplamente aceito tanto nas instituições religiosas quanto adotado pelo Estado, foi e tem sido disseminado, de maneira maciça, na cultura dos povos principalmente ocidentais. O sistema patriarcalista adotou a suposta fragilidade das mulheres, seja no campo biológico\físico ou social, emocional e afetivo, para justificar a necessidade de subjugar desde o pensamento até as atitudes, os desejos e a inteligência femininos à suas vontades. Fato que culmina, até os dias de hoje, em atos de violência e disputa de poder em todos os âmbitos da sociedade.

Através dos séculos, o sistema de dominação masculina por parte dos homens contra as mulheres, denominado de opressão, tem sido utilizado como um processo que consagrou o patriarcado como justificativa para impedir, limitar e conter a necessidade de reconhecer os direitos das mulheres nas sociedades.

Gerda Lerner (2019), historiadora, pesquisadora, escritora e professora, na sua obra “A criação do patriarcado”, destaca que “Assim como os homens, as mulheres são e sempre foram sujeitos e agentes da história” (p. 23). Ocorre, porém, que os registros históricos mostram que cabia aos homens a posse das mulheres, destinando-se a elas o ofício de subordinação, consideradas de natureza inferior

⁵ O **patriarcado** é um conceito sociológico e histórico que descreve um sistema estrutural e institucional de organização social, política e econômica em que o poder é predominantemente exercido pelos homens. Nesse sistema, há a subordinação das mulheres e de outros grupos marginalizados, sendo que essa desigualdade é sustentada por normas, valores e práticas culturais. O termo refere-se a uma estrutura histórica e global. Envolve a institucionalização de relações de dominação masculina em todas as esferas: família, trabalho, política e cultura. É um conceito amplo, usado em teorias feministas para analisar as relações de gênero. Por esta lógica, o **patriarcalismo** é mais específico e geralmente se refere a um conjunto de práticas e crenças que sustentam o domínio masculino dentro de contextos específicos, como a família ou pequenas comunidades. O termo enfatiza as práticas e manifestações cotidianas do patriarcado. Pode estar relacionado à ideia de autoridade masculina em arranjos familiares tradicionais, como o "pater famílias" da Roma antiga. Tem um caráter mais localizado e individualizado, sendo associado a costumes ou tradições que reforçam a hierarquia masculina. Contexto da estudiosa da violência de gênero Heleith Saffioti nas obras "A Mulher na Sociedade de Classes" (1976) e "Patriarcado, Capitalismo e Violência" (2004, p. 53).

em relação a eles, a quem se incumbiam as tarefas domésticas, a saber, a reprodução, o cuidado e o afeto, ainda que o trabalho doméstico devesse ser exercido sem remuneração.

Às mulheres foi negado o direito de contribuir com o fazer histórico da civilização humana. De maneira que a visão de mundo foi contada pelo olhar masculino. Dessa forma, os direitos legais à cidadania eram fortemente exercidos pelos homens, como o direito ao voto, à remuneração pelo trabalho, bem como os direitos sexuais de decidir sobre a reprodução humana em detrimento à vontade sexual e reprodutiva das mulheres. Às mulheres restava obediência aos pais e posteriormente, com o casamento, aos maridos (Lerner, 2019, p. 35).

Nessa seara, o patriarcado, “que se desenrolou durante um espaço de tempo de quase 2.500 anos, de cerca de 3.100 a 600 a.C.”, aponta Lerner (2019), pode ser entendido como um fenômeno cultural e ideologicamente institucionalizado, através do qual ocorre a dominância e exploração masculina sobre as mulheres nos diversos contextos da sociedade. De acordo com essa concepção, os homens detêm o poder sobre as mulheres em todas as instituições sociais, negando-lhes o acesso equitativo, a liderança, a fala e as ingerências, desconsiderando, assim, as capacidades intelectuais, privando-lhes de todos os direitos, inclusive o direito à própria história no transcurso da civilização humana, ignorando também suas demandas.

Ademais, o patriarcado instaura, no seu arcabouço, a liberdade e a dominação masculina, considera Heleith Saffioti (2014). Nesse caso, complementa Carole Pateman (1989), filósofa que trabalha com teoria política e feminismo, a liberdade do homem exige a sujeição da mulher, criando, dessa forma, um contrato original que abarca “o acesso sexual regular” e a “liberdade civil” do homem, formalizando, portanto, o direito patriarcal (p. 16). A liberdade civil, vista como um atributo masculino, depende, em grande medida, do direito patriarcal. A estudiosa conclui que:

O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. (...) O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado: ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno (Pateman, 1989, p. 17).

O direito patriarcal institucionalizou-se tendo como base o ideal de família, reforçando-se nos parâmetros religiosos, na educação escolar e nas leis, o que significa dizer que o contrato sexual, criado para a dominação e exploração masculina dentro das paredes familiares, foi estendido para a esfera do Estado, deixando, portanto, de ser considerado e praticado somente no contexto da violência doméstica.

Por outro lado, assinala Pedro Demo (2022), os indivíduos são tão iguais quanto diferentes. Embora homens e mulheres façam parte de uma mesma espécie, e, diga-se de passagem, humana, abarcam diferentes papéis na sociedade, seja nos campos da evolução, biologicamente, socialmente e afetivamente, ou na sua subjetividade. Nem por isso devam ser inferiorizados com peso nessas diferenças. A inferioridade das mulheres em relação aos homens foi construída ideologicamente, de forma distorcida, alienada e cruel, em total desconsideração à sua identidade, posto que a identidade implica em ser diverso, não desigual.

2.1 Masculinidades hegemônicas

Esta seção tem como objetivo apresentar a construção histórica das masculinidades hegemônicas em diferentes contextos dos traços do comportamento masculino do homem para com a mulher na divisão do papel social de cada um na sociedade. Bem como as relações afetivas de gênero e lugar de poder nas configurações do âmbito familiar, laços afetivos, parentais, a pluralidade e as práticas das masculinidades dentro das vivências entre homens e mulheres, a condição feminina e a violência simbólica. Reconhecendo as hierarquizações e, a partir de então, podendo-se dirimir preconceitos e violências, entre elas, não participar da vida da filha ou do filho. Sem deixar de entender qual o grau de consciência existente sobre a masculinidade e a feminilidade e as influências de uma tradição na qual aos homens eram exigidas ações voltadas para a garantia da autoridade, muitas vezes com o uso da violência. Entre as/os principais autoras/es citamos Beauvoir (1967); Chodorow (1987); Connell (1995); Duarte (2003); Lima, Büchele & Assis (2008); Gerda (2019); hooks (2019); Santos (2019); Louro (2021); Bourdieu (2022); e Araújo (2023).

2.2 As construções sociais das masculinidades

Nesse ponto é que as meninas vão parecer, a princípio, privilegiadas. Uma segunda desmama, menos brutal, mais lenta do que a primeira, subtrai o corpo da mãe aos carinhos da criança; mas é principalmente aos meninos que se recusam pouco a pouco beijos e carícias; quanto à menina, continuam a acariciada, permitem-lhe que viva grudada às saias da mãe, no colo do pai que lhe faz festas; vestem-na com roupas macias como beijos, são indulgentes com suas lágrimas e caprichos, penteiam-na com cuidado, divertem-se com seus trejeitos e seus coquetismos: contatos carnais e olhares complacentes protegem-na contra a angústia da solidão. Ao menino, ao contrário, proíbe-se até o coquetismo; suas manobras sedutoras, suas comédias aborrecem. "Um homem não pede beijos... um homem não se olha no espelho. Um homem não chora", dizem-lhe. Querem que ele seja "um homenzinho"; é libertando-se dos adultos que ele conquista o sufrágio deles. Agrada se não demonstra que procura agradar (Beauvoir, 1967, p. 12).

A compreensão da feminilidade na criação de meninas e da masculinidade na criação de meninos é descrita, pela escritora intelectual, ativista política e feminista Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand de Beauvoir (1967), como aprendizagens construídas desde o desmame. Entendido como a etapa em que os dois sexos, menina e menino, são vítimas da mãe, do pai e do adulto que a/o cercam e, ao mesmo tempo, vítimas de si no processo da educação, isto é, "vítimas do outro e de si" (1967, p. 02). Dentre os inúmeros aspectos envolvidos nessa construção social histórica na fase do desmame, as meninas são ensinadas a serem frágeis, dóceis e submissas enquanto aos meninos acontece uma ruptura do carinho maternal no comportamento que lhes é exigido socialmente de dureza em não demonstrar sentimentos, como choro, risos, brincadeiras, elegância ou trejeitos que são posturas consideradas de meninas. Não lhes era permitido nem ao menos o carinho por parte de pessoas do seu convívio e a sequer a evidência de emoção por parte dos meninos, ou seja, "agrada se não demonstra que procura agradar", aponta Beauvoir (1967, p. 12).

Como afirma Beauvoir (1967, p. 11), anterior ao desmame, quer dizer, durante os quatro primeiros anos de idade da criança, não havia distinção entre a educação de meninas e de meninos. A ambos lhes era permitido as mesmas atitudes e demonstrações de carinho, podiam sorrir, serem acariciadas, acariciados, serem admiradas e admirados quanto à beleza, às brincadeiras, às piadas e aos gestos – estado de felicidade. A abrupta ruptura se dava com o desmame, ponto em que ao menino essas evidências comportamentais passam a impedir-lhe de se tornar "um homenzinho" (p. 12). Os meninos não podiam mais abandonar-se nos braços

maternos, pois essa atitude era somente para as meninas. O aconchego do colo da mãe e a passiva felicidade eram um privilégio apenas das meninas, uma vez que a fase do olhar benevolente materno passou. “Um homem não pede beijos ou recebe beijos e carícias dos adultos, deixa de ser ajudado com a vestimenta, não se olha no espelho, não vive grudado às saias da mãe” (p. 12). Ao contrário, segundo a autora, liberta-se de tais posturas – sufrágio.

A estrutura familiar encaminhava o menino a uma dura independência desprovida de carinhos e atenção, com desígnios maiores e mais valorizados que a educação das meninas. A doutora e professora em educação e relações de gênero, Guacira Lopes Louro (2021), chama a atenção para a compreensão de como e sobre como foi construída a relação de gênero entre os sexos, ou seja, como a prática social construiu e reproduziu as relações desiguais entre homens e mulheres e as características dos papéis masculinos e femininos, criando a supremacia dos homens sobre as mulheres nas relações interpessoais. Para Louro (2021), essas relações desiguais devem ser debatidas e analisadas e afirma ainda que “as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades, como também as complexas redes de poder, constituem hierarquias entre os gêneros” (p. 28).

Partindo do pressuposto das múltiplas formas referidas pela estudiosa, instituições como a igreja, o estado, a escola, o governo, a justiça, a política, entre outras, criam símbolos, códigos e discursos que se constroem como práticas sociais que podem servir como pretextos para atravessar e generificar os corpos dos sujeitos e hierarquizar os espaços, a classe social e a etnia dos homens e das mulheres na relação social. A exemplo da escola, que é uma instituição cuja vivência buscou mecanismos de separar pobres e ricos, ordenar, dividir, classificar o espaço e o comportamento, as brincadeiras, como sentar etc. entre meninos e meninas (Louro, 2021, p. 62). Na reflexão de Guacira Lopes Louro (2021), a escola sempre usou do artifício simbólico e do artifício do código para delimitar o que meninos e meninas podem ou não podem fazer, isto é, “ela separa e institui, informa o ‘lugar’ dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas (p. 62). A autora afirma ainda que essa construção, “fabricação” dos sujeitos, é continuada e geralmente muito sutil, quase imperceptível por causa da naturalização da forma (p. 67).

Nessa consciência cultural, os papéis masculinos e femininos parecem se construir como “naturais”, porém Louro (2021) pondera que é uma tarefa urgente da sociedade desconfiar e também questionar sobre o que se é tomado como “natural”

para meninos e meninas. Nesse entendimento, na práxis, as atitudes de separar qual é o brinquedo ou a brincadeira mais adequado para os meninos e as meninas, separá-los/as na fila, separá-los/as para as tarefas e trabalhos na escola, por exemplo, não devem ser tidas como naturais. A diferenciação entre os sexos na escola se reflete nos gostos, nas aptidões, nos interesses e inteligências nas disciplinas/matérias escolares, como também apontar, a partir das “características de cada gênero”, se de fato são os meninos que devem ser mais agitados, mais agressivos, mais falantes, mais atrevidos, enquanto às meninas cabem ser mais tranquilas, mais dóceis, mais recatadas, mais caladas, e o que se sobressair a essa norma construída pelo processo social deve ser entendida como “desvio” de comportamento (p. 67-68).

Especificamente sobre a discussão do que a sociedade culturalmente toma como natural, a autora conhecida pelo pseudônimo bell hooks (2019), professora, teórica feminista, por sua vez explica que é na família que a maioria das crianças aprende o sentido, o significado, a essência, a prática e a vivência das regras “hierárquicas” e “autoritárias” (p. 71). A hierarquia e a autoridade da postura dos meninos em relação às meninas são vistas e entendidas como uma forma natural. É aqui, segundo ela, que as meninas aprendem a aceitar a opressão contra si mesmas e aprendem a aceitar a supremacia dos meninos como algo natural. Aos meninos é ensinado que faz parte do papel masculino trabalhar na comunidade, controlar a vida econômica da família e, pasme, infligir punições, ou seja, ao masculino cabe a função de determinar, impor, aplicar castigos dentro da ordem familiar (p. 71).

Nessa ordem familiar vista como natural, continua bell hooks (2019), ao feminino é ensinado que o seu papel é o de proporcionar o suporte emocional, o cuidado com a família, ficar em casa para manter a organização e, como papel principal, a maternidade. Todo esse empenho sob as regras econômicas do homem. Entende-se que, dentro dessa dinâmica familiar, que é ensinada também, a “relação de dominação e subordinação, superior e inferior, mestre e escravo” é ensinada, aprendida e aceita como “natural” (p. 71). As colocações apontadas pelas autoras, Beauvoir (1967), hooks (2019) e Louro (2021) podem apontar culturalmente, na imposição dos papéis predeterminados aos meninos e às meninas, os traços da construção das masculinidades que passam a dominar nas relações sociais, nos espaços políticos e trabalhistas e principalmente, nas relações afetivas entre homem e mulher. Reforça bell hooks (2019) que

Mesmo em famílias desprovidas de membros masculinos, as crianças aprendem a valorizar as regras autoritárias através das suas relações com as mães e outros adultos, bem como da rigorosa aderência aos padrões comportamentais definidos de modo sexista (p. 71).

É possível compreender, segundo bell hooks (2019), a partir dos padrões sexistas, que mesmo em famílias em que não há homens presentes, como em lares monoparentais liderados por mulheres, as crianças ainda podem internalizar e valorizar regras autoritárias que reverenciam os modos masculinos. Isso ocorre por meio das relações que têm com as mães e outros adultos, bem como pela observância estrita de normas de comportamento que são estabelecidas de forma sexista. Em outras palavras, a presença de um homem não é necessária para que as crianças aprendam a respeitar e seguir regras autoritárias, rígidas, impostas/adquiridas e sexistas. São regras sem flexibilidade para questionamentos e podem ser transmitidas por qualquer adulto na família, no sentido tradicional cultural de gênero.

A estrutura familiar e as dinâmicas de gênero dentro de casa influenciam profundamente na forma como as crianças percebem e aceitam as regras autoritárias, independentemente da presença masculina. Essas mesmas dinâmicas de comportamento entre meninos e meninas são observadas também entre crianças indígenas, embora dentro de uma cultura histórica distinta. Nesse contexto, Daniel Munduruku (2002) descreve a educação das crianças indígenas como um processo de fazer sonhar. Na sociedade indígena, educar é estimular sonhos interiores a brotarem, frequentemente levando a risos diante dos mistérios da vida, na orientação passo a passo do caminhar e sonhar. Os meninos aprendem imitando seus pais, enquanto as meninas imitam suas mães, ajudam-nas, brincam juntas, ouvem e compartilham histórias aprendidas com as mães e as mulheres mais velhas. Assim, o processo educativo entre meninos e meninas se diferencia, mesmo quando o objetivo central é o de sonhar (p. 71).

Pode-se observar, nesses comportamentos culturais enraizados na família e na sociedade, a construção social da masculinidade. O sociólogo francês Bourdieu (2022) destaca que, nas relações entre os性os, existe a permanência ou mudança da ordem sexual, que ele considera como a importação ou imposição ingênua de normas que persistem nas estruturas sexuais e nos esquemas sociais, vistos como condenáveis. Em uma sociedade androcêntrica e conservadora, aspectos dissimulados permeiam a relação entre homens e mulheres, sendo profundamente

enraizados na história. Diante disso, é necessário questionar essa historicização e perpetuação cultural do patriarcado heteronormativo e entender que, na sociedade androcêntrica, a estrutura sexual é centrada e organizada em torno da figura masculina como padrão de comportamento social, o que pode gerar discriminação simbólica e contribuir para a perpetuação da subordinação das mulheres e a supremacia masculina Bourdieu, 2022, p. 07-10).

O autor supracitado desenvolveu o conceito de violência simbólica para explicar como as estruturas sociais mantêm e perpetuam desigualdades e relações de poder. Em relação à condição feminina, Bourdieu (2022) argumentou que a violência simbólica desempenha um papel significativo na manutenção da subordinação das mulheres na sociedade. A violência simbólica, segundo ele, refere-se a formas de opressão que são internalizadas pelos indivíduos como normais e legítimas, embora possam ser prejudiciais e limitadoras ao naturalizar a desigualdade, reproduzir os estereótipos de gênero, confinar as mulheres a papéis tradicionalmente associados ao cuidado, à submissão e à fragilidade, enquanto os homens são valorizados por características associadas à força, liderança e racionalidade (p. 61).

A pesquisadora, socióloga e psicanalista feminista Nancy Chodorow (1987) argumenta que a relação de meninos e meninas com a mãe é historicamente distinta. Ambos os gêneros aprendem a associar o cuidado e o amor materno como algo acolhedor e protetor, mas também os vinculam a uma suposta fraqueza e medo atribuídos às mulheres. Na busca por identidade, os meninos se distanciam dessa percepção ao se identificarem com os pais, rejeitando qualquer expressão de sentimento que possa ser vista como vulnerabilidade. Eles passam a valorizar características como ação, comando e autoridade – aspectos que definem o ego masculino. Por outro lado, as meninas tendem a se conectar mais profundamente com as expressões emocionais da mãe, desenvolvendo um ego mais flexível e permeável. Esse afastamento natural dos meninos das expressões emocionais maternas resulta em um ego mais rígido e isolado. A formação diferenciada do ego entre meninos e meninas pode influenciar de maneira significativa o comportamento de homens e mulheres na sociedade (Chodorow, 1987 *apud* Lerner, 2019, p. 75).

A historiadora Gerda Lerner (2019, p. 289) aborda os conflitos em torno da construção social das masculinidades ao demonstrar como o patriarcado se disseminou na sociedade como um sistema de poder, discriminação, preconceito e opressão sobre as mulheres. Lerner (2022, p. 65-66) argumenta que o patriarcado

não é um fenômeno natural ou inevitável, mas uma construção social e histórica, moldada por fatores econômicos, políticos, sociais e culturais. Ela rejeita a ideia de que a subordinação das mulheres seja uma característica universal e inerente às sociedades humanas, afirmando que o patriarcado é uma forma específica de organização social que emergiu em determinados contextos históricos. Assim, Lerner (2022) nos permite compreender como a história moldou a educação, o gênero e a identidade entre mulheres e homens.

Para o pesquisador e facilitador do Projeto Memoh⁶, Caio César dos Santos (2019), entender a masculinidade exige uma compreensão profunda do conceito de ser homem, o que inclui desconstruir historicamente o significado desse papel. Ele argumenta que não é mais aceitável aderir passivamente ao estereótipo cultural que confere aos homens um privilégio de gênero. A masculinidade deve estar associada à responsabilização dos homens por seu comportamento e à promoção da equidade de gênero. Em rodas de conversa do Projeto Memoh, Caio César (2019) destaca a importância de os homens reconhecerem seus privilégios e entenderem as dinâmicas sociais que os afetam. Ele defende que é necessário redefinir as concepções tradicionais sobre o que significa ser homem, que frequentemente estão ligadas a ideias de força, virilidade e violência, propondo, em vez disso, uma nova forma de masculinidade mais justa e consciente sobre a violência histórico-cultural causada ao feminino (p. 02).

A respeito do novo conceito de masculinidade, Raewyn Connell⁷ (1995) argumenta sobre a importância de uma crítica mais séria à masculinidade, indo além das piadas e dos estereótipos comumente feitos na mídia sobre os "Homens Sensíveis da Nova Era". O autor argumenta que é crucial que os homens desenvolvam uma compreensão mais profunda sobre si mesmos, especialmente em relação às suas emoções, pois isso pode ser a chave para transformar as relações pessoais, a sexualidade e a vida doméstica. Além disso, as práticas de gênero dos homens levantam questões importantes de justiça social. Isso é relevante quando se considera

⁶ Espaço de troca que funciona como uma roda de conversa, onde um dos participantes traz um tema para ser debatido entre todos do grupo a partir de uma angústia ou um questionamento em relação a sua masculinidade, sem medo de ser julgado.

⁷ Robert W. Connell e Raewyn Connell são a mesma pessoa. Robert W. Connell é o nome pelo qual a autora era conhecida antes de sua transição de gênero. Posteriormente, ela adotou o nome Raewyn Connell. Ela é uma socióloga australiana reconhecida por suas contribuições aos estudos de gênero, especialmente no campo das masculinidades. Sua obra "Masculinities" é uma referência importante nas investigações sobre esse tema.

a desigualdade econômica, a violência doméstica e as barreiras institucionais que dificultam a igualdade das mulheres. O autor destaca que as masculinidades estão profundamente envolvidas na violência organizada, sugerindo que uma transformação na maneira como os homens entendem e vivem suas masculinidades pode ter um impacto significativo na sociedade como um todo (Connell, 1995, p.186).

2.3 Homens: discutindo a violência contra a mulher

"Nós somos homens; deixemos aí essas mulheres", disse-lhe. Persuadem a criança de que é por causa da superioridade dos meninos que exigem mais dela; para encorajá-la no caminho difícil que é o seu, insuflam-lhe o orgulho da virilidade; essa noção abstrata reveste para ele um aspecto concreto: encarna-se no pênis; não é espontaneamente que sente orgulho de seu pequeno sexo indolente; sente-o através da atitude dos que o cercam. Mães e amas perpetuam a tradição que assimila o falo à ideia de macho; seja porque lhe reconhecem o prestígio na gratidão amorosa ou na submissão, seja porque constitua para elas um revide reencontrá-lo na criança sob uma forma humilhada, o fato é que tratam o pênis infantil com uma complacência singular (Beauvoir, 1967, p.13).

A discussão sobre a violência contra a mulher por parte dos homens tem evoluído e se diversificado ao longo do tempo, refletindo diferentes abordagens, níveis de conscientização e engajamento. Alguns homens participam de grupos que buscam refletir sobre a masculinidade tóxica e como ela contribui para a violência de gênero. Nesses espaços, eles discutem suas próprias experiências, questionam comportamentos aprendidos e buscam formas de desconstruir atitudes violentas ou opressoras. A forma como os homens discutem a violência contra a mulher varia muito, mas o crescente reconhecimento da importância de envolver os homens nessa discussão é um passo fundamental para a mudança de se desconstruir o conceito histórico-cultural do que é ser homem. A *Campanha do Laço Branco*, por exemplo, incentiva os homens a se posicionarem contra a violência de gênero. E discute a responsabilidade masculina em combater a violência e apoiar as vítimas.

Entre os inúmeros aspectos da mudança no conceito e significado do que é ser homem na contemporaneidade, destaca-se a campanha do Laço Branco. Esta iniciativa tem como objetivo mobilizar os homens para o fim da violência contra as mulheres. Promovida anualmente em 6 de dezembro, a campanha ganhou destaque

com a Lei n.º 11.489 de 2007, que instituiu o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. A campanha foi lançada inicialmente em 1991, no Canadá, como resposta ao massacre de 14 mulheres ocorrido em 1989 na Escola Politécnica de Montreal, onde um homem armado assassinou 14 mulheres e feriu outras 14 pessoas antes de cometer suicídio. Este evento trágico evidenciou a necessidade urgente de abordar a violência de gênero e de envolver homens e meninos na luta pela igualdade de gênero e no combate à violência contra as mulheres (Araújo, 2023, p. 03).

Segundo Rodrigo Araújo, é importante destacar que diversos órgãos das Nações Unidas, especialmente o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), em parceria com organizações de mulheres, têm contribuído para a expansão da Campanha Laço Branco, que hoje está presente em todos os continentes e em mais de 55 países. A Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece essa campanha como a maior iniciativa mundial voltada ao envolvimento dos homens na temática da violência contra a mulher. Homens são encorajados a usar um laço branco como um compromisso simbólico de não participar, apoiar ou permanecer em silêncio diante da violência contra as mulheres, além de refletir e discutir de forma crítica e consciente sobre a equidade de gênero. Isso inclui reconhecer o lugar de privilégio que os homens ocupam, muitas vezes sustentado pelo poder nas relações de gênero, resultado do patriarcado histórico (Araújo, 2023, p. 03).

Nesse mesmo contexto, Raewyn Connell (1995), docente e pesquisadora de temáticas como educação, classe, sexualidade, gênero e violência, afirma que tratar de uma prática é dar destaque àquilo que realmente se faz, não àquilo que se espera. “Significa enfatizar que uma ação tem uma racionalidade e um significado histórico. Isso não significa que a prática é necessariamente racional” (Connell, 1995, p. 188). Logo, homens refletindo no sentido de buscar combater a violência contra as mulheres é uma ação prática social urgente. Não há como deixar de buscar educar os meninos sobre o estereótipo violento dos papéis e a relação de poder. Por outro lado, educar as meninas a não aceitar como social a violência, velada ou não, contra elas. Ou seja, “homens despojados de privilégios masculinos e mulheres antissexistas” (hooks, 2019, p. 31). Nesse cenário, reafirma a pesquisadora Connell (1995),

a dominação dos homens e a subordinação das mulheres. A

hegemonia será estabelecida somente se existir correspondência entre o padrão cultural e o poder institucional, seja ele coletivo e/ou individual. Quando as condições para a defesa do patriarcado mudam, as bases para a dominação ou hegemonia de uma masculinidade particular são gradualmente destruídas. A hegemonia é vista como historicamente mutável (p. p. 188).

A dominação mencionada por Connell (1995) refere-se a estruturas socialmente marcadas ao longo da história pelo machismo e pelo patriarcado, que se perpetuam e se impõem por meio de violências tanto simbólicas quanto concretas. Essa dominação também pode ser entendida como padrões de comportamento que envolvem o silenciamento das vozes das mulheres e a minimização de suas experiências, tornando suas lutas e demandas menos visíveis e legítimas na sociedade. hooks (2019) relata que, em uma sala de aula da Stanford University, "as mulheres conversavam menos, tomavam menos iniciativas e, frequentemente, quando falavam, era difícil ouvir o que estavam dizendo" (p. 33). As mulheres são frequentemente vistas como menos inteligentes, menos pensadoras e escritoras.

Para Bourdieu (2022, p. 107), a condição feminina é moldada por relações de poder desiguais e por estruturas sociais que perpetuam a violência simbólica, minando a autonomia, a dignidade e o bem-estar das mulheres. Combater essa forma de violência exige desafiar e transformar as normas, os valores e as instituições que a sustentam, promovendo a igualdade de gênero e o respeito pelos direitos das mulheres. Nesse sentido, desde 1999, a discussão e reflexão sobre a mudança nas relações de poder e a promoção da igualdade entre homens e mulheres são buscadas através da Campanha do Laço Branco. Outrossim, essa campanha vai além, representando o reconhecimento da resistência das mulheres ao patriarcado ao longo da história, por meio de movimentos de luta pela igualdade e pela autonomia. Lerner (2022, p. 28) enfatiza a importância de se reconhecer e valorizar essas histórias de resistência como parte integral da narrativa da história das mulheres.

Uma das missões da Campanha do Laço Branco é promover a equidade de gênero, o combate da violência contra a mulher - como já referido anteriormente -, como também chamar a atenção dos homens a se engajarem através do diálogo, de ações e mudanças de comportamentos que busquem eliminar todas as formas de violências contra as mulheres (físicas, psicológicas, religiosas, patrimoniais, culturais, reprodutivas, entre outras). Assim, espera-se que os homens não apenas participem

do ato, mas que participem da luta com as mulheres (Araújo, 2023, p. 03). Nessa direção, o artigo "Homens, gênero e violência contra a mulher" de Daniel Costa Lima, Fátima Büchele e Danilo de Assis Clímaco, publicado na revista Saúde e Sociedade em 2008, discute a relação entre construções de masculinidade, gênero e a violência contra a mulher, sob a ótica de envolver os homens no combate à violência contra a mulher, reconhecendo que eles podem ser agentes fundamentais na desconstrução das normas patriarcais (Lima, Büchele & Clímaco, 2008).

Os autores aludidos sugerem que é essencial promover novas formas de masculinidade que valorizem a igualdade de gênero e o respeito mútuo nas relações sociais, defendendo um convívio democrático, no qual homens e mulheres tenham os mesmos direitos e deveres no exercício da cidadania. Eles enfatizam que os desafios enfrentados pelas mulheres na implementação de políticas públicas e educativas só serão superados com a participação ativa dos homens. Para isso, é fundamental que os homens sejam envolvidos em programas de prevenção à violência de gênero, especialmente em contextos de saúde pública, que devem abordar tanto as vítimas quanto os agressores. Como destaca Minayo (2005, p. 69), "a questão da violência se transforma em problema para a área da saúde na medida em que afeta a saúde individual e coletiva, demandando a formulação de políticas públicas específicas e a organização de serviços voltados à prevenção e tratamento."

No contexto de envolver os homens como agentes na promoção da igualdade e na prevenção da violência contra a mulher, Saffioti (2004), uma teórica do campo feminista, destaca que "as duas partes, 'homem e mulher', precisam de auxílio para promover uma verdadeira transformação da relação violenta" (p. 68). Isso significa que não basta trabalhar a não violência apenas com uma das partes; é essencial que tanto homens quanto mulheres atuem como parceiros críticos nessa questão. Com esse propósito, o facilitador do Projeto Memoh, Caio César dos Santos (2019), promove discussões críticas e reflexivas por meio de rodas de conversa sobre masculinidade e a responsabilização dos comportamentos masculinos na sociedade. Santos (2019, p. 03) argumenta que essa discussão sobre o lugar de privilégio de gênero deve ser conduzida pelos próprios homens, e não apenas sobre eles, e ressalta a importância de refletir, junto com os homens, sobre o papel que desempenham na violência contra a mulher.

Esse viés de reflexão é alinhado à orientação da Organização das Nações Unidas, que afirma que "a violência contra as mulheres persiste em todos os países

do mundo como uma violação contundente dos direitos humanos e como um obstáculo à conquista da igualdade de gênero" (ONU, 2006, p. 21). Além disso, a referida instituição reconhece que a violência contra as mulheres constitui um grave problema de saúde pública, afetando profundamente a integridade física das vítimas. Por outro lado, a Organização Mundial da Saúde (2002, p. 21) destaca a necessidade de problematizar os modelos de masculinidades presentes na sociedade como uma estratégia para combater a violência contra as mulheres. A OMS também recomendou a criação de campanhas educacionais de saúde pública como uma forma de enfrentar a violência em suas diversas manifestações (2002, p. 21).

O sociólogo Pierre Bourdieu (2022) desenvolveu o conceito de violência simbólica como a perpetuação das estruturas de poder que mantêm a dominação masculina e a subordinação das mulheres na sociedade. Ele também enfatiza a necessidade de desconstruir essas estruturas de poder nas instituições que as sustentam (p. 75). Nessa conjuntura, exemplificativamente, em 2008, a ONU Mulheres lançou a campanha global "UNA-SE pelo Fim da Violência contra as Mulheres", que instituiu o Dia Laranja pelo Fim da Violência contra as Mulheres, celebrado no dia 25 de cada mês. Este dia simboliza a aspiração por um futuro livre de violência contra mulheres e meninas e busca mobilizar governos, ONGs e indivíduos para conscientizar e agir contra a violência de gênero. Além disso, a campanha promove currículos e planos de aula sobre estereótipos de gênero, masculinidades e violência, visando à educação de meninos e homens em todas as instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, em todos os níveis (ONU Mulheres, 2017).

Nessa circunstância, o documentário sobre o "Grupo Reflexivo para Homens", apresentado pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA) e desenvolvido pela 2^a Promotoria Especializada de Defesa da Mulher de São Luís desde 2020, segue as orientações da OMS e do Fórum de Segurança Pública. Este trabalho faz referência ao artigo 8º da Lei n.º 11.340 de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que estabelece que o poder público deve criar políticas públicas para proteger as mulheres contra a violência doméstica e familiar. Tais políticas incluem a implementação de mecanismos para prevenir a violência, oferecer assistência às vítimas, promover estudos e estatísticas sobre o tema, e capacitar profissionais para lidar com situações de violência contra a mulher. Um exemplo atual de política pública para a proteção das mulheres é a Campanha Feminicídio Zero, lançada pelo Ministério das Mulheres (MIN. MULHERES), em 23 de agosto de 2024, que visa combater e reduzir os casos

de feminicídio no Brasil.

A iniciativa governamental referenciada busca conscientizar a população sobre a gravidade da violência contra as mulheres e promover ações efetivas para proteger as vítimas. Em resposta às alarmantes estatísticas de feminicídios no Brasil, a campanha é parte de um esforço mais amplo para promover a igualdade de gênero e garantir a segurança das mulheres em todos os aspectos da sociedade. Seu principal objetivo é combater e não tolerar nenhum tipo de violência contra a mulher, seja ela física, psicológica, religiosa, amorosa, patrimonial, econômica, simbólica, cultural, intelectual ou política. A campanha também inclui parcerias com diversos setores, formalizadas por meio de uma carta-compromisso assinada por empresas públicas e privadas, entidades empresariais, organizações da sociedade civil e clubes de futebol. Assim, as ações e diretrizes promovidas pelo Fórum de Segurança Pública, pela OMS e pelo Ministério das Mulheres evidenciam a gravidade da violência contra as mulheres e a falta de acesso pleno aos direitos humanos e à cidadania. Isso nos leva a refletir sobre a necessidade de investigar até que ponto tais violências são reforçadas pelas masculinidades hegemônicas presentes na sociedade.

CAPÍTULO III – APORTES HISTÓRICOS, TEÓRICOS E CONCEITUAIS: CRIAÇÃO MONOPARENTAL FEMININA - MÃE SOLO?

Eu namorava um rapaz fazia dois anos, quando engravidei. Então assumi sozinha a situação, mesmo ele dizendo que nós íamos ficar juntos. Quando entrei no segundo mês de gravidez, ele deixou um bilhete na portaria do meu prédio e sumiu. Eu me senti muito deprimida, pois era uma situação pela qual eu nunca tinha passado, então o desespero tomou conta de mim; eu senti muita falta dele, afinal tínhamos um relacionamento de mais de dois anos. Ele fugiu da situação e eu fiquei sozinha (Lagenest, 1990, p. 9).

Neste capítulo, abordamos as denominações dadas às mulheres que criam sozinhas seus filhos e filhas, na perspectiva sociocultural, afetiva e emocional, teórico-conceitual, histórica e antropológica nos contextos nacionais e internacionais, sem, no entanto, ensejar esgotar outras possibilidades construídas no fazer histórico contemporâneo. A construção deste capítulo perpassa as vivências da pesquisadora, assim como as concepções, predominantemente de autoras. Entre as/os principais autoras/es, citamos: Bastos (1989); Zapiain (1996); Diniz (2005); Giddens (2005); Kehl (2007, 2013); Collins (2019); Fernandes (2019); e Leite (2022).

No Brasil convencionou-se chamar aquela mulher que cria uma filha ou um filho sozinha, por opção ou não, de mãe solteira. Significado construído culturalmente para a mulher que se entrega a uma criação monoparental, seja por vontade própria ou não. Durante muito tempo, as mulheres que criavam a suas/seus filhas/os sem a presença masculina eram discriminadas em virtude de o termo mãe solteira ser considerado pejorativo, nada agradável, feio, escandaloso um fardo biológico, segundo Janaína Leite (2022), atriz, diretora e mãe solo.

Cumpre salientar que, junto à expressão "mãe solteira", vinha também a discriminação. Culturalmente, uma mãe solteira era vista como tendo menos valor na sociedade em comparação com uma mulher que criava seus filhos junto com o pai biológico. Na novela *Chocolate com Pimenta*, do autor Walcyr Carrasco, transmitida pela TV Globo em 2003, a protagonista Ana Francisca, após descobrir que está grávida do namorado, que não assume a gravidez por causa de uma armação de sua tia, se casa com Ludovico, um homem bem mais velho e seu amigo. Ela faz isso para preservar sua integridade moral, emocional e prover o sustento para seu filho,

evitando ser mal vista pela sociedade. Naquele contexto, ficar grávida fora do casamento era considerado errado, ruim e feio. Esta conjuntura, abrangendo o período de 2010 a 2019, foi pesquisada por Deise Sabrina Finamori e Maria Alice Guimarães Batista (2022), estudiosas das temáticas de família, gênero, antropologia do parentesco, paternidade, maternidade solo, movimento LGBT, parentalidades e noções de família.

Quando fiquei grávida, solteira, não foi fácil meu pai aceitar, porque para ele eu tinha feito uma coisa errada, e não era daquele jeito que ele havia me ensinado. Ele se preocupou até com o que as pessoas iriam pensar a meu respeito. A barra foi pesada (Lagenest, 1990, p. 09).

A discriminação da mulher sozinha na criação da prole trouxe consigo adjetivos pejorativos, tais como: mulher puta, mulher escorregadia, mulher vacilona, mulher errada, mulher fácil, mulher safada (Lagenest, 1990, p. 25). Tudo pela ausência masculina para oferecer-lhe apoio moral, financeiro, emocional e físico. Nas palavras de Nadir Helena de Bastos (1989, p. 76), escritora, coreógrafa, professora universitária, bailarina e mãe solteira: “as essências foram deixadas de lado, como coisas esquecidas”. Relata ainda que muitas famílias engolem ou ignoram a situação de uma gravidez sem a presença do genitor, o que não significa uma aceitação da situação (p. 76).

Por outro lado, Flávia Daiane Carrocha Fernandes (2019) - profissional da Casa da Doula em São Paulo, é especialista em auxiliar mulheres durante o trabalho de parto, promovendo maior segurança e tranquilidade, um vínculo mais forte entre mãe e bebê, e uma menor incidência de depressão pós-parto, entre outros benefícios - reflete que uma mulher que engravidou sem estar em um relacionamento estável não deve ser rotulada como irresponsável ou descuidada (p. 07). Todavia, observa-se que, no momento do desejo entre uma mulher e um homem, ambos podem não se proteger, resultando em uma gravidez não planejada. Isso é bem diferente de ser chamada de irresponsável ou descuidada. Em função disso, Fernandes (2019, p. 03) e Giddens (2005, p. 158) afirmam que uma mãe solteira não é uma mulher que não se cuidou, mas, sim, que ocorreu um descuido nas relações sexuais, resultando em uma concepção involuntária e não planejada por ambos os parceiros.

De outro modo, o vocabulário mãe solo é utilizado, nos últimos anos, para denominar as mulheres que não estão inseridas em um relacionamento conjugal e

optaram pela produção independente, maternidade solo, entre outras expressões. Entretanto, no início do trabalho de campo para a construção dessa dissertação, já nas conversas iniciais com outras pesquisadoras negras e mães monoparentais, uma delas foi enfática ao rechaçar o termo, que, na sua concepção, não se aplica às mulheres negras. Conversa que tivemos por ocasião da minha participação no Congresso Baiano de Pesquisadores Negros, ocorrido em Conceição de Coité, na Bahia, em 2023.

No entender de Iris Verena Oliveira (2023) - mulher negra, professora do mestrado em educação e diversidade, da Universidade do Estado da Bahia/UNEB, coordenadora do curso de formação continuada de professoras/es através da "Rede Colaborativa Combinamos de Escrever" e Integrante do Grupo de Pesquisa sobre educação antirracista, currículo, formação docente, educação escolar quilombola, diferença e Currículo Bahia - e Lindinalva de Paula (2023) - educadora e articuladora política da Rede de Mulheres Negras da Bahia -, ao considerarem a própria condição histórica da população negra, mãe solo não é um termo adequado às mães negras. Segundo Iris Oliveira (2023) e outras pesquisadoras negras, talvez, pela ideologia de luta herdada do período de escravização, mãe sozinha ou família estendida caiba melhor.

Também se destaca que a produção independente significava que essa mãe tinha condições financeiras suficientes para manter a/o filha/o sem ter que recorrer à figura paterna. Algumas mulheres, inclusive, buscavam a produção independente, ou seja, a figura paterna é excluída dos laços de parentalidade pela escolha da mãe (Zapiain, 1996, p. 28), muitas vezes por não querer a presença da figura masculina participando na criação parental. Nesse caso, a mulher que escolhia ser mãe, por produção independente, também passou a ser chamada de mãe solteira.

Essa foi exatamente a escolha da apresentadora Xuxa Meneghel, uma mulher branca, rica, cantora, atriz, empresária e ex-modelo brasileira, ao namorar o empresário Luciano Szafir e decidir ser mãe. Na época, ela declarou que sua prioridade não era ter uma união estável por meio do casamento, mas, sim, ser mãe. Na certidão de nascimento de sua filha, Sasha Meneghel, consta o nome do pai, que fez questão de exercer a função paterna e manter os laços afetivos. No entanto, para as acadêmicas e pesquisadoras presentes no Congresso Baiano de Pesquisadores/as Negros/as (CBPN), em 2023, essa realidade está muito distante da maioria das mulheres pardas e pretas, devido às suas condições históricas, sociais e

raciais.

Esse quadro histórico, que se distancia da estrutura tradicional, por assim dizer, constituída por uma mãe e um pai, tem meandros, situações culturais e sociais que foram forjados pela sociedade, abarcando o questionamento, inicialmente, de qual é o lugar da mulher na sociedade, qual o lugar da filha ou qual o lugar do filho na sociedade e qual o lugar do pai na sociedade. Segundo Leite (2022, p. 07), em termos psicanalíticos, o lugar do pai se confunde com o território da lei, das estruturas, da ordem; e o lugar da mãe remonta à margem movediça de uma experiência longínqua de quando a mulher ainda não era um “eu”. Imposição de uma maternidade solitária formada na família tradicional, afirma Maria Rita Kehl (2013, p. 14) - psicanalista, jornalista, ensaísta, poetisa, cronista e crítica literária brasileira -, ao discorrer sobre a família tentacular.

Na contramão da percepção performada na sociedade patriarcal sobre a mulher, criou-se o estigma da mulher casada estar em uma posição de valoração e estima superior à mulher que não está em uma relacionamento conjugal e se tornou mãe solteira. A explicação de Simone de Beauvoir (1970) - filósofa existencialista, feminista e teórica social, escritora, intelectual, ativista política, francesa, escrevendo sobre a dominação sobre o corpo feminino, no livro *O segundo sexo*, é:

A mulher casada é autorizada a viver a expensas do marido; demais, adquire uma dignidade social muito superior à da celibatária. Os costumes estão longe de outorgar a esta possibilidades sexuais idênticas às do homem celibatário (Beauvoir, 1970, p. 176).

Popularmente falando, a mulher-mãe, que não tinha um relacionamento conjugal estável, era considerada de segunda categoria, segunda classe, posto que desrespeitou de alguma forma a família nuclear e o lar burguês, o Estado e as leis da igreja, segundo Maria Rita Kehl (2007, p. 67). A mulher que criava sua/seu filha/o sozinha, seja por escolha, seja por ter sido deixada para trás, porque ficou viúva ou por divórcio, era chamada pela sociedade de mãe solteira. Esse termo vinha sempre acompanhado de um adjetivo de discriminação em relação à mulher casada. Consideremos, por exemplo, a essa situação uma mulher inserida na família nuclear (Kehl, 2007), que estava casada, grávida e feliz com o seu marido, o pai da criança muito orgulhoso em ser pai, mas tudo mudou quando ele, ao ir para o trabalho, foi assassinado na esquina próximo a sua casa. Dando início, assim, ao calvário da vivência do estigma social de mãe solteira, além da dor da perda. Maria Ângela

D'Incao (2004, p. 225) - professora universitária, pesquisadora sobre o Brasil, as relações entre grupos sociais e a natureza, os estudos da modernidade e da globalização no Brasil -, escreve que a mulher está sempre submetida aos olhares julgadores e atentos da sociedade.

Dentre inúmeros aspectos envolvidos neste cenário, Simone de Beauvoir (1949, p. 14) afirma que, entre os dois sexos, ainda atualmente, nunca houve verdadeira igualdade, pois os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições. A exemplo dos encargos do casamento, que permanecem muito mais pesados para a mulher do que para o homem. Acrescenta Beauvoir (1949):

Ora, a mulher sempre foi, senão a escrava do homem ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado handicap. Em quase nenhum país, seu estatuto legal é idêntico ao do homem e muitas vezes este último a prejudica consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta (p. 14).

Considerando a percepção de Beauvoir (1949), ao tratar sobre as servidões da maternidade, em que, de um lado, a mulher está em uma união estável e, do outro lado, a mulher mãe solteira era tratada como desavergonhada, entre outros adjetivos, o que significava que ela tinha se entregado a algum homem fora do matrimônio e estava sozinha na tarefa do maternar, assumindo todas as responsabilidades na criação da/o filha/o e recebendo o nome de mãe solteira. Dentro dessa convenção, vem o questionamento: mãe solteira ou mãe solo?

No entender de Clarissa Carvalho (2020, on-line) - professora doutora na Universidade Estadual do Piauí (Uespi) e pesquisadora na área de maternidade e gênero -, ser mãe não deveria ser conjugado ao estado civil, solteira ou casada, haja vista que ser mãe independe dessa conjugação. Esta é a mesma compreensão do advogado Eudes Quintino (2023) no texto *Tributo à mãe solteira*. Dessa forma, chamar a mãe solteira de mãe solo serviu para desvincular a mãe do estado civil. É como um querer limpar a barra do uso lá atrás, de dizer que a mãe solteira era uma mulher perdida. Para a socióloga, feminista, pacifista, antirracista, anti-lgbtqia+fobia, anticapitalista, anticapacitista, Ana Liési Thurler (2011, n.p.), a mãe solo busca desconstruir os preconceitos do termo mãe solteira da naturalização da relação entre a maternidade e o estado civil.

Algumas acadêmicas mulheres negras feministas entendem a expressão pública mãe solo desde a etimologia da palavra solo, como solidão (Ferreira, 1986, p. 1.608). Solo, dentre os outros significados, pode ser “uma voz ou um instrumento que executa um trecho musical que lhe é especificamente destinado” e, por extensão, pode significar “desacompanhado, a sós” (Villar, 2009, p. 901). Não é diferente a explicação apresentada no dicionário Houaiss (2011), também em referência à música, solo significa “passagem ou trecho executado por um só instrumento ou uma só voz, com acompanhamento ou não, em um coral ou orquestra” (p. 873).

No caso da mulher, o mencionado vocábulo é socialmente usado para identificar a mãe que cria uma criança sozinha, no sentido de não ter o auxílio participativo dos laços afetivos, financeiros etc. do genitor. A acadêmica Oliveira (2023), no Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as, chama a atenção para o fato de a mãe negra ou preta não se vir representada por essa terminologia, por não se dar ao luxo de ser chamada de mãe solo. Isto dito, pelo motivo desse termo ser ocidental e midiático, muito distante da vivência negra, prova-se ainda na atualidade a negação da plena humanidade do Outro, como apresentado na obra *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*, por Sueli Carneiro (2023, p. 91), filósofa, escritora, ativista antirracismo do movimento social negro brasileiro, fundadora e atual diretora do Geledés — Instituto da Mulher Negra - e considerada uma das principais autoras do feminismo negro no Brasil.

O sentido dado e o tratamento recebido não eram nada acolhedores. A mulher negra para a sociedade continua sendo uma mãe solteira. Para a escritora e mulher negra Patricia Hill Collins (2019, p. 135) - considerada uma das mais influentes pesquisadoras do feminismo negro nos Estados Unidos, na obra “Pensamento feminista negro” -, ao tratar das *mammies* e matriarcas, em imagens de controle, a mulher negra assume ideologicamente, uma condição generalizada de dominação, perpetuada pelos valores sociais de manipulação do poder, que a coloca em um estado de dependência de símbolos já existentes ou novos sobre a sua condição de mulher negra. Nesta seara, Mary Lucy Murray Del Priore (2011), historiadora e escritora brasileira de mais de 50 obras da história do Brasil, em *História de amor no Brasil*, argumenta que “a misoginia classificava as mulheres negras, mestiças ou pobres como mulheres fáceis, alvos naturais de investidas sexuais, a quem se podia ir direto ao assunto sem causar melindres” (p. 60).

Por ser um termo carregado de adjetivos com significados preconceituosos e pejorativos, entre eles, o estado civil da mulher que é mãe solteira há também, a reclamação da falta de respeito, apoio financeiro, colaboração, laços afetivos, jornada dupla de trabalho, incompreensão e desafios enfrentados diariamente, agregam-se os julgamentos, as dificuldades, o medo de viver um novo relacionamento, a falta de tempo e as condições econômicas para cuidar da sua própria beleza e autoestima, conforme apregoa Belli (2023, p. 01-03), especialista em materno-infantil.

O principal aqui é a percepção de que a cultura masculina acabou se aproveitando da educação cultural que oportuniza ao homem o poder patriarcal de ser e fazer o que quiser e não se indignar de ter uma filha ou filho biológico e seguir a vida normalmente. Problematizando, o pensamento do patriarcado compreende o casamento como o espaço legítimo para o nascimento de uma criança, o que não significa, necessariamente, compartilhar os cuidados da criação, na concepção de Nádia Santos e Raquel Noronha (2022, p. 08) - Nádia é mãe solo, professora, palestrante e profissional & self coaching com ênfase em gestão de pessoas e Raquel Noronha é doutora em ciências sociais, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Design/UFMA, Líder do NIDA - Núcleo de pesquisas em inovação, design e antropologia (CNPq) e desenvolve pesquisas nas áreas gênero e poder.

3.1 Tonar-se humano na construção da identidade do ser humano

Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino (2016, p. 125), psicóloga, filósofa e professora da Universidade de Brasília, afirma que o bebê é um novo ser humano introduzido na sociedade, na família e na cultura em que vive. Esse processo de inserção começa a ser construído já na concepção, quando surgem preocupações com a preparação do ambiente para a chegada desse novo ser, que já existia enquanto possibilidade na imaginação dos pais. Durante a gestação, manifestam-se desejos, dúvidas e preocupações relacionadas não apenas ao bem-estar do bebê, mas também ao contexto social, histórico e cultural em que ele será criado. Pulino (2016) destaca que:

ao nascer, então, a criança não encontra um espaço vazio a ser preenchido por ela, mas começa a viver num universo povoado de imagens inspiradas na possibilidade de sua existência. Ao nascer, entretanto, a criança se mostra um ser radicalmente novo. Inicia-se,

a partir daí, um processo de diálogo entre as imagens criadas pelos pais e a do bebê que surge efetivamente (p. 127).

Refletindo sobre o processo de "tornar-se humano" na construção da identidade, é importante compreender como a afetividade – que pode incluir aceitação, indiferença e até rejeição – está presente na relação dos pais com o novo ser. A ausência da figura paterna, por exemplo, pode impactar profundamente no desenvolvimento emocional e social da criança, especialmente quando o pai não assume a responsabilidade por sua criação. Pulino sugere que o "tornar-se humano" envolve tanto o cuidado materno quanto o paterno, estando intrinsecamente ligado à historicidade, à cultura, à sociedade e à convivência cotidiana que participam da constituição desse novo ser.

A partir dessas considerações, o que a sociedade espera da criança e o que ela efetivamente se torna ao interagir com o mundo revelam um jogo complexo. É nesse processo que se constrói sua identidade pessoal e social, permitindo que ela se reconheça como "um de nós", ou seja, como um ser humano partícipe de uma comunidade (Pulino, 2016, p. 128). Esse processo é ainda mais desafiador para mães que maternam sozinhas, assumindo todas as responsabilidades pela vida da criança. Assim, é essencial refletir sobre que tipo de relação essas mães estão proporcionando ao novo ser, bem como sobre as implicações de uma sociedade que frequentemente negligencia o apoio necessário para que esse processo ocorra de forma plena e justa.

Outra expressão cultural adotada na sociedade para a mãe solteira é a "pãe", considerando as mulheres que criam sozinhas, assumindo, ao mesmo tempo, o papel de mãe e pai. A sociedade absorveu esse conteúdo como se fosse uma verdade possível. Existem mesmo pães? E o contrário, ou seja, um pai que desempenha sozinho o lugar de mãe e pai? Qual seria o termo? Ou pode-se dizer que existem mãe e pai que assumem toda a responsabilidade, em todas as dimensões, pela criança presente no mundo e que contam com uma rede de apoio, ou não, que podem ser os avós, as tias, os tios, as madrinhas, os padrinhos, as amigas, os amigos, as cunhadas, os cunhados ou até mesmo as vizinhas e os vizinhos. É difícil a compreensão de uma criação isolada em uma sociedade moderna, dizer-se pãe pode estar muito próximo de um comportamento, associação modal padronizado patriarcalista.

Nesse contexto, a percepção da mulher que cria sozinha seus filhos não muda apenas pelo uso de uma expressão cultural promovida pela mídia. A sociedade

convencionou e legitimou a ideia de que o homem ocupa um lugar de poder, permitindo-lhe agir como um ser superior à mulher, conforme a cultura patriarcal, que ora inclui ora exclui a mulher de seu agir na sociedade como antagonista (Beauvoir, 1949, p. 91). Um exemplo desse machismo cultural é a conversa entre os personagens Caio e Ademir na novela *Terra e Paixão*, do renomado escritor Walcyr Carrasco: “Você é homem e homem faz o que tiver que ser feito e de cabeça erguida”. Que lugar de poder é esse conferido ao homem? Ele pode gerar um filho e não assumir a paternidade em suas dimensões, pode usar as redes sociais para aconselhar outros homens a não se envolverem com uma mulher que é mãe solteira, por considerar tanto ela quanto a criança um fardo “uma bucha”, “um saco de cimento” (vídeo veiculado na rede social TikTok – Outlier, 2021: *Fuja de mãe solteira*). E isso é aceito? O homem, por ocupar esse lugar de masculinidade na sociedade, age dessa forma, enquanto a mulher é vista como irresponsável ou imprudente (Carvalho, 2020, on-line).

Ao explicar o modelo tradicional de paternidade, Scavone (2001, p. 50) apresenta os aspectos sociais e construtivos e afirma que há certa tendência para o fenômeno da ausência do pai, o lugar do pai foi historicamente marcado por um vazio afetivo. Nesse encadeamento, segundo Giddens (2005, p. 155), a história mostra que, na divisão por gênero, mulher e homem, no âmbito familiar, houve a delimitação de mãe no lar, entendimento do ambiente doméstico e o pai ausente na função de provedor da família. Na história ocidental europeia, o período entre o ano de 1930 e a década de 1970 foi considerado a era do pai ausente (Giddens, 2005, p. 156). Esse momento foi marcado por guerras que levaram os homens a obrigatoriedades militares. Diante de tal fato, consequentemente se ausentaram dos lares, raramente viram ou participaram efetivamente da vida das filhas e dos filhos. Porém, mesmo nos períodos posteriores, a presença do pai na vida das/os filhas/os não era frequente. Pela lógica da divisão sexual do trabalho, a ausência era sistemática. Para Buarque de Holanda (1995, p. 81), ao poder do pai, não havia freios.

Para explicar a síndrome do pai ausente, as pesquisadoras de temáticas inerentes ao corpo da mulher e do homem, que abordam o papel dos homens em nossa sociedade, a construção das masculinidades e suas interconexões com os estudos sobre as mulheres, Mary Del Priore & Márcia Amantino (2013, p. 209), em *História dos homens no Brasil*, apontam a necessidade de o universo feminino ter que renovar a luta de resistência contra as formas de opressão nos movimentos

diuturnamente. À vista das desigualdades e injustiças nas relações de gênero, veem o contexto histórico do gênero masculino no Brasil marcado por tensões, dominação e violências.

Ademais, consideram não ser fácil o sustentáculo imposto a eles de “o ser homem”, que lhes imprime paradigmas machistas e homofóbicos que perpassam do medo de não conseguirem corresponder ao império da virilidade ostensiva que constrói a opressão, a dominação, a humilhação e a segregação com eles mesmos e ao gênero feminino (Del Priore, 2013, p. 211). Assim, mesmo que o pai estivesse ausente, gozava do privilégio de sua presença na memória e na imagem de controle de dominação através de ditados de expressão popular, como “tal pai, tal filho”, marcando com isto o traço do genitor. “Afinal, a bastardia e ilegitimidade se expressariam pela presença física” (Del Priore & Amantino, 2013, p. 155). Nesse caso, as/os filhas/os continuavam sendo mais “filhas/os da mãe” do que do pai.

Nessa consciência, vale lembrar que, seja mãe solteira, mãe perdida, mãe que não conseguiu segurar o parceiro ou mãe solo, é uma mãe criando uma filha ou um filho sozinha, uma mulher que muitas vezes teve que abrir mão de um ou mais sonhos para munir com todas as responsabilidades assumidas em uma criação sem a presença do genitor (Leite, 2022 *apud* Bassit, 2022, p. 08-09). Por outro lado, a realidade mostra as mães cuja criação monoparental de filhos foi compartilhada pelo apoio ou não de uma rede composta por avó, avô, tia, tio, madrinha, padrinho, vizinha, vizinho, entre outras pessoas. E, embora recebendo ajuda, a mãe que assume as responsabilidades da maternagem sem a presença do pai biológico gostaria mesmo de contar com a parceria, mãe, pai, filha ou filho, modelo de família tradicional nuclear (Kehl, 2007, p. 44).

Para algumas mulheres, a não parceria com o genitor das crianças pode ser explicada através de evidências de violências sofridas ou ainda pelo histórico da dominação masculina advinda da cultura patriarcal. Como bem contextualiza a professora e pesquisadora Thurler (2017, p. 123), “precisamos entender que o não-reconhecimento paterno é um tipo de violência”. Por esse ângulo, a parceria é um cuidado necessário. Tomo por exemplo, a história da mulher negra Carolina Maria de Jesus (2014), escritora do livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, migrante de Sacramento, Minas Gerais, catadora de papel muitas vezes insultada, mãe solteira de três filhos e moradora da primeira grande favela de São Paulo. Mulher negra que relata ter conhecido a cor da fome, as dificuldades para se conseguir comida, descreve

a história da realidade amarga dos favelados da década de 1950. Buscou sobreviver do lixo da cidade grande e narra que a fome faz mudar a cor das árvores, do céu, das pessoas, dos bichos, enfim, tudo assume a cor amarela diante da fome. Para pessoas em uma realidade social desprotegida, como a vivida por Carolina Maria de Jesus, o sociólogo Giddens (2005) destaca que

a maioria das pessoas não deseja ser pai ou mãe solteiros, mas há uma minoria crescente que faz esta escolha – criar um ou mais filhos sem o auxílio de um cônjuge ou companheiro. *Mães solteiras por escolha* é uma boa descrição para alguns tipos de mães solteiras, normalmente as que possuem recursos suficientes para manter de forma satisfatória um lar monoparental. Para a grande maioria das mães solteiras ou não casadas, porém a realidade é diferente: há uma grande correlação entre a taxa de nascimentos ocorridos fora do casamento e os indicadores de pobreza e privação social (p. 158).

Olhar para a história de Carolina Maria de Jesus, mulher negra, pobre, marcada por privações sociais e mãe solteira de três crianças – uma menina e dois meninos, frutos de diferentes relacionamentos –, nos permite compreender, por meio de seus jogos de palavras, os desafios enfrentados por uma mãe sozinha que assume, literalmente, todas as responsabilidades da criação, sem o apoio do genitor. É a realidade de ter água para fazer o café, mas não ter dinheiro para comprar o pão. Muitas vezes, Carolina trabalhou de forma apressada, apreensiva e agitada, preocupada por deixar seus filhos brincando sozinhos no quintal, ciente de vizinhos sem compaixão, que esperavam sua ausência para maltratar as crianças. Sua vida, delimitada pela ausência de uma rede de apoio, pelas circunstâncias de um corpo exausto e uma alma entristecida, é narrada com força e autenticidade em seus relatos:

Que suplício catar papel atualmente! Tenho que levar a minha filha Vera Eunice. Ela está com dois anos, e não gosta de ficar em casa. Eu ponho o saco na cabeça e levo-a nos braços. Suporto o peso do saco na cabeça e suporto o peso da Vera Eunice nos braços. Tem hora que revolto-me. Depois domino-me. Ela não tem culpa de estar no mundo. Refleti: preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não têm ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar (Jesus, 2014, p. 22).

Carolina Maria de Jesus preferiu não se casar e, segundo ela, não estava descontente com essa decisão. Em suas narrativas, descrevia que as mulheres casadas na favela viviam como escravas indianas, uma vida que ela não desejava

para si, nem para seus filhos Vera Eunice, José Carlos e João José. As terríveis condições impostas pelas figuras masculinas com quem se envolveu ou que observava na sociedade a levaram a essa escolha. Sua experiência reflete a realidade de muitas mulheres que optam por serem mães solteiras para escapar da violência inerente à posição de poder que a cultura patriarcal confere aos homens. Essa posição pode intimidar e sufocar as mães através da violência, maus-tratos e dominação. Submeter-se aos caprichos culturais masculinos não fazia parte da essência de Carolina como mulher preta, embora tenha vivido diversos relacionamentos afetivos ao longo de sua vida, nos quais muitas vezes reservava um olhar frio e duro para os homens, enquanto seu sorriso era destinado às crianças.

3.2 Mãe solteira/Mãe solo e o entendimento jurídico: estado civil

Diante do contexto social apresentado e da tentativa de se construir um conceito teórico para o termo "mãe solo", é necessário esclarecer o estado civil da mulher como mãe, seja em uma união estável ou não. A incompreensão sobre essa questão alimenta preconceitos culturais relacionados à criação monoparental de filhas/os. Diversos textos discutem a distinção entre mãe solteira, entendida como um estado civil, e mãe solo, que é desprovida dessa condição. Segundo a jurista, advogada e professora brasileira Maria Helena Diniz (2003),

o estado civil é a soma das qualidades da pessoa natural, permitindo sua apresentação na sociedade numa determinada situação jurídica, para que possa usufruir dos benefícios e das vantagens dela decorrentes e sofrer os ônus e as obrigações que dela emanam. O estado civil da pessoa rege-se por ordem pública e, por constituir um reflexo da personalidade, é indivisível, indisponível, imprescritível e irrenunciável (p. 140).

Por esse entendimento, uma mãe que cria sua filha ou filho sem a presença física, afetiva, segurança, econômica, educacional, amizade e disciplinar do genitor e desprovida de um estado civil não deve ser chamada de mãe solteira. A categoria solteira, pelo novo Código Civil, Lei nº. 10.406/2002, é considerada estado civil e a mãe solo independe dessa terminologia e formalidade. Como se pode notar, a expressão pública mãe solo é a mulher que assume sozinha toda a responsabilidade para com a criança. Por esse âmbito, a mulher solteira é um estado civil, podendo ser

mãe solo por assumir sozinha uma filha ou um filho.

O estado civil, como a própria expressão jurídica apresenta, tem a finalidade de retratar uma situação em que a pessoa natural se encontra e suas condições, ou seja, casada e mãe solteira. O estado civil da pessoa humana tem por objetivo caracterizar uma situação, de acordo com as condições em que uma pessoa natural se situa. “E, ao atribuirmos essas categorias, vamos conseguir classificar as relações das pessoas em relação às demais” (Diniz, 2003, p. 146).

Neste contexto, a expressão mãe solo vem ganhando cada vez mais popularidade e compreensão de que ser mãe não está em nada relacionado ao estado civil dessa mulher, como supõe a terminologia mãe solteira. Em referência a isso, Maria Helena Diniz (Diniz, 2003, p. 146) coloca que o estado civil é “a soma das qualidades da pessoa natural, permitindo sua apresentação na sociedade numa determinada situação jurídica, para que possa usufruir dos benefícios e das vantagens dela decorrentes e sofrer os ônus e as obrigações que dela emanam”. Obrigações que deveriam ser compartilhadas igualmente com o genitor, quais sejam: amar, criar, educar, disciplinar, sustentar, alimentar, respeitar, dividir responsabilidades, uma vez que, biologicamente, o genitor participou da concepção independente do estado civil.

De acordo com Maria Berenice Dias (2016, p. 198) - jurista, advogada e ex-magistrada brasileira, desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, fundadora do Instituto Brasileiro de Direito de Família e autora de diversas obras sobre direito de família -, o estado civil é definido como uma qualidade pessoal. E sua importância de identificação decorre dos reflexos que produz em questões de ordem pessoal e patrimonial, formando, assim, a qualificação da pessoa. O marco sinalizador do estado civil sempre foi o casamento, mesmo sendo eles institutos distintos. Dessa forma, o estado civil é definido como uma expressão que qualifica uma pessoa. Logo, à mulher que não tem uma união estável, mas é mãe sem ser casada, não é correto o uso da nomenclatura mãe solteira, dado que o ser mãe, a maternidade, não se constitui como um estado civil.

A maternidade, nos termos já explicados, não se mede pelo estado civil da mulher. No sentido jurídico, tanto é que o Estatuto da Criança e do Adolescente, acertadamente, é taxativo em afirmar, em seu artigo 42, que “podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente de estado civil” (Brasil, 1990). Historicamente, a mãe solteira era associada também a mulheres que, contrariando os costumes sociais da época, mantinham relações sexuais antes do casamento e

engravidavam involuntariamente. Por isso, eram discriminadas no meio social onde viviam, e a referida locução era desagregada do estado civil (Kehl, 2007, p. 44).

A temática da mulher que abraça ou se vê na responsabilidade pela criação sozinha está presente no artigo da Academia Brasileira de Letras (2023, p. 01) intitulado “Mãe Solo”. Esta é descrita como aquela mãe que assume de forma exclusiva todas as responsabilidades pela criação da criança, tanto financeiras quanto afetivas, em uma família monoparental. A denominação mãe solo indica uma forma de parentalidade, desvinculada do estado civil.

Mulher chefe de família provedora de seus dependentes, provedora dos seus pequenos que cria, educa e participa da vida de uma filha, um filho sozinha e em muitas dessas famílias comandadas por mulheres. Especificamente 56,9%, dados do último censo do IBGE (referente a 2005-2015), vivem abaixo da linha da pobreza. As crianças sequer têm o registro do pai na certidão de nascimento. Além da constatação de que cada uma dessas mães faz um malabarismo absurdo para conseguir cuidar dessas/es pequenas/os em casa, sendo, muitas vezes, obrigadas a uma tripla jornada de trabalho para compensar o rombo no orçamento familiar, não obstante muitas delas simplesmente não contam com a tão falada rede de apoio.

Para Gustavo Garcia (2022, p. 02), o termo mãe solo é usado para designar mulheres que são inteiramente responsáveis pela criação de suas/seus pequenas/os, deixando o conceito de mãe solteira em desuso. Isto porque estar ou não em um relacionamento com um(a) parceiro(a) não quer dizer necessariamente compartilhar a difícil missão de ter um/a filho/a. Entretanto esse entendimento não é compartilhado por muitas mulheres negras. Outrossim, é comum culpabilizar a mulher como irresponsável e inconsequente, como se conceber uma criança fosse tarefa somente da mulher. O machismo ainda perpetua essa visão cultural, o que torna a batalha dessas mães ainda mais desafiadora.

Um dos grandes desafios em criar uma filha, filho sozinha é o julgamento por parte da sociedade, já que o que é considerado “normal” é uma mulher se casar e ter filhas/os. Muita gente ainda aponta o dedo e tece comentários do tipo “mas você não se cuidou?” ou “como pôde deixar isso acontecer?” (Garcia, 2022, p. 03).

Assim descrito, é preciso, segundo o artigo de Garcia (2022, p. 04), explicar a condição da maternidade solo. Solo, etimologicamente falando, vem da palavra solidão, porém, a solidão da maternidade não vem do estado civil pelo simples fato de

não ser um estado civil, mas a solidão que impõe a responsabilização por toda (ou quase toda) criação de um ser humano à mãe da criança. A rotina da maternagem monoparental é exaustiva, de uma sobrecarga absurda, não apenas sobre a criação da/o filha/filho, mas também de corresponder às expectativas que a sociedade espera que seja o mundo cultural de candura angelical pensado para a maternidade (Garcia, 2022, 05). Ser a única fonte de renda que a criança conta para comer, ter saúde, vestimenta, um teto etc. coloca a mulher no desespero de se mostrar produtiva, já que o mundo capitalista assim impõe. Algumas mulheres passam pela necessidade de levar a criança para o trabalho mesmo correndo o risco dela se machucar ou de perderem o emprego e verem as dificuldades aumentando pela ausência da participação e presença do genitor.

3.3 Outras condições e configurações para a maternagem monoparental

A Dra. Mayara Belli (2023, p. 01-03) - autora e revisora da página Famivita.com, pós-graduada em Nutrição Materno Infantil com formação em Nutrição e Fertilidade -, ao escrever “Mãe solteira: desafios e preconceitos”, traz à tona que, na modernidade do século XIX, ser mãe solteira ainda é um grande tabu para a sociedade. São muitos os preconceitos e julgamentos que cercam as mulheres que encaram a árdua jornada de ser mãe sozinha. Quem acha que lidar com o julgamento do mundo é difícil precisa entrar literalmente dentro da cabeça da mulher que se vê sozinha na responsabilidade de ser mãe. Para essa mulher, é inevitável o medo de não conseguir ser capaz dessa missão ou da opinião da própria família, das amigas, dos amigos, das vizinhas e dos vizinhos – Como vão reagir? O que vão comentar? E quando o cansaço chegar, o que fazer? Como ficam o trabalho, a criança, a casa, a vestimenta, a comida, as contas, o desgaste emocional, físico e psicológico. Contudo, ressalta o quanto é compensador cuidar e amar uma criança (Belli, 2023, p. 01-03).

Para o psicólogo Rodrigo Damasceno (2023, p. 12), ao falar em cuidar e amar, vale ressaltar que algumas mães são questionadas quanto ao comportamento da criança, são acusadas de não terem pulso firme pela ausência do genitor, como se a presença masculina fosse igual ou sinônima de disciplina. Essa mãe, portanto, é chamada de mole por falta de pulso. Inúmeras são as especulações sobre os motivos da maternagem monoparental, o que para algumas é simples explicar e para outras a dor é traumática, o que as leva a não desejar reviver os motivos ou causas de terem

sido abandonadas pelo pai das crianças. Assim, há também o temor de encontrar um novo amor, de não conseguir corresponder ou ser novamente abandonada. A preocupação em como a criança será tratada, inserir uma terceira pessoa na relação requer muita cautela e muitas mulheres preferem não se dar uma nova chance (Damasceno, 2023, p. 14).

A insegurança nos cuidados e educação de um filho quando se é mãe solteira é inevitável, mas quem disse que mães casadas também não têm? Ser mãe significa se doar por completo, de corpo, alma e coração, sem medir esforços. Errar também faz parte da trajetória, mas seguir em frente, transbordando até o fim, é que faz valer a pena!!! (Belli, 2023, p. 03).

Retomando o uso e as implicações do termo mãe solteira ou mãe solo, a pesquisadora Clarissa Carvalho (2020) explica as diferenças entre os termos e adverte quanto à implicação ao seu uso no artigo “Mãe solteira ou mãe solo? Descubra as implicações de cada termo e conheça histórias dessa realidade”, indicando que muitas vezes o termo é usado sem levar em consideração a carga ideológica pejorativa dessa expressão, isto porque, para ser mãe, não é preciso estar ligada a um relacionamento ou ter uma/o companheira/o. Desta forma, deve-se riscar, excluir do dicionário o vocábulo mãe solteira.

A questão é que o termo mãe solteira é totalmente carregado de termos depreciativos. Primeiro, não existe mãe casada, mãe divorciada ou mãe viúva, por que existe mãe solteira? Ser solteira é um estado civil, que pode ou não ser conjugado com ser mãe. É um termo pejorativo, que leva a entender “é mãe, mas não é casada”, afirmou a doutora (Carvalho, 2020, p. 06).

Clarissa Carvalho (2020, p. 04) pontua ainda sobre a função do termo mãe solteira, tendo em vista que ser mãe não depende de se ter um cônjuge, pois existem mulheres que são solteiras com filhos e não são mães solo. Outras mulheres usam a terminação mãe autônoma, significando que é a única responsável pelos cuidados com a filha ou o filho sem, necessariamente, a presença de um companheiro com quem possa dividir as tarefas relacionadas à criação e sem aludir ao estado civil dessa mãe. Como também há mulheres casadas que acabam sendo mães solo, cujos companheiros não assumem as funções, ou seja, não constroem nenhum laço afetivo e participativo na vida da criança.

A investigadora supramencionada afirma ainda que mãe solo reflete unicamente ao fato de que a mulher exerce a parentalidade sozinha, independente do estado civil dela (Carvalho, 2020, p. 04). Vale lembrar que culturalmente as mulheres são bem mais cobradas e exigidas, o que pode lhes causar, de forma mais contundente, desgaste e vulnerabilidade emocional, acrescenta o psicólogo Rodrigo Damasceno (2020, p. 14), pois o maternar vai além de ter um/a filho/a, sobre carregá-lo emocionalmente, o que faz com que a mulher que é mãe enfrente muitos sofrimentos. Aconselha-se, desse modo, que essa mãe cuide da sua saúde mental, pois ela não é incansável, nem guerreira, é um ser humano.

Essas mulheres tendem a ser mãe, trabalhadora, chefe, líder, além de exercer outras obrigações e tarefas a serem desenvolvidas. As mães podem ter uma dificuldade muito grande na hora de organizar o seu tempo para exercer tantas funções e ainda ter tempo para estar com seus filhos. É uma preocupação constante. E antes da pandemia o tempo estaria preenchido com os filhos na escola, a criança poderia estar em casa de parentes ou vizinhos, e com esse distanciamento social essa rede de apoio foi se extinguindo (Damasceno, 2020, p. 14).

A denominação “família monoparental” surgiu na França e, atualmente, é aceita em todo o mundo ocidental. Essa condição surge frente a diversos fatores, que geralmente são alheios à vontade dos indivíduos, tais como: óbito de um dos genitores, divórcio, produção independente, incapacidade de um dos genitores de cuidar da prole, dentre outros motivos que afetam a capacidade de convivência mútua (Viana, 1998, n.p.). Assim como a mãe solteira na família monoparental feminina, a mulher é, em sua grande maioria, a responsável por garantir o provimento das necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, educação, higiene, disciplina etc.

A terapeuta familiar e professora doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, Maria Amália Faller Vitale (2002, p. 52), pontua que a Constituição Federal de 1988 trouxe ao seio da sociedade a organização familiar monoparental no âmbito jurídico, no entanto, segundo ela, esse termo já existia desde um tempo que não é possível precisar. Para a especialista, a família monoparental é reconhecida como um modelo de organização formado por um dos pais e seus descendentes em virtude de transformações históricas e culturais pelas quais a sociedade passou (Vitale, 2002, p.55). Muitos são os casos de viúvas e

“mulheres abandonadas por seus maridos, mães solteiras e filhos com paternidade não reconhecida que continuaram a reger a família sozinha” (Vitale, 2002, p. 55). Situação que leva, segundo Ribeiro (2002, p. 154), a um acúmulo não pouco de responsabilidades, tarefas domésticas e cuidados com as crianças, encontrando, desta forma, obstáculos particularmente grandes para sua inserção no mercado regular de trabalho, com exigência da participação em tempo integral, mesmo viés presente na vivência da mãe solo.

No atual quadro de outras condições e configurações atribuídos à mãe solteira/mãe solo/maternagem monoparental, Maria Rita Kehl (2001) traz um outro formato interessante ao tratar das diferentes estruturas familiares, “famílias endividadas”. Não se trata de condições patrimoniais ou financeiras, mas, sim, de famílias não convencionais, não tradicionais, são as que trazem o estigma de uma organização que fracassou, fracasso da incompletude no sentido de não ser formada por mãe, pai e seus descendentes. No seu entender há uma dívida que se dá em relação à família idealizada, para com a filha ou o filho, é uma dívida impagável e permanente. Neste lugar de endividamento, a autoridade e a responsabilidade, que são fundamentais para o desenvolvimento da criança, podem ser difíceis de conseguir e sustentar sem causar problemas psicológicos tanto para a mãe como para a criança (Kehl, 2001, p. 32).

A autora argumenta ainda ser de grande importância superar a família idealizada e o sentimento de fracasso, ou seja, o “endividamento”, para só então construir famílias legitimadas em suas singularidades, saudáveis, sem os riscos psicológicos de uma organização familiar de muito apego afetivo e proteção excessiva entre a mãe, a filha ou o filho que impedem um desenvolvimento e saúde mental do vínculo parental na relação. Segundo Kehl (2001, p. 44), esta relação pode ser uma fusão aprisionadora, sem ter um mediador, que muitas vezes é exercida pela figura presente do pai, ou melhor, uma função simbólica, que pode ser exercida pelo pai, ou mesmo por vínculos com amigos que se coloquem como um terceiro valorizado e desejado pela mãe, interpondo-se entre ela, a filha e o filho.

Na obra “Pensamento feminista negro”, Patricia Hill Collins (2019), uma das mais influentes pesquisadoras do feminismo negro nos Estados Unidos, traz a configuração de família extensa apresentada por Anna Julia Cooper, educadora, socióloga, palestrante, ativista da libertação negra americana (1892). Esse entendimento começou no período escravista e perdurou tempos depois com a

percepção de que nem a mulher, nem o homem deveriam sustentar a posição de matriarcalidade e patriarcalidade. A família nuclear, a família extensa e os membros da comunidade exerciam a mesma paridade, eram reconhecidos como iguais, não havia superioridade. As crianças eram cuidadas pela comunidade. Daí o entendimento de famílias estendidas, ou seja, não apenas a mãe e o pai assumiam o cuidado enquanto casal, “mas também parentes consanguíneos próximos com quem a filha e o filho tinham afinidade e afetividade além de organizações como as redes familiares negras e as igrejas” (Cooper, 1892 *apud* Collins, 2019, p. 113).

3.4 O lugar histórico da condição da mulher na sociedade

[...] o lugar da mulher não é uma esfera ou domínio de existência à parte, mas uma posição dentro da existência social de forma geral [...] [O] pensamento feminista caminha para além da visão dividida da realidade social herdada do passado recente. Nosso real ponto de vista mudou, abrindo espaço para a nova conscientização do “lugar” da mulher na família e na sociedade. [...] [O] que vemos não são duas esferas da realidade social (lar e trabalho, privado e público), mas dois (ou três) conjuntos de relações sociais (Kelly, 1979, p. 37 *apud* Lerner, 2019).

Dentre os inúmeros aspectos envolvidos neste cenário, há o posicionamento histórico específico para a mulher: a família nuclear e o lar burguês (Kehl, 2007). No modelo de família patriarcal, à mulher foi atribuído o papel da maternidade, da feminilidade, de cuidadora do lar, passivamente obediente às vontades do cônjuge, suscetível a renúncias pessoais em prol da família. A essas relações de submissão profissional, familiar e religiosa se dá o nome de patriarcado (Freyre, 1990). Segundo Kehl (2007, p. 44) e Freyre (1990 *apud* Ramos, 2021, p. 06), a história tributa um lugar que é padrão para a feminilidade que persiste ainda hoje, cujo papel principal é o lar, o doméstico promovido pelo casamento. Esse casamento (Kehl, 2007, p. 44) - não entre a mulher e o homem, mas entre as mulheres e o lar, no sentido de reforçar a virilidade do homem burguês, representado no macho valente, potente e pegador, - não tinha o objetivo de união afetiva, mas, sim, a procriação.

Na contramão do empoderamento do masculino, Lourdes Maria Bandeira (2019, p. 293) afirma que o que se via era o desempoderamento do feminino, com “significados essencializados” atribuídos à feminilidade, à masculinidade,

personificado na mulher como esposa frágil e submissa. Del Priore (2011, p. 43) vai dizer que o sexo tinha como finalidade principal a maternidade, nada de amor, paixão, desejo ou outro sentimento, estabeleceu-se a hierarquia no matrimônio, na configuração dos papéis de homens e mulheres. Ao homem era concedido um pouco de liberdade sexual exercida pela poligamia com mulheres consideradas não puras, ardentes e nem um pouco recatadas para os arroubos sexuais masculinos.

Em geral, esse papel era desempenhado pela mulher negra, mestiça ou pobre, considerada pela misoginia racial da sociedade colonial como fáceis, a quem, para Del Priore (2011, p. 60), se podia chegar sem causar melindres, pois era alvo natural das investidas sexuais. Contudo, a mulher vista para o casamento tinha que ser pura, submissa, obediente, amorosa, “naturalmente” frágil, generosa, assexual, agradável, doce, calma, pouco falante, recatada, não dada ao desejo, uma vez que o desejo era um direito exclusivo do homem. Cabendo à mulher ser a provedora de um amor que inspirasse apenas a ordem familiar, ou seja, o instinto sexual deveria ser subjugado pelo instinto materno de ser boa mãe e o tempo todo dócil, reforça Kehl (2007, p. 185).

Como eu vou fazer pra ser mulher? Mulher, como? Feminina. Mas feminina, como? Dócil. O tempo todo dócil, como a minha avó, que ele adorava. Não agressiva como minha mãe, que meu pai abandonou. Você já deve ter percebido que eu não sou nada dócil. Mas eu me faço de dócil, se precisar; boazinha, bobinha [...] eles adoram (p. 185).

Retomando a questão da hierarquia, esta não era exercida apenas entre a mulher e o homem, mas dentre as mulheres: a esposa, a puta e a solteirona, categorias necessárias para o homem exercer o direito de desfrutar dos arroubos sexuais. Se por um lado, a mulher para casar era vista como pura e a quem o prazer era tratado como obra de Satã pela doutrina da igreja. E, por isso, as relações sexuais deveriam se dar em um ato breve, desprovido de calor e apenas com um contato necessário à procriação (Del Priore, 2011, p. 185). Por outro lado, a puta, a meretriz, a solteirona, a amante, consideradas as “outras”, eram necessárias para satisfazer os desejos legitimados do gênero masculino, do homem. Nessa configuração de “outras”, foram incluídas historicamente as caboclas, as indígenas e, em outro momento, as imigrantes europeias pobres. Essas mulheres eram tidas como impuras para o casamento e péssimas donas de casa, “perdidas”, mas totalmente necessárias para a vivência das delícias eróticas (Del Priore, 2011, p. 185).

[...] o adultério perpetuava-se como sobrevivência de doutrinas morais tradicionais. Fazia-se amor com a esposa quando se queria descendência; o restante do tempo, era com a outra. A fidelidade conjugal era sempre tarefa feminina; a falta de fidelidade masculina vista como um mal inevitável que se havia de suportar. É sobre a honra e a fidelidade da esposa que repousa a perenidade do casal (Del Priore, 2011, p. 187).

Culturalmente, o que se percebe é que a construção social importante imposta para a mulher era a figura materna. O amor materno foi exaltado e aclamado através da boa mãe, da mulher primorosa, da dona de casa, capaz de cuidar do marido e satisfazer-lhe os desejos, além de ter a família em alto estima, num “culto à verdadeira mulherada” (Lerner, 2019, p. 55). Vislumbrar o homem como o centro da sua vida, sendo ela mesma um ser-para-o-homem, ou seja, o seu próprio desejo e a sua satisfação sexual, as suas ideias e as opiniões não tinham a mesma importância. Maria Lacerda de Moura (1932, on-line), professora, escritora, anarquista, intelectual, pacifista e feminista, pontua: “[...] o amor para o homem é apenas um acidente na vida e [...] o amor para a mulher é toda a razão de ser de sua vida e ela põe nessa dor o melhor de todas as suas energias e esgota o cálice de todas as suas amarguras [...]. A mesma reflexão é apontada por Del Priore (2011), mulher submissa quanto ao falar, opinar, agir, suavidade na arte, perspicaz na construção aceitável de mulher.

Acompanhe-o nas suas opiniões [...] quanto mais for gentil na arte de pensar, tanto maior será seu espírito no conceito dele. Esteja sempre ao seu lado, cuidando dele, animando-o [...] reconhecendo seus gestos e desejos [...]. A mulher tem uma missão a cumprir no mundo: a de completar o homem (*apud* Del Priore, 2011, p. 292).

3.5 Teorias feministas: breve histórico das lutas das mulheres na história da humanidade

A trajetória dos movimentos feministas aponta significativas mudanças de análise histórica, acadêmica e metodológica com diferentes explicações conceituais, as quais dialogam, se complementam e interagem entre si. A seguir serão apresentadas algumas teorias que abrangem as mulheres e os estudos de gênero nas relações afetivas e suas transformações nas últimas décadas com o fim de compreendê-las, mas não de analisar as respectivas metodologias. Uma vez que não é possível “compreender a história das mulheres separada da história dos homens”

(Scott, 1995, p. 42), por serem relacionais na existência tanto de mulheres quanto de meninas e dos homens e meninos.

Para Joan Scott (1995; p. 42), historiadora e pesquisadora da história das mulheres a partir da perspectiva das relações de gênero enquanto objeto de estudo, o “mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens”, não são e não devem ser pensados, analisados e estudados como esferas opostas. A preocupação da autora foi com enxergar as relações entre mulheres e homens por uma só ótica que faça com que, como sujeitos, não sejam vistos em separado, possibilitando uma abertura para se refletir a respeito das mulheres e de gênero a partir das transformações na sociedade (Scott, 1995, p. 42).

Os movimentos de insurgência das mulheres contra a dominação masculina trouxeram a elas a compreensão de que todas as mulheres têm direito à história, à coexistência equânime, livre de opressão, preconceito e discriminação de espécie alguma. Às mulheres deve ser garantido o direito à própria história, como forma indispensável de emancipação, liberdade, dado que são sujeitos e agentes da história (Lerner, 2019, p. 31). As mulheres lutaram para terem o direito de serem independentes na construção da própria história - social, política, afetiva, sexual, econômica, civil -, por serem o tecido de vivências dessa história enquanto sujeito ativo, completa Maria Izilda Matos (2009, p. 287) - intelectual, professora e pesquisadora das temáticas, gênero e história das mulheres.

As desigualdades sociais impostas às mulheres por meio do sistema patriarcal não podem ser naturalizadas nas relações sociais, posto que “a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é com frequência”, aponta Saffioti (2015, p. 75), socióloga marxista, professora, estudiosa da violência de gênero e militante feminista brasileira. Embora a violência entre homem-homem ou mulher-mulher ocorra sob a ótica da violência de gênero, o que ocorre, mais fortemente, é a violência de gênero que se manifesta no sentido do homem contra a mulher (Saffioti, 2015, p. 75), apontando para as diferentes expressões da masculinidade e da feminilidade (Araújo, 1999, p. 42).

A disputa presente nas relações entre uma mulher e um homem, ou melhor, a competição entre os gêneros, fêmea e macho, pode caracterizar alguns tipos de violência configurados sob a rubrica de violência de gênero. Nessa esfera, destaca-se a *violência doméstica*, assim compreendida por estar no tecido do lar e dependente das circunstâncias do doméstico, tendo a “falocracia como caldo de

cultura”, Saffioti (2015, p. 75). Trazer à tona sentimentos que ora são camuflados, ora emergem, por vezes numa resposta fatal às mulheres, como é o caso do feminicídio, provocados pelo sentimento de posse, contribui sobremaneira para a consecução efetiva dos direitos humanos e fundamentais das mulheres, os quais procuramos enfatizar nessa pesquisa.

Ainda hoje a luta feminista é vista com maus olhos por importantes parcelas da sociedade. Entretanto, é por meio dos movimentos feministas negros internacionais e do Brasil que as mulheres podem contar com diversos dispositivos de proteção de direitos, os quais englobam crianças, adolescentes, mulheres jovens, idosas e transgênero. No caso brasileiro, tais medidas deram origem a diversas leis, entre elas ressaltam-se a Lei Maria da Penha (n.º 11.340 de 2006) e a Lei do Feminicídio (n.º 13.104 de 2015), entre outras.

Outro exemplo é o Dia Internacional da Mulher, criado em 1975 pela Organização das Nações Unidas, que é fruto das reivindicações das mulheres, mostrando a necessidade constante de ocupar os espaços tradicionalmente destinados aos homens, com o objetivo, dentre outros, de impedir a constituição delas enquanto sujeitos coletivos e políticos. A partir de então, a data passou a ser celebrada globalmente, com a ONU incentivando a reflexão sobre o progresso feito, a chamada para a mudança e a celebração dos atos de coragem e determinação por parte de mulheres comuns que desempenharam papéis extraordinários na história de seus países e comunidades.

Após tantos séculos de luta, os impasses e impedimentos persistem, mas não sem que, em todos os lugares, as mulheres levantem sua voz, organizem marchas, protestos, realizem pesquisas, promovam debates, num esforço coletivo a fim de que, da mesma forma que o patriarcalismo foi sendo concebido, estruturado e disseminado na sociedade contemporânea, o movimento de desconstrução e formação social da mulher seja incentivado e passado de geração em geração pelas próprias mulheres, evitando, assim, o apagamento das contribuições das mulheres nos contextos nos quais coexiste, vive e sonha.

Anterior a 1970, os estudos nas academias e universidades eram marginalizados, em grande maioria, das produções textuais e dos documentos oficiais em que as mulheres eram invisíveis na sociedade. A partir de 1975, sob o contexto do regime militar - nada favorável aos direitos humanos -, temas como a violência sexual, a contracepção, o aborto, a jornada dupla de trabalho e a cidadania ocupam

o cenário das reivindicações e conquistas das lutas feministas e da participação da mulher, sobretudo por melhores condições de vida, espaço social e político. A mudança ocorre quando a ONU instaura o Ano Internacional da Mulher (Matos, 2009, p. 278), período em que o feminismo eclode nos Estados Unidos e na Europa, segundo Silvia Chakian (2020, p. 05), promotora de justiça que se dedica há mais de duas décadas ao enfrentamento à violência de gênero, doméstica e familiar contra a mulher.

Em direção a essas mudanças, a história dos movimentos feministas é reconstruída no âmbito das experiências e expectativas de vida das mulheres na sociedade, descobrindo-as como objeto de estudo, na releitura de teorias investigativas e metodologias transformadoras, e enxergando novos marcos conceituais na dinâmica dos comportamentos das relações sociais de homens e mulheres. Além de redefinir e, ao mesmo tempo, questionar o papel da mulher frente ao comportamento do homem na sociedade contemporânea no significado dos gestos, das palavras, dos comportamentos culturalmente divulgados no cotidiano de homens e mulheres.

A história mostra que homens e mulheres são agentes e sujeitos políticos da mesma história, não cabendo apenas aos homens lugar e voz no discurso histórico tradicional. Esse reconhecimento emerge da luta dos movimentos feministas e de mulheres em uma pluralidade de temas e questões da subjetividade relacionados à organização familiar, social, política, à sexualidade, ao casamento, à maternidade e ao direito à sobrevivência. Para o historiador Thompson, (1980 *apud* Matos, 2009, p. 281) no início do século XIX, a estrutura de inserção feminina de trabalho ocupa o espaço urbano em um movimento conhecido como manifestações espontâneas de resistência, a “cultura de resistência”. A mulher, nesse período, participava do sustento e da manutenção da casa numa “luta pela sobrevivência” (Matos, 2009, p. 281).

Por outro lado, ocorre um abalo no discurso universal masculino, no qual os poderes e as lutas feministas são recuperados, mitos são examinados, estereótipos são repensados e imagens desconstruídas. Nesse encadeamento, surgem novos perfis comportamentais femininos e a imagem de uma mulher pacífica, dócil, recatada, o confinamento e a ociosidade dessa mulher ao espaço do lar são questionados, descontinuados. Tornando-se necessário superar a dicotomia de “vitimização” e a opressão histórica sobre as meninas e mulheres nas relações de

gênero, na tentativa de recuperar os mecanismos das relações sociais entre mulheres e mulheres e homens (Matos, 2009, p. 282).

É nesse viés que gênero se apresenta como categoria que busca para si um espaço específico advindo das reivindicações dos movimentos feministas que explicam a desigualdade entre homens e mulheres, meninos e meninas nas relações significantes de poder e dominação. Nesse sentido, é importante observar as diferenças sexuais enquanto construções culturais e históricas, que incluem relações de poder não localizadas exclusivamente num ponto fixo, masculino, mas presente na trama histórica (Matos, 2009, p. 283).

3.6. Gênero enquanto categoria e as mulheres

Na direção de entender gênero enquanto categoria, é fundamental aqui compreender a diferença entre os papéis sociais atribuídos para homens e mulheres na sociedade, como macho e fêmea, e a desconstrução biológica do sexo (que imprime significados padronizados associados ao feminino), de comportamentos estereotipados, como fragilidade, dócil, recatada, submissa, amorosa, obediente, sensível, cuidadora, entre outros, para justificar e reforçar as masculinidades hegemônicas de autoridade, força e preconceitos em relação à mulher (Bandeira, 2005, p. 42).

Para Lourdes Bandeira (2005, p. 42), faz-se necessário situar as concepções acerca dos sexos fora do âmbito biológico e as inscrever na história, desconstruindo o pensamento de que a violência contra a mulher deve ser atrelada a significados advindos da existência na sociedade, à masculinidade, à feminilidade na relação de um a outro lado, homens e mulheres, meninos e meninas, na relação social, afetiva e cultural. Assim descrito, a noção de sexo deve ser distinta por se tratar de construções sociais.

Essa nova forma de analisar a temática permite resgatar o entendimento das relações de gênero, além de apontar para as diversas expressões diferentes da masculinidade e da feminilidade. Na compreensão de Maria de Fátima Araújo (2005):

o termo “gênero”, na sua acepção gramatical, designa indivíduos de sexos diferentes (masculino/feminino) ou coisas assexuadas, mas na

forma como vem sendo usado, nas últimas décadas pela literatura feminista, adquiriu outras características: enfatiza a noção de cultura, situa-se na esfera social, diferentemente do conceito de “sexo”, que se situa no plano biológico, e assume um caráter intrinsecamente relacional do feminino e do masculino (p. 42).

Referendando tal compreensão do caráter relacional do feminino e do masculino, Joan Scott (1995, p. 42) coloca que as feministas americanas usaram o conceito de gênero para fazer referência à estrutura social entre os sexos, passando a usar, posteriormente, sexo com base nas relações socioafetivas, rejeitando o determinismo biológico presente nos termos “sexo” e “diferença sexual”. Esse entendimento trouxe mudanças nos estudos sobre as relações de gênero e fez enxergar que não há como explicar as relações entre homens e meninos, mulheres e meninas fundadas em princípios biológicos de formas distintas de dominação masculina e subordinação feminina.

O termo “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” – criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres (Araújo, 2005, p. 42).

As construções sociais, tratadas por Lourdes Maria Bandeira (2019, p. 449), especialmente no plano da violência contra a mulher, entendidas como concepções acerca dos sexos, macho e fêmea, fora do âmbito biológico, são agora problematizadas, investigadas e escritas na história. Desta forma, os comportamentos e as práticas de dominação contra as mulheres nos processos de coexistência têm sido apontados como sendo um dos principais desafios contra a violência e a obrigatoriedade de servir ao gênero masculino, seja como esposas, mães, mulheres sensíveis, compreensíveis, cuidadoras e reféns dos ideais ou modelos de mulher existentes nas relações sociais, o que tem se refletido no aumento da violência psicológica, patrimonial, moral, física, sexual, da opressão sócio-política, entre outras, além do racismo e do preconceito cotidianos.

Diante disso, ao rastrear o contexto da violência contra as mulheres, Lourdes Maria Bandeira (2019, p. 450) postula que esta começa no universo familiar, reduto onde as relações de gênero se constroem e têm como pano de fundo as relações hierarquizadas. Considerando que existe quem subjuga e quem é subjugado, esse conflito cria os diversos tipos de violências que podem deixar marcas inerentes a raça,

classe, idade (grifo meu), humilhação, sobrecarga, acúmulo de função, vergonha, medo, opressão, dentre outras.

Na mesma direção, o filósofo Slavoj Žižek (2009) apresenta dois tipos de violência: a subjetiva, que é aquela “diretamente visível, exercida por um agente claramente identificável” (p. 9). Esta pode ser caracterizada por toda forma de agressão física, verbal, material, contra a vida e entendida como uma violação de direitos humanos. O segundo tipo de violência é a objetiva, referida por ele como sendo simbólica e sistêmica, ou seja, representada através dos comportamentos culturais tradicionais (Žižek, 2009, p. 09). Ao se pensar em violência como violação de direitos humanos, a historiadora e professora Arlette Farge (2013, on-line) acrescenta que a própria existência da violência doméstica foi interpretada como direito e papel do homem durante muito tempo de forma sistêmica.

São mecanismos sociais e políticos que padronizam e determinam performances culturais e formas de sentir e de agir na sociedade. São configurações sociais culturais. Gênero, destaca Lerner (2019, p. 289), é a definição cultural mais apropriada aos sexos, no contexto das sociedades, em determinada época, era ou momento, e se manifesta como um conjunto de papéis culturais, aplicados às mulheres como um padrão, no qual as mulheres devem se encaixar, como uma alternativa para explicar o que é sexo – biológico do que é cultura – gênero.

CAPÍTULO IV – ABORDAGEM METODOLÓGICA

O presente capítulo tem por finalidade explicitar as abordagens de ordem metodológica aplicadas a esta investigação em todas as suas dimensões, empregadas com o intuito de atingir os objetivos propostos, a saber: a natureza da pesquisa, os instrumentos utilizados, o processo ético, a construção de informações, a análise das informações (dados⁸) e os resultados.

4.1. Epistemologia da pesquisa

A abordagem metodológica pode ser compreendida como o caminho a ser percorrido pelo pesquisador na condução da trajetória da sua pesquisa, o qual indica todos os processos necessários para se alcançar os objetivos propostos, nomeadamente: os instrumentos, as técnicas que darão base à pesquisa. É nesse processamento que se delineará o conhecimento a ser construído, em conjunto com todos os/as atores/atrizes envolvidos/as (Leão, 2016, on-line).

Para a socióloga brasileira e pesquisadora emérita da Fundação Oswaldo Cruz, que destacou-se na pesquisa sobre violência a partir da utilização de métodos qualitativos em saúde, Maria Cecília de Souza Minayo (2002, p. 16), a metodologia é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” e, dessa maneira, se torna central às teorias, por não se tratar apenas do uso de instrumentos e técnicas, mas acima de tudo de uma articulação entre os conteúdos, as teorias, os pensamentos, as vivências e as existências. Isso inclui, portanto, “as concepções

⁸ Este trabalho usa o termo ‘informação e construção de informações’ para substituir o termo ‘coleta de dados’, empregado normalmente nas pesquisas qualitativas. Esta opção ocorre a partir do entendimento de que não há um mundo dado, mas um mundo construído a partir da linguagem subjetiva e social (realidade) do ser humano no mundo. A questão de se há um “mundo dado” toca em aspectos profundos sobre o que significa conhecer, perceber e existir. Diferentes correntes filosóficas oferecem perspectivas variadas, desde o realismo, que afirma a independência do mundo externo, até o idealismo e a fenomenologia, que enfatizam a relação entre a mente e o mundo. Cada abordagem oferece insights valiosos sobre como podemos compreender nossa relação com o que chamamos de “realidade”. Dado do latim, *donare, datum*, é tudo o que se apresenta ao observador da experiência externa ou interna de uma constatação sem problematização. Por outro lado, construção; do latim *constructio,-onis*. A palavra construir vem do latim, construo, -ere - é a ação de se construir a partir da percepção do problematizar a experiência externa ou interna da realidade. Portanto, não está-aí em-si (mundo dado) é movimento para-si em construção, ou seja, como possibilidades de se autoexaminarem. Para Heidegger, o “mundo” é um conceito existencial e fenomenológico que se refere à maneira como os seres humanos estão sempre já envolvidos em uma rede de significados e relacionamentos (existência) (Dicionário Básico de Filosofia, 2006, p. 55 e 64; Abbagnano, 2007, p. 198 e 230).

teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o potencial do investigador". Assim, a teoria e a metodologia devem caminhar juntas. A metodologia, por sua vez, deve dispor de um conjunto de instrumentos coerentes com a teoria para que seja "capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática".

Pode-se entender também que a metodologia tem por finalidade a busca investigativa de uma determinada realidade e a tentativa de, através de instrumentos técnicos, aproximar, combinar a descoberta entre a teoria e os dados coletados, "discutir as abordagens teórico-práticas" (Demo, 1995, p. 13). Coadunando a esse pensamento, Kerlinger (2002, n.p.) pontua que uma pesquisa tem sempre a ver com a realidade, a qual de alguma forma inquieta /o/a pesquisador/a/. O método a ser usado deve ser sempre organizado e realizado cuidadosamente seguindo etapas e critérios éticos entre o pesquisado e o pesquisador, em que os dados coletados e analisados não são deixados à casualidade. Para a pesquisadora Minayo (2002, p. 16), a combinação entre os dados coletados e as teorias deve ser particular, ou seja, de forma minuciosa respeitando as características particulares.

De acordo com o pesquisador Pedro Demo (1995, p. 11), ao mesmo tempo em que a metodologia indica, na sua origem, os caminhos de construção da realidade a ser pesquisada, os instrumentos a serem utilizados para se chegar aos resultados coletados e para que aconteça, exige-se o seguimento de etapas que podem ser rígidas, mas em algum momento flexível. Também problematiza ao indagar os limites éticos da ciência para alcançar os resultados e, através deles, propor intervenções na realidade. Sem esquecer de que não há uma teoria para as conclusões chegadas, que é "intocável", indiscutível, reforça Demo (1995).

O caráter problematizante da metodologia decorre ser mister que tudo em ciência é discutível, sobretudo nas ciências sociais. Não há teoria final, prova cabal, prática intocável, dado evidente. Isto é uma característica, não uma fraqueza, o que funda, ademais, à necessidade inacabável da pesquisa, seja porque nunca esgotamos a realidade, seja porque as maneiras como a tratamos podem sempre ser questionadas (p. 11).

Isto posto, esta pesquisa integra a área das ciências sociais no campo das humanidades e se classifica como um estudo de gênero de natureza empírica. Tem como objetivo compilar, informar e dar visibilidade à representatividade de mulheres

que são mães solteiras ou mães solo, baseando-se na realidade social do Distrito Federal, especificamente em algumas Regiões Administrativas. Por conseguinte, este estudo também é prática, pois analisa a vivência dessas mulheres em suas relações afetivas com suas filhas e seus filhos, suas famílias, e a ausência ou a falta de participação dos genitores na vida cotidiana das crianças. Este trabalho é de natureza qualitativa exploratória. Utiliza-se a interação participativa entre pesquisador e participante para avaliar qualitativamente a realidade social, caracterizando-se ainda como uma "pesquisa-ação" (Demo, 1995, p. 13). Além disso, traduzem-se em números as opiniões e informações coletadas para classificá-las e analisá-las dentro do contexto social (Silva, 2005, p. 98).

Nessa perspectiva, Jhon Creswell (2014, p. 196) considera que a pesquisa de cunho qualitativo se inicia com os pressupostos e o uso de estruturas interpretativas e teóricas que apresentam os problemas da pesquisa, a partir de significados oferecidos por indivíduos ou grupos ao problema social ou humano. Assim, a interpretação da realidade e as teorias são complementares, haja vista que podem ser empregadas para conhecer um fenômeno e levar à elucidação de diversos problemas e questionamentos (Sampieri et al., 2013). Na mesma orientação, Demo (1995, p. 14) reforça que “só pode ser respeitado como científico aquilo se mantiver discutível, sem dogmas ou imposições rígidas, nada de proselitismo”.

Na ambiência da interpretação da realidade, outra questão a se observar, em uma pesquisa qualitativa na área de pesquisa social, é entender a representatividade dos sujeitos históricos a partir da compreensão da história e da experiência existencial de cada participante. Moscovici (2007, p. 07), psicólogo social, defende a **Teoria das Representações Sociais (TRS)**, traçando uma relação entre um fenômeno e um mapa. Ele ilustra que, ao olhar para um mapa em que faltam o país, o continente, o estado, a cidade, o bairro e assim por diante, torna-se impossível localizar-se ou identificar-se. Da mesma forma, os sujeitos, como pessoas históricas, se tornam invisíveis sem suas devidas características sociais dentro de suas vivências – um fenômeno conhecido como representatividade social.

Na concepção de Moscovici (2007, p. 79), as mulheres, tema principal desta pesquisa, enfrentam um processo de desumanização que as afasta de suas identificações sociais genuínas, comprometendo sua essência⁹ (condição humana)

⁹ Essência (do latim *essentia; essenta; essence*) é o ser mesmo das coisas, aquilo que a coisa é ou faz dela aquilo que ela é. Para cada ser distinguimos *uma essência e uma existência* que ela pode ou não

como indivíduos. Esse distanciamento reflete-se em diversas dimensões de sua existência: na organização social, emocional, profissional, na comunicação, no pertencimento, na linguagem, na diferenciação, no comportamento, no corpo, nas suas formas de agir e reagir em situações semelhantes, na religiosidade e nos discursos sociais – na construção social. Além de ilustrar o papel e a influência da comunicação no processo das representações sociais, a pesquisa empreendida pelo estudioso também demonstra como essas representações se tornam parte do senso comum. Elas se integram ao mundo cotidiano em que habitamos, são discutidas por amigos e colegas e circulam na mídia que consumimos. Portanto, as representações, moldadas pelas influências sociais da comunicação, constituem a realidade de nossas vidas diárias e são o principal meio pelo qual estabelecemos conexões uns com os outros. Em outras palavras, pensamento e realidade agindo sobre a história de vida de maneira recíproca na vivência social, tornando-se comum.

Nessa direção, a **representatividade feminina** refere-se à presença e à visibilidade das mulheres — isto é, como essas mulheres são retratadas, quais papéis desempenham, se suas vozes e experiências são verdadeiramente reconhecidas e valorizadas a partir e para além de suas realidades, como são construídas as narrativas q sobre elas. Isso inclui a diversidade de papéis que as mulheres desempenham, a profundidade e a complexidade de suas representações e a ausência de estereótipos limitantes, como o machismo, o patriarcado, o sexismo, o etarismo, a misoginia, entre outros fatores, os quais delineiam as interações sociais e culturais (Moscovici, 2007, p. 46).

Por outro lado, a socióloga, docente e pesquisadora da UnB, Vivian Weller (2004), apresenta a **Teoria da Percepção Social (TPS)** como uma abordagem essencial para as pesquisas sociais, destacando a importância da subjetividade e das experiências individuais na compreensão da realidade social. Em sua pesquisa com adolescentes, Weller & Nunes (2004, p. 245) consideram todo o contexto das

comportar. Também pode ser entendida como o caráter que qualquer coisa chamada “homem/mulher” não pode não possuir e que, por isso, é um caráter, substância necessária para o definir. A substância, então, é o ser que define o que ou o porquê da coisa, ou seja, a essência define o ser de um homem e o ser de uma mulher, que conduz à coisa através de suas “pegadas”. Na filosofia contemporânea, a essência não define nem revela a natureza do homem/mulher. Porque o homem/mulher, ao vir a ser, não possui essência, apenas uma condição, uma situação: “a essência do ser-aí (Dasein) consiste apenas em sua existência” (Heidegger); é o homem/mulher quem produz aquilo que ele/ela é, por sua liberdade – capaz de fazer de si mesmo o que ele/ela é – condição humana (Sartre) (Dicionário Básico de Filosofia, 2006, p. 93 e 94; Abbagnano, 2007, p. 358 e 359).

vivências sociais, culturais, econômicas, religiosas, de classe social e étnicas, no qual as subjetividades são moldadas. Para as pesquisadoras, é fundamental entender como os discursos, seja na mídia, na educação ou em outras instituições, contribuem para a formação das percepções sociais, especialmente em relação a questões de gênero, juventude e identidade na vivência social (Nunes & Weller, 2004, p. 245). A TPS é desenvolvida a partir do conceito de "configuração" desenvolvido pelo sociólogo Norbert Elias (1994). Tal definição é utilizada para analisar como as percepções sociais são formadas e transformadas por meio das interações e relações entre jovens e outros grupos sociais, explorando como essas percepções são moldadas por processos históricos e sociais. Esta concepção foi buscada pelo teórico para compreender como, no grupo social, na sociedade, as subjetividades são construídas e manifestadas (Elias, 1994, p. 28).

O conceito de percepção social de Norbert Elias chegou ao Brasil em 1994 por meio da obra "Os mecanismos de transformação dos comportamentos". Nessa obra, a percepção social é entendida como a forma pela qual as pessoas interpretam a realidade ao seu redor, incluindo os outros, as sociedades e os relacionamentos. Esse processo é influenciado por informações captadas pelos sentidos, como forma, cor e movimento, além de estereótipos sociais, crenças compartilhadas e experiências anteriores. A percepção social também pode ser moldada por generalizações e valores específicos de indivíduos ou grupos distintos (Elias, 1994, p. 73).

Assim, uma pesquisa que envolve mulheres narrando suas vivências na criação de filhos sem a presença do genitor e suas interações na sociedade requer a compreensão de como essas mulheres, suas vozes, seus olhares, seus gestos, seus pontos de vista, suas dores, suas vivências e suas experiências são construídos tanto no nível individual quanto no coletivo, a partir dos processos sociais e comportamentos previamente experienciados. Esses elementos influenciam não apenas suas próprias criações quando eram crianças, mas também seus comportamentos como mães e, potencialmente, os de outras mães com experiências sociais semelhantes (Elias, 1994; Nunes & Weller, 2004, p. 73).

A "civilização" que estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntarmos como viemos a possuir-la, é um processo ou parte de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos. Todas as características distintivas que lhe atribuímos - a existência de maquinaria, descobertas científicas, formas de Estado, ou o que quer

que seja - atestam a existência de uma estrutura particular de relações humanas, de uma estrutura social peculiar, e de correspondentes formas de comportamento (Elias, 1994; p. 73).

Explorar essas vivências e percepções sociais é essencial para entender como as mulheres constroem e reconstroem suas identidades e relações em um contexto marcado por desigualdades de gênero. É crucial observar como as mulheres são retratadas e quais narrativas são construídas sobre elas. Weller (2004, p. 44) adota uma abordagem fenomenológica para investigar a percepção social, buscando compreender como os indivíduos percebem e interpretam o mundo ao seu redor, com foco nas experiências vividas e na construção de significados pessoais. Essa abordagem valoriza a subjetividade e as experiências individuais para entender a realidade social, levando em conta a interseccionalidade e reconhecendo que as percepções sociais são complexas e influenciadas por múltiplas identidades e fatores, como gênero, raça, classe social e idade. Essa perspectiva permite uma compreensão mais profunda de como diferentes grupos percebem e experimentam o mundo de maneiras distintas.

Nessa contextura, para atingir os objetivos propostos, e sendo esta pesquisa inspirada na epistemologia qualitativa — que se dedica à construção interativa do conhecimento —, é essencial promover um diálogo entre pesquisador e pesquisado, no qual ambos "são sujeitos ativos na produção de pensamentos e sentidos", como afirma Izete Santos do Nascimento (2017, p. 50), professora, ativista social e pesquisadora de temas como desenvolvimento humano, adolescência, negritude, educação, direitos humanos, violência escolar, pobreza, desigualdade social e violência contra a mulher. Ademais, os sujeitos são considerados ativos devido ao dinamismo histórico, que é fundamental para a prática, a circunstância e o interesse social (Minayo, 1994, p. 41).

Na compreensão de Maria Cecília de Souza Minayo (1994), é notório que na abordagem qualitativa não se deve e nem há como alcançar uma única verdade dentro do que é considerado certo ou errado, mas pode se lograr um entendimento lógico que permeia toda a ação-prática envolvida na pesquisa, dentro de uma realidade social, cuja preocupação não deve ser o quantificado. Desta forma, usaram-se também os princípios da pesquisa exploratória indutiva, com vistas à obtenção de familiaridade com o problema evidenciado, por meio dos seguintes instrumentos: o estudo bibliográfico (livros, revistas, artigos de periódicos, documentários, filmes,

entre outros); as rodas de conversa; as entrevistas semiestruturadas; e o formulário de caracterização pessoal do sujeito histórico participante (realizado de forma on-line). Salienta-se que este estudo também se define como uma pesquisa participante, uma vez que os sujeitos históricos envolvidos interagem ativamente no decorrer do processo na medida em que se observa e é observado reciprocamente na construção dos resultados.

O tratamento e a análise das informações construídas a partir dos dados levantados ocorreram com base no conteúdo das rodas de conversa e entrevistas individuais realizadas, levando-se em consideração as experiências relatadas, nos sentidos compartilhados entre pesquisadora e pesquisadas, bem como nas diferentes fontes levantadas, e produzindo-se, desta maneira, conhecimentos dentro dos temas estudados. Ressalta-se que o objetivo da/do pesquisadora/or é “antes de mais nada”, obter informações sobre a vivência histórica de cada pesquisada/o, sob a luz das experiências únicas, “no contexto” e na realidade em que se apresentam (Grinnell, 2006, p. 71).

Destaca-se ainda que a pesquisa qualitativa, segundo o sociólogo Norman Denzin (2006) e a metodologista americana e acadêmica de ensino superior Yvonna Sessions Lincoln (2006), é uma atividade capaz de situar a/o observadora/or no mundo histórico, a qual se dá por meio de práticas materiais e interpretativas que atribuem visibilidade às vivências, transformando-as em diversas representações, como por exemplo, as notas de campo da realidade observada, as entrevistas, as conversas, os gestos, as fotografias, os apertos de mão, o gingar dos corpos, as gravações e os lembretes.

Percebe-se que, nessa ambiência, a pesquisa qualitativa anuncia-se como “uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos de significados que as pessoas a eles conferem” (Denzin & Lincoln, 2006, p. 17). Por esta ótica, a pesquisa qualitativa está, por assim dizer, no âmbito de sujeitos ativos em sua subjetividade histórica, política, econômica, religiosa, educacional, cultural e social. Enfim,

A pesquisa qualitativa implica uma ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre os processos e os significados que não são examinados ou medidos experimentalmente (se é que são medidos de alguma forma) em termos de quantidade, volume, intensidade ou

frequência. Os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação. Buscam soluções para as questões que realçam o modo como a experiência social é criada e adquire significado (Denzin & Lincoln, 2006, p. 23).

Assim sendo, este estudo, intitulado Mães Solo?: as experiências subjetivas de mulheres na criação monoparental de filhas e filhos, propôs ouvir mulheres com idades entre 20 e 50 anos, de maneira ética, respeitosa, sensível, humana, no sentido de não emitir comentários preconceituosos, sexistas, machistas, homofóbicos, misóginos, etaristas, capacitistas, entre outros fatores, em um total de oito (8) mulheres, independente de etnia, religião, grau educacional ou social. Por se tratar de uma pesquisa realizada e construída com e por mulheres, a professora, pesquisadora e pioneira na área de saúde da mulher e ex-membro do corpo docente da Universidade da Califórnia em São Francisco, Virginia L. Olesen (2006, p. 219), chama a atenção para a dialética de um estudo investigativo de cunho feminista, pois não se trata de uma pesquisa “para mulheres, e não simplesmente sobre as mulheres”, mas um estudo que tem por finalidade “preparar o terreno para outras investigações, outras ações e políticas que transcendem e transformam” a realidade histórica, cultural, política e social das mulheres.

Por fim e sem exaurir essa discussão, um estudo para mulheres, por e com mulheres, e não somente sobre as mulheres, tem características diversificadas e emergentes, pois é permeado pela multiplicidade de teorias, correntes tradicionais e desestruturativas do interacionismo e do feminismo capazes de informar, provocar, esclarecer e produzir conhecimentos que atravessam as mulheres em contextos e realidades históricos e culturais específicos (Mukherjee, 1994 *apud* Olesen, 2006, p. 219). Consequentemente, essa abordagem visa a um enfoque na problemática feminista a partir da realidade de conflito e injustiça causado por instituições que podem aprisionar e oprimir a mulher (Olesen, 2006, p. 220). Assim, esta pesquisa buscou promover, através de textos, poemas, histórias de vida, encontros, discursos, um espaço de fala e de escuta ativa, vivenciado na dinâmica das rodas de conversa, como também sugerir e analisar criticamente as políticas públicas voltadas para as mães solo, articulando diferentes áreas (saúde, educação, trabalho, moradia, assistência social) para garantir não só a sobrevivência, mas também a autonomia e a dignidade dessas mulheres, de suas filhas e de seus filhos.

4.2. Instrumentos de pesquisa

Dentre os inúmeros aspectos envolvidos em uma pesquisa qualitativa exploratória indutiva, González Rey (2005, p. 85) pontua que os procedimentos aceitos na obtenção dos estudos possibilitam a construção de “diálogos formais e informais entre o pesquisador e os próprios participantes, os quais adquirem grande importância, pois são parte de informação sobre o problema pesquisado”. Logo, essa dialética ativa entre os sujeitos históricos permite coletar dados que são ou não previamente preconizados ou estabelecidos entre pesquisador e pesquisado, mas que fazem parte do desenvolvimento do fazer ciência. Levando em conta as leituras, os relatos, os cenários, as vozes, sem explorar ou distorcer essas vozes e informações (Olesen, 2006, p. 235). Sobre a natureza e o contexto do relato, reforça Britzman 1995 *apud* Olesen 2006, p. 236): “[...] conduz a questões referentes à forma, à natureza e ao conteúdo do relato, bem como a pontos teóricos presentes na produção das narrativas”.

Tendo em vista a estratégia de construção de informação (dados), a primeira etapa desta pesquisa compôs-se do estudo bibliográfico e documental de livros, revistas, artigos de periódicos, documentários, filmes, redes sociais e conversas acadêmicas consoantes à construção do conhecimento sobre a temática pesquisada. As leituras levaram em conta o contexto histórico, social, civil e midiático relacionado às mulheres, à mãe solteira, à mãe solo, à interseccionalidade de gênero e raça, ao entendimento do patriarcado e às suas construções históricas, às teorias de mulheres ativistas, a do movimento feminista e a do movimento feminista negro, aos direitos humanos, ao estudo sobre as relações de gênero, à ausência paterna, às masculinidades hegemônicas, à violência contra a mulher e às suas vivências em sociedade.

Para um maior aprofundamento da narrativa dissertativa, o instrumento realizado inicialmente foi a dinâmica da roda de conversa e, em um segundo momento, a entrevista semiestruturada. As oito (8) mulheres, com idades entre 20 e 50 anos, foram convidadas a participar de forma voluntária da pesquisa, a partir de atividades de cunho social desenvolvidas em grupos de movimentos sociais, dos quais a pesquisadora participa, em regiões periféricas do Distrito Federal. Como já citado neste trabalho, não foram levados em consideração os seguintes aspectos: a

etnia, a classe social, a religião e o grau educacional das partícipes.

Conhecer, que é sempre um processo, supõe uma situação dialógica. Não há estritamente falando um “eu penso”, mas um “nós pensamos”. Não é o “eu penso” o que constitui o “nós pensamos”, mas, pelo contrário, é o “nós pensamos” que me faz possível pensar. [...] Ao nível humano, o conhecimento envolve a constante unidade entre ação e reflexão sobre a realidade. Como presenças no mundo, os seres humanos são corpos conscientes que o transformam, agindo e pensando, o que os permite conhecer ao nível reflexivo. Precisamente por causa disto podemos tomar nossa própria presença no mundo como objeto de nossa análise crítica. Daí que, voltando-nos sobre as experiências anteriores, possamos conhecer o conhecimento que nelas tivemos (Freire, 1981, p. 72).

A escrita e a estrutura da *roda de conversa*, um instrumento metodológico de produção de construção de informação (dados) desta pesquisa, encontram-se fundamentadas no processo pedagógico de ensino e aprendizagem pensado por Paulo Freire (1980). Assim descrito, as rodas de conversa são uma metodologia que tem como referência os círculos de cultura criados pelo educador, na década de 60. Para o mestre, “Os Círculos de Cultura são precisamente isso: centros em que o povo discute os seus problemas, mas também em que se organizam e planificam ações concretas, de interesse coletivo” (Freire, 1980, p. 28). A memória dialógica, despertada pela conversa com os pares, pode favorecer uma matéria-prima que contribua com a construção de conhecimento científico.

Na circularidade, característica da roda, todas as pessoas são acolhidas como sujeitos históricos legitimados para falar, para comunicar, para refletir sobre diversos temas e circunstâncias. Assim, a arte da oralidade (contar e ouvir histórias), isto é, a palavra, se transforma em ação no exercício da participação comunitária social. Considerando a realidade em que vivem e as perguntas que inquietam, as/os participantes juntas/os podem dizer, do contexto onde estão, como são afetadas/os pela temática tratada: experiências-vivências subjetivas de mãe solteira, mãe solo.

Para Maria Izilda Matos (2009, p. 279), docente e historiadora com ênfase em história do Brasil, “não há como contar história de gente fora da história”, ou seja, os fatos e os fenômenos se dão dentro da história. Por conseguinte, somos seres históricos vivendo e construindo a própria história no individual e no coletivo. Levando-se em conta que as/os participantes são sujeitos históricos, as rodas de conversa também são organizadas a partir do contexto histórico em que vivem, da realidade.

Neste caso, as memórias de conversas acontecidas no senso comum, mas que fazem parte da vivência de cada uma/um, não podem faltar. Torna-se um processo muito rico e importante a busca do vivido na memória, num movimento de se conectar consigo mesmo e fazer a reflexão de fatos que aconteceram, acontecem ou podem ainda vir a acontecer no cotidiano a partir da história.

De acordo com a professora e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, Cecilia Warschauer (2001, on-line), quando se utiliza a roda de conversa como um instrumento de pesquisa, deve-se pensar em um ambiente tranquilo que possa favorecer o diálogo, em que as/os participantes se sintam à vontade para a ação do falar e escutar o outro sobre temas que lhes sejam comuns, para que, desta forma, o falado, o conversado seja importante para o grupo e desperte a atenção para a escuta. A autora pontua ainda que o ambiente deve ser o mais próximo de uma conversa em volta da mesa do café ou almoço na cozinha.

De modo análogo, a plataforma virtual EAD Cajueiro - Centro de Formação Assessoria e Pesquisa em Juventude - (2020) apresenta a metodologia das rodas de conversa como um mecanismo de registro, um recurso para melhor compreender a realidade social. Ademais, recomenda as seguintes ações: deve-se pensar na acolhida entre o/a mediador/a da roda e as/os participantes; expor a temática a ser trabalhada com um diálogo que tenha início a partir da realidade vivida; e aprofundar o tema através do espaço de fala e escuta ativa de cada história de vida.

A dinâmica da circularidade das rodas de conversa exibe um espaço onde não há hierarquia, demonstrando-se igualdade social entre as/os participantes, e todos/as se veem com mais atenção às expressões faciais, à postura do corpo, facilitando o exercício da escuta sensível. Portanto, quaisquer movimentos e gestos são percebidos por todos/as nas discussões de temas que fazem parte da história, assim como as angústias e as alegrias dos/as componentes do círculo. Enfim, esse procedimento implica um espaço de fala igual para cada um/a, em busca de uma solução e troca de experiências para a temática conversada. Nesse viés de produção de dados, o/a pesquisador/a precisa compreender que as histórias individuais, que também são culturais, estão ligadas intimamente entre os/as partícipes, inclusive com a história do/a mediador/a enquanto pesquisador/a e integrante da roda. Melhor dizendo, a subjetividade está presente nos diálogos (EAD Cajueiro, 2020).

Neste pano de fundo, a partir de um ponto de vista de uma ou mais falas, acontecem a pesquisa, a troca de conhecimentos e, consequentemente, alarga-se o

leque de vivências, de saberes, de experiências. Em um espaço dinâmico e empoderado pela fala e escuta, propiciado pelo organizador e mediador no exercício da participação social comunitária, no relato e na troca de saberes, as ideias e defesas podem divergir, porém não deve haver nenhum comentário ou julgamento por parte das/os componentes da roda.

Nesse panorama, o sujeito enquanto ser histórico ativo é sempre um narrador em potencial, não narra sozinho, reproduz vozes, discursos e memórias de si, mas também vivências em comum com outras pessoas, que se associam à sua no processo de rememoração e de socialização. Assim, o discurso narrativo, presente na roda de conversa, se constrói na coletividade histórica social, destacam Santamarina & Marinas (1995):

[...] recolher os relatos ou as histórias de vida não é recolher objetos ou condutas diferentes, mas, sim, participar da elaboração de uma memória que quer transmitir-se a partir da demanda de um investigador. Por isto, a História de Vida não é só uma transmissão, mas uma construção da qual participa o próprio investigador [...] (p. 273).

Logo, as rodas realizadas nesta pesquisa tiveram a finalidade de ouvir a história de vida de cada uma das oito mulheres que criam filhas ou filhos sem a presença do genitor, conhecer a experiência nessa criação, saber como é a vivência do educar, amar e manter uma criança sozinha e entender como se veem representadas. Nos relatos, foi primordial a percepção da subjetividade integrante, presente no processo de troca do diálogo, como por exemplo, o tom de voz, a maneira do olhar em cada fala e escuta, os gestos, o estralar dos dedos ou o esfregar de mãos, a maneira de sentar-se ou, de repente, o levantar-se, a tentativa de esquivar-se de participar, o suor, o escorrer de lágrimas, a raiva e o nervosismo fizeram parte da observação atenta, perspicaz, humana e sensível da pesquisadora. Realizaram-se duas rodas de troca de saberes entre a pesquisadora e as pesquisadas - sujeitos históricos que interagem na construção do conhecimento -, em um tempo de, aproximadamente, 90 minutos cada uma delas.

Cada roda contou com a participação da pesquisadora e de um fotógrafo, que também teve a responsabilidade de fazer a gravação do áudio e do vídeo da atividade. Observa-se que a função do/a mediador/a da conversa é a de facilitar a dialética do diálogo, fazendo surgir as falas das participantes, evitando a manipulação, opiniões

preconceituosas ou alguma intimidação/exaltação que faça com que a sua fala seja acordada pelas demais. Além do mais, durante o diálogo não deve haver interrupções ou interferências dentro do limite de fala estabelecido pelo/a mediador/a no início da conversação. No tempo estabelecido, o/a facilitador/a mostrará um símbolo, que pode ser uma imagem ou um objeto, indicando o agradecimento pela partilha para que, assim, todos participem sem nenhum privilégio ou hierarquia.

Por fim e sem exaurir todo o contexto, conforme demonstrado nesse texto, *roda de conversa* como metodologia é uma opção política. Nesta pesquisa, a palavra política não está relacionada à ideia de partido ou de governos, posto que esse termo é entendido como o posicionamento individual no mundo, como os relacionamentos entre os seres humanos, compreendido desde os espaços mais restritos até o cuidado com o mundo. A política, vista como opção através da palavra dita sobre o mundo, diz respeito a romper ou manter os silêncios, o cuidado com o planeta, quebrar com as culturas de morte, trabalhar o exercício da libertação e a esperança, como pensados pelo educador Paulo Freire na década de 60, ou seja, para que cada participante (pesquisador/a e pesquisado/a) possa ser sujeito histórico de suas próprias histórias.

O segundo instrumento, empregado para a coleta de informações sobre o tema proposto nesta pesquisa, é a *entrevista semiestruturada*. Para a socióloga Maria Cecília de Souza Minayo (1993, n.p.), essa técnica de análise é uma conversa a dois, feita por iniciativa da/o entrevistadora/or com a finalidade de aprofundar o alcance dos objetivos indicados na investigação científica, na recolha de informações mais pertinentes, precisas e claras. Desta forma, as oito participantes das rodas de conversa, em um outro momento de construção do conhecimento em estudo, também participaram de uma entrevista com a duração aproximada de 60 minutos, em local e horário que melhor lhes beneficiaram.

Coadunando com a fala de Minayo (1993), para a psicóloga, professora e formadora experiente em trabalho de grupo, Judith Bell (2004), a entrevista usada como recurso metodológico é definida como “uma conversa entre um entrevistador e um entrevistado com o objetivo de extrair determinada informação do entrevistado”, uma experiência semelhante a “expedição piscatória” no sentido de haver uma cuidadosa e paciente preparação em que o resultado tenha o sabor de recompensa, de um presente valioso em um tempo que não seja cansativo, mas revelador (p. 137). Segundo a estudiosa, exige-se uma técnica perspicaz na elaboração de um roteiro que, mesmo sendo flexível, “garante que todos os tópicos considerados cruciais serão

abordados” e elimina “alguns problemas de entrevistas sem qualquer estrutura”, permitindo, pelo contrário, que seja guiada ou focalizada (Bell, 2004, p. 139-140).

Vale lembrar que, de acordo com Grinnell (1997), o êxito da entrevista, no alcance dos objetivos propostos na pesquisa, requer que o moderador/a ou entrevistador/a obtenha respostas sobre o tema, o problema ou o tópico de interesse nos termos almejados e, para isso, ele/ela deve ser o/a “especialista” (p. 381). Diante disso, é importante cuidar da linguagem a ser usada, proporcionar um clima de confiança e empatia, evitar barulhos ou qualquer tipo de interrupção, uma vez que a/o entrevistada/o precisa dessa perspicácia para se sentir relaxado e manter um comportamento natural ao ser guiado/a com discrição e precisão nas respostas.

Ressalta-se que a subjetividade também está presente no olho no olho, na fala e na escuta, nos gestos, no tom de voz, na maneira de responder. Por isso, é necessário também conduzir as emoções, quando surjam, através de uma linguagem sensível e respeitosa (Grinnell, 1997 *apud* Olesen, 2006, p. 236). A professora catedrática na Universidade Católica Portuguesa, Isabel Carvalho Guerra (2014) destaca que na entrevista a/o entrevistada/o, enquanto sujeito, “narra, em simultâneo, os fatos e as emoções associadas”, presentes no momento (p. 20).

É relevante assinalar ainda que os procedimentos metodológicos usados nesta pesquisa (as rodas de conversa e a entrevista semiestruturada) exigiram o uso de determinados materiais para coletar as informações, entre eles destacam-se: a gravação de áudio e vídeo; um smartphone; as anotações em diário de campo, agendas ou cadernos, os registros fotográficos, um computador de mesa, algumas canetas e lapiseira. Além de muita atenção, perspicácia, sensibilidade, respeito, empatia e humanidade na medida em que a/o pesquisadora/or é a ferramenta mais importante na recolha, análise e interpretação dos dados de natureza qualitativa, visto que a análise não é uma estatística numérica (Creswell, 1997 e Neuman, 1994 *apud* Sampieri; Collado; Lucio, 2013, p. 283).

4.3. Análise de conteúdo da construção de informações

A análise das informações formais e informais, construídas ao longo do processo, compostas tanto pela pesquisa documental e bibliográfica quanto pelas rodas de conversa e pela entrevista semiestruturada, representa uma etapa inquietante para o/a pesquisador/a em vários sentidos. A linguagem dos termos a

usados, a interpretação dada a cada relato subjetivo das participantes, que são mulheres vindas da experiência da criação de filhas e filhos sem a presença do genitor. com uma carga de emoção presente em cada fala, gestos, vestimenta, escuta. Tais sentimentos podem desvelar, entre outros fatores subjetivos, as pessoas históricas vivenciando as suas próprias histórias de vida e de mundo social. Na percepção do psicólogo González Rey (2005), os “diálogos formais e informais entre a/o pesquisadora/or e as/os próprias/os participantes, os quais adquirem grande importância, pois são parte de informação sobre o problema pesquisado” (p. 85).

Por se tratar de um estudo com enfoque feminista, a partir de uma realidade histórica marcada por conflitos sociais de injustiças institucionais, de temáticas atravessadas por mulheres, e não somente sobre as mulheres, a dialética é múltipla em suas visões teóricas, éticas e políticas (Olesen, 2006, p. 237-239). Sob esse olhar, o autor e a autora Denzin & Lincoln (2006, p. 239), por sua vez, pontuam que a pesquisa qualitativa feminista não é construída a “uma só voz, mas vozes” que são diversas e também complexas. Qualidades que transcendem uma crítica, mas, sim, uma celebração. Por esta razão, a tarefa de analisar, interpretar e compreender os dados é uma tarefa que deve ser feita à luz crítica e de maneira contextualizada desde a realidade que expressa a vida das mulheres (Denzin & Lincoln, 2006, p. 239).

Portanto, esse trabalho se compromete a analisar a recolha de conteúdos e de dados em combinação com a intersecção dos significados da raça, da classe e do gênero, bem como os seus efeitos construtivos históricos, sociais, éticos, econômicos e políticos. Sobretudo por entender as diferenças existentes entre a práxis da vivência e os fenômenos sociais com os seus estereótipos em relação à mulher em todos os espaços e contextos que transcendem, segundo Guerra (2014), “as situações emergentes e imediatas” (p. 9). Para a pesquisadora, o cruzamento de conteúdos e dados, teorias e métodos, em uma pesquisa feminista, inicia-se com uma questão micro da realidade para se confrontar com uma estrutura macro existente historicamente em um todo na sociedade institucional. Fato que pode ser polêmico inclusive entre as/os próprias/os epistemologistas (Guerra, 2014, p. 62).

Perante o exposto, o primeiro passo foi revisar todo o material produzido nas rodas de conversa e entrevistas semiestruturadas, as fotografias, o desenho sobre a disposição dos pares, os vídeos, a memória dos momentos vividos nos dois recursos metodológicos, as observações listadas, o diário de campo, a agenda, os blocos e o esquema de anotações, como também ouvir com atenção os áudios para ter a certeza

de que se conseguiram as informações necessárias e verificar a documentação das/dos participantes para certificar-se de que haveria ou não a necessidade de voltar ao campo para coletar mais dados. Na compreensão de Denzin & Lincoln (2006, p. 239), sempre é necessário comparar o material obtido com os objetivos e a questão problema da investigação.

O segundo passo foi fazer a degravação de todo o material recolhido, detalhado *ipsis litteris*, de acordo com a sequência que se pretendeu analisar. Em seguida, revisou-se e revisitou-se a bibliografia inserida no trabalho na tentativa de fazer o cruzamento e a reflexão entre o conteúdo e os dados recolhidos. Como a degravação dos áudios e vídeos poderia ser complexa, foi importante se pensar no tempo limite da pesquisa a fim de se evitarem falhas concernentes à linguagem preconceituosa, estereotipada, homofóbica, sexista ou discriminatória. Como se refere Isabel Carvalho Guerra (2014, p. 62), “a análise de conteúdo tem uma dimensão descritiva que visa dar conta do que nos foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analisado face a um objeto de estudo”. Ou seja, é imprescindível ir além do simples (senso comum), não analisar as informações de forma distorcida da realidade para captar toda a emoção narrada presente na subjetividade do momento, em um pensar racional, dinâmico e dialético.

Vale mencionar que Villardi (1997, n.p.) destaca que a análise de conteúdo e a recolha de informações são uma leitura. Esta leitura significa construir uma concepção de mundo em consonância com a interpretação crítica da própria realidade histórica. Neste contexto, a/o pesquisadora/or deve lembrar que, ao pesquisar e analisar as informações recolhidas, também faz parte dessa coleta o seu posicionamento frente às informações acumuladas no exercício da sua cidadania. Reforça Isabel Guerra (2014, p. 62) que as informações são uma construção da realidade que depende da formação descrita em textos, imagens, sentimentos, fotografias, ideologia, teorias, emoções e perspicácia históricas, culturais e sociais da/o pesquisadora/or.

4.4. A ética na pesquisa qualitativa

Entende-se que a ética, na pesquisa de natureza qualitativa, não compõe somente a apresentação e a submissão do projeto de pesquisa ao Conselho de Ética em Pesquisa Humana e Social, mas também está relacionada à conduta e ao compromisso fidedigno do/a pesquisador/a no levantamento das informações durante

o processo e à fala das/os participantes como sujeitos históricos.

Sobre este contexto, pontua Virginia Olesen (2006) que existe uma preocupação, e não pequena, quanto ao enfoque feminista não ser uma única voz, mas vozes múltiplas do que se permitiu dentro das emoções subjetivas e históricas. Isso quer dizer que nenhuma voz participante pode alegar “o domínio ou uma posição privilegiada” (p. 239). Assim exposto, a condução da coleta de dados terá todos os cuidados quanto à privacidade, ao consentimento, à confidencialidade, à falsidade, à fraude que podem viciar e inviabilizar todo o campo pesquisado. Garante também o devido retorno, aos sujeitos participantes, sobre as considerações e conclusões finais da pesquisa desenvolvida.

Assim dito, o procedimento da construção de informações teve apporte do Termo de Livre Consentimento Esclarecido (Apêndice A), o qual foi construído nos termos da Resolução Conselho Nacional de Saúde (CNS) 466/201217. Enfatiza-se que, mesmo após o aceite do termo citado, aquela que não desejasse mais colaborar com a pesquisa poderia desistir, sem quaisquer prejuízos. Além disso, garante-se que o resultado dos dados coletados foi analisado e publicado com a identidade das partícipes preservada. Ademais, toda a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética para avaliação e validação antes de suas aplicações.

Mães Solo?: as experiências subjetivas de mulheres na criação monoparental de filhas e filhos é uma temática carregada de emoções fortes, as quais afloraram os ânimos e sangraram tanto no individual quanto no grupo. Fato que exigiu muito cuidado, atenção, sensibilidade, humanidade, respeito e perspicácia. Porém quando se constatou algum descontrole, inerente ao risco iminente e compatível aos relatos vivenciados na história de vida de cada uma das pesquisadas, a partir de sua manifestação, cessou-se imediatamente o momento e ficou-se à disposição da entrevistada para dirimir sobre o acontecido. Acrescenta-se que esta investigação também teve o acompanhamento da professora orientadora, da professora coorientadora, do programa (PPGDH) e da comissão do conselho de ética.

CAPÍTULO V – ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS PERCEPÇÕES, VIVÊNCIAS E SUBJETIVIDADES DA MATERNIDADE MONOPARENTAL

Este capítulo analisa e discute os resultados desta pesquisa, os quais foram obtidos a partir das informações construídas através das *rodas de conversa* com as participantes da pesquisa, aprofundadas na *entrevista semiestruturada* individual e no *formulário on-line* de caracterização (que objetivou construir o perfil das pesquisadas). As informações aqui contidas são entrelaçadas à luz da fundamentação teórica consultada, buscando contribuir com os estudos e as vivências sobre as mulheres que criam suas filhas e seus filhos sozinhas, bem como ao grau de relação afetiva entre a mãe, o pai, o(s) filho(s), a(s) filha(s), a família, a sociedade e outros vínculos emocionais decorrentes dessa criação.

Outrossim, consideraram-se as contribuições da metodologia de pesquisa qualitativa, contextualizada na investigação social de análise de conteúdos, proposta por Isabel Carvalho Guerra (2014), socióloga, professora e pesquisadora, que tem uma vasta experiência profissional nas áreas de ensino, investigação e formação, especialmente no âmbito de políticas sociais complexas. Nessa condição, esta pesquisa também lança mão de dados quantitativos em diferentes contextos para demonstrar e explicar descriptivamente as informações qualitativas. Para Isabel Carvalho Guerra (2014, p. 09), não faz sentido a oposição entre quantitativo e qualitativo, uma vez que ambas as formas de tratamento interpretativas se explicam na ação social dos sujeitos concretos participantes da pesquisa, ou seja, na vivência presente nas falas.

Ademais, o foco principal da pesquisa procurou entender o maternar sem a presença do genitor, comportando: a subjetividade da pesquisadora e das participantes ; as instituições onde o material foi recolhido; os territórios onde as participantes convivem; as rodas de conversa; a maneira como as falas foram ouvidas, transcritas, lidas e relidas, configurando-se como um ato de direito de fala nos relatos das vivências de cada mulher partícipe da pesquisa; as entrevistas; o formulário on-line de caracterização; e o diário de bordo.

5.1 A pesquisa de campo: primeiras percepções

[...] Estou cansada de ser só compreensão, agora eu quero que me

compreendam

Cansada de ser só expectativa, eu quero realidade,
Cansada de ser objetificada, agora eu quero ser uma amizade
Cansada de ser só enxergada forte, eu quero acalanto para as
minhas fragilidades.

Cansada da força bruta, eu quero é dengo.

Cansada de contos de fadas eu quero amor real
Com todas as qualidades e os defeitos que vierem nele.

Eu quero que humanamente me amem!

Que imensamente me acolham,
Que absurdamente me enxergue,

Quero que me enxergue assim como eu sou, assim,
Com tudo o que eu tenho e apesar do que falta:
Nua, crua, inteira, espedaçada e marcada pelo tempo que esperei
para ser amada assim! [...] (Rodrigues, 2024, on-line)

Ao começar a pesquisa de campo, eu estava vivendo um momento histórico emocional de muita tensão, angústia, revolta e desânimo por não ter obtido resposta mais célere de aprovação do projeto denominado “Mães solo?: as experiências subjetivas de mulheres na criação monoparental de filhas e filhos”, submetido ao Conselho de Ética em Pesquisa – CEP. A espera se arrastou por meses. Como pesquisadora, eu tinha a plena consciência dos riscos inerentes à temática, como por exemplo, o risco aparente à saúde psíquica, emocional e intelectual das partícipes, devido às lembranças relacionadas à criação de filhas e filhos sem o auxílio do genitor, que poderiam causar-lhes distintas reações, como constrangimento, dor, revolta, medo, estresse, cansaço, acaloramento dos ânimos ou silenciamento, ao responder as perguntas que envolvessem as relações familiares e afetivas, durante as rodas de conversa e a entrevista semiestruturada.

Igualmente estressante foram as dificuldades para agendar uma data para conhecer o local onde seriam realizadas as rodas de conversa, após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais - CEP/CHS da Universidade de Brasília. Isto porque não poderia agendar uma data sem a aprovação do referido conselho. Outro fato que também dificultou o prosseguimento da investigação foi encontrar, voluntariamente, as mulheres que abarcavam os critérios da pesquisa. Naquela ocasião, todo esse contexto estava visível por todos os meus poros, causando-me uma exaustão emocional. Dias depois, a alegria voltou, pois o projeto de pesquisa proposto foi aprovado e identificado pelo Certificado de

Apresentação para Apreciação Ética - CAAE sob o número: 77132223.2.0000.5540.

O início da pesquisa de campo ocorreu com mulheres acolhidas pelo Instituto Josefina Serra e pelo Coletivo da Cidade, ambas as instituições estão situadas na Região Administrativa da Estrutural (Distrito Federal) e desenvolvem atividades de cunho social no formato de oficinas, percursos, cursos de formação, promoção da saúde, da ética, da cidadania e palestras com mulheres, crianças e adolescentes dessa cidade, por ser uma localidade de muitas e variadas vulnerabilidades sociais, principalmente para meninas e mulheres, predominantemente negras e chefes de família.

O Instituto Josefina Serra é uma associação civil composta pela união de pessoas empenhadas em criar, desenvolver e executar projetos relacionados à equidade de gênero, raça e nos territórios e comunidades tradicionais; à educação; à capacitação; à formação; à profissionalização, à sustentabilidade e ao meio ambiente; à pesquisa e gestão; à literatura, à cultura e à arte; à inclusão e acessibilidade; a pessoas com deficiência; aos direitos humanos; à infância e juventude; à terceira idade; à comunicação e diversidade. São ações pautadas nos valores da cidadania e da dignidade da pessoa humana, assim como nos fundamentos na democracia brasileira e do pluralismo político.

O Coletivo da Cidade é uma organização que atua prioritariamente com o atendimento de crianças e adolescentes no contraturno escolar, oferecendo alternativas artísticas e educativas como meio de transformação social. Pensada e construída com base no fortalecimento de vínculos no território em que está localizada. A organização também se caracteriza como um importante espaço de convivência comunitária e capacitação profissional para as moradoras e os moradores da cidade, articulando-se em rede com outros grupos e instituições parceiras. Tem por missão valorizar o olhar de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, por meio de ações alegres, criativas e emancipadoras, garantindo a proteção integral (segurança alimentar, saúde, escolar e territorial) e o fortalecimento de vínculos para a construção coletiva de uma comunidade consciente de seus direitos e protagonista de sua história a partir da ideia de pertencimento do território.

A escolha da Cidade Estrutural, marcada por desafios históricos, como a baixa renda e o acesso limitado a recursos básicos e serviços públicos, reflete um cenário particularmente significativo para mães que maternam sozinhas, que frequentemente vivenciam vulnerabilidades financeiras, sociais e emocionais. A decisão de realizar as

rodas de conversa no Instituto Josefina Serra e no Coletivo da Cidade está diretamente alinhada aos objetivos da pesquisa, que busca, dentre outros propósitos, compreender as experiências subjetivas dessas mulheres periféricas e os impactos de sua realidade nas esferas psicológica, social e econômica, contexto em consonância com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021, atualizada pela Codeplan (2022).

Portanto, os espaços apresentados oferecem um contexto socioeconômico relevante e uma conexão direta com grupos frequentemente excluídos pela sociedade, possibilitando uma análise interseccional das vivências das mães sozinhas. Além disso, são locais que promovem a escuta ativa e proporcionam um ambiente acolhedor para que essas mulheres compartilhem suas histórias e seus desafios. A realização das rodas de conversa nesses ambientes não só enriqueceu a pesquisa, mas também propiciou um impacto social transformador, contribuindo para a valorização dessas mães como protagonistas de suas trajetórias e para a construção de redes de apoio comunitárias. Assim, alia-se a produção acadêmica ao fortalecimento de práticas que promovem inclusão e empoderamento.

Quando fui realizar a pesquisa no Coletivo da Cidade, estava acontecendo um evento de fechamento de percurso do “Projeto Bem-Viver¹⁰”, em alusão ao dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Essa data busca conscientizar e sensibilizar a população sobre a gravidade do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes e a importância de protegê-los/as- e garantir-lhes os seus direitos. Além disso, busca promover a mobilização de diversas esferas da sociedade, incluindo escolas, organizações não-governamentais, instituições públicas e privadas, na mesma direção, ou seja, a proteção de crianças e adolescentes.

Também conhecido como Maio Laranja, com foco no dia 18 desse mês, foi criado com base na história da menina Araceli, cujo assassinato chocou o Brasil em

¹⁰ O “Projeto Bem-Viver” é uma iniciativa de ação social desenvolvida no Coletivo da Cidade, que, para além do enfrentamento sexual, reflete no ser humano como um todo, pensando na integralidade que perpassa pelas relações com a saúde, o afeto, o território, os direitos humanos e sociais a serem acessados em coletivo pela comunidade. O Projeto Bem-Viver se destaca por suas ações preventivas e de apoio, buscando criar um ambiente mais seguro e acolhedor para o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes. Ele se alinha com outras iniciativas e campanhas nacionais, como o Dia 18 de Maio, para fortalecer a rede de proteção e garantir que as vozes das crianças e dos/as adolescentes sejam ouvidas e respeitadas. É uma resolução brasileira que visa promover a proteção e o bem-estar de crianças e adolescentes, especialmente em relação à prevenção e ao combate ao abuso e à exploração sexual.

1973. Araceli Cabrera Sánchez Crespo, uma menina de apenas oito anos, foi raptada, violentada e assassinada em Vitória, Espírito Santo. O crime ficou impune, mas a data foi escolhida para que nunca se esqueça a importância da luta contra a violência sexual infantil. Dessa forma, o dia 18 de maio serve como um lembrete da responsabilidade coletiva de proteger crianças e adolescentes e garantir que cresçam em um ambiente seguro e saudável, materializada na Campanha Faça Bonito.

Realizar uma pesquisa com uma temática sensível, mães em um maternar sem a participação do pai da criança, em uma data carregada de um simbolismo sobre a violência sexual, trouxe-me uma certa preocupação, que logo se desfez devido à dinâmica de organização e aconchego do local. Observa-se que o dia estava ensolarado e um pouco frio, mas o espaço do coletivo estava colorido, com vários cartazes nas paredes, arcos de flores para se posicionar e registrar o momento tirando fotos, varais com histórias fixadas nas árvores, brinquedos infláveis, como por exemplo, futebol de sabão, contrastando com a seriedade da temática trabalhada no dia 18 de maio. Ocorreram várias oficinas para as crianças, as/os adolescentes divididos por faixa etária, palestras para mães e pais. Foi servido um café da manhã bem aproveitado por mim para passear pelas mesas me familiarizando com as mães, ouvindo as suas histórias de vida e falando sobre a pesquisa. Nesse clima sobre nós e as nossas vivências e escrevivências, as mulheres que se identificavam com a temática foram se apresentando voluntariamente ou convidadas a participar.

Evidencia-se que a *roda de conversa* tem o poder de fazer circular as vozes, de nós sobre nós, para nós e para além de nós. Nesse universo, trouxe-me surpresa quanto à identificação midiática (“mãe solo” é um termo veiculado pela mídia como universal a mulher mãe, que materna sozinha) e histórica de cada mulher partícipe. Tudo transcorreu em uma atmosfera reflexiva de si sobre si e para si, sem agressividade, exaltação de ânimos ou interrupções. Contei com a ajuda de duas pessoas na organização da dinâmica da roda de conversa, do registro escrito e da gravação em áudio das falas. As regras foram apresentadas: ninguém interrompe ninguém, nem ultrapassa o tempo estipulado em 3 minutos, que a depender da complexidade da pergunta e, ao meu sinal, deveria concluir o raciocínio em 1 minuto. Salienta-se que, para o influente educador e filósofo brasileiro, Paulo Freire (1980, p.28), a roda de conversa é esse espaço de liberdade, onde as pessoas possam dizer de si e de sua realidade e refletir a partir do seu contexto, ou seja, são encontros de pessoas em torno de um tema que toca a vida das pessoas envolvidas para que

possam conversar entre si.

A roda de conversa foi se revelando e com ela as histórias foram se dando a conhecer. Foram falas doídas, sofridas, amargas, apreciadas, sobretudo, com um tom de respeito, por parte da pesquisadora, pela vivência de cada uma na criação de suas filhas e de seus filhos. Num espaço de aprendizagens, trocas, experiências e vivências, histórias foram sendo construídas no individual e no coletivo. Transformando as histórias outras em histórias nossas, histórias de mulheres e mães. Não ocorreram xingamentos, linguagens sexistas, machistas, homofóbicas, etaristas, capacitistas ou misóginas, porém houve muito sentimento de revoltas e lágrimas. Lágrimas decorrentes do abandono, da história vivida, do maternar, que ficou mais sobrecarregado e, acima de tudo, das vitórias alcançadas ao virem suas filhas e seus filhos crescerem.

A escuta fez-me reviver a emoção presente em cada fala, cada experiência contada, cada tom de voz, cada gesto, cada expressão carregada do pensar antes das palavras escaparem de cada boca. E como relata a célebre professora e escritora, na obra *Insubmissas lágrimas de mulheres*, Conceição Evaristo (2020),

Da voz outra, faço minha, as histórias também. E no quase gozo da escuta, seco os olhos. Não os meus, mas de quem conta. E, quando de mim uma lágrima se faz rápida do que o gesto de minha mão a correr sobre o meu próprio rosto, deixo o choro viver. E, depois, confesso a que me conta, que emocionada estou por uma história que nunca ouvi e nunca imaginei para nenhuma personagem encarnar (p. 07).

Gostei de ouvir as vozes outras, de sentir, de me ver em cada história contada e vivida, de me perceber parte de cada história. Em alguns momentos me vi perdida em reflexões pelo impacto da narração e foi-me difícil não participar, mas, por ética, mantive-me neutra. Neutra no sentido de não impor a minha fala, porém meus olhos e a postura do meu corpo traduziram minhas emoções do momento vivido. Nesse aspecto, González Rey (2005, p. 85) afirma que a interação dialógica entre o pesquisador e os participantes é fundamental para a produção de conhecimento que respeite e valorize as subjetividades envolvidas no processo de pesquisa. Em outros termos, o pesquisador e o pesquisado são sujeitos ativos na produção de pensamentos e sentidos, num processo dialógico.

Retornei para casa impactada com as historicidades presenciadas nas

narrativas de vida de cada participante. Durante alguns dias, senti-me feliz, por ser eu, uma mulher e pesquisadora preta, a dar voz a outras mulheres de todas as cores, religiosidades, escolaridades e classes sociais. No início e ao final de cada fala, quis saber de cada mulher como estava se sentindo. Abracei todas elas e deixei o momento histórico registrado com uma foto, que não será utilizada nessa pesquisa, mas que compõe a nossa subjetividade e o espaço de fala e escuta sensível. Para completar o cenário, as mulheres se autoidentificaram com uma flor, a pedido da pesquisadora, e é através dessa analogia que serão citadas nas suas percepções e falas. Dinâmica a ser abordada com maior propriedade no transcorrer desse texto.

Como as rodas de conversa, em momentos estanques, fluíram com uma normalidade agradável, tendo em vista que as mulheres responderam todos os vieses que me inquietavam sobre a temática em questão. Por falta de disponibilidade das envolvidas comparecerem em um outro momento para serem entrevistadas, no mesmo dia, realizei a entrevista semiestruturada, aprofundando o contexto que me chamou mais a atenção. Naquele momento, as mulheres continuaram participando das atividades programadas pelo Coletivo e, individualmente, foram chamadas para responder-me algumas interrogações relevantes. A *entrevista* começou com uma conversa informal, sorrisos - sempre com a preocupação com o bem-estar das entrevistadas -, e, nessa atmosfera, a pergunta era direcionada. O final foi também com risadas, abraços e uma foto para registrar a relação social de vínculo de confiança e de trocas entre o ouvir e ser ouvida.

Depois de tudo, liberei um *formulário* de caracterização com o objetivo de completar informações sobre o perfil de vida de cada mulher, disponibilizado, no formato *on-line* (no *Google Forms*) e também na versão impressa, para as oito mulheres participantes das dinâmicas adotadas (*rodas de conversa e entrevista*) e também para outro grupo de mães com a finalidade de enriquecer o contexto pesquisado. De acordo com as renomadas autoras de metodologia científica e pesquisa acadêmica, Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2007, p. 214), esta ferramenta é essencial para a “coleta sistemática e assistemática de informações necessárias e análise personalizado de investigação social”, cujo sistema de coleta de pesquisa consiste em obter informações diretamente da/do entrevistada/o.

Esse questionário serviu para a recolha de algumas informações detalhadas sobre as características pessoais das mulheres participantes. As perguntas incluíam: o nome completo; a idade, o nome de uma flor a qual se identificava e o porquê, o

estado civil, a escolaridade, a formação acadêmica, a profissão, a renda, a participação em programas sociais, a raça/cor/etnia (autodeclaração), a identidade de gênero, a orientação sexual, a religião, o endereço, o estado civil, a quantidade, a idade e o sexo da prole, a moradia (com a família, sozinha, próximo da família), o tipo de apoio recebido na criação do/a(s) filho/a(s), o/a principal cuidador/a, se recebe a pensão alimentícia, se a mãe e o/a(s) filho/a(s) têm contato com o genitor, se o registro civil da/o filha/filho contém o nome do pai, a perspectiva de vida (autocuidado, relacionamentos, sonhos), as experiências de preconceito vividas ou presenciadas, os modos de ser e existir e, por fim, a representatividade do maternar (mãe solteira, mãe sozinha, apenas mãe, mãe com rede de apoio, mãe solo).

O *diário de bordo* ou *diário de campo* é um dos instrumentos pessoais do/a pesquisador/a que contém todas os apontamentos inerentes às etapas da pesquisa, servindo como um guia para o dia a dia do planejado. Nele podem ser registrados, por exemplo, as anotações sobre as leituras, os encontros para orientação, as datas e os horários para cada atividade, todos os contatos, as indicações de livros, as citações, as notas de rodapé, as reflexões pessoais, os entraves e as possibilidades de situações vividas ou ouvidas em tom de poesia, que são como parte de nós e que guardam particularidades do eu, do outro e de nós.

Consoante a pesquisadora Selma Garrido Pimenta (2002, p. 95) - conhecida por seu trabalho sobre a formação de professores e a prática reflexiva -, a utilização do diário de bordo é uma ferramenta crucial para o desenvolvimento profissional de educadores/as, pois é de suma importância na reflexão sobre a prática pedagógica e na construção de conhecimento qualificado. A autora considera ainda o diário de campo e de bordo como uma “pesquisa-ação”, posto que auxilia no processo de documentar o processo de investigação e intervenção de examinar as ações realizadas e seus efeitos, promovendo, assim, uma compreensão mais profunda e uma prática reflexiva. Essa ferramenta foi-me valiosa para entender a pesquisa qualitativa, a prática reflexiva e teórica na criação de filhas e filhos sem a participação do pai da criança e as relações afetivas existentes ou não.

5.2 As condições de vida das mulheres e os elementos de sua vivência

Conforme descrito na seção anterior, com o objetivo de conhecer as condições de vivência das mulheres participantes da pesquisa, algumas questões foram feitas

através de um questionário de caracterização, disponível tanto em formato impresso quanto on-line. Diante das respostas obtidas no formulário, (respondido por 28 mulheres, mas analisados apenas as respostas das 08 partícipes da pesquisa) devemos considerar que as condições de vida das mulheres são construídas por um conjunto complexo de fatores sociais, econômicos e culturais, que geram uma série de desafios diários. Então, podemos observar algumas tendências gerais em termos de desafios e oportunidades que impactam a qualidade de vida. Das oito mulheres participantes da pesquisa, uma está na **faixa etária** de 20 a 28 anos, quatro têm entre 30 e 39 anos, duas estão na faixa etária de 40 a 49 anos e outra tem entre 50 e 59 anos de idade.

No quesito **escolaridade**, três mulheres possuem pós-graduação em nível de especialização, quatro delas têm ensino superior e uma não chegou a completar o ensino fundamental. Quanto à **religião**, três mulheres se declaram cristãs evangélicas, duas seguem a religião cristã católica, uma é adepta do espiritismo e uma não expressa nenhuma religião. Em relação ao **estado civil**, quatro mulheres são divorciadas e quatro são solteiras.

A composição familiar refere-se à estrutura e aos membros que constituem uma família. Isso pode incluir quem vive na casa, como pais, filho/a(s), avós, tio/a(s), sobrinho/a(s) e outras pessoas que compartilham o lar. A composição familiar pode variar amplamente, incluindo famílias nucleares (pais e filho/a(s), famílias extensas (incluindo outros parentes), famílias monoparentais (um único pai ou mãe com filhos), famílias reconstituídas (pais com filhos de relacionamentos anteriores e/ou atuais), entre outras configurações. A composição familiar pode influenciar muitos aspectos da vida doméstica, incluindo dinâmicas de poder, responsabilidades domésticas, apoio emocional e financeiro, e acesso a recursos (Marconi & Lakatos, 2007, n.p.).

Ao analisar a composição familiar das participantes da roda, em relação à **raça/cor/etnia (autodeclarado)**, à **orientação sexual**, à **identidade de gênero**, à **renda**, à **profissão**, à **moradia**, à **quantidade de filhos/as e idade**, ao **registro civil (se consta o nome do pai)**, à **pensão alimentícia** e à **escola/curso/creche**, constatamos o seguinte:

- Girassol-2: autodeclarada mulher preta, cisgênero, heterossexual, com renda fixa, pedagoga e psicóloga; após a separação, morou com os pais e o irmão. O pai dela desempenhou, em muitas ocasiões, os papéis de avô e pai

dos seus filhos. Atualmente, ela divide a casa com os filhos, que têm respectivamente 17 e 22 anos, sendo uma filha terminando o ensino médio e um filho cursando faculdade, no registro civil de seus filhos consta o nome do pai, mas não recebe pensão alimentícia.

- Cacto: autodeclarada mulher preta, cisgênero, heterossexual, com renda fixa, assistente social, vive na mesma casa com a mãe, o pai e a irmã. O espaço que divide com o filho de 1 ano e seis meses, que fica na creche em período integral, se resume ao seu quarto. No registro civil do seu filho contém o nome do pai, mas não recebe pensão alimentícia ou qualquer ajuda financeira.
- Girassol-3: autodeclarada mulher preta, cisgênero, heterossexual, com renda fixa, pedagoga/professora, dividiu o mesmo espaço por 24 anos com o ex-companheiro e os dois filhos, agora com 25 e 27 anos, ambos em curso superior. Hoje a casa é apenas dela e dos filhos.
- Tulipa: autodeclarada mulher parda, cisgênero, heterossexual, com renda fixa, servidora pública, não informou se, no nascimento do seu filho, morou com a família. Atualmente ela e o filho de 23 anos, que nunca recebeu pensão alimentícia e faz cursos de especialização, residem sozinhos.
- Violeta: autodeclarada mulher branca, cisgênero, heterossexual, com renda fixa, orientadora educacional, sempre teve a família presente, incluindo o genitor e a filha de 10 anos cujo registro civil consta o nome do pai. Com o fim da relação, a casa é apenas dela e da filha, que recebe pensão alimentícia.
- Rosa: autodeclarada mulher parda, não soube informar a sua identidade de gênero, heterossexual, faz bico, catadora. No início da relação, morou com a sogra e o companheiro. Após a separação, divide a casa com os dois filhos, de 12 e 15 anos. No registro civil deles, consta o nome do pai, porém nunca receberam pensão alimentícia. Recebem ajuda social do governo através do Programa Bolsa Família.
- Girassol-1: autodeclarada mulher parda, cisgênero, heterossexual, com renda fixa, educadora social, ainda mora com os pais e o filho de 8 anos, que frequenta uma creche pública. O registro civil dele inclui o nome do pai, que não paga pensão, mas ajuda quando pode com um valor que não é fixo.

- Girassol-4: autodeclarada mulher parda, cisgênero, heterossexual, com renda fixa, secretária. Quando casada, morou com o marido e o filho de 4 anos. Atualmente, vive somente com o filho, que frequenta o primeiro período da educação infantil na rede pública. No registro civil do seu filho consta o nome do pai, que cumprí o seu dever de pagar a pensão alimentícia.

5.3 Questões que guiaram as rodas de conversa e as entrevistas semiestruturadas

É amor, é renúncia, é amor, é recomeço e muito amor novamente. Ser mãe está nas pequenas declarações não ditas frequentemente, está nas conquistas dos filhos/as, no afeto, no colo que eles insistem em pedir, nos choros que só a nossa presença faz acalmar. É tudo isso que nos alimenta e mostra que, mesmo em dias revoltosos, tudo vale a pena, e somos gratas por isso. Criar um filho/a é se alegrar com o privilégio de ser a porta da estrada até o mar (Cunha, 2022, p. 15).

Visando compreender as experiências subjetivas de mulheres na criação monoparental de filhas e filhos e suas relações com os genitores, ouvir com sensibilidade, acolher com o coração aberto e deixar cada mulher tranquila e à vontade para narrar suas histórias de maternidade, busquei conhecer os sentimentos de cada uma tanto no início quanto no final da roda de conversa e da entrevista. A pesquisa foi inicialmente planejada para incluir quatro mulheres, mas, durante a apresentação do projeto, oito mulheres com idades entre 20 e 50 anos se voluntariaram, e eu não quis excluir nenhuma delas.

Perguntei: "**Como você se sente neste momento?**". No início das falas, três mulheres declararam estar muito tensas, nervosas e reflexivas. Uma se sentia desafiada por reviver essa parte da história; outra estava ansiosa, mas de mente aberta; uma estava ótima; outra estava bem, mas muito cansada; e, por último, uma estava reticente e absorta em seus próprios pensamentos ou na vivência experienciada. O choro de todas durante a entrevista foi inevitável e me tocou profundamente.

Pode-se perceber, através das falas e das lágrimas derramadas, que as lembranças da criação sem a participação efetiva e afetiva do pai da criança deixaram marcas que, por mais que tentassem esconder, ainda doíam. Outro aspecto importante a ser mencionado foi a mudança de humor e empoderamento das falas ao

final das dinâmicas. Por exemplo:

Empoderada após todo o sofrimento vivido, mas tranquila, resiliente e forte; sinto-me maravilhosa, parece que renovei minha vida dos anos passados até o presente momento. Feliz por falar e refletir sobre a jornada que percorri, me sinto incomodada por estar feliz (participantes: Girassol '1, 2, 3, 4', Rosa, Cacto, Tulipa, Violeta).

A impressão que tive é que, embora todas tenham chorado, ao final sentiam-se aliviadas por conseguirem conversar sobre um pedaço da história que ficou no passado — difícil e doloroso, mas superado. A pesquisa trouxe-lhes como benefício a oportunidade de cada mulher compartilhar as suas histórias e experiências de vida na criação de sua prole; trocar afetos no grupo (realização das rodas); ouvir umas às outras de maneira respeitosa e compreensiva.

Refleti bastante sobre a escolha dos nomes para identificar cada mulher ao longo do texto. Gostaria que essa identificação ocorresse a partir da subjetividade revelada por elas mesmas. Com essa finalidade, pedi que escolhessem uma flor que lhes chamassem a atenção para serem nomeadas a partir daquele momento neste estudo.. No entanto, sem divulgar-lhes que a flor escolhida seria posteriormente relacionada às vivências da maternidade. Assim, as personagens A, B, C e D escolheram a flor girassol; a E preferiu ser chamada de rosa; a F de cacto; a G de violeta; e, por último, a H de tulipa.

Iniciar uma conversa com mulheres que criam suas filhas e seus filhos sozinhas a partir da subjetividade - esta entendida anteriormente como a experiência individual dessas mães como ser histórico lançado no mundo e a história de cada participante (grifo meu em Sartre, 1943 - *O Ser e o Nada*) - é essencial para reconhecer e valorizar a singularidade das experiências que elas vivenciam. Cada mãe traz consigo uma trajetória única, construída por desafios, conquistas, sonhos e frustrações que são influenciados por múltiplos fatores, como a sua história de vida, o contexto familiar, a cultura, a raça, a classe social e as experiências de violência ou discriminação. A subjetividade, nesse sentido, oferece um olhar atento às nuances da realidade dessas mulheres, permitindo que suas vozes sejam ouvidas e suas histórias sejam compreendidas em sua diversidade.

Ao se colocar a subjetividade em evidência, a conversa se torna um espaço de acolhimento e respeito, onde as mulheres podem se expressar livremente e compartilhar as múltiplas dimensões de suas experiências como mães que criam filhos

e filhas sem a presença do genitor. Esse enfoque é fundamental para compreender como elas constroem suas identidades, enfrentam os desafios da maternidade sem a presença do pai e lidam com questões como o autocuidado, a solidão, o preconceito e a busca por apoio. Além disso, ao se considerar a perspectiva histórica, é possível contextualizar as vivências dessas mulheres em relação às estruturas de poder, ao patriarcado e às masculinidades hegemônicas, que influenciam suas trajetórias, e aos desafios que enfrentam na criação de seus filhos e de suas filhas (Olesen, 2006, p. 220).

À vista disso, chamar uma mulher pelo nome de uma flor pode simbolizar diversas linguagens, qualidades e características associadas a cada tipo. A esse respeito, a equipe da Enciclopédia Significados (2024), fundada em 2011, apresenta algumas peculiaridades e significados para cada flor. Vejamos: o girassol simboliza alegria e vitalidade, sendo conhecido por seguir a trajetória do sol em busca de luz e crescimento pessoal. A rosa, por sua vez, está associada ao amor e à beleza, podendo representar diferentes emoções e significados dependendo de sua cor. A violeta está ligada a lealdade, modéstia, espiritualidade, algo misterioso e mágico no ar. A tulipa é vista como um símbolo de amor perfeito e prosperidade, frequentemente associada a novos começos e renovação. Já o cacto representa resiliência, adaptação e força, prosperando mesmo em ambientes áridos e hostis, demonstrando a capacidade de superar adversidades.

Abro a janela e o coração. Me olho no espelho. Me deparo com todos os meus medos. O medo de errar, o medo de fracassar, medo de não ascender, e virar mais uma estatística. O medo é nosso combustível e nossa autossabotagem na mesma proporção. Enxergo hoje em minha maternidade solo o meu despir-se para o mundo, em aceitação, autoconhecimento, oralidade em comunidade e ancestralidade (Yíí, 2021, p. 81).

A atenção se voltou para outra pergunta com o objetivo preponderante de compreender as experiências subjetivas dessas mulheres na criação monoparental: "**O que a flor escolhida tem em comum ou se relaciona com a sua experiência de maternidade sem o pai da criança?**". As comparações, associações e respostas foram bastante interessantes, levando-me a refletir cuidadosamente.

A rosa é uma flor muito bonita, elegante e cheirosa como uma mulher, mas ao ser tocada sem cuidado, murcha. Quando um homem toca

uma mulher com violência, ela também murcha (Rosa).

A análise acima foi feita com o olhar perdido em algum lugar que somente as suas lembranças conhecem, mas com voz firme.

Escolhi o girassol porque ele representa coragem, vitalidade e alegria (Girassol-1).

O girassol tem muito dessa luta de estar no frio que é a falta do sol, mas, quando vê a luz, quer ir para o lado que brilha (Girassol-2).

O girassol passa por momentos sombrios como a noite, mas quando o sol chega com o seu brilho, não abaixa a cabeça, está sempre girando, eu girei mudando os rumos da minha vida (Girassol-3).

Escolhi o girassol porque ele está sempre virado para o sol e é resistente. Me vejo como o girassol, forte! (Girassol-4).

O cacto foge um pouco do padrão esperado de uma flor. É belo, porém tem espinhos (Cactos).

A violeta apresenta sensibilidade no cuidado, demonstra fidelidade e, tem um ar de mistério, de recomeço, nova chance (Violeta).

Por fim,

A tulipa é como um mosaico: se constrói aos pedaços, pequenos, firmes, porém coloridos, de várias cores (Tulipa).

A respeito da sensibilidade e do respeito entorno das vivências retratadas por mulheres, Virginia L. Olesen (2006, p. 239) destaca a importância de compreender essas experiências como múltiplas e complexas, enfatizando que a história de cada uma não é construída "a uma só voz, mas vozes" que carregam diversidades e especificidades. Essa multiplicidade não deve ser vista como um desafio à crítica, mas como uma celebração da riqueza e complexidade das vivências femininas. Nessa conjuntura, ao aplicar esse entendimento à realidade das mães que maternam sem a presença do genitor, percebemos que cada experiência de maternidade é carregada de significados e desafios ímpares que não podem ser reduzidos a uma narrativa homogênea ou simplificada. Em vez disso, reconhecer a diversidade dessas experiências possibilita uma compreensão mais profunda e respeitosa do que significa ser uma mãe que cria seus filhos sozinha em diferentes contextos sociais e culturais.

Nesse sentido, a preocupação com a subjetividade e a história de vida de cada

mulher torna-se basilar para o desenvolvimento de uma análise crítica e contextualizada, como defendem Denzin e Lincoln (2006, p. 17). Eles enfatizam que a interpretação da recolha de informações deve ser feita com sensibilidade e reflexão, considerando a realidade que expressa a vida dessas mulheres. Esse processo de análise requer a incorporação de variadas perspectivas e a valorização das vozes individuais que compõem a experiência da maternidade monoparental, permitindo que as informações revelem não apenas as dificuldades e desafios enfrentados, mas também as formas de resistência, criatividade e resiliência que caracterizam essas trajetórias.

A autora Isabel Guerra (2014, p. 239) reforça esse pensamento ao afirmar que a construção das histórias das mulheres deve ser entendida como uma expressão de vozes diversas e complexas, uma ideia que transcende a simples crítica e se transforma em uma celebração das experiências femininas. Ao estabelecer relações entre Olesen (2006), Guerra (2014) e Denzin & Lincoln (2006), entendemos que há uma convergência no entendimento de que a pesquisa sobre as experiências das mulheres deve ir além da busca por informações objetivas e estatísticas. É preciso adotar uma abordagem que reconheça a subjetividade, a diversidade e o contexto de cada história, valorizando a riqueza das diferentes vozes que emergem. Dessa forma, ao analisar e compreender as experiências das mães e o maternar, esta pesquisa não apenas revela os desafios enfrentados, mas também celebra a força, a autonomia e a identidade dessas mulheres em suas jornadas de maternidade.

Quando você poderia imaginar que deixaria suas vontades para fazer as dele? Quando suas prioridades sumiriam? Quando pensou que teria que brigar consigo mesma para mostrar o seu eu. Depois de longos meses sendo nós? Quando dormir como pedra virou lenda, já que se tem a melhor companhia que dá bom dia, esperneia, dá beijos e abraços? (Cunha, 2022, p. 53).

O contexto histórico é entendido como uma construção baseada em acontecimentos vividos, interpretados e documentados por seres humanos, e não como uma coleção neutra de fatos objetivos. Com essa ideia em mente, quis ouvir e compreender, detalhadamente, ***como é a criação monoparental sem a presença do genitor da criança?*** Na sequência da roda de conversa, a primeira fala é a de Girassol-3, que começa sua narração histórica a partir dos acontecimentos de vida de sua mãe. Ela teve dois filhos de um relacionamento com

um homem garimpeiro. Seu pai desapareceu, deixando sua mãe sozinha para criar uma filha e um filho. Tudo o que Girassol-3 não queria era repetir a condição vivida por sua mãe – "*mãe solteira e abandonada pelo parceiro*". Ela tinha apenas 3 anos de idade quando o pai partiu.

Relatou-me que na década de 80, sua mãe sempre cuidou sozinha de duas crianças e enfrentou o preconceito histórico-cultural da época, para o qual uma mulher com filhos era vista como incapaz de trabalhar. Após muitas dificuldades, ela conseguiu uma vaga como cobradora de ônibus, mas teve que provar, por meio de um exame médico, que não estava grávida e que não poderia engravidar para manter o emprego. Segundo a Girassol-3, o sofrimento de sua mãe era evidente, agravado pelo tratamento discriminatório recebido: "*O patrão dizia que trabalhadora mulher era prejuízo para o patrão.*" Diante dessa imposição, sua mãe teve que comprovar que havia se submetido a uma laqueadura¹¹. Foi um processo extremamente humilhante, algo que a filha, Girassol-3, agora uma mulher adulta, "*não queria viver*".

Quando Girassol-3 decidiu formar uma família, ela tinha em sua memória afetiva a determinação de não repetir a experiência de maternidade vivida por sua mãe. Ao decidir formar uma família, ela carregava em sua memória a determinação de não repetir o que a sua mãe havia enfrentado. Construiria uma história diferente, mas percebeu muito cedo que "*uma mulher preta, mesmo estando casada, como no seu caso, é sempre sozinha*" (Girassol-3). A sua experiência começou assim:

sou uma mulher casada, periférica, assumindo a maternidade sem o vínculo afetivo do genitor. Como mulher preta, ainda carrego o pesado fardo de sustentar toda a família, inclusive o marido, que deveria somar, mas acaba se tornando outro filho e um empecilho ao meu crescimento. O pai dos meus filhos me proibia de estudar e trabalhar. "São pedras que te impedem de crescer". Segundo ele, minha função era ser dona de casa e cuidar do lar, enquanto a dele era prover o básico (sustento da casa e vestimenta). Vivi por muito tempo com o sentimento de culpa entre continuar aprisionada ou destruir a minha família. Quando fui mãe, não tinha terminado o ensino fundamental. Foi um processo muito difícil. A relação acabou devido a esses impedimentos ao meu crescimento por meio dos estudos. Foram 24 anos com um companheiro, mas completamente só, amargurada e entristecida. As pessoas diziam que eu era uma

¹¹ Laqueadura é um procedimento médico de esterilização para mulheres que têm certeza de que não desejam uma gravidez futura. Ou ainda, um processo cirúrgico de esterilização feminina que, feito através de cirurgia, fecha as trompas uterinas e impede que o óvulo se encontre com o espermatozoide, evitando uma gravidez (Houaiss, 2009, p.576).

mujer siempre con ira e enojada (Girassol-3).

Ao ser questionada sobre a relação entre o girassol, sua flor de identificação, e a maternidade, ela relatou que, assim como o girassol gira, ela também girou, mudando os rumos de sua vida através da educação, ao não aceitar nenhuma pedra como impedimento, ou seja, escolhendo entre continuar com a família e se desenvolver, ascender. “Queria ser uma pessoa com direitos e olhar para mim. Não queria continuar vivendo em extrema pobreza, tanto de sobrevivência quanto intelectual” (Girassol-3). Ela refletiu sobre como teve sorte por ter despertado a tempo. Reconhece que seu despertar está muito ligado à história de luta por independência de sua própria mãe, que dizia: “meu emprego é o meu marido” (Girassol-3).

À medida que a roda de conversa avançava, os relatos começaram a se tornar familiares. Sobre a mesma questão, a Rosa compartilhou sua história, apesar de informar que se sentia ótima, inicialmente, ela foi bem reticente e reflexiva, com um olhar que transmitia um pouco de tristeza e melancolia ao mencionar que não podia contar com a presença de sua mãe, que morava em outro Estado. Para ela, apesar de ter sido um momento muito difícil, a criação sem a presença do pai foi ótima porque sempre foi ela quem manteve os dois filhos. O dinheiro de seu companheiro e pai de seus filhos era destinado a manter seu vício em álcool.

Quando chegava em casa, tudo o que fazia era me bater, me agredir. Você entende porque digo que tanto faz a presença dele ou a ausência? Toda a responsabilidade pela alimentação, vestimenta e cuidado com os filhos era minha. Ele bebia demais e nos maltratava (Rosa).

A relação acabou para evitar uma tragédia entre nós dois: morrer ou matar.

Um dia, ele chegou em casa enquanto eu segurava um dos nossos filhos, ainda bebê, nos braços. Ele correu atrás de mim com uma faca, e nosso outro filho agarrou minha mão. Eles sempre presenciaram toda a violência doméstica que sofremos juntos. Após esse episódio, a relação terminou. Mesmo assim, entrei em depressão e quis tirar a própria vida. Quem me ajudou foi uma vizinha que considero meu braço direito, pois não tenho família por aqui. Fiz uma tatuagem para cobrir as marcas de cigarro deixadas pelo pai dos meus filhos, mas sei que a tatuagem não apaga a violência que sofri. Um dia, toda essa violência com certeza vem à tona, ou seja, reaparece, é o que eu percebo agora conversando com você. Entende por que considero a mulher como uma rosa que se machuca se não for tratada com cuidado? (Rosa).

A Girassol-1 começa a falar com uma expressão tensa, mas de cabeça erguida. Um sorriso escapa ao mencionar o apoio familiar de sua mãe e de seu pai.

O início do meu maternar foi delicado e complicado devido à traição do homem que é pai do meu filho. Criar sozinha é desafiador, pois há situações em que a presença do pai é necessária, especialmente quando o filho demanda," *ela explica. Essas demandas surgem dia após dia e afetam o tempo de qualidade de vida pessoal da mãe.*" "Sou eu quem, para evitar o sofrimento da criança, exige ou impõe a participação do pai. Chamo a atenção dele para participar da vida do nosso filho, para ir aos eventos que pedem a presença paterna (Girassol-1).

Apesar de terem guarda compartilhada, ele nunca pegou o filho, nunca o levou para um passeio. Embora a gravidez não tenha sido planejada, a criança veio como um refúgio.

O refúgio ao qual me refiro é que, apesar da gravidez ter sido bem assistida por ambas as famílias, tudo desmoronou ao descobrir a traição. Meu parceiro me traiu com a mulher do meu irmão, e ao exigir a presença dele na vida do nosso filho, sou muito criticada. Me comporto assim porque não quero ver meu filho sofrer, mesmo quando o pai sempre encontra uma desculpa para não estar com ele. Escolhi o girassol como símbolo porque me sinto forte, uma mulher de muitas fases, resiliente e independente. Independente o suficiente para não permitir que a traição afete a relação entre pai e filho. Ouvi muitas piadas, fui chamada de trouxa, mas tenho a alegria, a vitalidade e a coragem do girassol que sempre busca o brilho da luz mesmo com as diversas dificuldades na criação (Girassol-1).

De outro modo, a Cacto apresenta sua vivência de uma forma mais dura, ao narrar como se deu a sua gravidez:

A mulher é frequentemente associada a uma flor, mas, no meu caso, não me identifico com esses padrões femininos e me sinto profundamente afetada pela ausência do pai do meu filho em nossas vidas. Nossa relação foi breve e conturbada devido à nossa incompatibilidade ideológica. Quando descobri que estava grávida, não quis continuar o relacionamento, pois nossas diferenças me deixavam insatisfeita. A gravidez foi difícil, não só por aceitar o fato de estar grávida, mas também por lidar com a ideia de como sustentaria sozinha uma criança. Sofri muito tentando entender as mudanças que isso traria à minha vida, e, talvez por isso, não consegui aproveitar o lado romântico da gravidez. Nesse momento, estou extremamente cansada e, por maternar sem a presença do pai da criança; descobri novos níveis de cansaço, exaustão (Cacto).

Ela ressalta ainda a sua preocupação com os impactos da ausência paterna em sua vida e na de seu filho:

Foram muitos embates com o pai do meu filho. Uma coisa é o relacionamento não continuar, outra é não assumir as responsabilidades na criação. Preocupei-me sobre como seria a saúde do meu filho, se ele nasceria saudável ou com algum problema. Achei todo o processo muito incerto; se essa criança viesse com algum problema, seria bem mais trabalhoso. Por fim, aceitei que teria que viver sozinha, mas a ausência do pai foi extremamente dolorosa. Penso em como isso afetará a mente do meu filho. Agora que ele está indo para a escola, como será a pressão social nos eventos em que ele não terá a presença do pai? Sabe de uma coisa, pensei dialogando com você que ter ou não ter um pai presente não significa ausência de traumas. Talvez, essa constatação me deixe mais tranquila. Trabalhar, estudar e educar um filho sem a presença do pai é uma loucura! Considerei desesperador e conturbado o afastamento do pai quando a relação acabou". O cacto não é nada romântico; pelo contrário, foge das convenções estabelecidas para uma flor. É belo, mas cheio de espinhos, assim como a maternidade com o pai ausente (Cacto).

Mais do que simplesmente narrar sua vivência, a Girassol-2 também começou sua história falando sobre sua família e a criação com a presença constante do pai e da mãe. Relatou ter sido muito mimada pelo pai, mas, de repente, se viu mãe de um casal de filhos e sentiu um aperto enorme no coração. Salienta que:

Não era o que sonhei para mim e meus filhos, mas fico feliz ao olhar para minha filha e meu filho hoje e perceber que vencemos, embora nunca tenha sido fácil. Para diminuir a dificuldade, meu pai, em muitos momentos, assumiu o papel de pai dos meus filhos, não sendo apenas avô. Estou muito ansiosa agora por reviver esta história contando sobre a criação para você. Todas as vezes que meus filhos adoeceram, eu estive sozinha com eles. A criação foi muito complicada e difícil (Girassol-2).

Ela também reflete sobre a falta de empatia das instituições escolares com relação às crianças que convivem apenas com a figura materna:

A escola muitas vezes apresenta uma organização pouco sensível em relação aos eventos, o que me trouxe muitos problemas em momentos específicos para pais ou para mães. Nas festas, aconteciam muitas brincadeiras que considero muito tradicionais: brincadeiras para mães e brincadeiras para pais. Uma coisa que algumas escolas não refletem é, "Como se sente a mãe, a filha e o

filho que não contam com a presença do pai?" Para evitar a discriminação, comparecia às festas e participava das brincadeiras. Os amigos dos meus filhos achavam minha atitude muito legal, mas os pais me olhavam de forma crítica e questionavam: "Como uma mulher está participando de eventos destinados a homens?". Por isso, me vejo como um girassol, sempre buscando a luz e a alegria (Girassol-2).

Assim, este tema nos convida a refletir sobre como nossas emoções e perspectivas individuais contribuem para nossa identidade e como elas afetam nossas interações e relacionamentos.

(Girassol-4) compartilhou sua experiência de criar o filho sem a presença paterna como: *"Esta parte da minha vida é marcada por eventos muito difíceis, e contar sobre eles é um convite à reflexão sobre minhas próprias emoções"*. Sua voz era firme, ela esboçava alguns sorrisos, mas havia uma tensão que não conseguia disfarçar completamente. Relatou que a maternidade é extremamente desafiadora, exigindo muito emocionalmente, especialmente porque nunca se imaginou passando por isso sozinha. Casou-se com um homem bem mais velho, acreditando que ele teria mais responsabilidade e maturidade. *"Em um relacionamento, cada pessoa tem sua função: o homem tem a sua e a mulher a dela. Quando um não cumpre sua parte, o outro fica sobrecarregado"* (Girassol-4). A respeito do peso da maternidade, ela descreve que:

Às vezes, sinto vontade de chorar quando ouço meu filho perguntando constantemente sobre o pai, mas não posso me permitir isso por me perguntar diariamente como ficará o emocional dessa criança? Não posso dizer a uma criança de 4 anos que ele não foi prioridade na vida do pai. Faço o máximo para preencher essa ausência e confesso que me sinto estressada e sobrecarregada. Constantemente me pergunto: Será que estou fazendo minha parte direito? Estou sendo uma boa mãe? Se estou, por que meu filho sente tanta necessidade da presença do pai? Escolhi o girassol porque abracei tudo o que a maternidade exige; nasci para ser mãe, não uma mãe separada e sozinha. Na verdade, preferia ser viúva. Sinto que tudo em mim mudou: minha autoestima, meu corpo, meu psicológico. Sobrecarreguei até a alma para permanecer apenas na zona da maternidade. Esta é a minha história, e agora estou desabafada (Girassol-4).

O uso do adjetivo "desabafada" é bastante característico para nossa vivência. No entanto, Violeta comenta: *"Sinto-me pensativa sobre como é difícil assumir sozinha as responsabilidades da educação de um filho, algo que deveria ser naturalmente*

compartilhado." Ela reflete sobre o desafio diário de educar e criar uma criança sem a presença do pai:

As responsabilidades e tarefas são muitas, desde acordar para ir à escola até abordar questões complexas, tornando-se extremamente desgastante fazê-las sem o apoio paterno. Todos os dias da semana, acordo minha filha, preparamo o café da manhã, ajudo a organizar o material escolar, arrumo seu cabelo, escolho a roupa, encho a garrafinha de água, verifico a mochila e a levo à escola. Quando a aula termina, começo tudo outra vez. Busco minha filha na escola, deixo-a na casa da minha mãe e volto para o trabalho. No final do dia, pego-a na casa da minha mãe, acolho suas demandas emocionais no caminho, respondo a perguntas difíceis, penso e preparamo o jantar, ajudo com o dever de casa, coloco-a para tomar banho, deito junto, rezo e durmo com ela. Carrego a culpa de deixá-la com minha mãe quando preciso sair sem ela... É uma carga pesada (Violeta).

Há sempre um mistério no ar, assim como o deixado pela violeta, mas com um agravante – educar sozinha exige uma mágica diária. Sim embargo, em referência ao término do relacionamento conjugal, Violeta declara que:

a relação terminou devido ao alcoolismo severo, necessitando acompanhamento psicológico e um processo contínuo de readaptação. Diversos fatores decorrentes do vício tornaram a convivência familiar impossível, incluindo a violência doméstica em todas as suas formas (relação abusiva). "Não era o tipo de relacionamento que queria para nossa filha, agora com 10 anos, muito menos um companheiro de vida." (Violeta). Para mim, a Violeta simboliza um recomeço, uma nova oportunidade. Estou construindo diariamente uma relação com a minha filha baseada em espiritualidade, confiança e segurança.

A última personagem dessa roda de conversas sobre a criação sem a presença do genitor, Tulipa, estava concentrada em seus próprios pensamentos e mencionou ter muitas questões de trabalho a resolver, limitando-se a poucos esclarecimentos. Ela comentou que criar um filho sozinha requer renúncia pessoal, é um desafio que consome energia, causa medo e insegurança, mas também aguça os sentidos e fortalece as relações com a família, a primeira rede de apoio. Sentia-se resiliente, pois nunca teve ajuda do pai da criança na criação.

Aprendi muito com meu filho e superamos muitos desafios que só nós dois e Deus sabemos. A relação entre minha vivência e a criação é como um mosaico construído com resiliência e em pedaços que

somente nós dois entendemos (Tulipa).

Tentei compreender quais foram os desafios que só ela e seu filho, hoje com 23 anos, enfrentaram, mas não obtive resposta.

O primeiro conceito a ser retomado, a partir das experiências compartilhadas pelas participantes sobre a criação monoparental sem a presença do pai, relaciona-se ao sistema histórico patriarcal. Embora não seja o foco principal da pesquisa, é importante refletir sobre as afirmações de Rosiska Darcy de Oliveira (1993) *apud* Maria de Fátima Araújo (2005, p. 47), que sustentam que a opressão e a dominação masculina não podem mais justificar a definição dos papéis de gênero entre homens e mulheres, tampouco a percepção de inferioridade nas relações de gênero.

Nesse âmbito, nos relatos das participantes, observa-se uma divisão de papéis que se manifesta na imposição de uma certa distância entre a mãe, os filhos e as responsabilidades parentais por parte do gênero masculino. Lourdes Maria Bandeira (2014) descreve esse fenômeno como um preconceito contra as mulheres, caracterizando-o como uma “aniquilação do outro” (p. 450). Essa aniquilação começa no âmbito familiar e se estende para as relações sociais de maneira mais ampla, como por exemplo, as narrativas da Girassol-3 de que sua mãe, para conseguir um trabalho, teve que provar não estar grávida por meio de um exame de laqueadura.

Do mesmo modo, é possível observar como as falas das mulheres refletem de forma determinante os diversos aspectos históricos, culturais e sociais relacionados à figura da mulher que cria suas filhas ou seus filhos sozinha. As experiências compartilhadas por elas nas rodas de conversa evidenciam o peso dos estereótipos e preconceitos associados ao papel de mãe solteira, mãe solo, mãe sozinha, mãe com uma rede de apoio e como essas identidades têm sido construídas e compreendidas ao longo do tempo, conforme discutido pelas/os autoras e autores mencionados e mencionadas.

A discriminação enfrentada por essas mulheres, que muitas vezes foram rotuladas com termos pejorativos, como “mãe solteira”, “mulher errada” ou “mulher fácil”, revela a perpetuação de uma visão patriarcal e misógina, conforme apontado por Lagenest (1990). Essa visão relega a mulher a um papel subalterno e estigmatizado quando ela assume a maternidade sem a presença ou o apoio de um parceiro. As mulheres entrevistadas destacam esse processo de desvalorização, demonstrando que a luta contra os estereótipos ainda é uma realidade presente em

suas vidas. Fato que reforça os apontamentos de Simone de Beauvoir (1970) sobre como o casamento e a presença masculina legitimam ou deslegitimam a experiência feminina na sociedade.

Ao mesmo tempo, é interessante notar que o termo "mãe solo" surge como uma tentativa de ressignificar a experiência dessas mulheres, desassociando-a do estado civil e da carga depreciativa do vocábulo "mãe solteira". A compreensão da socióloga Ana Liési Thurler (2011, n.p.), bem como os apontamentos de Flávia Daiane Carrocha Fernandes (2019, on-line), enfatiza a necessidade de se valorizar a autonomia e a força dessas mulheres, em oposição à imagem negativa, advinda do patriarcado, que lhes foi historicamente imposta. Nesse quadro, ressalta Gerda Lerner (2019) que "os homens, as mulheres são e sempre foram sujeitos e agentes da história" (p. 23). Contudo, os registros históricos indicam que os homens detinham a posse das mulheres, relegando-as a um papel de subordinação e considerando-as de natureza inferior. Nesse contexto, as mulheres eram encarregadas das tarefas domésticas, que incluíam a reprodução, o cuidado e o afeto, e esse trabalho era esperado que fosse realizado sem qualquer forma de remuneração (Lerner, 2019, p.43, 66) & Lerner, (2022, p. 32).

Destacamos, porém, que a expressão "mãe solo" pode não ser plenamente representativa para as mulheres negras, como discutido por Iris Verena Oliveira e Lindinalva de Paula (2023, COPENE). Essa percepção é especialmente importante, pois indica que a experiência da maternidade solo é interseccional e deve ser compreendida a partir de múltiplas perspectivas, desde as questões de raça, classe e gênero. O trabalho de Patricia Hill Collins (2019) e Sueli Carneiro (2023) reforçam essa abordagem ao mostrar que as mulheres negras, em especial, enfrentam uma sobrecarga de estigmas e expectativas sociais, que se relacionam diretamente com um passado de escravidão e desigualdades estruturais, podendo ser por essa carga histórica que a grande maioria das mulheres negras não se veem, se percebem ou se identificam com a expressão em análise.

As falas das entrevistadas, ao mencionar as batalhas diárias, os sonhos, os desejos e o impacto da ausência paterna no cotidiano, confirmam o entendimento de que a experiência de ser uma mãe que cria sozinha, ou mesmo aquelas que contam com uma rede de apoio identificada na pesquisa, constituída por parte da família ou vizinhas, é complexa, cansativa e perpassa questões afetivas, emocionais e financeiras, ou seja, "*descobri outros níveis de cansaço*" (Cacto). Esse relato se alinha

com a reflexão de Maria Rita Kehl (2013) sobre a imposição de uma maternidade solitária e os desafios da construção de uma família tentacular em uma sociedade que valoriza a estrutura patriarcal tradicional.

Compreendemos que os relatos reforçam e enriquecem a compreensão teórica apresentada ao longo do texto, no sentido de trazer à tona vivências reais que ilustram e aprofundam a discussão sobre o que significa ser uma mãe que materna sozinha na sociedade contemporânea. As vivências compartilhadas pelas participantes ecoam e demonstram que, apesar das mudanças terminológicas e dos avanços na luta por igualdade, a sociedade ainda precisa desconstruir estereótipos arraigados culturalmente no imaginário social e reconhecer a pluralidade das experiências dessas mulheres como protagonistas de suas próprias histórias e não como vítimas de uma realidade social, religiosa, cultural e econômica que lhes impõe, por exemplo, a desigualdade de gênero e a violência.

Logo, evidencia-se como essas questões se entrelaçam com o sistema patriarcal e as construções culturais reforçam as diferenças entre os sexos. Ao abordar o conceito de gênero como uma construção social e cultural, percebemos a importância de compreender como as relações entre os homens e as mulheres são desenhadas historicamente, rompendo com a visão simplista e biologizante das diferenças性uais. Sobre esse viés, a socióloga Heleith Saffioti (2015, p. 48, 76) sublinha que a desigualdade de gênero é construída e não natural, apontando que esse tipo de violência é, em sua maioria, direcionado do homem para a mulher, e patenteando as diferentes expressões de masculinidade e feminilidade. Sendo assim, a violência doméstica, enquanto expressão do patriarcado, é uma das manifestações mais perversas dessa desigualdade, inserida no âmbito privado, onde o poder do homem sobre a mulher é exercido de maneira mais direta e violenta (Saffioti, 2015, 48, 76). Como manifestação dessa violência, rememora-se a atitude de Rosa, que se tatuou para esconder as cicatrizes decorrentes das agressões sofridas.

Ao problematizar a relação entre gênero, poder e violência, Saffioti (2015) contribui para a compreensão das múltiplas formas de opressão que as mulheres enfrentam na sociedade contemporânea. A teórica destaca a necessidade de uma abordagem interseccional que considere fatores como raça, classe e idade na análise das experiências de violência de gênero. Dessa forma, a luta feminista não apenas questiona a naturalização das desigualdades, mas também propõe alternativas para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde as mulheres possam

exercer plenamente seus direitos humanos e fundamentais, livre de violência e discriminação (Heleith Saffioti, 2015, p. 49).

Quem quer estar presente se faz, mesmo com um oceano de distância. Não precisa da convivência diária para uma amizade fluir, ela flui devido à sua atenção, mesmo que de longe, mesmo que sem tempo você dê um oi, mas que se mostre ali (Cunha, 2022, p. 53).

Na perspectiva de Cunha, (2022, p. 53) - uma mãe solo - a presença não necessariamente diz respeito a estar de maneira física com a criança, mas também a demonstração de afeto. Nesse enfoque, volto a perguntar às pesquisadas, de maneira mais cuidadosa e sensível, para evitar o confronto, sobre os erros ou acertos a respeito da criação monoparental na relação social e de gênero masculino e feminino. Na medida em que o confronto de ódio, mágoas e xingamentos sobre a criação não é o objetivo dessa pesquisa; pergunto: “***Qual vínculo de afeto permeia a ausência do pai na relação social e afetiva entre a mãe, o pai e os filhos/as?***”, com o propósito de perceber até que ponto a naturalização das masculinidades hegemônicas determinadas culturalmente pode se afirmar como universal nas relações afetivas e familiares.

Começo a escuta sensível, dessa etapa da roda de vivências, como uma possibilidade de descobrir os vínculos familiares existentes na relação pai, mãe, filha e filho, uma vez que é na troca de afetos, de carinhos, de atenção, de proteção, de amor que os laços se consolidam e constroem. Isto significa que é na relação interpessoal de um outro ser, a criança, presente entre nós, que a humanização acontece. Em consonância com essa interpretação, Lúcia Pulino (2018, p. 128) argumenta que o ser humano não nasce completamente "humano", mas vai se tornando "um de nós" ao longo da vida, por meio de experiências, aprendizados e relações interpessoais.

Nesse contexto, a Girassol-3 afirma que todo o referencial afetivo de seus filhos provém dela. Foi sempre ela quem ofereceu amor, carinho, atenção, disciplina, educação, participou de todas as reuniões escolares, levou às consultas médicas, cuidou das dores e, enfim, ensinou a viver e a lutar pela vida. O pai acreditava que a responsabilidade de cuidar era exclusivamente da mãe, enquanto sua função se limitava a prover o básico para a sobrevivência da família: alimentação e vestimenta:

O envolvimento afetivo e a participação na vida dos filhos não faziam

parte de seu papel, diferente do papel da mãe, que era ser a dona de casa. Curiosamente, ele queria muito ser pai devido à sua idade, mas sempre afirmou que a mulher tinha apenas uma funcionalidade – o trabalho doméstico. Vínculos afetivos comigo a mãe dos seus filhos, e com nossos filhos nunca existiram, mesmo dividindo o mesmo espaço familiar tradicional (Girassol-3).

Analogamente, para a Rosa, seus dois filhos não construíram nenhum laço afetivo com o pai. Quando ainda fazia parte da composição familiar tradicional, nos momentos em que ele estava em casa, não havia abraços, sorrisos, conversas ou brincadeiras. Pelo contrário, os meninos presenciaram muitos comportamentos e atitudes violentos, o que talvez explique por que eram arredios e distantes do pai. O alcoolismo também contribuiu para a ausência de brincadeiras e a falta de participação na vida escolar, disciplinar e familiar. Quando o pai foi embora, não houve mais nenhum contato entre eles, e assim permanece.

A Girassol-1, contudo, apresenta um cenário diferente de envolvimento emocional do pai para com os filhos, afirmando que sua presença sempre foi a mais constante, carinhosa e preocupada com o bem-estar da filha e do filho, que hoje são jovens.

Sempre dei conta de tudo, tudo mesmo, inclusive as idas e vindas ao hospital. O pai sempre alegou que tinha que trabalhar. Porém, mesmo não participando dos eventos domésticos, ele amou e se relacionou com a filha e o filho por um longo período de tempo. Depois, ele foi embora, mas a amizade e o carinho persistem até hoje. Mesmo à distância, por não dividirem o mesmo espaço doméstico, somos felizes! (Girassol-1).

Ainda sobre os vínculos afetivos, a Cacto descreve os desafios emocionais e os conflitos de uma união aparentemente breve. Ela ressalta que, quando uma relação é desgastante, ao invés de proporcionar apoio, bem-estar e crescimento, acaba gerando estresse, tristeza, ansiedade, angústia, insatisfação e cansaço emocional. Esse enfraquecimento pode ocorrer em qualquer tipo de relacionamento, incluindo amizades, relações familiares, românticas ou profissionais. Para a Cacto, o desgaste tem o significado de dor ao ver seu filho crescer sem nenhum vínculo com o pai. A relação terminou, mas o término não deveria afetar o filho, que, em seu entendimento, nunca deixa de ser filho. "Todo vínculo afetivo do meu filho é meu e da minha família, e essa é uma dor imensurável, ou seja, desumano" (Cacto).

"Dois estranhos!" É assim que a Girassol-4 começa a descrever a relação

afetiva entre o seu filho e o pai. Ela observa que é curioso ver pai e filho juntos: o pai distante, ausente e o filho muito abaixo em estatura em relação ao pai, sem abraço, toque, diálogo ou brincadeira. Os laços não foram construídos; são dois estranhos, completamente alheios à presença um do outro. Segundo ela, o pai do seu filho sempre tem uma desculpa para o seu afastamento, como compromissos ou trabalho. No encontro seguinte, ele chega com um presente para tentar despertar emoções positivas. O filho, no entanto, nunca pediu para sair com o pai ou chorou por sua ausência. O comportamento é bem diferente em relação ao avô, a quem o menino corre para abraçar, pedir colo, brincar e sorrir, e sente saudades a ponto de pedir para vê-lo. A Girassol-4 afirma que os vínculos de afeto de seu filho estão voltados para ela, o avô e toda a família (tios, tias, primas e primos).

As emoções são respostas afetivas que podem ser desencadeadas por eventos internos ou externos, variando em alegria, tristeza, raiva, frustração, cansaço, sobrecarga, insegurança, solidão, medo e dor, entre outros sentimentos. Essas reações são muitas vezes intensamente pessoais e podem levar a uma maior exposição emocional. Um pouco comovida, a Tulipa usou poucas palavras para descrever sua experiência, afirmando que a relação com o pai de seu filho foi um desafio capaz de consumir suas energias, mas também de fortalecer os laços familiares. Ela não mencionou nenhuma construção afetiva significativa entre seu filho, que agora é um rapaz, e o pai, que não participou da criação nem ofereceu ajuda. No entanto, ela deixou escapar que existe algum contato entre pai e filho.

E, finalmente, a Violeta inicia a sua fala trazendo o contexto de amizade e vínculo presente entre pai e filha. A sua filha gosta bastante do pai e, talvez por nutrir esse sentimento, percebi certa tristeza da mãe no que se referem aos descumprimentos de acordos entre eles sobre as visitas. Está na fase de exigir uma presença maior do pai, que, por motivo do vício com o álcool, não comparece em alguns encontros. Quando isso acontece, o pai tenta suprir a sua ausência com presentes que aguçam os seus olhos, intencionando demonstrar amor. Recebe-a de maneira calorosa, afetuosa, carinhosa, contudo, na percepção de Violeta, “comparo esse comportamento a uma grande cena muito fora da realidade – uma imagem vendida”. Ainda assim, pai e filha têm uma boa relação de afeto, porém não de proximidade constante de apoio e suporte como a relação construída entre elas duas. Isto porque a filha já chegou a reclamar que, ser negligenciada pelo vício, é um

egoísmo paterno, pois ele altera a voz, atrasa e reclama por ter que buscá-la fora do combinado. Fato que a deixa muito triste.

Ao analisar as falas das mulheres na roda de conversa sob a perspectiva das teorias mencionadas, podemos perceber como os vínculos afetivos entre pais, mães e filhos/as são ajustados ou adaptados por construções sociais de gênero enraizadas em práticas culturais, muitas vezes ligadas à hegemonia das masculinidades e à subordinação das mulheres. A naturalização dessas relações reflete um modelo patriarcal, no qual o papel masculino é, frequentemente, desvinculado do afeto, enquanto o feminino é associado ao cuidado e à maternidade. Contexto condizente com as teorias de Scavone (2001, p. 50), as quais ressaltam os aspectos sociais e construtivos do fenômeno da ausência do pai, no qual o lugar do pai é historicamente marcado por um vazio afetivo.

Em contrapartida, o sociólogo Giddens (1993, p. 156), apresenta o fenômeno chamado de a “invenção da maternidade”, como parte de um conjunto de influências que afetaram as mulheres a partir do final do séc. XVIII, o qual, segundo ele, faz surgir as ideias do amor romântico; da criação do lar; e da modificação das relações entre pais e filhos. O mesmo autor já alertava para o modelo histórico da não presença do pai que se ausentava para os serviços militares em decorrência das guerras e, posteriormente, pela lógica da divisão sexual do trabalho.

Fatos que, segundo os autores Scavone & Giddens (1993), podem explicar o vínculo afetivo entre as filhas e os filhos tender mais para a mãe, uma vez que cabia à mãe todos os deveres e as obrigações na criação do/a(s) filho/a(s), limitando a função social feminina à realização da maternidade (Ryan, 1981 *apud* Giddens, 1993, p. 53). Ou seja, a intensa associação da maternidade com a feminilidade também pode ser um forte vetor da masculinidade hegemônica transferindo toda responsabilidade do afeto à mãe. Para Ryan (1981), há um “maior controle das mulheres sobre a criação dos filhos”, referindo-se a um deslocamento da “autoridade patriarcal para a afeição maternal” (Ryan, 1981 *apud* Giddens, 1993, p. 53).

Por outro lado, destacamos a fala da Girassol-3 sobre a questão da relação do pai que vê o seu papel como limitado ao provimento material, o que se alinha às expectativas tradicionais de masculinidade, que privilegiam a função de provedor e desvalorizam o envolvimento emocional. Essa separação entre o papel emocional da mãe e o papel econômico do pai reforça o que Beauvoir (1967) discute sobre como meninos são ensinados a se endurecerem e se afastarem do carinho e do cuidado

desde cedo. O pai perpetua essa masculinidade rígida, sem envolvimento afetivo, limitando o desenvolvimento de vínculos emocionais.

No caso da Rosa, a ausência de laços afetivos entre seus filhos e o pai, acentuada pela violência e pelo alcoolismo, também reflete a falta de um envolvimento emocional, apontado por Bourdieu (2022, p. 61) como parte da violência simbólica nas relações de gênero. Esse afastamento não é apenas uma questão individual, mas um reflexo das estruturas sociais que perpetuam a noção de que o homem não precisa ser emocionalmente presente, o que cria barreiras para a formação de vínculos profundos com os filhos.

Diversamente, nos relatos da Girassol-1, está presente uma experiência em que o pai esteve emocionalmente envolvido com os filhos, mesmo sem participar dos cuidados diários. Isso demonstra que, apesar da hegemonia das masculinidades, ainda é possível que homens desafiem esses padrões e mantenham vínculos afetivos e efetivos com a sua prole. No entanto, a ausência física e o distanciamento das tarefas domésticas e da criação indicam que as construções tradicionais de gênero ainda transpõem o relacionamento entre pais e filhos/filhas, já que o progenitor prioriza o trabalho e se ausenta dos cuidados diretos, reafirmando a divisão de papéis tradicional.

A trajetória vivida pela Cacto, que vê o vínculo afetivo entre o seu filho e o pai como inexistente, reforça a crítica de Chodorow (1987 *apud* Lerner, 2019, p. 75) sobre como a formação do ego masculino está muitas vezes ligada ao distanciamento das emoções e do cuidado materno. A ausência do pai não só priva o filho de um referencial masculino afetivo, mas também evidencia o impacto emocional que esse comportamento tem sobre a mãe, que carrega o peso de oferecer todo o suporte afetivo e social ao filho ou à filha.

Similarmente, observamos, na descrição da Girassol-4, uma relação distante entre o pai e o filho, marcada pela falta de afeto e interação. A figura do avô, como referência afetiva, demonstra como, mesmo dentro do contexto familiar, outros membros masculinos podem substituir o comparecimento do pai, mas sem necessariamente romper com a lógica patriarcal, que Bourdieu (2022, p. 61) chama de violência simbólica, na qual os homens continuam sendo vistos como personagens autoritários ou provedores, sem a necessidade de expressar emoções.

Do mesmo modo, a fala da Violeta também destaca a dificuldade de manter uma relação afetiva estável entre pai e filha devido ao alcoolismo do genitor, que tenta

compensar sua ausência emocional com presentes. Essa prática reforça o entendimento de Louro (2021, p. 67-68) sobre como as masculinidades podem ser performadas através de compensações materiais, ao invés de uma presença emocional e participativa. O vício e o comportamento negligente do pai são exemplos de como a hegemonia masculina pode se manifestar como uma forma de fuga das responsabilidades emocionais.

Finalmente, a Tulipa reforça essa dinâmica de distanciamento emocional, evidenciando como o pai de seu filho também não participou ativamente na criação, mas mantém algum contato. Essa fala ecoa o conceito de masculinidade descrito por Lerner (2019, p. 290), em que a ausência paterna nas responsabilidades emocionais e na educação dos/as filhos/as é vista como uma continuidade do patriarcado, que valoriza o afastamento afetivo dos homens.

Isto posto, constatamos que todos os depoimentos, que responderam o questionamento sobre “**Qual vínculo de afeto permeia a ausência do pai na relação social e afetiva entre a mãe, o pai e os filhos/as?**”, revelam como as mulheres, ao assumir tanto o papel de cuidadoras quanto de provedoras emocionais, acabam perpetuando os laços familiares e afetivos, muitas vezes em detrimento da própria felicidade e saúde emocional. Ao mesmo tempo, os pais que optam por não participar das dinâmicas afetivas e educacionais dos/as filhos/as se inserem em um modelo de masculinidade que privilegia o afastamento e a autoridade distante. Como bell hooks (2019, p. 71) aponta, essa hierarquia autoritária é aprendida dentro da própria estrutura familiar, onde as crianças absorvem as dinâmicas de poder e gênero estabelecidas, mesmo na ausência física do pai.

Mesmo em famílias desprovidas de membros masculinos, as crianças aprendem a valorizar as regras autoritárias através suas relações com as mães e os adultos, bem como da rigorosa aderência aos padrões comportamentais definidos de modo sexista (hooks, 2019, p. 71).

Assim, o que emerge dessas falas é a necessidade de se refletir as masculinidades hegemônicas, buscando uma forma mais equilibrada e inclusiva de construir relações afetivas e familiares. Questionar o que é naturalizado – a exemplo do que assinala Cunha (2022, p. 40-41) -, em termos de papéis de gênero, é um passo importante para transformar as dinâmicas sociais e oferecer às crianças, meninos e meninas, um modelo de afeto mais equitativo e humano.

É fácil se passar pelo melhor pai do mundo quando existe festa de família. É fácil dizer que ama em fins de semana que nunca são alternados, e sim quando dá, afinal trabalho sempre é prioridade, e descansar é necessário. Ligar também custa muito, o tal pai paga pensão para o filho ficar muito bem a semana, o mês, os anos... Fácil mesmo, a alegria e a parceria de uma criança que já entende que a mãe também é pai, e tudo bem (Cunha, 2022, p. 40-41).

Outro aspecto importante abordado nesta pesquisa foi compreender como ocorrem as relações estabelecidas com as masculinidades abusivas, culturalmente construídas, e o impacto que essas têm na dinâmica com o genitor de seus filhos e filhas. Para isso, foram feitas perguntas como: "***Seu filho ou filha tem algum contato com o pai? Você, como mãe, mantém algum tipo de contato com o genitor ou com a família dele? Como é essa relação?***"

A discussão sobre o impacto das masculinidades abusivas na dinâmica familiar e nas relações entre pais, filhos/as e a família extensa ganha relevância ao considerar o trabalho de Mary Ellen Schoonmaker (1982), renomada redatora e colunista do The Bergen Record. Em seu artigo intitulado "Creating a Baby", Schoonmaker (1982, p. 83) frisa a importância do vínculo emocional entre pais e filhos/as e as implicações das práticas parentais para as mulheres e suas famílias. Este debate é crucial para entender como as masculinidades abusivas, moldadas por normas de gênero patriarciais, influenciam as conexões familiares. Analisar o contato entre pais e filhos/as, a dinâmica entre as mães e os genitores e a interação com a família extensa do pai pode revelar como essas construções culturais de masculinidade afetam diretamente os seus vínculos e o bem-estar das crianças. Assim, ao explorar esses aspectos, podemos obter uma visão mais profunda dos efeitos das normas de gênero sobre a dinâmica familiar e o desenvolvimento infantil.

A argumentação começa com a Tulipa, que não forneceu informações detalhadas sobre o contato entre ela e o pai de seu filho. No entanto, ela mencionou que o filho, agora com 23 anos, ainda mantém contato com o pai, sem esclarecer a natureza desse relacionamento. Em contraste, a Girassol-2 relatou que seus filhos, de 17 e 22 anos, sempre tiveram contato com o pai. A interação dela com o pai de seus filhos é descrita como bastante básica, limitando-se a ligações ocasionais para tratar do bem-estar dos jovens, como quando estão doentes ou precisam de medicação. Por outro lado, a Violeta, cuja filha tem 10 anos, estabelece contato com o pai da

menina principalmente para garantir que ele cumpra suas responsabilidades. A filha adora o pai e aprecia a sua companhia, embora já tenha experimentado algumas decepções devido a compromissos não cumpridos.

No mesmo debate, a Girassol-3 compartilha que seus filhos, uma filha de 25 anos e um filho de 27 anos, têm contato com o pai. Embora o relacionamento dela com o ex-companheiro tenha terminado, ela considera a família do ex-marido como sua "*segunda família*" (Girassol-3). Ela conserva um elo contínuo com a avó dos filhos, a quem chama de sogra, e viajam juntas em todas as férias. O ex-marido não participa dessas ocasiões, pois não há uma convivência amistosa entre eles. Em contraste, a Cacto relata que, apesar de seu filho ter apenas 1 ano e seis meses, o pai, que por assim dizer, apenas emprestou seu nome para o registro civil, não tem contato com a criança e não demonstra interesse. A Cacto, no entanto, preserva um bom relacionamento com a avó e uma tia do filho. Já a Girassol-4 menciona que seu filho de 4 anos tem interação com o pai, embora não seja frequente. O pai e o filho saem para passear juntos, mas não há laços afetivos significativos entre a família do pai e a mãe. A comunicação entre ela e o ex-companheiro é limitada e superficial.

Nessa construção, a relação afetiva entre a Rosa, o genitor e os filhos, de 12 e 15 anos, é nula. Não têm qualquer comunicação com o pai ou familiar. Tampouco sabem onde ele se encontra ou se ainda está vivo, uma vez que viveram situações constantes de violência doméstica. Distintivamente, a Girassol-1 procura não deixar os laços afetivos da relação familiar morrerem, tanto que, quando o pai não comparece para ver o filho, ela faz questão de levar a criança até ele. Considera que seu filho, de 8 anos de idade, precisa conviver com o pai. Entende também que o fim de seu relacionamento não deve afetar a criança. Portanto, a compreensão da forma como essas masculinidades se manifestam na prática e como afetam os vínculos familiares pode começar a desvendar os desafios enfrentados pelas mães, oferecer a percepção de situações não verificadas anteriormente e promover um ambiente mais equilibrado e saudável para todos os membros da família.

As ambiguidades nas relações de gênero entre homens e mulheres também se refletem nas dinâmicas familiares, impactando diretamente a experiência da maternidade e transformando os vínculos com avós, avôs, tias, tios e outros membros da família extensa. O modo como esses laços são perpetuados ou rompidos faz parte de uma análise mais ampla, influenciada pelas normas de gênero e pelos papéis que cada indivíduo ocupa dentro dessa estrutura. O diagnóstico dos vínculos entre o pai,

a mãe, as filhas, os filhos e a família paterna, quando a relação termina, deve ser contextualizado a partir de uma perspectiva que considere as influências das masculinidades hegemônicas, do patriarcado e das normas de gênero. Nesse quadro, a pergunta examinada ("**Seu filho ou filha tem algum contato com o pai? Você, enquanto mãe, mantém algum tipo de contato com o genitor ou a família dele?**") é fundamental para explorar como essas dinâmicas se manifestam após o rompimento de relações conjugais e como as construções de masculinidade impactam a continuidade ou a dissolução desses laços afetivos.

Raewyn Connell (1995, p. 186), uma das principais teóricas sobre masculinidades, define a masculinidade hegemônica como a forma dominante de masculinidade que subordina outras formas de masculinidade e marginaliza mulheres. No contexto das famílias monoparentais, essa masculinidade muitas vezes se expressa na negligência dos pais em relação às suas responsabilidades parentais. No relato da Rosa, por exemplo, a ausência completa do pai após um convívio marcado por violência doméstica evidencia como uma masculinidade abusiva pode desintegrar os laços familiares.

Esses vínculos quebrados, como visto nos casos da Rosa e da Cacto, são idealizados pela forma como a masculinidade patriarcal se manifesta na negligência do progenitor ou no total desinteresse pelas relações afetivas com as filhas e os filhos, delegando à mãe o fardo completo da criação. Entretanto, a manutenção do contato com familiares paternos, como avós e tias, aduz o desejo de algumas mães, como a Cacto e a Girassol-1, de preservar algum nexo familiar que possa ser positivo para o desenvolvimento da criança, mesmo que o pai não esteja presente. A Girassol-1, por exemplo, entende que o fim da relação entre ela e o pai do seu filho não devem afetá-lo de forma alguma.

No cenário das normas de gênero e das relações familiares, a colunista e redatora Mary Ellen Schoonmaker (1982, p.83) discute a importância dos laços afetivos entre pais e filhos, destacando o impacto que a falta de envolvimento paterno pode ter no desenvolvimento emocional das crianças. Quando os pais se ausentam, muitas vezes em decorrência das normas de gênero que lhes conferem um papel secundário no cuidado dos filhos, as mães assumem sozinhas essa responsabilidade. A Girassol-1, que leva o filho ao encontro do pai para garantir o contato, reflete esse esforço ativo em tentar criar uma convivência equilibrada, mesmo diante da ausência paterna. Isso evidencia uma tentativa de ressignificar o papel da mãe no processo,

buscando preservar os direitos e o bem-estar da criança.

A manutenção de vínculos com a família extensa do pai também pode ser vista como um espaço de negociação dentro das masculinidades hegemônicas. Quando a Girassol-3 menciona que ainda mantém contato próximo com a avó de seus filhos, mesmo após o término do relacionamento com o ex-marido, inclusive referindo-se à família dele como "*segunda família*", ela desafia as normas tradicionais de desconexão após a separação conjugal. Isso sugere que, em alguns casos, há tentativas de manter laços positivos para o bem-estar dos filhos, mesmo quando o pai está ausente ou têm um relacionamento conflituoso.

A filósofa e teórica das relações de gênero, Judith Butler (1990, p. 213, 217), em seus estudos sobre performatividade de gênero, aponta que as normas de gênero patriarcais moldam não apenas os papéis atribuídos a mães e pais, mas também a forma como esses comportamentos são vividos e reproduzidos nas interações familiares, haja vista que essas relações entre os gêneros e a estrutura familiar não são fixas, mas construídas. A ausência do pai ou a sua presença marginalizada, invariavelmente, é vista como consequência de uma masculinidade que negligencia o papel afetivo e participativo no cotidiano dos/as filhos/as. O relato da Violeta, cuja filha aprecia o contato com o pai, mas já experimentou decepções devido a compromissos não cumpridos, ilustra essa masculinidade que falha em garantir uma assistência constante e afetiva.

A teórica feminista Sara Ruddick (1989, on-line), em seu conceito de "pensamento materno", também contribui para a análise ao descrever como as mães desenvolvem práticas de resistência, frente às pressões sociais, para sustentar o bem-estar emocional de suas filhas e de seus filhos. Quando mães como a Girassol-1 e a Cacto tentam garantir que seus filhos tenham contato com a família paterna ou que os laços afetivos sejam mantidos, estão, de certa forma, exercendo esse pensamento materno que busca proteger a criança do impacto negativo da ausência paterna e construindo relações afetivas familiares. Desta forma, a inexistência ou descontinuidade da relação entre pais, filhas e filhos, frequentemente mediada pela negligência do genitor, afeta diretamente o bem-estar emocional das crianças. Percebemos, com as falas das mães, que a qualidade dos relacionamentos importa mais do que a estrutura familiar em si. A falta de um laço afetivo com o pai, como ocorre nos casos relatados pela Rosa e a Cacto, pode gerar inseguranças emocionais para as crianças.

Assim, as rodas de conversa nos fazem compreender que as famílias monoparentais podem criar ambientes saudáveis e positivos, mesmo na ausência de vínculos entre os pais e a família. O que é constantemente o foco no maternar dessas mães, como observado nesta pesquisa, forçando-as a assumirem sozinhas a responsabilidade de manter os elos familiares, mesmo que limitados. Por outro lado, algumas mães buscam preservar esses laços como forma de garantir o bem-estar emocional de seus filhos, desafiando, assim, a fragmentação das conexões após o término das relações conjugais. Diante disso, ao entrelaçar as narrativas das mulheres entrevistadas nesta pesquisa com as contribuições teóricas de Connell (1995), Butler (1990) e Ruddick (1989), é possível observar como a presença (ou ausência) dos pais e o contato com a família extensa são definidos por normas de masculinidade e gênero. As masculinidades abusivas ou negligentes afetam diretamente também o relacionamento entre o pai, a mãe, as filhas e os filhos.

Mesmo em casos de separação ou famílias monoparentais, o vínculo entre pai e filho pode ser mantido por meio do contato regular, do diálogo e da construção de uma relação de confiança. Estudos indicam que, mesmo quando os pais não moram com os filhos, sua presença afetiva continua sendo crucial para o bem-estar da criança (Schoonmaker, 1982, p. 83).

A maternidade monoparental é uma realidade que vem crescendo nas últimas décadas, sobretudo entre as mulheres pretas, fato que levanta questões importantes sobre a estrutura familiar, o papel do cuidador principal e a presença ou não de uma rede de apoio. Com o objetivo de compreender melhor as vivências do maternar sem a participação afetiva e efetiva do pai da criança e o gozo dos direitos humanos das mulheres e de sua prole, perguntei às pesquisadas: ***Quem é o principal cuidador da criança? Recebeu apoio do pai da filha/filho na criação ou por parte de quem é o apoio?*** Indagações que nos levam a explorar não apenas a figura materna, mas também a rede de apoio disponível, incluindo a participação do pai e outros apoios sociais e familiares.

Neste contexto, entender as experiências e os desafios enfrentados por essas mães é crucial para mapear o suporte necessário na criação dos/as filhos/as, além de destacar as nuances emocionais e práticas dessa configuração familiar. Conhecer a construção das vivências experimentadas pelas mães, bem como o impacto dessas relações na criação dos/as filhos/as, contribui para uma compreensão mais ampla da

maternidade monoparental na sociedade contemporânea. Atrelado a isso, Cunha (2022) sublinha as dificuldades de mães sobre carregadas e a falta de auxílio para exercer suas funções:

Todos estamos acostumados a ouvir que mulher dá conta, que é multifuncional etc., mas a grande verdade é que ali existe mais uma mulher sobre carregada. Uma pessoa que também gostaria de sentar no sofá e assistir a uma série, sem pensar na janela que precisa limpar, nas roupas que precisa passar, na comida para adiantar. Quando esquecemos que mãe é uma pessoa como as outras? ... Dificilmente alguém baterá em sua porta oferecendo ajuda, porque infelizmente o mundo está tão individualista que é cada um por si e dane-se o próximo, mas não entre nessa jogada, não faça competições desnecessárias nem com seu próprio eu (Cunha, 2022, p. 52).

A fala reflexiva e ponderada da Girassol-1 revela que sua mãe sempre foi um apoio fundamental em sua vida, enquanto o suporte do pai é descrito como delicado e complicado. Ela ressalta que a rede de apoio materna é completa, o que a leva a afirmar que não se vê como a única responsável pelo cuidado do filho, pois o maternar é uma experiência compartilhada com a sua família. O pai da criança participa da criação em momentos pontuais, como em raros eventos da creche. Embora a guarda seja compartilhada, isso nunca motivou o pai a passar mais tempo com o filho. Segundo a Girassol-1, ele está sempre ocupado e, quando ele demora a visita-lo, ela faz questão de levar a criança até ele, garantindo que o vínculo entre pai e filho se mantenha.

Ao ouvir que a mãe e a família sempre foram fundamentais para a experiência de maternar da Girassol-1, a Rosa observa que o contraste entre suas histórias de vida é ao mesmo tempo interessante e um pouco triste. Ambas falam sobre a criação monoparental de filhos/as sem a presença do pai, mas cada uma traz vivências únicas. A Rosa afirma ser a principal cuidadora de seus dois filhos e menciona que, mesmo quando compartilhava o lar com o pai, era ela quem sempre os envolvia em amor, cuidado e atenção, nunca contando com o apoio dele. Para ajudá-la, ela recorre à amizade de uma vizinha, que considera seu braço direito porque sempre esteve ao seu lado, oferecendo suporte emocional e, sempre que necessário, colaborando no cuidado dos seus filhos.

A vivência da maternidade da Girassol-3 surge no contexto da fala da

maternidade da Rosa, que descreve a falta de apoio do pai de seus filhos no cuidado e na atenção à família. Ela relata ter vivido sob o mesmo teto com ele por 24 anos, mas se considera a principal responsável pelos cuidados com os filhos. Segundo a Girassol-3, o companheiro sempre afirmava que as tarefas domésticas, incluindo o cuidado emocional, as consultas médicas, a disciplina e a educação, eram exclusivamente responsabilidades dela, enquanto o papel dele se limitava a sustentar financeiramente a casa, sem envolvimento direto na criação. Esse período foi especialmente difícil para ela, já que a sua mãe havia falecido. Após uma pausa reflexiva, ela acrescenta: “*Meu marido sempre dizia que não tinha obrigação de se envolver afetivamente ou participar das nossas vidas... isso é com você, ser a doméstica*” (Girassol-3). Mesmo declarando querer ser pai, essa era a postura que ele mantinha.

À medida que a Girassol-3 relatava a postura do pai de seus filhos, a Cacto se mostrava inquieta e interveio, dizendo que o pai de seu filho, que na época era seu namorado, nunca participou da criação ou se importou com o nascimento e os cuidados da criança. Ela compartilhou que conta com o apoio de toda a sua família, que inclusive a acompanha à faculdade, já que ainda não concluiu os estudos, ajudando nos cuidados com o filho. A presença masculina na vida da criança é representada pelo avô e amigos próximos, que também oferecem carinho e suporte. No entanto, a Cacto se considera a principal cuidadora de seu filho, que atualmente frequenta uma creche conveniada ao Governo do Distrito Federal (GDF). Ela vê a ausência do pai na criação “*como um desafio em sua tentativa de trazer mais humanidade a toda a situação, é difícil ser mãe!*” (Cacto).

Ao ouvir o relato sobre as dificuldades de ser mãe sem a presença do pai, a Tulipa começa a falar, fazendo uma comparação entre a flor que escolheu por afinidade e seu modo de maternar: “*como um mosaico que se constrói aos poucos, com peças pequenas, firmes, mas cheias de cor e diversidade*” (Tulipa). Ela compartilha que precisou renunciar a muitas coisas devido à ausência do pai na criação do filho, mas ressalta que aprendeu muito com ele e, acima de tudo, superaram muitos desafios juntos. A Tulipa também menciona que contou com o apoio da família. Essa experiência de contar com o suporte familiar é semelhante a da Girassol-4, que, embora se veja como a principal cuidadora de seu filho, conta com uma rede de apoio familiar. Seu filho está no primeiro período da educação infantil e, no contraturno, é cuidado por sua irmã. Durante o relacionamento afetivo, o pai da

criança, ainda que raramente e apenas sob insistência, ajudava em alguns momentos enquanto ela realizava tarefas domésticas.

Nessa mesma linha, a Violeta partilha a sua experiência, afirmando que a maternidade deveria ser uma responsabilidade distribuída entre o pai e a mãe, para evitar o desgaste diário de tantas tarefas. No entanto, essa não é a sua realidade. Embora conte com o apoio incondicional da família na criação da filha e, em alguns momentos, com a ajuda do pai, ela se sente exausta por ter que assumir sozinha a locomoção da filha entre a escola e a casa da mãe no contraturno escolar. Semelhantemente, Girassol-2 relata que ela se vê como a principal cuidadora de seus filhos e nunca contou com o apoio ou a participação do pai. Ela ressalta que sempre pôde contar com o carinho de sua família, que a mimava na infância e continua a fazê-lo com seus filhos. Muitas vezes, seu pai desempenhou tanto o papel de avô quanto de pai. A Girassol-2 finaliza dizendo que se sente extremamente feliz ao ver nos filhos o resultado de sua criação, percebendo que juntos superaram os desafios.

Diante de cada vivência, pode-se chegar à conclusão de que, embora o apoio paterno seja frequentemente ausente, as mães e suas famílias constroem uma estrutura sólida de cuidado e afeto, demonstrando a força do vínculo materno e a resiliência dessas mulheres ao enfrentarem os desafios de criar os seus filhos e as suas filhas praticamente sozinhas. Essa avaliação inclui uma reflexão sobre a importância de uma criação mais colaborativa e compartilhada, mesmo em contextos monoparentais, e como o apoio da família é uma fonte valiosa, mas que não deve ser a única alternativa para aliviar o peso da maternidade.

A partir da pergunta sobre a experiência de mulheres que criam seus filhos sem o apoio afetivo ou efetivo do pai e considerando o conceito de "maternidade invisível", discutido por Cristina Dunaeva e Suzy dos Santos (2018), no livro organizado por Elen Cristina Geraldes, doutora da Faculdade de Educação da UNB, diversas conexões relevantes despontam. Tanto esta pesquisa quanto o texto "Maternidade invisível" abordam a sobrecarga imposta às mulheres-mães, seja no ambiente familiar ou acadêmico, onde elas assumem a maior parte das responsabilidades sem contar com uma rede de apoio adequada. Na pesquisa com mães que maternam sem a presença do pai, essa ausência é identificada como uma das maiores dificuldades, o que também contribui para a invisibilização de suas necessidades individuais, já que suas vidas são muitas vezes consumidas pelos cuidados com os filhos e filhas. Essa realidade reflete-se também no relato de

Cristina Dunaeva e Suzy dos Santos (2018, p. 50) ao abordar o conflito entre ser mãe e profissional em um contexto que não oferece o suporte necessário para equilibrar essas duas dimensões da vida feminina.

O texto de Dunaeva e Santos (2018, p. 55) também levanta a questão da rede de apoio — ou da ausência dela — para mães em contextos acadêmicos. Tema que ressoa fortemente com a realidade de muitas "mães solo", que continuadamente dependem exclusivamente de familiares ou da comunidade, enquanto o pai da criança se ausenta de suas responsabilidades. Segundo as autoras, a "maternidade invisível" se manifesta tanto no ambiente doméstico quanto no acadêmico, onde as exigências impostas às mulheres-mães são desproporcionais e negligenciam suas necessidades como indivíduos completos. Esse cenário é vivido por Violeta, que conta com o apoio de sua mãe no contraturno escolar, mas ainda assim se sente culpada ao sair sem a companhia da filha, revelando o peso emocional e as complexidades da maternidade solo.

Por fim, outro ponto de conexão entre este estudo e o textos "Maternidade invisível" é a invisibilidade das mulheres no que diz respeito ao reconhecimento social e institucional de suas dificuldades. Tanto no ambiente acadêmico quanto no cotidiano de mães solo, suas lutas são frequentemente romantizadas ou minimizadas, perpetuando a invisibilização de suas reais adversidades. A pesquisa com mães solo desafia essa narrativa ao oferecer espaço para que essas mulheres expressem como se sentem, como cuidam de si mesmas e de seus sonhos e realizações. No contexto acadêmico, Dunaeva (2018, p. 78) também destaca a falta de políticas institucionais de apoio à maternidade, criando um ambiente hostil para as mulheres que têm filhos. A ausência do pai na criação pode ter consequências profundas no desenvolvimento emocional e social da criança. Em ambos os cenários, fica evidente que as relações afetivas e o suporte são essenciais para o desenvolvimento integral, seja no campo familiar ou educacional.

Por outro lado, investigar como essas mulheres percebem e definem a si mesmas em sua jornada materna — incluindo aspectos como a representatividade, a felicidade, os sonhos, os objetivos, os medos, o autocuidado, os novos relacionamentos e a vivência plena de seus direitos humanos — revela a etapa final das histórias de vida dessas oito mulheres. Elas, como seres históricos, constroem e experimentam suas trajetórias em um contexto social e temporal específico. Nesse processo, surgem dimensões ligadas à organização social, emocional e profissional;

à forma de comunicação e pertencimento; à linguagem e diferenciação; ao comportamento e às reações em situações semelhantes; à influência da religiosidade; e aos discursos sociais que permeiam suas vivências na criação de filhas e filhos sem a presença afetiva e efetiva do pai.

A última pergunta que finalizou a roda de conversa buscou compreender como essas mulheres se veem em sua jornada de maternidade solo, atendendo ao objetivo de explorar suas representações, suas realizações pessoais e seus desejos relacionados ao exercício pleno dos direitos humanos. Perguntei-lhes: "**Você se considera feliz? Tem algum sonho? Tem cuidado, pensado em você enquanto mulher, na sua saúde? Sofreu algum tipo de preconceito? Encontra-se em outro relacionamento?**" Essas questões ressaltam a necessidade de dar voz às experiências dessas mulheres, destacando-as como protagonistas de suas histórias. Assim, a maternidade é apresentada como um processo ímpar e difícil, que vai além do cuidado com os filhos e filhas, abrangendo o desenvolvimento pessoal, as aspirações e os desafios que essas mulheres enfrentam em suas realidades sociais e culturais. Como bem pontua Cunha (2022) a respeito das predileções das mães solo,

É claro que, uma vez ou outra, você vai sair com seus amigos e precisará deixar seu filho com alguém, mas não será sempre. Nem use o discurso: "Preciso viver"; "Não morri"; "Sou mãe e também preciso aproveitar". Realidade: sim, você não precisa deixar de viver depois da maternidade, porém, existem outras prioridades e, por mais que doa para entender, você vai entender muito em breve. É difícil, sim, mas uma das características das mães solos é que são boas entendedoras, não precisam de muita explicação (Cunha, 2022, p. 40-41).

As experiências com o maternar são uma jornada complexa e transformadora, marcada por desafios, sonhos e conquistas. Para muitas mulheres, essa vivência vai além do cuidado com os filhos e as filhas, envolvendo também questões de identidade, representatividade, felicidade e autocuidado. Este estudo buscou compreender como oito mulheres, inseridas em contextos históricos e sociais distintos, percebem suas próprias trajetórias maternas. Mais do que cuidadoras, elas são protagonistas de histórias de vida cheias de significados, as quais se entrelaçam em metas, medos e novos relacionamentos, revelando uma maternidade que reflete não só suas lutas individuais, mas também as transformações de uma sociedade em constante

mudança.

Diante do ato de maternar e das perspectivas de realizações e identidade representativa, a Girassol-1 assume o protagonismo do diálogo e relata que não se enxerga como uma mãe solo, mas como uma mãe que conta com uma rede de apoio familiar, especialmente da sua própria mãe. Sua narrativa atravessa diversas fases, todas sustentadas pelo apoio incondicional materno, o que a leva a compartilhar momentos de lazer não apenas com os amigos e as amigas, mas também com sua mãe. Ela reconhece ter passado por períodos de baixa autoestima, mas ressalta que a resiliência a impulsionou ao empoderamento necessário após enfrentar um relacionamento marcado por traição e quebra de confiança. Embora não afirme estar plenamente feliz, descreve que, por vezes, sente felicidade e bem-estar, mantendo a cabeça erguida e aberta para novas experiências. Atualmente, ela vive um novo relacionamento, mas o faz com cautela e atenção, buscando se compreender melhor e estabelecendo limites sobre como deseja ser tratada.

A Girassol-1 relata que, ao lidar com o preconceito, percebeu e ainda percebe olhares de pena por parte da sociedade e de algumas mulheres pelo fato de criar um filho pequeno sem a presença do pai, ao mesmo tempo em que luta para manter os vínculos entre o genitor e a criança, mesmo após a traição que sofreu. Essa postura a tornou alvo de críticas, comentários e piadas, como, por exemplo: "*Como você pode perdoar ou conversar com esse homem?*" (Girassol-1). Ela sempre fez questão de esclarecer que o vínculo rompido foi entre ela, como mulher, e o pai da criança, mas que a relação entre pai e filho não deveria ser afetada. Embora seja uma situação delicada, a Girassol-1 não abre mão da felicidade do filho, o que a leva a refletir sobre a sua própria saúde e a necessidade de autocuidado. Ela revela que as suas metas incluem conquistar a casa própria, viajar e concluir o curso superior.

Segundo a Girassol-1, “*Não é o mais forte nem o mais inteligente que sobrevive. É o mais adaptado às mudanças – fala de Charles Darwin, 1859*”. Ela destaca que a abertura para aprender e se adaptar aos caminhos que surgem é fundamental para seguir em frente. A frase, embora não seja uma citação exata dos escritos de Darwin, reflete o conceito de seleção natural, presente em "A Origem das Espécies" (1859), onde ele enfatiza que aqueles que melhor se adaptam ao ambiente têm maiores chances de sobreviver e prosperar. A Girassol-1 concluiu seu relato expressando um sentimento de tranquilidade e fortalecimento ao compartilhar sua trajetória de maternar sem a presença do genitor, demonstrando resiliência diante dos

desafios e reafirmando sua capacidade de adaptação e crescimento em meio às mudanças em sua vida.

A Rosa, a voz protagonista do diálogo, inicia afirmando que se considera uma mãe sozinha e que o termo "*mãe solo*" não faz sentido para sua vivência com os seus dois filhos. Ela relata que, mesmo contando ocasionalmente com o apoio de uma vizinha, sempre assumiu integralmente todas as responsabilidades pelos filhos. Para a Rosa, a presença ou ausência do pai das crianças nunca fez diferença na criação deles, uma vez que, mesmo quando ainda se relacionavam, ele não contribuía. Aliás, ela considera que estar sem ele nessa circunstância foi até melhor, pois isso a afastou, junto com os filhos, da violência doméstica. A Rosa destaca que o preconceito está enraizado na sociedade, pois sempre ouviu que adolescentes, meninos, precisam da presença de um homem para serem "*controlados*" e que ela não seria capaz de criá-los sozinha. Contudo, ela faz questão de manter um diálogo constante com os filhos, orientando-os a evitar situações que possam prejudicá-los e ressaltando a importância do estudo e da comunicação aberta com ela.

Dessa forma, a Rosa entrelaça a sua trajetória de superação com a afirmação de sua identidade e autocuidado. Ela se vê como bela e sensível, comparando-se a uma rosa que, mesmo diante das dificuldades, floresce. Sem recursos para frequentar uma academia, ela montou sua própria estrutura em casa, utilizando-se de galões de água reciclados como pesos para sua rotina de exercícios. Com uma cama elástica e uma música animada, ela encontra na atividade física uma forma de cuidar de si. Valoriza também pequenos rituais, como passar batom e trançar os cabelos no salão. Ao declarar a sua felicidade, a paz e o sossego, a Rosa demonstra como superou o trauma da violência doméstica e recuperou a capacidade de sorrir e dormir bem.

Com essa experiência, Rosa expressa que não tem a intenção de permitir que outro homem entre em sua casa e na vida de seus filhos, preferindo manter os relacionamentos apenas como diversão. "*Homem agora é pura curtição!*", afirma a Rosa com convicção. Sua maior meta é ver os filhos felizes, estudando e construindo um futuro para si. Ao finalizar, a Rosa compartilha que se sentiu maravilhosa ao contar a sua história, destacando o prazer e a importância de refletir sobre a sua jornada de vida e a criação sem a presença do pai dos seus filhos adolescentes.

A Girassol-1, apesar de não se reconhecer como uma mãe solo, destaca a importância de uma rede de apoio familiar, principalmente da mãe, que foi um pilar em sua trajetória. Essa rede de suporte permitiu que ela enfrentasse as dificuldades

de um relacionamento marcado pela traição e a sensação de baixa autoestima. Sua busca pelo autocuidado e empoderamento, ainda que envolva momentos de felicidade casual, a conduz a um processo de autoconhecimento e adaptação, como bem reflete na citação atribuída a Darwin (1859). Além disso, A Girassol-1 opta por manter o vínculo entre o pai e o filho, priorizando o bem-estar da criança e demonstrando um esforço consciente para superar julgamentos e críticas externas.

Em contrapartida, A Rosa constrói sua narrativa a partir de uma perspectiva de total independência. Para ela, o termo “mãe solo” não faz sentido, pois sempre se considerou uma mãe sozinha, sem depender da figura masculina para criar os filhos. Sua trajetória de superação inclui a resiliência diante da violência doméstica e a decisão de não permitir que outro homem faça parte de sua vida familiar. A Rosa encontra no autocuidado e na rotina de exercícios em casa, com recursos limitados, uma forma de reafirmar sua identidade e força, expressando-se com alegria e gratidão por sua jornada. Sua meta principal é ver os filhos felizes, e ela busca ensiná-los a se comunicar abertamente e a construir um futuro independente.

Enquanto a Girassol-1 valoriza a rede de apoio e mantém a esperança em um novo relacionamento, a Rosa se fortalece em sua autonomia, preferindo viver a vida sem a presença masculina no ambiente doméstico. Ambas, contudo, mostram-se resilientes e determinadas em suas trajetórias de maternar, construindo suas identidades de maneira única e representativa. Juntas, elas evidenciam que, apesar dos desafios do maternar sem a presença afetiva/efetiva do pai, é possível encontrar caminhos de felicidade, empoderamento e realização pessoal, reafirmando as suas identidades e os seus sonhos, cada uma ao seu modo.

A percepção de representatividade, felicidade, sonhos, autocuidado, novos relacionamentos e a evidência de preconceitos foram temas cruciais no relato da Girassol-3, que se apresentou como protagonista de sua própria história. Ela se identifica principalmente como uma mãe periférica, ou seja, apenas mãe. Compartilhou que, desde cedo, compreendeu que uma mulher preta, ao maternar sem o vínculo afetivo do companheiro, muitas vezes, enfrenta o desafio da solidão. Ela enfatiza: *“Mulher preta e só, porém sempre quis ser uma pessoa de direitos e olhar para mim”* (Girassol-3). Sua trajetória se entrelaça com a história de sua própria mãe, que também passou pela ausência do pai. No entanto, diferentemente da mãe, a Girassol-3 se viu presa ao pai de seus filhos por muito tempo, encontrando dificuldade em romper essa relação.

O processo de libertação e busca pela felicidade foi longo para a Girassol-3. Frisa que a educação desempenhou um papel fundamental em seu caminho. Por muito tempo, ela foi vista como uma pessoa raivosa e revoltada, sem o direito de sorrir. No entanto, hoje ela se sente livre, cheia de sonhos, consegue se olhar no espelho com orgulho e tem metas claras a serem alcançadas por meio da educação. Em um momento de emoção, ela revelou que o preconceito mais marcante que sofreu ocorreu dentro de casa, nas palavras do próprio companheiro, que a reduzia ao papel de doméstica e cuidadora, questionando sua capacidade de pensar ou existir como alguém além dessa função. Ela recorda o momento em que finalmente se libertou e confrontou o companheiro: “*Me separei, encarei meu companheiro e disse – tem gente aqui dentro, eu penso!*” (Girassol-3).

Ao compartilhar essa experiência, a Girassol-3 inspirou as outras mulheres presentes na roda de conversa, afirmando que seu maior sonho é ocupar um cargo público de gestão na educação. Ela sente que a felicidade, conquistada com tanto esforço, a envolve, embora ainda enfrente o medo da violência contra a mulher que a impede de se envolver em um novo relacionamento. Em suas palavras finais, deixou um alerta e incentivo às demais: “*Não desistam, não se autossabotem, não desistam de seus sonhos e metas, não tenham medo de dizer não, de impor limites. Mulheres pretas, vocês não são obrigadas a serem fortes o tempo todo!*” Ao concluir, a Girassol-3 sentiu-se realizada por ter compartilhado sua trajetória, suas lágrimas, suas dores, suas alegrias, suas vitórias e por se tornar um espelho para seus filhos e para outras mulheres.

A fala da Girassol-3, ao afirmar que uma mulher preta é sempre sozinha em sua maternidade, reverbera profundamente na memória afetiva de todas as participantes, tocando especialmente a emoção da Cacto. Esta também relatou ter aceitado rapidamente que enfrentaria uma maternidade “sozinha”, mesmo contando com uma rede de apoio composta por sua família, amigas e amigos. Ao se definir como mãe solo, a Cacto assume o termo em seu sentido mais convencional, reconhecendo que é a principal responsável pelo seu filho. Para ela, momentos de diversão se resumem a maratonar séries ou assistir a um filme quando seu filho dorme, e gosta de aproveitar o tempo no quintal refletindo sobre a vida. Sua maior meta é alcançar a independência e morar com seu filho, sem depender da família.

O trauma da relação com o pai de seu filho a impede de se abrir para um novo relacionamento, um tema que considera distante de seus planos e sonhos. Ela

enfrenta preconceitos que parecem inevitáveis para uma mãe solo, como perguntas grosseiras sobre a ausência do pai, julgamentos que a consideram “louca” por criar o filho sem a presença paterna, e comentários que expressam pena da criança. A Cacto também menciona piadas proferidas por homens que dizem não querer ser padrastos ou se envolver com uma mulher que amamenta, como se a ideia de compartilhar o amor entre mãe e filho fosse inadmissível. Além disso, é criticada por não buscar os direitos de seu filho, visto que ele não recebe pensão ou qualquer tipo de apoio financeiro do genitor.

A dor mais intensa, contudo, surge dos julgamentos da própria família, que questiona por que ela não utilizou métodos anticonceptivos para evitar a gravidez e por que não tenta viver com o pai de seu filho. Ela reconhece que a maternidade é uma tarefa extremamente difícil e, ao mesmo tempo, lamenta a falta de direitos e políticas públicas voltadas para mulheres que são mães solo. Essa falta de reconhecimento exige que elas abdiquem de muitas coisas, como parar suas vidas para maternar. Ela descreve como é cansativo e doloroso ter que escolher entre exercer a maternidade ou ser ela mesma, afirmando: “É difícil ser mãe e conseguir ser eu mesma” (Cacto).

Por conta disso, sente que não tem tempo para o autocuidado ou praticar esportes, confessando: “*Descobri outros níveis de cansaço*” (Cacto). Ainda assim, ela enxerga a felicidade como algo casual, e, embora se sinta incomodada ao revisitar a sua história de vida, reconhece a importância de seu relato para o empoderamento de outras mulheres. Ela conclui expressando esperança de que seu depoimento possa alertar a sociedade sobre a necessidade de mais políticas públicas voltadas para as mães solo.

É perceptível o entrelaçamento entre as falas da Girassol-3 e as falas da Cacto, as quais revelam questões de representatividade, felicidade, sonhos, autocuidado e a luta constante contra preconceitos enfrentados por mães autodeclaradas pretas. Ambas partilham o reconhecimento da solidão inerente à maternidade negra, porém enquanto a Girassol-3 compreendeu essa realidade desde cedo, a Cacto se viu rapidamente confrontada com a aceitação de que viveria uma maternidade “sozinha”, mesmo contando com uma rede de apoio.

A trajetória da Girassol-3 é marcada pelo desejo de ser protagonista de sua própria história e pela busca por autonomia e direitos, destacando que o papel da educação foi crucial em seu processo de libertação e conquista de felicidade. Essa

determinação ecoa na fala de Cacto, que também expressa o desejo de independência, sonhando em criar seu filho sem depender da família, mas que enfrenta o desafio do autocuidado e da busca por um espaço próprio para exercer a maternidade e sua individualidade. O alerta final da Girassol-3, sobre não desistir, não se autossabotar e o incentivo para que mulheres negras não se sintam obrigadas a serem fortes o tempo todo, ressoa com a experiência da Cacto, que ainda enfrenta os desafios do cansaço extremo, a ausência de tempo para o autocuidado e a busca por uma felicidade que muitas vezes parece casual e momentânea. Assim, a relação entre as duas falas revela a complexidade das experiências de mães pretas e o maternar parental e a necessidade de apoio, reconhecimento e políticas públicas que atendam às suas demandas, respeitando as suas histórias de vida e a pluralidade de suas vivências.

A flor de tulipa simboliza renascimento, amor eterno, felicidade e confiança. Ao pronunciar essas palavras, a Tulipa revelou, de maneira sutil, uma intenção de manter partes de sua história envoltas em mistério. Ela se apresenta com firmeza, identificando-se como mãe solteira e mostrando plena consciência dos preconceitos culturais associados a esse termo. Julgamentos, piadas, olhares e comentários maliciosos fazem parte da experiência, mas, mesmo assim, afirma: “*Sou mãe solteira, é assim que me identifico*” (Tulipa). Seu suspiro ao final dessa declaração parece indicar uma indiferença ao imaginário dos homens, de outras mulheres e da sociedade como um todo.

Ao falar sobre a criação do filho, mencionou que essa experiência lhes trouxe desafios, crescimento e aprendizagens que somente eles compreendem. Preferiu não detalhar esses momentos, mas sugeriu que sua jornada é como um mosaico, composto de pedaços de papel, vidro, pedras e madeira que se encaixam perfeitamente, formando uma bela obra de arte. Essa analogia demonstra a paciência, a determinação e a criatividade necessárias para construir a sua história como mãe solteira. Quando questionada sobre relacionamentos, ela afirmou que não está envolvida com ninguém no momento, mas não explicou o motivo. Relatou que a sua rotina de trabalho a ocupa tanto que acaba não encontrando tempo para cuidar de si mesma, seja em relação à saúde, à prática de esportes ou aos momentos de lazer. Seu sonho é quitar o imóvel que comprou para ela e o filho e um dia ser avó, embora não tenha revelado se seu filho está em um relacionamento que possa lhe proporcionar esse desejo.

A Tulipa também compartilhou a experiência de, em festas de aniversário de outras crianças, sentir que algumas mães evitavam, de forma sutil, se sentar à mesma mesa que ela e o seu filho. Isso reflete a maneira como, historicamente, a figura da mãe solteira é vista pela sociedade: como alguém que, muitas vezes, é taxada de “fácil” ou “disponível”. No entanto, a Tulipa finalizou sua fala declarando que é feliz, independentemente de todos os desafios que enfrentou, e deixou uma mensagem de resiliência para todos: “*Sejam resilientes! No sentido de alertar às demais mulheres a aprender com as adversidades da vida, mas sem perder a leveza*” (Tulipa).

A Girassol-4 compartilha a visão da Tulipa de que é sábio, inteligente e prudente aprender com as adversidades que a maternidade traz, mas reconhece que a virtude da leveza é algo complexo e distante para quem carrega tantas responsabilidades, quase uma utopia. Identifica-se como uma mãe que conta com o apoio familiar, destacando a ajuda de sua irmã que cuida do seu filho no contraturno escolar. Em uma reflexão sobre a sua situação, afirmou que preferiria ser vista como uma mulher viúva, pois considera o estigma de ser uma mãe sozinha e divorciada mais pesado e menos respeitável. Ela se considera uma pessoa feliz, mas confessa estar constantemente preocupada em acertar na criação e educação de seu filho.

Uma das grandes dificuldades que enfrenta atualmente é a tentativa de saldar dívidas deixadas pelo ex-companheiro ao final da relação. Essas obrigações monetárias, segundo ela, foram assumidas em nome do amor e da confiança, mas acabaram se transformando em uma “*bola de neve*” (Girassol-4), causando um desajuste tanto na sua vida financeira quanto na sentimental. Essa experiência torna a busca pela leveza ainda mais desafiadora. No que diz respeito à possibilidade de um novo relacionamento, a Girassol-4 afirma que esse desejo fica apenas no campo imaginário, pois ela não se vê capaz de assumir um novo compromisso. O receio de expor seu filho a um possível apego por um novo parceiro, que talvez não seja permanente, e o medo de sofrer violência por parte do pai da criança, que já a ameaçou por temer que outro homem ocupasse seu antigo lugar, lhe fazem recuar dessa ideia. Ela também teme que seu filho possa sofrer maus-tratos, tornando a ameaça de violência psicológica uma realidade presente em sua vida.

Apesar de já ter vivenciado situações de machismo (ameaças) vindas de seu ex-companheiro, que a tratava como sendo de sua propriedade, opondo-se à ideia de ela ser amada novamente, a Girassol-4 diz não ter percebido preconceitos evidentes em outros contextos. Ela mencionou, por exemplo, que as mulheres de sua igreja, ao

perceberem suas dificuldades no relacionamento, a procuraram para uma conversa franca, buscando entender os motivos da separação. Esse gesto, para ela, foi interpretado como um ato de solidariedade e apoio, e não como preconceito. Concluindo, reafirmou a sua felicidade e o amor pela maternidade, sustentando que nasceu para ser mãe e assumiu plenamente essa função, apesar das adversidades surgidas com o término da relação, como o aumento das responsabilidades, a preocupação constante e o cansaço. Ainda assim, consegue encontrar momentos para cuidar de si mesma, praticar esportes, viajar com o seu filho e participar das atividades da igreja. Ao final do diálogo, ela se identificou como "apenas mãe", que abraçou com força e determinação tudo o que era necessário para exercer a maternidade, encerrando com um sentimento de alívio e desabafo.

Para além de simplesmente ouvir as histórias narradas por cada mulher, as suas rotinas e os múltiplos níveis de cansaço, o processo de se reinventar faz com que cada uma se perceba como um pedaço dessa enorme colcha de retalhos que é a maternidade monoparental. Toda a corporeidade presente nos relatos de cada uma transportou a Violeta a comprovar o quanto é desafiadora e pesada a trajetória de representatividade de cada mulher. Afinal, entender a representatividade feminina implica reconhecer a necessidade de incluir e valorizar as vozes e as experiências de cada uma, considerando diversos aspectos da sociedade, com a maternidade parental sendo um dos mais importantes. A Violeta afirma que se identifica apenas como mãe, contando com o apoio de sua própria mãe. É com ela que sua filha fica durante o contraturno escolar ou nas ocasiões em que precisa sair e não pode levá-la. No entanto, nesses momentos, um sentimento de culpa é inevitável: "*Parece que estou abrindo mão de minha filha em nome do meu prazer*" (Violeta). A busca por sua felicidade e bem-estar, embora legítima, não lhe parece clara ou evidente, e ela se vê desafiada a conciliar esses sentimentos conflitantes.

Com base na premissa de felicidade, tranquilidade e bem-estar, a Violeta relata que o seu sonho, a sua meta é alcançar a estabilidade financeira. Assumir todas as responsabilidades da criação sem a presença do pai da criança, ainda que ela receba pensão, é um desafio constante, já que os gastos nunca equivalem ao valor recebido, e o pai sempre entende ser suficiente o que contribui para a alimentação, a vestimenta, a educação, o lazer, entre outras necessidades. A dificuldade em conciliar todos esses aspectos, somados à ausência do pai, torna ainda mais complexa a ideia de construir um novo relacionamento, especialmente com uma filha pré-adolescente.

A Violeta assim expressa o seu medo e a sua preocupação: “*como a filha vai se sentir? Como um homem, que não é o pai, vai tratá-la e respeitá-la? Quais benefícios e perdas acarretarão ao iniciar uma nova relação?*” Essas incertezas fazem com que a construção de um novo relacionamento pareça um desafio difícil de superar.

Apesar de todas essas adversidades, a Violeta se considera uma pessoa feliz, que gosta de sair, se divertir, conversar, sorrir, encontrar amigos e, acima de tudo, cuidar da sua saúde mental. Como a flor de violeta, que carrega a simbologia de algo místico, espiritual, de recomeço, e que floresce uma vez por ano com beleza sofisticada em ambientes de temperatura amena, ela reflete sobre como seria maravilhoso se a criação, independentemente das circunstâncias e adversidades que uma relação amorosa possa trazer, fosse naturalmente compartilhada entre o pai e a mãe. Ela comprehende que a criação assim distribuída exige um comprometimento e esforço de ambas as partes, mas acredita que, quando realizada de forma saudável, pode proporcionar um ambiente equilibrado e amoroso para o desenvolvimento da criança. E finaliza sua narrativa de protagonismo relatando que se sente bem consigo mesma e com a maneira como vem construindo, junto com a filha, uma maternidade sem a presença afetiva e efetiva do genitor, buscando, assim, trilhar o seu próprio caminho de felicidade e realização de quem afirma não ter percebido ou vivenciado nenhum tipo de preconceito.

Seguindo a mesma metodologia de protagonismo, a Girassol-2 encerra este ciclo de narrativas que compõem a construção histórica das vivências de mães que assumem integralmente as responsabilidades de criar seus filhos e filhas sem a presença do pai. Ela inicia afirmando que se identifica como sendo um pouco de cada termo: mãe solo, mãe sozinha, mãe solteira, mãe que conta com o apoio da família (mãe, pai e irmão) e, sobretudo, mãe que dá conta. Com orgulho, ressalta que conseguiu vencer. Justifica a identificação com esses diversos termos convencionados culturalmente por sentir que a sociedade ainda não está preparada para lidar com uma mulher que não tem a presença de um homem em sua vida. Desta forma, descreve que o preconceito se manifesta em seu maternar, especialmente ao ouvir questionamentos como: “*Onde está o pai dos seus filhos?*” ou “*O que será que aconteceu?*” (Girassol-2). Ela reflete e questiona por que a sociedade não se pergunta o contrário: “*Por que não é questionado o que o pai fez para deixar a mãe, a filha e o filho sem a sua presença?*” Ou mesmo por que outras mulheres, muitas vezes, acreditam que a responsabilidade pelo fim da relação recai sobre a mãe? (Girassol-

2).

O preconceito, por vezes, surge até mesmo dentro de sua própria família, especialmente quando ela entra em um novo relacionamento. Ouviu repetidamente o conselho: “*Cuidado para não engravidar novamente, chega de filhos, você já viveu a experiência da maternidade!*” (Girassol-2). Um novo relacionamento é visto pela família e pela sociedade como sinônimo de uma nova gravidez, ignorando o fato de que ela, como mulher, ainda possui desejos, necessidades e merece sentir prazer. Retomando a questão de sua representatividade, a Girassol-2 explica que se identifica como mãe solo porque sempre foi ela que assumiu a responsabilidade de criar a sua filha e o seu filho. Como mãe sozinha, enfrentou todas as dores da maternidade e da criação sem a presença de um parceiro. Mãe solteira, porque se encontra civilmente solteira e aberta a um novo relacionamento, embora não esteja no momento. E, finalmente, como mãe que dá conta, pois olha para a sua trajetória ao lado de seus filhos e reconhece que juntos venceram e continuam a vencer.

Ela destaca o quanto a sociedade perpetua estigmas sobre a criação sem a presença do genitor, como as piadas que ouviu sugerindo que essa ausência aumenta a probabilidade de seus filhos se tornarem marginais. Sempre se questionou: “*Uma mãe criar filhos sem a companhia do pai é diferente em que mesmo?*” (Girassol-2). Ela afirma que sempre conversou com os seus filhos sobre o que é certo e errado, ensinando-os a respeitar a todas as pessoas, especialmente as mulheres, e discutindo constantemente sobre as relações sociais e os relacionamentos entre homens e mulheres. Já foi criticada ao se identificar como “*pāin*” ou quando surge um namorado e, ao se apresentar como mãe, o homem desconversa e não passa do primeiro encontro. Enfatiza que, em seu tempo livre, gosta de aproveitar a sua própria companhia, seja indo ao cinema, a uma cafeteria para degustar um café ou simplesmente ficando sozinha em casa.

Ao encontrar outras mulheres reclamando de solidão, a Girassol-2 faz questão de ressaltar que comprehende a solidão como solitude, ou seja, o estar sozinha como uma experiência positiva e enriquecedora para o seu crescimento mental e emocional. Ela acredita que a experiência de estar consigo mesma deve ser uma escolha intencional, e não uma imposição de rejeição ou por ser mãe solo. No seu caso, a solitude é um momento de autocuidado, de perceber-se e encher-se de cuidados, o que ela considera “*maravilhoso!*” Explica que, ao estar em outro relacionamento, deixou claro que gostaria que seus filhos fossem tratados com respeito, inclusive nas

ocasiões em que precisava priorizá-los. Desabafa que não é fácil para um homem entender e respeitar as condições de uma namorada que também é mãe, como se eles não tivessem uma mãe. A Girassol-2 finaliza a sua narrativa refletindo sobre o fato de que muitas mulheres são duras e insensíveis umas com as outras, quando, na realidade, deveriam constituir uma rede de apoio. “*São muitas pedras impostas pela sociedade!*” (Girassol-2). Ela se sente feliz, bem resolvida e satisfeita por compartilhar e refletir sobre sua trajetória como mãe solo, reconhecendo que, ao longo desse processo, amadureceu muito.

A conclusão dessa roda de conversas contribuiu para evidenciar que a jornada de maternidade solo é marcada por experiências complexas, repletas de desafios, dores e superações. Ao responderem às questões sobre felicidade, sonhos, autocuidado, preconceitos e relacionamentos, essas mulheres demonstraram a força e a resiliência presentes em suas trajetórias. Cada relato revelou a necessidade de serem reconhecidas não apenas como mães que assumem responsabilidades sem a presença do genitor, mas também como mulheres que possuem desejos, ambições e buscam uma vida plena. Essas narrativas reforçam que a maternidade monoparental não se limita ao papel de cuidadoras, mas também inclui a construção de uma identidade que equilibra o bem-estar pessoal, o exercício dos direitos humanos e o enfrentamento de estigmas sociais. Em meio a tantas lutas e vitórias, ficou claro que essas mulheres anseiam por respeito, autonomia e, acima de tudo, por uma sociedade que as veja como protagonistas de suas histórias, reafirmando suas conquistas e dignidade.

Se por um lado, a docente da Universidade de Brasília, Vivian Weller (2004), ao abordar a **Teoria da Percepção Social - TPS**, enfatiza que as percepções individuais e coletivas são construídas a partir de interações com o contexto social e cultural. Isso é claramente observável nas falas das mães solo, como a Girassol-1 e a Rosa, cujas percepções sobre a maternidade e suas identidades são definidas por suas realidades sociais e redes de apoio (ou a ausência delas). A Girassol-1, por exemplo, destaca a importância da rede familiar, especialmente da mãe, para sustentar a sua trajetória, o que influencia na sua percepção de não se considerar uma mãe solo, mas uma mãe com suporte. Já a Rosa, que se vê como completamente independente, traz uma percepção pessoal de superação e empoderamento que contrasta com a ideia de vulnerabilidade comumente associada às mães solo. Essas percepções refletem a interação entre as experiências individuais e as expectativas e

julgamentos sociais.

Por outro lado, o psicólogo Serge Moscovici (2007), em sua **Teoria das Representações Sociais – TRS**, destaca que as representações sociais são formas de conhecimento socialmente elaboradas que influenciam e são influenciadas pelos indivíduos. As narrativas das participantes da roda de conversa podem ser vistas como uma disputa pela construção de novas representações sociais sobre o que é a maternidade sem a presença do genitor. As falas da Girassol-3 e da Cacto, por exemplo, demonstram como a “*maternidade negra*”, em particular, é marcada por uma representação social que perpetua a ideia de solidão e resistência, o que se alinha com a ideia de que as mulheres negras são constantemente vistas como “*fortes*”, “*raivasas*” e “*resistentes*”, independentemente de sua realidade emocional e social.

Moscovici defende que essas representações podem ser transformadas a partir das próprias vivências e dos relatos das pessoas envolvidas. Ao narrar suas histórias, essas mulheres desafiam as representações hegemônicas e criam novas formas de compreender a maternidade e suas próprias identidades e se distanciam do termo convencionado socialmente, mãe solo, pelo contexto histórico de escravização. Esclarecido pela mulher negra, docente e pesquisadora, Iris Verena Oliveira (2023, COPENE), mãe solo não é um termo adequado. Segundo ela, talvez, pela ideologia de luta herdada do período de colonização, mãe sozinha ou família estendida caiba melhor.

Portanto, tanto a Teoria da Percepção Social, de Vivian Weller (2004), quanto a Teoria das Representações Sociais, de Moscovici (2007), ajudam a compreender como as mães que maternam sozinhas, presentes nesses relatos, constroem e ressignificam suas experiências, em um processo de percepção e representação que envolve as suas realidades pessoais e as influências e pressões sociais que enfrentam dentro de um contexto relacional marcado por descréditos e preconceitos. As representações sociais são formas de conhecimento construídas coletivamente e que guiam os comportamentos e julgamentos de um grupo (Moscovici, 2007). No caso das participantes da pesquisa, essas representações referenciam as percepções tanto internas quanto externas, a subjetividade sobre a maternidade e as responsabilidades associadas a ela, influenciadas por normas sociais e expectativas patriarcais.

A narrativa da Tulipa, que lida com julgamentos e preconceitos por se identificar como mãe solteira, reflete como as representações sociais da maternidade estão vinculadas a papéis de gênero historicamente construídos. A solidão e os estereótipos

enfrentados, como o julgamento nas festas infantis, são parte do imaginário social que vincula a maternidade solo à ideia de fragilidade ou transgressão, o que pode ser lido através da lente das representações sociais. Vivian Weller (2004, p. 44) observa que a construção dessas representações tem um papel central nas identidades de grupos marginalizados, como as mães que criam sozinhas, influenciando as dinâmicas de poder e exclusão.

Além disso, o conceito de “configuração”, do sociólogo Norbert Elias (2004, p. 73), é essencial para entender as interdependências e as redes de apoio entre as mães que criam suas filhas e seus filhos sem a presença do pai e suas famílias, como vemos na fala da Girassol-4, que conta com a irmã para ajudar na criação do filho. As configurações familiares e sociais fazem parte das experiências dessas mulheres, que muitas vezes dependem de redes informais de suporte devido à ausência de políticas públicas adequadas. O sociólogo destaca que essas redes de interdependência estruturam a vida social, criando laços que tanto podem apoiar quanto restringir os indivíduos na sociedade (Elias, 2004, p. 73).

A dialética investigativa feminista, apontada pela pesquisadora Virginia L. Olesen (2006, p. 220), também oferece uma leitura importante ao enfatizar que a pesquisa não deve apenas documentar a experiência das mulheres, mas promover uma transformação social e cultural. Isso se reflete no desejo dessas mães por maior autonomia e respeito, como expressam a Girassol-3 e a Cacto. A busca pela felicidade, pelo autocuidado e pelo direito de sonhar com uma vida plena, sem serem definidas apenas pelo papel de cuidadoras, ecoa o objetivo de uma pesquisa feminista que visa preparar o terreno para ações que transcendem a simples análise, promovendo mudanças políticas e sociais concretas para essas mulheres. O preconceito enfrentado por essas mulheres está profundamente arraigado nas representações sociais do papel da mulher e da mãe, e as suas narrativas destacam a complexidade de equilibrar as responsabilidades maternas com suas identidades pessoais e sociais.

À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] as mulheres começaram a problematizar a designação “mãe solteira”, pois seu sentido remete ao pensamento do patriarcado, que considera o casamento como o espaço legítimo para o nascimento. No entanto, todo filho é legítimo, e estar em um relacionamento não significa, necessariamente, compartilhar os cuidados que uma criança necessita (Thurler, 2011, n.p.).

A trajetória de leitura, oralidade e formação, contada ao longo desta investigação, destaca não apenas a minha história pessoal, mas também a forma como a educação se entrelaça com nossas vivências, construindo-nos como sujeitos críticos e conscientes de nosso papel social. É um testemunho de como a oralidade, a literatura e o contato com diferentes expressões culturais contribuem para a formação do indivíduo e de como esses elementos podem ser ferramentas poderosas na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A experiência de atuar na educação básica me permitiu enxergar o potencial transformador de projetos que promovam a igualdade de gênero, a valorização das mulheres e a conscientização sobre a violência contra a mulher. A compreensão das múltiplas facetas da vida de mães solo e do desafio que enfrentam ao criar suas filhas e seus filhos sozinhas revela o quanto ainda precisamos avançar na busca pela igualdade e pelo respeito às diferentes configurações familiares.

Ao refletir sobre todas essas vivências, percebo que a educação vai além dos muros da escola. Ela é um processo contínuo de construção de conhecimento e consciência que deve dialogar com as realidades sociais, culturais e históricas de nossos/as estudantes. Assim, reafirmo meu compromisso como educadora em continuar promovendo ações que estimulem a reflexão crítica, o respeito mútuo e a valorização das diferenças, para que possamos contribuir para a formação de cidadãos e cidadãs mais conscientes, empáticos e atuantes em nossa sociedade. Afinal, educar é, antes de tudo, contar histórias que despertam sonhos, constroem identidades e alimentam a esperança de um mundo melhor.

Desta forma, conhecer as histórias de vida e ouvir as narrativas históricas de oito mulheres, sobre a temática "Mães solo?: as experiências subjetivas de mulheres na criação monoparental de filhas e filhos", teve como objetivo inicial abordar as vivências de genitoras que enfrentam a maternidade sem a presença afetiva do pai.

No entanto, o direcionamento desta pesquisa passou por uma mudança significativa após a participação da pesquisadora no Congresso de Pesquisadores e Pesquisadoras Negros e Negras, em Conceição do Coité/Bahia (2023), em um grupo temático com pesquisadoras negras. Durante as discussões propostas, surgiu uma crítica com relação ao uso do termo "mãe solo" em minha pesquisa. Isso porque o emprego desse vocábulo, por uma pesquisadora negra, foi considerado inadequado para se retratar as mulheres negras que maternam sem a presença do pai.

A partir desse alerta, esta pesquisa foi redirecionada para focar nas subjetividades dessas mulheres, cuja monoparentalidade na criação de filhas e filhos reflete tanto as dificuldades impostas pelas masculinidades hegemônicas e pelo sistema patriarcal quanto os preconceitos que ainda permeiam a sociedade brasileira em relação à criação monoparental. Buscou-se, assim, explorar as experiências subjetivas dessas mulheres e os desafios específicos que enfrentam em suas trajetórias. Desse modo, o redirecionamento desta pesquisa teve como objetivo principal compreender como essas mães que maternam "sozinhas" constroem suas experiências de criação, enfrentam desafios cotidianos e lidam com questões relacionadas ao autocuidado, a identidade, ao preconceito e ao apoio social. Para tanto, foi utilizado um questionário de caracterização, que permitiu investigar aspectos como a idade, a escolaridade, a raça/cor/etnia, a orientação sexual, o estado civil, a composição familiar, a renda e a profissão das participantes, bem como as relações familiares e o tipo de apoio recebido.

A partir dessa abordagem, propôs-se às pesquisadas responder questões que envolvem a sua história de vida e a forma como conduzem a criação de seus/suas filhos/as sem a presença do genitor. Buscou-se também compreender como a ausência do pai afeta os vínculos afetivos entre mãe e filho/a e como a estrutura familiar é impactada por essa ausência. Este estudo questionou ainda como as mulheres que criam seus/suas filhos/as sozinhas se veem e como representam suas próprias experiências de vida, especialmente diante de um cenário marcado pela violência de gênero e pela perpetuação de masculinidades hegemônicas que afetam as relações familiares e sociais.

Esta pesquisa partiu de um ponto de interseção entre questões de raça, gênero, violência de gênero e direitos humanos, com um foco específico nas influências do patriarcado e das masculinidades hegemônicas. As narrativas das mulheres evidenciaram como essas estruturas impactam diretamente em suas vidas cotidianas,

desde a solidão no processo de criação das filhas e dos filhos até as dificuldades para se engajarem em novos relacionamentos amorosos. Os relatos também revelaram um sentimento de opressão social que se reflete tanto em discriminações explícitas quanto na sobrecarga emocional e econômica.

O objetivo geral de compreender as experiências de mães que criam suas filhas e seus filhos sem a presença do genitor, à luz das múltiplas opressões que enfrentam, foi considerado alcançado. As rodas de conversa proporcionaram um espaço de fala, escuta e reflexão, no qual as participantes puderam articular tanto os desafios quanto as conquistas em suas trajetórias, possibilitando uma análise aprofundada sobre os impactos da ausência de apoio paterno em diversos aspectos de suas vidas. Ademais, as narrativas revelaram que, apesar dos obstáculos significativos, as participantes demonstraram um forte desejo de realizar sonhos pessoais e melhorar suas condições de vida.

Os objetivos específicos, que incluíam investigar o impacto emocional, social e econômico dessas vivências, foram abordados nas discussões sobre o autocuidado, a saúde mental e a luta para equilibrar as responsabilidades maternas e pessoais. As falas das mulheres também ressaltaram como a cultura patriarcal impõe barreiras ao exercício pleno de seus direitos humanos e de sua autonomia, perpetuando desigualdades que limitam suas oportunidades de ascensão social e realização pessoal.

As perguntas centrais da pesquisa – como as mulheres “mães solo?”, do Distrito Federal, vivenciam a criação de suas filhas e de seus filhos e quais são os impactos subjetivos, emocionais, sociais e econômicos dessa realidade? – foram amplamente respondidas por meio das narrativas colhidas. As entrevistas revelaram que essas mulheres se encontram em uma constante negociação entre os seus papéis como mães e como mulheres independentes, lutando contra o estigma social, a ausência de políticas públicas adequadas e a falta de apoio emocional e econômico. O impacto econômico foi destacado por todas as entrevistadas, que enfrentam dificuldades financeiras severas em função da falta de responsabilidade paterna e do acesso limitado a redes de apoio. No entanto, muitas também expressaram esperanças e sonhos, indicando que, apesar das dificuldades, buscam formas de se reconstruir e de resgatar sua identidade além da maternidade.

A conclusão desta investigação revela o quanto é essencial ouvir e acolher as vozes das mães solo para entender suas vivências, seus desafios e seus sonhos. A

partir das rodas de conversa e das reflexões, ficou evidente que a jornada dessas mulheres é marcada por coragem, resiliência e amor, apesar das inúmeras barreiras impostas pela sociedade patriarcal, que muitas vezes as marginaliza e silencia. Logo, a relação existente entre as vivências de mulheres mães que maternam sem o apoio afetivo e efetivo com a minha história pessoal e a educação pela oralidade reforça que ouvir as narrativas dessas mulheres é um ato de resistência e empoderamento. É por meio da escuta sensível e da valorização de suas experiências que podemos contribuir para desmistificar estereótipos, combater preconceitos e lutar por políticas públicas que atendam às suas necessidades.

Este estudo não apenas ampliou a compreensão sobre as realidades dessas mães, mas também apontou para a necessidade de um olhar mais atento e humano sobre a diversidade das configurações familiares e a urgência de promover uma sociedade que respeite e valorize o papel dessas mulheres na construção de um futuro mais igualitário. Afinal, suas histórias são um convite para refletirmos sobre os valores, as práticas e as transformações necessárias para que todas as mulheres possam exercer plenamente seus direitos e sua cidadania. Ao destacar as experiências subjetivas dessas mulheres, espera-se contribuir para a desconstrução das masculinidades hegemônicas e para a promoção de um debate que valorize a equidade de gênero, reconhecendo as múltiplas formas de maternidade e a importância do papel dessas mulheres na sociedade contemporânea.

Notadamente, ao longo deste estudo, buscamos compreender as experiências subjetivas de mulheres que criam seus filhos e filhas sozinhas no Distrito Federal, investigando as dificuldades psicológicas, emocionais, sociais, econômicas e financeiras que enfrentam, além de explorar seus desejos, seus sonhos e suas relações de autocuidado. Analisando as narrativas das oito participantes entrevistadas, constatamos que, embora existam desafios consideráveis em suas trajetórias, como a ausência de suporte afetivo e financeiro dos pais das crianças, as mulheres demonstraram uma notável resiliência e capacidade de adaptação diante das adversidades.

Durante o processo de investigação, as mulheres participantes foram convidadas a refletir sobre seu estado emocional, utilizando a simbologia de uma flor para expressar suas percepções acerca da maternidade e de suas trajetórias. Outras questões direcionaram a pesquisa, como a presença ou a ausência do pai na vida da criança, a dinâmica de apoio na criação, as experiências de preconceito

e a forma como essas mulheres se relacionam consigo mesmas em termos de felicidade, sonhos e autocuidado. Dessa forma, a pesquisa buscou não apenas dar voz a essas mães, mas também compreender os desafios e as conquistas que determinam a sua jornada de maternidade monoparental. Como relatado, a complexidade dessa investigação mais aguçada surgiu de projetos desenvolvidos dentro dos muros da escola sobre a maneira como a sociedade vê a mulher, seus modos de ser e existir.

O estudo mostrou que as subjetividades das mulheres que passaram e passam pela experiência de criar filhos/as sozinhas vêm carregadas não somente de responsabilidades, mas são perpassadas pelo abandono, pelo julgamento moral da sociedade e também de outras mulheres, pelas exclusões, pela sobrecarga de trabalho, pelo cansaço físico e mental. Porém, em poucos momentos, a maternidade representa um fardo para essas mulheres, que demonstram amor ao maternar e procuram, a despeito de todas as intercorrências, proporcionar aos filhos e às filhas todos os direitos humanos e fundamentais, a fim de que exerçam a sua cidadania com dignidade. Sendo necessário, nesse exercício, compreender que os direitos humanos, em sua construção histórica, são uma expressão das lutas por justiça e igualdade.

Nessa conjuntura, os direitos humanos são influenciados por dinâmicas de poder e pelas interseccionalidades que perpassam a raça, o gênero, a classe e outras formas de opressão. O desafio contemporâneo reside em garantir que esses direitos se materializem para todas as mulheres, reconhecendo suas diferenças e demandas específicas, sem perpetuar a lógica patriarcal e a violência de gênero. Assim, a realização plena dos direitos humanos depende de uma abordagem que compreenda e combatá as desigualdades estruturais, respeitando a diversidade e garantindo a dignidade de todos os seres humanos.

Lutar com as palavras é a luta mais vã [...] Palavra, palavra (digo exasperado), se me desafias, aceito o combate", ele expressa a complexidade e a frustração de quem lida com a linguagem. Drummond revela a tensão entre o desejo de transmitir ideias, sentimentos e significados profundos, e a dificuldade de encontrar palavras que realmente capturem a essência do que se quer dizer (Drummond, 1945, p. 14).

Como pesquisadora, o que mais me trouxe impacto na pesquisa foi perceber que todas as participantes iniciaram as suas narrativas a partir de suas vivências

familiares, com ênfase especial nas experiências de suas mães. Diante dessa informação, vale sublinhar que, na filosofia moderna do século XVIII, a busca por um método de conhecimento gerou duas principais correntes epistemológicas: o racionalismo, focado na razão, e o empirismo, que defende que o conhecimento é adquirido por meio dos sentidos, ou seja, por meio de experiências sensoriais, como visão, tato, paladar e audição. Por isso, frequentemente fala-se do “empírico” como aquilo que se refere à experiência, às sensações e às percepções, relativamente aos encadeamentos da razão (Japiassú & Marcondes, 2006, p. 84). Nesse contexto, as histórias das participantes emergiram a partir de suas subjetividades, ou seja, revelando-se como seres históricos inseridos no tempo e no espaço de suas experiências familiares. Elas refletiram sobre as vivências maternas, seja espelhando-se em aspectos que desejavam evitar, seja buscando reproduzir experiências positivas que presenciaram no ambiente doméstico.

Durante o desenrolar das rodas de conversa, todas as mulheres choraram ao compartilhar suas vivências de maternidade sem a presença do pai de suas filhas e de seus filhos. Contudo, esse choro não era motivado por ódio, rancor, arrependimento ou desejo de vingança, mas, sim, por um desabafo, uma liberação de emoções ao dar voz às suas histórias de vida. Histórias de mães que se veem “sozinhas”, “solteiras”, “periféricas”, “pretas”, “brancas”, “em rede”, “apenas mães”, “trabalhadoras”, “batalhadoras”, mas sempre dedicando o melhor de si enquanto mulheres, enquanto mães. Elas acreditavam que os pais de seus/suas filhos/as, geralmente mais velhos, seriam mais maduros e que não as deixariam sozinhas, pois queriam ser pais. No entanto, mesmo sendo abandonadas e expostas à própria sorte, enfrentando estereótipos sexistas e julgamentos morais vindos da sociedade e, por vezes, de outras mulheres, todas se consideravam vitoriosas e orgulhosas de suas trajetórias na maternidade.

Outro ponto que chamou atenção nos relatos foi o fato de nenhuma das participantes associar o abandono por parte dos pais de seus filhos e filhas como uma forma de violência. Essa percepção contrasta com os princípios dos direitos humanos e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que asseguram a proteção integral e prioritária de crianças e adolescentes, incluindo o direito à convivência familiar e à assistência por ambos os genitores. O abandono, ao privar as filhas e os filhos não apenas do suporte material, mas também do vínculo afetivo e emocional com o pai, configura uma violação desses direitos, comprometendo o desenvolvimento saudável

das crianças e sobre carregando as mães, que passam a arcar sozinhas com todas as responsabilidades. Essa omissão paterna perpetua desigualdades de gênero, reflete a normalização da masculinidade irresponsável e silencia uma forma de violência estrutural que precisa ser enfrentada tanto cultural quanto legalmente. Enfatiza-se também que a Constituição Federal (CF/88), no *caput* do art. 227, estabelece que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Esse artigo consagra a proteção integral e o princípio da prioridade absoluta para crianças e adolescentes, determinando a convivência familiar como um dos direitos fundamentais. Do mesmo modo, o § 5º do art. 226 é relevante ao reforçar a corresponsabilidade dos genitores no cuidado e na assistência aos filhos: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher” (Brasil, 1988). Na mesma direção, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) determina que:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inherentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 19 (*caput*) Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Esses dispositivos evidenciam o direito das crianças e dos adolescentes à

convivência familiar e à assistência de ambos os pais, assegurado pelo princípio da proteção integral e do melhor interesse da criança. Nesse sentido, o abandono infantil, que resulta na delegação exclusiva dos cuidados à mãe, deve ser compreendido como uma forma de violência e negação de direitos, conforme aponta Thurler (2017, n.p.). Esse entendimento é ampliado pelo educador Paulo Freire (2019, p. 35), que considera os direitos humanos como direitos básicos e essenciais, tais como o direito de comer, vestir, dormir, repousar, pensar e sonhar. Para Freire, são direitos centrais do "bicho gente", incluindo o direito à comunhão, à solidão, ao conflito, à expressão, ao amor e à convivência. Essa perspectiva não apenas reforça a compreensão do abandono como uma forma de violência, mas também destaca a relevância do direito à presença e ao afeto como elementos fundamentais para a dignidade humana.

Coadunando com todo o exposto, a professora e pesquisadora Thurler (2017, n.p.) afirma que "precisamos entender que o não-reconhecimento paterno é um tipo de violência". A ausência de parceria e cuidado é, de fato, uma violência. Isso não deve ser interpretado apenas pelas evidências de agressão física ou pelo histórico de dominação masculina proveniente da cultura patriarcal. Esses acontecimentos não podem ser atribuídos exclusivamente à culpa do sistema patriarcal, que valoriza a superioridade masculina em detrimento da subordinação feminina. Um exemplo marcante foi o depoimento da Rosa, que fez uma tatuagem para cobrir as cicatrizes de violência doméstica, mas durante as rodas de conversa refletiu que, apesar de tentar esconder as marcas físicas, as marcas da violência emocional permanecem visíveis e profundas.

Especificamente em relação à violência doméstica, a fala que mais me impactou profundamente, a ponto de me fazer afastar temporariamente da pesquisa em nome da neutralidade científica, foi a da Girassol-3. Ao pedir mais atenção e afeto para seus filhos, ela foi respondida com ironia pelo companheiro, que dizia: "Você pensa? Tem alguém aí dentro? Pelo que sei, o papel de doméstica é seu. Eu sou o provedor, responsável pelo básico, não por afeto e atenção". Esse exemplo reflete a percepção do psicólogo González Rey (2005), que destaca a importância dos "diálogos formais e informais entre pesquisador/a e participantes, pois fornecem informações cruciais sobre o problema pesquisado" (p. 85). Assim, a neutralidade se torna impossível, já que as histórias entre mulheres e sobre mulheres são inevitavelmente atravessadas por outras mulheres, como afirma Virginia Olesen (2006, p. 239).

Retomamos as constatações da violência no ambiente doméstico-familiar em diálogo com a história de Carolina Maria de Jesus (2014), escritora e mulher preta, pobre, socialmente marginalizada, e mãe solteira de três filhos de relacionamentos distintos: uma menina e dois meninos. Através de suas palavras, percebemos as dificuldades de uma mãe solteira que, sozinha, assume todas as responsabilidades pela criação de seus filhos, sem a presença do genitor. Em seus relatos, Carolina de Jesus (2014, p. 20, 33) descreve as dores de não conseguir alimentar adequadamente seus filhos, como ter água para fazer o café, mas não ter dinheiro para comprar o pão. Muitas vezes, trabalhou apressada e angustiada por ter deixado as crianças sozinhas brincando no quintal.

Por ter optado por não se casar, Carolina de Jesus (2014) não expressava arrependimento por essa decisão, preferindo não se submeter às condições opressivas impostas pelos homens com quem se relacionou ou que observava ao seu redor. Sua escolha em ser mãe solteira estava enraizada na resistência à posição de poder que a cultura patriarcal confere aos homens, uma posição que frequentemente sufoca as mães através da violência, maus-tratos e dominação. Para Carolina de Jesus (2014, p. 16), como mulher preta, submeter-se aos caprichos culturais masculinos jamais fez parte de sua personalidade.

Ao contrário da trajetória de Carolina Maria de Jesus (2014), Girassol-3 optou por viver anos de humilhação ao lado de seu companheiro, apesar de se sentir completamente só. Amargurada e entristecida, era frequentemente rotulada como uma mulher "sempre com raiva e emburrada", carregando o estigma de mãe solteira, assim como sua própria mãe. Na década de 1980, sua mãe cuidou sozinha de duas crianças e enfrentou o forte preconceito histórico-cultural da época, em que uma mulher com filhos era vista como incapaz de trabalhar. Diante de inúmeras dificuldades, teve de passar por um exame médico para comprovar que não estava grávida e que não poderia mais engravidar, devido a uma laqueadura. A Girassol-3 carrega a dor de testemunhar essa luta e afirmou que não queria viver o mesmo tipo de sofrimento que sua mãe enfrentou.

Esse relato triste despertou em nós o desejo de entender melhor as vivências das mulheres da década de 80, os preconceitos enfrentados e as dores que marcaram suas trajetórias. Recorrendo a González Rey (2005, p. 29), compreendemos que, no processo de construção de informações em uma pesquisa, os sujeitos envolvidos se expressam por meio de suas falas, seus gestos, suas

palavras e até por suas expressões faciais, influenciando mutuamente pesquisadores/as e pesquisados/as. Esse mesmo estereótipo histórico-cultural foi expresso pela Girassol-4, que afirmou preferir ser vista como viúva do que ser rotulada como mulher divorciada ou mãe solteira. O relato da Girassol-1 também trouxe à tona esse preconceito: mesmo após ser traída, e embora o pai não procure o filho, ela faz questão de levar a criança para vê-lo, na tentativa de preservar o vínculo afetivo entre pai e filho. Outro aspecto que chama a atenção é o registro de todas as entrevistadas em relação à falta de sensibilidade em eventos escolares, que muitas vezes pressupõem uma estrutura familiar composta por mãe, pai e filhos. Além disso, as festas sociais revelam sutis formas de exclusão, onde outras mães, de maneira “delicada”, se afastam ao se sentar com mulheres que maternam sem a presença do genitor (Tulipa & Girassol-2).

Para além do cansaço vivido por todas as participantes, a Cacto e a Violeta destacam a existência de outros níveis de cansaço e refletem sobre como seria mais fácil se a tarefa de criação fosse de fato compartilhada entre mãe e pai, independentemente das dinâmicas de gênero entre homem e mulher, mãe e pai. Nesse cenário, as palavras de Conceição Evaristo (2020, 07) ressoam profundamente: "Nunca a voz, a dor, as histórias, os olhos molhados das participantes foram tão meus". Embora eu não tenha vivido a experiência de ser uma mãe que materna sozinha, fui atravessada pelas narrativas de cada uma das participantes, suas dores e lutas. Como ressalta a escritora Virginia Olesen (2006, p. 235), em um estudo com enfoque feminista, marcado por uma realidade histórica de injustiças sociais e institucionais, a dialética entre pesquisadora e pesquisadas é múltipla e atravessa tanto as histórias das mulheres quanto a minha própria, à medida que suas experiências se entrelaçam com o processo de pesquisa.

Comprovadamente, as rodas de conversa trouxeram à tona aspectos que extrapolaram a pesquisa inicial, como a resiliência dessas mulheres diante de estruturas sociais adversas e a necessidade de políticas públicas mais robustas e inclusivas que amparem famílias monoparentais. A pesquisa revelou a complexidade da vida das mães que maternam sem a presença afetiva e efetiva do genitor, reforçando a importância de uma abordagem interseccional que leve em conta não apenas o gênero, mas também fatores como a raça, a classe social e a ausência de masculinidades responsáveis e participativas. As participantes evidenciaram que, apesar de se encontrarem em situações desafiadoras, mantêm a esperança de

alcançar uma vida melhor para si e para seus/suas filhos/filhas.

Conclui-se, portanto, que a narrativa dessas mulheres vai além das carências e dificuldades, abrangendo também resistências e sonhos. Este estudo contribui para dar visibilidade às suas lutas, reforçando a urgência de políticas que promovam sua autonomia e garantam o pleno exercício de seus direitos humanos. Além disso, revela a necessidade de repensar as noções de paternidade e maternidade na sociedade contemporânea, especialmente no que diz respeito ao enfrentamento do abandono infantil e à ampliação da compreensão sobre as diversas formas de maternidade — seja mãe solteira, mãe solo, mãe periférica, mãe sozinha, mãe em rede, maternidade negra ou simplesmente mãe, considerando que não há consenso sobre o termo.

Ainda que a norma popular rotule como "mãe solo" todas aquelas que maternam sozinhas, essa concepção midiática não é universal. Esta pesquisa mostrou que, para algumas dessas mulheres, o termo não faz sentido. O romantismo atribuído a essa condição na sociedade contrasta profundamente com as vivências relatadas, marcadas pela sobrecarga extrema e pela responsabilidade integral de criar seus filhos e suas filhas em meio ao abandono paterno. Não houve romantização da experiência de maternar sem o genitor; pelo contrário, o que emergiu foi uma subjetividade permeada de dor, sofrimento, cansaço, humilhação e preconceito. E, ainda assim, ao final de seus relatos, todas as partícipes demonstraram uma felicidade resiliente por terem conseguido exercer a maternidade de forma plena. Essas mães são exemplos vivos de força e transformação!

A importância desta pesquisa se evidencia não só pelos resultados obtidos, que permitem que se compreendam os processos de se tornar "mãe solo", que não são homogêneos, mas se caracterizam pelas especificidades das vivências das mulheres participantes, que, por meio de suas narrativas e dos diálogos com a pesquisadora, constroem uma consciência crítica sobre suas experiências de vida e suas próprias subjetividades, especialmente no contexto de suas relações de gênero, na condição de maternagem aqui abordada.

Entretanto temos consciência dos limites desta pesquisa, no sentido em que os resultados obtidos não são generalizáveis, na medida em que a experiência de se tornar "mãe solo" é marcada pela multiplicidade de experiências de vida. Ressaltamos a importância deste trabalho para a compreensão do assunto estudado, uma vez que ele aponta para a necessidade de novas pesquisas, que possam explorar as múltiplas possibilidades da experiência humana relacionada ao tema pesquisado.

Por fim, devo enfatizar ainda a relevância da realização desta dissertação de mestrado no que tange à minha formação. Como pesquisadora, educadora, pessoa e cidadã, dedico-me a uma práxis voltada para a educação em e para os direitos humanos, o respeito à diversidade e à equidade de gêneros, raças, etnias e religiões.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Traduzido e revisado por Alfredo Bossi e Ivone Castilho Benedetti. 5^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Disponível em: <https://marcosfabionuva.com/wp-content/uploads/2012/04/nicola-abbagnano-dicionario-de-filosofia.pdf>. Acesso em: 29 de ago. de 2024.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. 2023. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/mae-solo>. Acesso: 17 de jul. de 2023.
- ACUÑA, Estefanía Flores. (2017). Nuevos modelos de familia y léxico español actual. In: **Tonos digital**: revista de estudos filológicos, n. 32, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317782338_NUEVOS_MODELOS_DE_FAMILY_Y_LEXICO_ESPANOL_ACTUAL. Acesso em: 23 de out. de 2022.
- ALBUQUERQUE, Naiara. ‘Falar de gênero não é só falar de mulheres’. In: **Capitu**, 2019. Disponível em: <https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/falar-de-genero-nao-e-so-falar-de-mulheres-affirma-pesquisador-de-masculinidades/> Caio César dos Santos – Acesso em: 13 de ago. 2024.
- ALMEIDA, Lindijane de Souza *et al* (orgs.). **Contribuições do Campo de Públicas: um olhar sobre a democracia no século XXI e os desafios para a gestão pública**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2020.
- ALVES, J. A. Lindgren. **Os direitos humanos como tema global**. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- AMADOR DE DEUS, Zélia. 2019. II COPENE NORDESTE - Congresso de Pesquisadores/as Negros/as. Epistemologias Negras e Lutas Antirracistas, 2019. Disponível em: <https://www.copenenordeste2019.abpn.org.br/>. Acesso: 19 de out. de 2023.
- ARAUJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. In: **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 41-52, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652005000200004&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 14 de fev. 2024.
- ARAÚJO, Daniela Galvão & BEZERRA, Beatriz Mendes. O estado civil da pessoa na união estável. In: **JUS.com.br**, 2021. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/93596/o-estado-civil-da-pessoa-na-uniao-estavel>. Acesso em: 23 de ago. de 2023.
- ARAÚJO, M. F. **Casamento e sexualidade. A revisão dos mitos na perspectiva de gênero**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999. p. 46-47.
- ARAÚJO, Rodrigo. Campanha do ‘Laço Branco’ mobiliza os homens pelo fim da violência contra a mulher. In: **Tribunal de Justiça do Piauí. Coordenadoria da**

Mulher. 2023. Disponível em: <https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/tjpi/noticias-tjpi/campanha-laco-branco-mobiliza-os-homens-pelo-fim-da-violencia-contra-a-mulher/2023>. Acesso em: 14 de ago. 2024.

ARRAIS, Rebecca Holanda; GOMES, Isabel Cristina; CAMPOS, Elisa Maria Parahyba A. Monoparentalidade por opção e seus aspectos psicossociais: estudo de revisão integrativa. In: **Revista da SPAGESP**, v. 20, n. 1, Ribeirão Preto, jan./jun. 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702019000100004. Acesso em: jul.de 2023.

AZEREDO, S. Psicanálise da maternidade: uma crítica de Freud a partir da mulher. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 79, p. 81-84. Disponível: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1022/1029>. Acesso em: 12 de ago. 2024.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: **Mulheres e violências: interseccionalidades**. STEVENS, Cristina *et al* (orgs.). Brasília, DF: Technopolitik, 2017. p. 14-35.

BANDEIRA, Lourdes. **Memorial**. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), mimeio, 2005.

BANDEIRA, Maria Lourdes. **Violência de gênero**: a construção de um campo teórico e de investigação. In.: Revista Sociedade e Estado – v. 29, Número 2 maio/agosto, 2014.

BANDEIRA, Maria Lourdes. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In.: **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. (Org.) HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, p. 293-313, 2019.

BASSIT, Letícia. **Mãe ou eu também não gozei**. 2^a ed. São Paulo: Claraboia, 2022.

BASTOS, Nadir Helena de. **Sendo mãe solteira**. Florianópolis: UFSC, 1989.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. Traduzido por Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. Traduzido por Sérgio Milliet. 2 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BELLI, Mayara. Mãe solteira: desafios e conceitos. In: **Famivita**, 2023. Disponível em: <https://www.famivita.com.br/conteudo/mae-solteira/>. Acesso em: 14 de jul. 2023.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BONAVIDES, Paulo. O direito à paz. In: **Folha de São Paulo - Opinião**, 2006. Disponível em: [#](https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0312200609.htm)

:~:text=O% 20 DIREITO %20 %C3%A0%20paz%20%C3%A9,sombra%20do%20modelo%20daquele%20fil%C3%B3sofo. Acesso em: 19 jul. 2023.

Bonavides, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 35^a edição, atualizada. Salvador: JusPODIVM; São Paulo: Malheiros, 2020.

BORGES, Thaís Vitória. Pensamentos Internacionalistas – Teoria Feminista: Sara Ruddick. In: **Internacional da Amazônia**, 2023. Disponível em: <https://internacionaldaamazonia.com/2023/06/20/pensamentos-internacionalistas-sara-ruddick/>. Acesso em: 02 out. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Traduzido por Maria Helena Kühner. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 01 jul. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006** (Lei Maria da Penha). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 01 jul. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 13.104, de 9 de março de 2015** (Lei do Feminicídio). Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 12 de out. De 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf>. Acesso em 20 de jan. de 2023.

BRITZMAN, Deborah P. **Is there a problem with knowing thyself?** Self and subject in qualitative research. *Qualitative Studies in Education*, v. 8, n. 3, p. 365-383, 1995.

BUTLER, J. **Gender trouble**: feminism and the subversion of identity. London: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e a teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Traduzido por Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. Traduzido por Fernanda Siqueira Miguens; 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARBONARI, Paulo C. Sujeito de direitos humanos: questões abertas em construção. In: SILVEIRA, Rosa G. et al. **Educação em Direitos Humanos**: fundamentos teóricos - metodológicos. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2010.

CARVALHO, Clarissa. Mãe solteira ou mãe solo? Descubra as implicações de cada termo e conheça histórias dessa realidade In: **Oitomeia**, 2020. Disponível em: <https://www.oitomeia.com.br/noticias/2020/10/25/mae-solteira-ou-mae-solo-descubra-as-implicacoes-de-cada-termo-e-conheca-historias-dessa-realidade/>. Acesso em: 10 de out. de 2022.

CHAKIAN, Silvia. **A construção dos direitos das mulheres**: histórico, limites e diretrizes para uma proteção penal eficiente. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

Azeredo, S. (1987/1991). **Psicanálise da maternidade**: uma crítica de Freud a partir da mulher [Resenha do livro Psicanálise da maternidade: uma crítica de Freud a partir da mulher, de N. Chodorow]. *Cadernos de Pesquisa*, (79), 81-84. Disponível: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1022/1029>. Acesso em 12 de ago. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Traduzido por Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONNELL, Robert W. Masculinities. 2 ed. California, Los Angeles: 1995, 2005. In.: **Publication Data**. Disponível em: [raewyn+connell+masculinidades+pdf&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholart](https://scholar.google.com.br/scholar?q=raewyn+connell+masculinidades&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholart). Acesso em: 15 de ago. 2024.

CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. In: **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: https://rfp.sesc.com.br/moodle/pluginfile.php/7550/mod_resource/content/1/Connell_Politicas%20de%20Masculinidade.pdf. Acesso em: 16 de ago. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Recomendação geral n. 35 sobre violência de gênero contra as mulheres do comitê para eliminação de todas as

formas de discriminação contra a mulher (CEDAW). Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/769f84bb4f9230f283050b7673aeb063.pdf>. Acesso em: 25 de ago. de 2024.

COSTA, Ana Alice Alcântara; PISCITELLI, Adriana; MELO, Hildete Pereira de; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lúcia (Orgs.). Olhares Feministas. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2009.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa:** escolhendo entre cinco abordagens. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CRESWELL, John W. Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions. Thousand Oaks: Sage Publications, 1997.

CUNHA, Vivian. **Mãe solo, sim! Empodere-se com seu pouso perfeito.** Rio de Janeiro: Telha, 2022.

DAMASCENO, Rodrigo. Mãe solteira ou mãe solo? Descubra as implicações de cada termo e conheça histórias dessa realidade. In: **Oitomeia**, 2020. Disponível em: <https://www.oitomeia.com.br/noticias/2020/10/25/mae-solteira-ou-mae-solo-descubra-as-implicacoes-de-cada-termo-e-conheca-historias-dessa-realidade/>. Acesso em: 10 de out. de 2022.

DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies.** Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo/SP. Editora: Edipro, 2018.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789. Universidade de São Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, 2015. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>. Acesso em: 01 fev. 2023.

DEL PRIORE, M. **História de amor no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2011.

DEL PRIORE, Mary & AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos homens no Brasil.** 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras:** uma breve história das mulheres no Brasil: 1500-2000. São Paulo: Planeta, 2020.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

DEMO, Pedro. **Direitos humanos iguais e diversos,** 2022. Disponível em:

<http://www.superacessoinfo.com.br/supervisualizador/visualizador.aspx?idanalisesubcanal=18247567&idemail=8922>. Acesso em: 26 de jun. 2023.

DENZIN, Norman K. & LINCOLN, Yvonna S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K. & LINCOLN, Yvonna S. (orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Trad. Sandra Regina Netz. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias** [livro eletrônico], 4º ed. em e-book, baseada na 11º ed. impressa. São Paulo: RT, 2016, p. 198.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil.** 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 223-240.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro:** Direito de Família. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DINIZ, Aline. “Mãe solo: “Maternidade não é sobre estado civil. Filhos nos tornam mães; companheiros, não”, diz Thaiz Leão. In: **Revista Crescer**. 23 de maio de 2019. Disponível online via: <https://revistacrescer.globo.com/Voce-precisa-saber/noticia/2019/05/mae-solo-maternidade-nao-e-sobre-estado-civil-filhos-nos-tornam-maes-companheiros-nao-diz-thaiz-leao.html>. Acesso em 10 de out. de 2023.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. **A rosa do povo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura: Discurso e História. In: **Revista Estudos Avançados da USP**, v. 17, n. 49, setembro/dezembro 2003. p. 151-172. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9950>. Acesso em: 10 de nov. de 2023.

DUNAEVA, Cristina & SANTOS, Suzy dos. De mãos dadas: uma reflexão sobre orientações na pesquisa em comunicação / Elen Geraldes ... [et al.], organizadores. – . In: Maternidade invisível – por: OLIVEIRA, Gisele Pimenta de. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, 2018.

EAD CAJUEIRO, 2020. Centro de formação, Assessoria e pesquisa em juventude: Cajueiro, Curso de metodologia em rodas de conversa, 2020.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. Traduzido por Ruy Jungman. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3935372/mod_resource/content/1/ELIAS%20C%20N.%20O%20processo%20civilizador%20I.pdf (p. 70-73). Acesso em: 12 de jul. de 2024.

ENCICLOPÉDIA DE SIGNIFICADOS. 2024. Disponível em: <https://www.significados.com.br/flor/#:~:text=As%20flores%20est%C3%A3o%20repletas%20de,para%20transmitir%20algum%20significado%20espec%C3%ADfico.>

Acesso em, 26 de jun. 2024.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 4 ed. Rio de Janeiro: Malê, 2020.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Traduzido por Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FERNANDES, Flávia Daiane Rocha. Mãe solteira, vacilada ou opção? In: **Casa da Doula**: apoio ao gestar, parir e nutrir. 2019. Disponível em: <https://blog.casadadoula.com.br/gravidez/mae-solteira-vacilada-ou-opcao/>. Acesso: 26 de ago. 2023.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda & M., J. E. M., Editores, LTDA. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2ª Ed, 15ª reimpressão. Rio de Janeiro/RJ: Nova Fronteira S. A., 1986.

FINAMORI, Deise Sabrina. “Mães solos”: parentalidades, conjugalidades e noções de família. In: **43º Encontro Anual da ANPOCS**. 2019. Disponível em <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st34-4/11829-maes-solos-parentalidades-conjugalidades-e-nocoes-de-familia/file>. Acesso em: 29 de ago. de 2022.

FINAMORI, Sabrina & BATISTA, Maria Alice Magalhães. Categorias Empíricas e Analíticas: Mães-Solo e Monoparentalidade Feminina. In: **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 23, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/7488/748877266009/html/>. Acesso em 29 de ago. de 2022.

FONTENELE, Luana. Mãe solteira ou mãe solo? Descubra as implicações de cada termo e conheça histórias dessa realidade. In: **Oitomeia**, 2020. Disponível em <https://www.oitomeia.com.br/noticias-mae-solo/2020>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de segurança pública**. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/> Acesso em: 02 de ago. de 2022.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Brasil possui mais de 11 milhões de mães solo, aponta estudo (período de 2012 a 2022)**. Disponível em: https://www.terra.com.br/nos/brasil-possui-mais-de-11-milhoes-de-maes-solo-aponta-estudo,67095da2f71938c73bca67a2b4a2862bnher8h3u.html?utm_source=clipboard, 2023. Acesso em: 20 de mai. de 2023.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a prática da liberdade e outros escritos**. 5ª ed. Coleção: o mundo, hoje, v.10. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. **Direitos Humanos e educação libertadora:** gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo. FREIRE, Ana Maria Araújo e MENDONÇA, Erasto Fortes (Orgs.). 1ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GARCIA, Gustavo. Senado aprova projeto que cria Lei dos Direitos da Mãe Solo. In: **G1**, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/mae-solo>. Acesso em: 11 de set. 2023.

GIDDENS, A. **A transformação da Intimidade.** São Paulo: UNESP, 1993.

GIDDENS, A. **Sociologia.** Traduzido por Sandra Regina Netz. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GONZÁLES REY, Fernando Luis. **Pesquisa qualitativa em psicologia:** caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005

GONZÁLES REY, Fernando Luis. **Pesquisa qualitativa e subjetividade:** os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2010.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. CODEPLAN - Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2022.** Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/acesse-aqui-a-ultima-pdad/2022>. Acesso em: 26 de ago. de 2024.

GRINNELL, Richard M. **Social work research and evaluation:** quantitative and qualitative approaches. 5. ed. Itasca: F. E. Peacock, 1997.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – sentidos e formas de uso.** Portugal: Principia, 2014.

GUNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? In: **Psic.: Teor. e Pesq.**, v. 22, n. 2, p. 3-5, ago./2006. Disponível em <https://www.sanarsaude.com/portal/carreiras/artigos-noticias/enfoque-quantitativo-e-qualitativo-na-pesquisa-cientifica>. Acesso em: 14 de out. 2023.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOOKS, Bell. **O feminino é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. Traduzido por Bhumi Libânia. 8 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista:** da margem ao centro. Traduzido por Rainer Patriota. 4 ed. São Paulo: Perspectiva (Palavras Negras), 2021.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produto**

Interno Bruto dos Municípios (período de 2010-2015). Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://loja.ibge.gov.br/contas-nacionais/produto-interno-bruto-dos-municípios-2010-2015.html>. Acesso em: 19 fev. 2024.

INSTITUTO DE LONGEVIDADE MAG. Masculinidade tóxica é uma das causas que levam homens a viver menos. In: **Saúde Mental**, ago.de 2023. Disponível em: <https://institutodelongevidademag.org/longevidade-e-saude/saude-mental/master-masculinidade-toxica>. Acesso em: 08 de ago. de 2023.

JAPIASSÚ, Hilton & MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 4^a. Ed., atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014.

KEHL, M. R. **Deslocamento do feminino**. Rio de Janeiro: Imago, 2007.

KEHL, M. R. Em defesa da família tentacular. In.: **Fronteiras do pensamento**, 2013. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/leia/exibir/maria-rita-kehl-em-defesa-da-familia-tentacular>. Acesso em: 20 de out. de 2023.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: EPU; EDUSP, 2002.

KIMMEL, M. **A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas**. Horizontes antropológicos, 1998.

KELLY, Joan. Did women have a Renaissance? Becoming Visible: Women. In: **European History**. Boston: Houghton Mifflin, 1979. p. 175-201.

KELLY, Joan. "The Doubled Vision of Feminist Theory". Chicago, 1984, p. 51-64. In: LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Traduzido por Luiza Sellera. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.

LAGENEST, J. P. Barruel de. **Mãe solteira! E daí?** São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia de gênero**. Indiana University Press: 1987. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5673685/mod_resource/contente/4/DE%20 LAURETIS%2C%20Teresa.%20A%20Tecnologia%20do%20G%C3%AAnero%20%281987%29.pdf. Acesso em: 01 fev. 2023.

LEÃO, Lucia. Memória e Método: complexidades da pesquisa acadêmica em processos de criação. In: **International Meeting of Art and Technology**, 2014. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/779/o/lucia_leao.pdf. Acesso em: 19 fev. 2024.

LEÃO, Thaiz. **Chora Lombar**. Maternidade na real. São Paulo: Gato Preto, 2016.

LEITE, Janaina. In.: BASSIT, Letícia. **Mãe ou eu também não gozei**. 2^a Ed. São

Paulo: Claraboia, 2022.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado:** história da opressão das mulheres pelos homens. Traduzido por Luiza Sellera. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.

LERNER, Gerda. **A criação da consciência feminista:** a luta de 1.200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal. Traduzido por Luiza Sellera. São Paulo: Editora Cultrix, 2022.

LIMA, Daniel Costa; BÜCHELE, Fátima; CLÍMACO, Danilo de Assis. Homens, gênero e violência contra a mulher. In: **Saúde e sociedade**, v. 17, p. 69-81, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/8cXqsYThdjHpPZm3PBtWCQC/>. Acesso em: 20 de ago. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 16 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 9^a reimpressão, 2021.

MARCONI, M.A. & LAKATOS. **Fundamentos de metodologia científica.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARQUES, Marília. DF tem o maior índice de mães-solo entre famílias com filhos no Brasil. In: **G1**, 2017. Disponível em <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/df-tem-o-maior- indice-de-maes-solo-entre-familias-com-filhos-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 29 de jul. de 2022.

MATOS, Maria Izilda. História das mulheres e gênero: uso e perspectiva. In. MELO, Hildete Pereira de et al (Orgs.). **Olhares feministas**. Brasília: Ministério da Educação: Unesco (Coleção Educação para Todos; v.10), 2009.

MIGUEL, Luis Felipe. Carole Pateman e a crítica feminista do contrato. In.: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n° 93, fev. 2017. p. 1-17. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/Z8RkRcXTyxwPPMzwQCBKmrx/> 2017. Acesso em: 20 de set. de 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Hucitec, 1993.

MINAYO, M. C. de S. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília, DF, 2002. p. 9-42.

MINISTÉRIO DA MULHER. **Campanha Feminicídio Zero:** nenhuma violência contra a mulher será tolerada, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/agosto/ministerio-das-mulheres-lanca-mobilizacao-pelo-feminicidio-zero>. Acesso em: 26 de ago. de 2024.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Traduzido por Pedrinho A. Guareschi. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOURA, Maria Lacerda de. **Amai e... não vos multipliqueis.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.

MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses – conversa sobre a origem e a cultura brasileira.** São Paulo: Angra, 2002.

NUNES, Brasilmar Ferreira & WELLER, Vivian. A juventude no contexto social contemporâneo. In: **Estudos de Sociologia**, v. 9, n. 2, p. 43-57. Recife, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/QvVNyVqj9yddSQvkcnxTMhM/>. Acesso em: 02 de set. de 2024.

OLESEN, Virginia L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DENZIN, Norman K. & LINCOLN, Yvonna S. (orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Traduzido por Sandra Regina Netz. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Elogio da diferença - O feminino emergente.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

OLIVEIRA, Ronisson de Souza de. Mães solteiras e a ausência do pai: questão histórica e novos dilemas. In: **Revista Elaborar**, v. 2, ano 3, n.1, 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revistaelaborar/article/view/805>. Acesso em: 20 de out. de 2023.

ONU MULHERES BRASIL. **ONU Mulheres - reforça a importância do ensino da igualdade de gênero pela prevenção da violência contra as mulheres e meninas.** 2017. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/na-volta-as-aulas-onu-mulheres-reforca-a-importancia-do-ensino-da-igualdade-de-genero-pela-prevencao-da-violencia-contra-as-mulheres-e-meninas/#:~:text=ONU%20Mulheres>. Acesso em: 25 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 8 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Estudo aprofundado do Secretário-Geral sobre todas as formas de violência contra as mulheres.** New York, 2006. Disponível em: <<http://daccess-ods.un.org/TMP/8874883.html>> Acesso em: 25 ago. 2024.

OUTLIER, Daniel. Fuja de mãe solteira. In: **TIK TOK**, 2021. Disponível em: https://www.tiktok.com/@daniel.outlier/video/7294324844269751558?_r=1&_t=ZM-8tcCTszSoWE. Acesso em: 10 de ago. 2021.

PATEMAN, 1989 PATEMAN, C. **O contrato sexual.** São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra 1983. A primeira edição é da Polity Press, em colaboração com Blackwell Publishers, em 1989, The Sexual **Contract**.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de Professores: Didática e Prática Reflexiva, 2002. In.: **Revista Poésis**, v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 2005/2006. Disponível em:

<https://inbio.ufms.br/files/2022/03/texto-2-referencia-2-disciplinas-estagio.pdf>. Acesso em: 25 de jun. 2024.

PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. Tornar-se humano e os direitos humanos. In.: PULINO, L. H. C. Z. et. al. (Orgs.). **Educação em e para os direitos humanos**. Brasília: Paralelo, 2016. p. 125-160.

QUINTINO, Eudes. **Tributo à mãe solteira**. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/220230/tributo-a-mae-solteira>. 2023. Acesso em: 10 de mai. de 2023.

RAMOS, Eduarda Gonçalves. **Família monoparental como entidade familiar**. 2021. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/88058/familia-monoparental-como-entidade-familiar#google_vignette. Acesso em 20 de set. de 2023.

RIBEIRO, C. S. **Depressão pós-parto e relação mãe-filho**. São Paulo: Sociedade Paulista de Psiquiatria Clínica, 2002. Disponível em: <https://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Percepcao-dos-enfermeiros-quanto-aos-fatores-de-risco-para-vinculo-mae-bebe-prejudicado.pdf>. Acesso em: 21 de out. de 2023.

RODRIGUES, Vitória. Poesia amor e afeto. In: **poesia#amor#afeto#vitoriarodrigues**. Disponível em: @vitoriarodrigues. Acesso em: 09 de jun. de 2024.

RUDDICK, 1989 BORGES, Thaís Vitória. Pensamentos Internationalistas – Teoria Feminista: Sara Ruddick (1989). In: **Internacional da Amazônia, 2023**. Disponível em: <https://internacionaldaamazonia.com/2023/06/20/pensamentos-internationalistas-sara-ruddick/>. Acesso em: 02 out. 2024.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Editora Quatro Artes, 1969.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Prefácio de Antônio Cândido de Mello e Souza. Petrópolis, vozes, 1976.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

SAMPIERI, Roberto Hernández, COLLADO, Carlos Fernández & LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodología de pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTAMARINA, Cristina e MARINAS, José Miguel. Historias de vida e historia oral. In: DELGADO, M. e FERNÁNDEZ, Juan Gutiérres. **Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales**. Madrid: Síntesis, 1995. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/443910150/Santamarina-y- Marinas-Historias-de-vida-e-historia-oral>. Acesso em: 15 de jan. de 2024.

SANTOS DO NASCIMENTO, Izete. **O Pedagogo-Orientador Educacional no Acolhimento e Acompanhamento de Adolescentes em Medida**

Socioeducativa. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde). Brasília: UnB, 2017.

SCAVONE,L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. In: **Revista Interface**, v. 5, n. 8, 2001. p. 47-60.

SCHOONMAKER, Mary Ellen. **Creating a Baby**. [The Bergen Record], 1982.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Traduzido por Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1995. p. 9-39.

SIGNIFICADOS DE PALAVRAS. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 2011.

Disponível em:

<https://www.significados.com.br/flor/#:~:text=As%20flores%20est%C3%A3o%20repletas%20de,para%20transmitir%20algum%20significado%20espec%C3%ADfico.> em: 26 de jun. 2024.

SILVEIRA, Maria Helena Vargas da. **Meu nome pessoa:** três momentos de poesia. Porto Alegre/RS.: Editora Mercado aberto, 1989.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; Sousa, Nair Heloisa Bicalho de et al (Orgs.). **Educando para os direitos humanos:** pautas pedagógicas para a cidadania na universidade. Porto Alegre: Síntese, 2004.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. **Direito como liberdade: o direito achado na rua.** Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2011.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo. Algumas questões relevantes para a compreensão dos direitos humanos: problemas históricos, conceituais e de aplicação. In.: PULINO, L. H. C. Z, et. al (Orgs.). **Educação em e para os direitos humanos.** Brasília: Paralelo 15, 2016, p.31-71.

SOUZA, Gustavo. Desafios da mãe solteira no Brasil: enfrentando os desafios e superando as adversidades – a jornada das mães solteiras no Brasil. In: **Ninhos do Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.ninhosdabrasil.com.br/mae-solo-desafios>. Acesso em 10 de out. de 2023.

STOLLER, R. J. Masculinidade e feminilidade: apresentação de gênero. In.: **Estudos de Psicanálise**, n. 49, Belo Horizonte, jan./jun., 2018. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. Disponível em:
[https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372018000100003#:~:text=Stoller%20\(%5B1968%5D%201984\),senso%20de%20masculinidade%20ou%20feminilidade](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372018000100003#:~:text=Stoller%20(%5B1968%5D%201984),senso%20de%20masculinidade%20ou%20feminilidade). Acesso em: 20 de out. de 2024.

THOMPSON, Sharon (Eds.). **Powers of Desire: The Politics of Sexuality.** New York: Monthly Review Press, 1983. p. 51-64.

THURLER, Ana Liési. **Em nome da mãe:** o não reconhecimento paterno no Brasil. Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 2017.

- VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- VILLAR, Mauro de Salles (Org.). **Dicionário Houiss Conciso**. 1 Ed., São Paulo: Moderna, 2011.
- VIANA, Aparecida. **Família Monoparental**: aspectos jurídicos e sociais. São Paulo: Editora Jurídica, 1998.
- VITALE, M. A. F. Famílias monoparentais: indagações. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 71, p.51-70, 2002.
- WARAT, Luis Alberto. Direitos Humanos: subjetividade e práticas pedagógicas. In: SOUSA JR, J. G. de, SOUZA, N. H. B. de et al (Orgs.). **Educando para os Direitos Humanos**: pautas pedagógicas para a Cidadania na Universidade. Brasília: Síntese, 2004.
- WARSCHAUER, Cecília. **Rodas em rede**: oportunidades formativas na escola e fora dela. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2001.
- WARSCHAUER, Cecília. **A roda e o registro**: uma parceria entre professor, aluno e conhecimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- WARSCHAUER, Cecília. Rodas e narrativas: caminhos para a autoria de pensamento, para a inclusão e a formação. In: **Roda & Registro**: desenvolvimento pessoal e profissional, 2017. Disponível em:
http://www.rodaeregistro.com.br/pdf/textos_publicados_3_rodas_e_narrativas_caminhos_para_a_autoria.pdf. Acesso em: 13. out. 2023.
- WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. In: **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 25, n. 2, p. 205-224, ago. 2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/se/a/pYGppjZyvTjJH9P89rMKHMv/>. Acesso em: 02 de set. de 2024.
- WELLER, Wivian. **Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens**: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 241-260, maio/ago. 2004. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ep/a/7c6QvcWJc6pX6xwgxYVLFKv/>. Acesso em: 29 fev. 2024.
- YIÍ, Jéssica. Do lado de cá... In: BRIGGS, Thainá (Org.). **Mães pretas**: maternidade solo e dororidade. 2 ed. São Paulo: Editora Conejo, 2021. p. 81-86.
- YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (Org.). **Resiliência e Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 13-42. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/330262826_RESILIENCIA_NOCAO_CO_NCEITOS_AFINS_E_CONSIDERACOES_CRITICAS. Acesso em: 23 de set. de 2024.
- ZAPIAIN, Juan Luis. **La madre soltera**: un estudio psicosocial. Bilbao: Desclée de Brouwer, 1996.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2009.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G (Org.) & FERRARI, A. J. “Domesticar o acontecimento: matáforas e metonímias do trabalho doméstico no Brasil”. In: **Mulheres em discurso**: identificações de gênero e práticas de resistência, v. 2. Campinas, SP: Pontes editores, 2017.

ANEXO

Anexo A – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Mães Solo?

As experiências subjetivas de mulheres na criação monoparental de filhos considerando as masculinidades hegemônicas

Pesquisador: ISABEL SANTOS DO NASCIMENTO FORMIGA

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 77132223.2.0000.5540

Instituição Proponente: Centro de estudos avançados multidisciplinar

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.845.892

Apresentação do Projeto:

Inalterado em relação ao parecer consubstanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 09 de abril de 2024.

Objetivo da Pesquisa:

Inalterado em relação ao parecer consubstanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 09 abril de 2024.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Inalterado em relação ao parecer consubstanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 09 de abril de 2024.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Inalterado em relação ao parecer consubstanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 09 de abril de 2024.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os documentos e esclarecimentos solicitados foram apresentados.

Recomendações:

Inalterado em relação ao parecer consubstanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 09 de abril de 2024.

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de	
Bairro: ASA NORTE	CEP: 70.910-900
UF: DF	Município: BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592	E-mail: cep_chs@unb.br

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB**



Continuação do Parecer: 6.845.892

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As solicitações feitas no parecer emitido em 09 de abril de 2024 foram adequadamente atendidas. Sou portanto, de parecer favorável à aprovação do projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJECTO_2240750.pdf	20/04/2024 00:05:53		Aceito
Outros	CartaResposta_Modificado.pdf	19/04/2024 23:59:23	ISABEL SANTOS DO NASCIMENTO FORMIGA	Aceito
Outros	TermoRepostaPendencias.pdf	19/04/2024 23:52:02	ISABEL SANTOS DO NASCIMENTO FORMIGA	Aceito
Outros	TermolagemSom.pdf	19/04/2024 23:49:35	ISABEL SANTOS DO NASCIMENTO FORMIGA	Aceito
Outros	TCLE_Alterado.pdf	19/04/2024 23:47:10	ISABEL SANTOS DO NASCIMENTO FORMIGA	Aceito
Outros	LattesOrientador.pdf	28/03/2024 15:28:56	ISABEL SANTOS DO NASCIMENTO FORMIGA	Aceito
Outros	CurriculoLattesCoorientadora.pdf	25/01/2024 10:20:07	ISABEL SANTOS DO NASCIMENTO FORMIGA	Aceito
Outros	CurriculoLattesPesquisadora.pdf	25/01/2024 10:18:04	ISABEL SANTOS DO NASCIMENTO FORMIGA	Aceito
Outros	CartaRevisaoEtica_Modificado.pdf	20/01/2024 16:24:52	ISABEL SANTOS DO NASCIMENTO FORMIGA	Aceito
Outros	ColetaDados_Modificado.pdf	17/01/2024 19:15:09	ISABEL SANTOS DO NASCIMENTO FORMIGA	Aceito
Outros	CartaEncaminhamento_Modificado.pdf	17/01/2024 19:13:36	ISABEL SANTOS DO NASCIMENTO FORMIGA	Aceito
Outros	CartaAceite_Modificado.pdf	17/01/2024 19:09:53	ISABEL SANTOS DO NASCIMENTO FORMIGA	Aceito

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de	
Bairro: ASA NORTE	CEP: 70.910-900
UF: DF	Município: BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592	E-mail: cep_chs@unb.br

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB**



Continuação do Parecer: 6.845.892

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Modificado.pdf	17/01/2024 19:07:26	ISABEL SANTOS DO NASCIMENTO FORMIGA	Aceito
Cronograma	Cronograma_Modificado.pdf	17/01/2024 19:05:39	ISABEL SANTOS DO NASCIMENTO FORMIGA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRosto.pdf	23/12/2023 19:30:07	ISABEL SANTOS DO NASCIMENTO FORMIGA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhado.pdf	23/12/2023 19:26:45	ISABEL SANTOS DO NASCIMENTO FORMIGA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclaracaoPesquisadores.pdf	08/11/2023 19:43:56	ISABEL SANTOS DO NASCIMENTO FORMIGA	Aceito
Declaração de Manuseio Material Biológico / Biorepositório / Biobanco	DeclaracaoManuseio.pdf	08/11/2023 19:43:08	ISABEL SANTOS DO NASCIMENTO FORMIGA	Aceito
Declaração de concordância	TermoConcordancia.pdf	08/11/2023 19:41:57	ISABEL SANTOS DO NASCIMENTO FORMIGA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 23 de Maio de 2024

Assinado por:
André Ribeiro da Silva
(Coordenador(a))

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de	
Bairro: ASA NORTE	CEP: 70.910-900
UF: DF	Município: BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592	E-mail: cep_chs@unb.br



APÊNDICES

APÊNDICE A - Cronograma estimado

Etapas/Semestres	Início	Término
Disciplinas obrigatórias	25/10/2022	12/12/2023
Levantamento bibliográfico	28/03/2023	25/07/2023
Participação em congressos, grupos de estudos e oficinas	26/07/2023	28/07/2023
Preparando o projeto	05/07/2023	24/10/2023
Exame de qualificação	28/11/2023	28/11/2023
Submissão do projeto e documentações ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	09/11/2023	09/11/2023
Realização de pesquisa de campo: coleta de dados – rodas de conversa e entrevistas (APÓS A APROVAÇÃO DO CEP/CHS)	09/12/2023	06/01/2024
Transcrição das rodas de conversa e entrevistas	07/01/2024	07/03/2024
Análise e interpretação de dados	08/03/2024	08/05/2024
Elaboração/escrita da dissertação	10/05/2024	10/07/2024
Revisão final da dissertação	15/07/2024	15/08/2024
Defesa final	18/09/2024	18/09/2024
Correção das exigências da banca pós-defesa	19/09/2024	30/09/2024
Elaboração e entrega de relatório final ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	01/10/2024	01/10/2024

OBS.: Cronograma sujeito a alterações.



APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título: **Mães Solo?: as experiências subjetivas de mulheres na criação monoparental de filhas e filhos**

Instituição Pesquisadora: Universidade de Brasília - UnB

Orientadora responsável: Profa. Dra. Lúcia Helena Cavasin Zabotto

Coorientadora: Profa. Dra. Elen Cristina Geraldes

Pesquisadora: Isabel Santos do Nascimento Formiga

Prezada participante,

Você está sendo convidada para participar da pesquisa: As experiências subjetivas de mulheres na criação monoparental de filhos e filhas, considerando as masculinidades hegemônicas no contexto de Mães solo?

A instituição responsável pela pesquisa é a Universidade de Brasília através do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania. A entrevistadora é a mestrandona Isabel Santos do Nascimento Formiga, sob orientação da Profa. Dra. Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino e Coorientação da Profa. Dra. Elen Cristina Geraldes.

Você foi convidada por estar incluída em múltiplas referências envolvidas nos processos de subjetivação existentes nos elos familiares e sociais a partir da vivência das mães solo, que podem influir negativamente nesses vínculos, provocados pelas relações de gênero existentes na sociedade, construídos culturalmente nos diferentes circunstâncias.

Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder às perguntas, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Você tem o direito de recusar ou retirar a sua participação a qualquer momento, sem nenhum prejuízo, com a pesquisadora ou com a instituição. Este estudo tem como *objetivo principal* compreender as experiências subjetivas de

mulheres na criação monoparental de filhos e filhas e suas relações com os genitores, considerando as masculinidades hegemônicas na perspectiva dos direitos humanos e da cidadania.

Esta pesquisa será realizada com quatro (4) mulheres, na faixa etária entre 20 e 50 anos, atendidas pelos projetos sociais desenvolvidos pelo *Instituto Josefina Serra*, na cidade Estrutural, região periférica do Distrito Federal/DF. As mulheres serão escolhidas de forma voluntária, dentre aquelas que declaradamente criem seus filhos sozinhas. Será necessária a autorização de uso de sua imagem e som de voz, na qualidade de participante.

Procedimentos: a coleta de dados começará no 1º semestre de 2024, após a aprovação no Conselho de Ética em Pesquisa (CEP). A participação das mães que criam filhos e filhas sem a presença do genitor consistirá, em um primeiro momento, em duas *rodas de conversa* de aproximadamente 90 minutos e, em um segundo momento, em responder perguntas de um roteiro de entrevista semiestruturada à pesquisadora. A *entrevista* será realizada em um local reservado e da forma mais confortável possível, de maneira ética, respeitosa, sensível, humana, no sentido de não emitir comentários preconceituosos, sexistas, machistas, homofóbicos, misóginos, etaristas, capacitistas, entre outros fatores, em um total de quatro (4) mulheres, independente de raça, cor, religião, grau educacional ou socioeconômico. O registro será por meio de gravações em áudio e serão transcritas, interpretadas, analisadas, descritas e armazenadas, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora, a sua orientadora e coorientadora.

Benefícios: os benefícios esperados, com a participação de mulheres na criação monoparental, nesse projeto de pesquisa, são: oferecer a oportunidade de compartilhar as suas histórias e experiências de vida nessa criação; trocar afetos no grupo (realização das rodas de conversa); ouvir umas às outras de maneira respeitosa e compreensiva etc. Ou seja, espera-se que as pesquisadas percebam que cada uma tem uma experiência que é única, mas que, ao mesmo tempo, é coletiva. Acredita-se que os diálogos possam ainda elevar a sua autoestima por estarem sendo ouvidas e alertadas quanto a direitos civis, sociais, culturais e de qualidade de vida em sociedade. Além disso, o benefício (direto ou indireto) relacionado com a sua colaboração nessa pesquisa é o de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária no que concerne aos vínculos

afetivos nas relações de gênero e às experiências vividas por mães solo, como ser único, dotado de direitos, vislumbrando a emancipação humana e o exercício da cidadania plena.

Riscos: a pesquisa não oferece risco aparente à saúde física e psíquica das partícipes. Porém as lembranças, relacionadas ao maternar sem o auxílio do genitor, podem causar-lhes constrangimento, dor, revolta, medo, estresse ou cansaço ao responder as perguntas que envolvem as relações familiares e afetivas durante a entrevista. A participação nos eventos propostos pode implicar em riscos mínimos de origem psicológica ou emocional, tais como: a possibilidade de invasão de privacidade, o constrangimento ao responder as perguntas propostas em ambas as atividades; ou o receio de quebra de sigilo e de anonimato.

Caso as participantes apresentem desconforto no momento ou após a entrevista, a pesquisadora responsável pela investigação, que é habilitada para a aplicação, a partir da manifestação, cessará imediatamente o momento e ficará à disposição da entrevistada para dirimir sobre o acontecido.

A pesquisadora estará atenta aos sinais verbais e não verbais de desconforto; à limitação de acesso aos dados coletados à pesquisadora responsável pela pesquisa; à garantia de confidencialidade e privacidade, posto que as informações pessoais e a identidade não serão reveladas e serão empregadas apenas para fins científicos, como a publicação de artigos e resumos em congresso e a escrita da dissertação. Ademais, assegura-se a não utilização dos dados registrados em prejuízo de qualquer pessoa.

Acompanhamento e Assistência: a pesquisadora aplicará os roteiros de entrevista semiestruturada e poderá responder às suas eventuais perguntas a qualquer momento. É garantido a você tomar conhecimento e obter informações, a qualquer tempo, dos procedimentos e métodos utilizados neste estudo, bem como dos resultados finais e parciais da pesquisa. Em caso de qualquer dúvida ou esclarecimento, você poderá entrar em contato com a pesquisadora, Isabel Santos do Nascimento Formiga, por telefone: (XX) XXXXXXXXXX e por e-mail: XXX@XXXXX, assim como poderá entrar em contato com a professora orientadora, Dra. Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino pelo e-mail XXX@XXXXX e Coorientadora: Profa. Dra. Elen Cristina Geraldes pelo e-mail XXX@XXXXX.

Resultados Esperados: a relevância deste projeto se firma na expectativa

de sondar os elementos subjetivos presentes nas relações sociais e afetivas, com um grupo de mães solo, considerando a sua experiência na criação dos filhos e filhas sem o auxílio dos seus genitores, a existência de uma relação de dominação masculina e, muitas vezes, a não consciência sobre o exercício pleno dos seus direitos humanos e de sua cidadania.

Sigilo: a pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo à legislação brasileira (Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos. As participantes da pesquisa não serão identificadas em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma. Os resultados poderão ser divulgados em palestras dirigidas ao público participante, relatórios individuais para os entrevistados, artigos científicos e na dissertação. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Indenização e resarcimento: é garantida indenização em casos de danos, comprovadamente, decorrentes da sua participação na pesquisa, por meio de decisão judicial ou extrajudicial. Não há qualquer valor econômico, a receber ou a pagar, pela sua participação. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução nº 466/12. Esse documento será entregue em 2 duas vias para assinatura. A Sra. deverá guardar nos seus documentos pessoais uma via deste Termo de Consentimento Livre Esclarecido preenchido e assinado.

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução nº 466/2012 CNS/MS, as “Orientações para a apreciação de pesquisas de Ciências Humanas e Sociais” e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos da participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nessa pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas nesse documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto pela pesquisadora, eu

_____, RG _____,

declaro que entendi os objetivos e as condições de minha participação, e estou de acordo em participar desta pesquisa.

Nome e Assinatura da participante da pesquisa

Pesquisadora: Isabel Santos do Nascimento Formiga

Celular: (XX) XXXXXXXXX

E-mail: XX@XXXXX

Brasília, _____ de _____ de _____



APÊNDICE C - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ PARA FINS DE PESQUISA

Autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistada no projeto de pesquisa intitulado **“Mães Solo?: as experiências subjetivas de mulheres na criação monoparental de filhas e filhos”**, vinculado à Universidade de Brasília – UnB, no Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos e Cidadania do Mestrado Acadêmico. Da pesquisadora Isabel Santos do Nascimento Formiga, auxiliada pela Orientadora Profa. Dra. Lúcia Helena Cavasin Zabotto e Coorientadora Profa. Dra. Elen Cristina Geraldes.

A minha imagem e o som de minha voz podem ser utilizados apenas para o tratamento e a análise das informações construídas a partir dos dados levantados durante as rodas de conversa e a entrevista individual realizadas, levando-se em consideração as experiências relatadas, nos sentidos compartilhados entre pesquisadora e pesquisadas, bem como nas diferentes fontes levantadas, produzindo, conhecimentos dentro dos temas estudados. Ressaltando que o objetivo da pesquisadora é, “antes de mais nada”, obter informações sobre a vivência histórica de cada pesquisada, sob a luz das experiências únicas, “no contexto” e realidade em que se apresentam.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Estou ciente também de que a guarda e os demais procedimentos de segurança com relação às imagens e som de voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso, para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, de minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com a participante.

Nome e assinatura da participante da pesquisa

Assinatura da pesquisadora: Isabel Santos do Nascimento Formiga

Celular: (XX) XXXXX

E-mail: XX@XXXXX

Brasília, _____ de _____ de _____

APÊNDICE D – ROTEIRO DA RODA DE CONVERSA

- Apresentação pessoal da pesquisadora;
- Explicação do que é uma roda de conversa e quais critérios serão utilizados no encontro;
- Se você pudesse escolher uma flor que representa quem você é ou como se sente, qual seria?
- De que forma a flor que você escolheu reflete a sua experiência como mãe?
- Cada mulher terá 20 minutos para contar a sua história de maternagem, que apoio teve, quais preconceitos vivenciou e como se veem na sociedade.
- Agradecimento final e marcação da entrevista.

APÊNDICE E – ROTEIRO DA ENTREVISTA

Informações Pessoais:

- Qual foi a sua reação ao descobrir a gravidez?
- Você conversou com o genitor da sua filha ou filho?
- Foi uma gravidez planejada?
- Como era a relação afetiva/ amorosa antes de acontecer a gravidez?
- Por que a relação chegou ao fim?
- Recebe algum tipo de ajuda na vida da criança, como por exemplo, educação, vestimenta, religiosidade, disciplina, etc.?
- Já viveu algum comportamento preconceituoso em forma de piadas ou brincadeiras por ser mãe sozinha criando filhos/as?
- Você tem alguma ajuda financeira, como por exemplo, pensão alimentícia?
- Você tem algum tempo livre?
- O que faz com o seu tempo livre?
- Como é a sua autoestima?
- O que faz por você enquanto mulher?
- Qual o seu sonho/meta?

APÊNDICE F – FORMULÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
MESTRADO ACADÉMICO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

FORMULÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DA PARTICIPANTE DA PESQUISA

Título da Pesquisa: *Mães Solo?: As experiências subjetivas de mulheres na criação monoparental de filhas e filhos*

Instituição Pesquisadora: Universidade de Brasília - UnB

Pesquisadora: Isabel Santos do Nascimento Formiga

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino

Coorientadora: Profa. Dra. Elen Cristina Geraldès

Este formulário, aprovado pelo Conselho de Ética em Pesquisa sob o número **77132223.2.0000.5540**, tem o objetivo de compreender as experiências subjetivas de mulheres na criação monoparental de filhas e filhos. Portanto, é uma ferramenta para conhecer a participante da pesquisa, a sua situação de vida e as relações entre si, com a família, o genitor da criança, da/do adolescente, da/do adulto e a comunidade em que está inserida.

IDENTIFICAÇÃO	
Nome Completo:	
Apelido - (escreva o nome de uma Flor):	
Naturalidade:	
Estado Civil:	
Data de Nascimento:	
Idade/CPF/RG:	IDADE _____ Nº CPF.: _____ Nº RG.: _____
Escolaridade:	
Trabalho:	RENDA FIXA () FAZ BICO () VIVE DE AJUDA SOCIAL () RECEBE ALGUM PROGRAMA DO GOVERNO () QUAL? _____
Raça/Cor/Etnia (Autodeclarado):	BRANCA () PRETA () PARDA () AMARELA () INDÍGENA ()
Sexo:	MASCULINO () FEMININO ()
Orientação Sexual:	HETEROSSEXUAL: atração sexual/relação amorosa com pessoa do sexo oposto (). BISSEXUAL: atração sexual/relação sexual com pessoas tanto do sexo masculino como do feminino (). PANSEXUAL: atração sexual romântica ou emocional em relação às pessoas, independentemente de seu sexo ou identidade de gênero (). ASSEXUAL: relação efetiva sem fecundação/relação sem caráter nem natureza sexual ou seja, sem atração sexual (). OUTRA: escreva qual (). NÃO SEI RESPONDER ()
Identidade de Gênero:	MULHER CISGÊNERO: aquela que se identifica com o gênero que foi atribuído quando nasceu

	(). TRANSGÊNERO: aquela que não se identifica com o gênero que foi atribuído quando nasceu (). NÃO SEI RESPONDER ()
Religião:	EVANGÉLICA () CATÓLICA () ESPÍRITA () NENHUMA ()
Endereço Residencial:	
Nº de Telefone:	
Profissão:	
Você se identifica como:	MÃE SOZINHA () MÃE SOLO () MÃE SOLTEIRA () APENAS MÃE () MATERNIDADE SOZINHA () MATERNIDADE SOLO () APENAS MATERNIDADE () NENHUM DOS TERMOS () QUAL? _____
INFORMAÇÕES DA/DO FILHA/FILHO	
Filha/Filho:	FILHA () FILHO () QUANTIDADE DE FILHOS () IDADE _____
Nome da filha ou do Filho:	
A/O filha/filho possui registro civil?	SIM () NÃO ()
No registro consta o nome do pai?	SIM () NÃO ()
A/O filha/o tem contato com o pai?	SIM () NÃO ()
A criança, a/o adolescente recebe pensão alimentícia?	SIM () NÃO ()
Pode informar o valor?	SIM () NÃO () QUAL VALOR () CONTRIBUI COM O VALOR QUE PODE/QUER ()
A/O filha/o está na escola/Curso/Creche?	SIM () NÃO () QUAL? _____
REDE DE APOIO	
Quem é o/a cuidador/a principal da/do filha/o?	VOCÊ () A FAMÍLIA () ALGUM AMIGO/A () O PAI () MADRINHA () PADRINHO ()
Teve a participação do pai da/do filha/o na criação?	SIM () NÃO () ÀS VEZES () NUNCA ()
Você mora com a família?	SIM () NÃO () NO MESMO LOTE () PRÓXIMO ()
Recebeu algum tipo de ajuda/apoio na criação?	SIM () NÃO () FOI SUA ESCOLHA? SIM () NÃO ()
Por parte de quem foi o apoio?	FAMÍLIA () ALGUM AMIGO/A () PAI DA CRIANÇA () MADRINHA () PADRINHO () VIZINHOS ()

PERSPECTIVA DE VIDA	
Se considera feliz?	SIM () NÃO () ÀS VEZES () NUNCA ()
Tem algum sonho?	SIM () NÃO () ÀS VEZES () NUNCA ()
Está em um outro relacionamento?	SIM () NÃO () QUERO ESTAR () NÃO TENHO CORAGEM ()
Tem cuidado/pensado em você, na sua saúde?	SIM () NÃO () NÃO TENHO TEMPO () NÃO PENSO ()

Assinatura: _____

Obrigada!